

Açude de Cruzeta em construção. Foto tirada no dia 16.02.1923.

# Departamento Nacional de Obras Contra as Secas



## RELATÓRIO DE GESTÃO

### EXERCÍCIO 2013



Fortaleza  
Março/2014



Presidente da República

**DILMA VANA ROUSSEF**

Ministro de Estado da Integração Nacional

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**

Ministro

**FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA**

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS**

Diretor-Geral

**EMERSON FERNANDES DANIEL JÚNIOR**

Procuradoria-Geral-PGE

**FRANCISCO ARLEM DE QUEIROZ SOUSA**

Auditoria Interna - AUDI

**NADEDJA FERNANDES CAVALCANTE**

Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica - CGPE

**JOSÉ ALBERTO DE ALMEIDA**

Diretoria de Infra-Estrutura Hídrica - DI

**GLAUCO ROGÉRIO DE ARAUJO MENDES**

Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção - DP

**LAUCIMAR GOMES LOIOLA**

Diretoria Administrativa - DA

**IVAN MONTE CLAUDINO**

COORDENADORES ESTADUAIS

CEST/PI – **JOSÉ CARVALHO RUFINO**

CEST/CE – **JOSÉ FALB FERREIRA GOMES**

CEST/RN – **JOSE EDUARDO ALVES WANDERLEY**

CEST/PB – **SOLON ALVES DINIZ**

CEST/PE – **ROSANA MARIA BEZERRA E SILVA**

CEST/SE – **NEIVA MELO DE FREITAS**

CEST/AL – **PAULO MAIA DE SOUZA VALENTE**

CEST/BA – **JOSAFÁ MARINHO DE AGUIAR**

CEST/MG – **GUSTAVO FERREIRA XAVIER**

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN-TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013.

## Lista de quadros

Quadro 1 - A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual .....	9
Quadro 2 - A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS .....	32
Quadro 3 - A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS .....	67
Quadro 4 - A.2.2.3.3 - Ações não Previstas LOA 2013 -Restos a Pagar - OFSS.....	76
Quadro 5 - A.4.1.1 – Programação de Despesas .....	96
Quadro 6 - A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna Por Grupo De Despesa .....	97
Quadro 7 - A.4.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.....	101
Quadro 8 - A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa .....	102
Quadro 9 - A.4.1.3.5 – Despesas Por Modalidade De Contratação– Créditos De Movimentação.....	105
Quadro 10 - A.4.1.3.6 – Despesas Por Grupo E Elemento De Despesa – Créditos De Movimentação.....	106
Quadro 11 - A.4.3–Restos a Pagar Inscritos Em Exercícios Anteriores .....	108
Quadro 12 - A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	110
Quadro 13 - A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios .....	116
Quadro 14 - A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.....	117
Quadro 15 - A.4.5.1 – Despesas Realizadas Por Meio Da Conta Tipo “B” E Por Meio Do Cartão De Crédito Corporativo (Série Histórica).....	120
Quadro 16 - A.4.5.4 - Prestações De Contas De Suprimento De Fundos (Conta Tipo “B” E CPGF) .....	124
Quadro 17 - A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ .....	127
Quadro 18 - A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ .....	128
Quadro 19 - A.5.1.2.1 – Detalhamento Da Estrutura De Cargos Em Comissão E Funções Gratificadas Da Uj (Situação Em 31 De Dezembro) .....	129
Quadro 20 - A.5.1.2.2 – Quantidade De Servidores Da Uj Por Faixa Etária - Situação Apurada Em 31/12 .....	129
Quadro 21 - A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade .....	130
Quadro 22 - A.5.1.4.1 – Composição do Quadro de Serviços Inativos.....	133
Quadro 23 - A.5.1.4.2 – Instituidores de Pensão.....	133
Quadro 24 - A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) .....	134
Quadro 25 - A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) .....	134
Quadro 26 - A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro de atos no Sisac.....	135
Quadro 27 - A.5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007) .....	135
Quadro 28 - A.5.2.3 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância sanitária .....	137
Quadro 29 - A.5.2.4 - Contratos De Prestação De Serviços Com Locação De Mão De Obra .....	144
Quadro 30 - A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários .....	150
Quadro 31 - Relação da Frota de Veículos DNOCS .....	151
Quadro 32 - A.6.2.1 – Distribuição Espacial Dos Bens Imóveis De Uso Especial De Propriedade Da União.....	165
Quadro 33 - A.6.2.2 – Discriminação Dos Bens Imóveis De Propriedade Da União Sob Responsabilidade Da Uj, Exceto Imóvel Funcional .....	169
Quadro 34 - A.6.3– Distribuição Espacial Dos Bens Imóveis De Uso Especial Locados De Terceiros.....	178
Quadro 35 - A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada .....	179
Quadro 36 - A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	186
Quadro 37 - A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício ....	207
Quadro 38 - A.9.2.1 - Relatório De Cumprimento Das Recomendações Do Oci .....	218
Quadro 39 - A.9.2.2-Situação Das Recomendações Do OCI Que Permanecem Pendentes De Atendimento No Exercício.....	270
Quadro 40 - A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR .....	294

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013.....</b>	<b>8</b>
<b>1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....</b>	<b>8</b>
1.1.1 Relatório de Gestão Individual.....	8
<b>1.2 - FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE .....</b>	<b>10</b>
<b>1.3 - ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....</b>	<b>13</b>
<b>1.4- MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....</b>	<b>17</b>
<b>1.5 - MACROPROCESSOS DE APOIO.....</b>	<b>24</b>
<b>1.6 - PRINCIPAIS PARCEIROS.....</b>	<b>28</b>
<b>2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127/2013. ....</b>	<b>30</b>
<b>2.1. - PLANEJAMENTO DA UNIDADE.....</b>	<b>30</b>
<b>2.2 – PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS.....</b>	<b>31</b>
<b>2.2.3 AÇÕES.....</b>	<b>31</b>
<b>2.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO .....</b>	<b>85</b>
<b>3.PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013.....</b>	<b>87</b>
<b>3.1 - ESTRUTURA DE GOVERNANÇA .....</b>	<b>87</b>
<b>3.2 AVALIAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS .....</b>	<b>90</b>
<b>3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO .....</b>	<b>92</b>
<b>3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....</b>	<b>94</b>
<b>3.6 – INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS .....</b>	<b>94</b>
<b>4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.....</b>	<b>96</b>
<b>4.1. EXECUÇÃO DAS DESPESAS.....</b>	<b>96</b>
4.1.1 Programação.....	96
4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa .....	97
4.1.3 Realização da Despesa .....	101
<b>4.3.MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....</b>	<b>108</b>
4.3.1 Análise Crítica.....	109
<b>4.4.TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS .....</b>	<b>110</b>
4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	110
4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios .	116
4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	117
4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse .....	118
4.4.5 Análise Crítica.....	119
<b>4.5.SUPRIMENTO DE FUNDOS,.....</b>	<b>120</b>
4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo .....	120
4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	121
4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos .....	124
4.5.5 Análise Crítica.....	125
<b>5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.....</b>	<b>127</b>
<b>5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE .....</b>	<b>127</b>
5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada .....	127
5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho .....	129
5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	131
5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas .....	133
5.1.5 Cadastro no Sisac .....	134
5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	135
5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	136
5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos .....	136

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada .....	137
5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão ..	144
5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4 .....	150
5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários .....	150
<b>6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º127, DE 15/5/2013.....</b>	<b>151</b>
<b>6.1 GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS .....</b>	<b>151</b>
<b>6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO .....</b>	<b>165</b>
6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	165
6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional.....	169
6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ .....	177
<b>6.3 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS .....</b>	<b>178</b>
<b>7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.....</b>	<b>179</b>
<b>7.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....</b>	<b>179</b>
7.1.1 Análise Crítica.....	181
<b>8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.....</b>	<b>182</b>
<b>8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....</b>	<b>182</b>
<b>8.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....</b>	<b>185</b>
<b>9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.....</b>	<b>186</b>
<b>9.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU .....</b>	<b>186</b>
9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	186
9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício .....	207
<b>9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI .....</b>	<b>218</b>
9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício .....	218
9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício .....	270
<b>9.3 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA .....</b>	<b>280</b>
<b>9.4 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº8730/93 .....</b>	<b>294</b>
9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93 .....	294
9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações .....	294
<b>9.5 MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO .....</b>	<b>295</b>
<b>9.6 ALIMENTAÇÃO SIASG E SINCOV .....</b>	<b>296</b>
<b>10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.....</b>	<b>297</b>
<b>11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.....</b>	<b>302</b>
<b>11.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO .....</b>	<b>302</b>
<b>11.2 DECLARAÇÃO DE CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>304</b>
11.2.2 Declaração com Ressalva.....	304
<b>11.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008 .....</b>	<b>305</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>311</b>

## APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão constitui uma das peças do processo de prestação de contas relativa ao exercício de 2013 da atual gestão do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS em cumprimento ao art. 70 da Constituição Federal e apresenta aos órgãos de controle interno e externo da administração pública e ao público em geral a atuação do Departamento no exercício.

Referido documento incorpora e examina os aspectos mais relevantes da gestão do DNOCS de forma a possibilitar uma avaliação criteriosa dos vários programas e ações desenvolvidos pela administração da instituição.

O formato e conteúdo deste relatório seguem as orientações e atos normativos emanados do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU), tendo por referência os seguintes instrumentos legais: Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisões Normativas TCU nos 127/2013 (com alterações pela DN TCU 129/2013) que estabelece regras para a elaboração dos relatórios de gestão e 132/2013, que define as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar processos de contas relativas ao exercício de 2013, especificando a forma, os prazos e conteúdo de sua apresentação; Portaria-TCU nº 175/2013, que dispõe sobre as orientações de preenchimento dos conteúdos do relatório de gestão; e as orientações do órgão de controle interno, sobre a organização e formalização do processo anual de contas relativo ao exercício de 2013.

Cumprir destacar que o DNOCS ao longo do ano de 2013 iniciou processo de planejamento de modernização e desenvolvimento institucional. A exemplo disso, os trabalhos de Gestão de Procedimentos Administrativos, Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI e Sala de Situação resultado de construção coletiva, a partir da análise dos resultados obtidos e das experiências vivenciadas na execução das ações e visando aumentar a eficiência da gestão de forma criteriosa e responsável.

Peça fundamental do processo de contas do DNOCS junto ao Tribunal de Contas da União e à Controladoria Geral da União, este relatório apresenta os conteúdos gerais dos itens constantes do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, com exceção:

- do item “Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ”, visto que o DNOCS, ainda que participe de diversas ações que integram Programas de Governo, não tem responsabilidade direta sobre estes programas;
- do Item 4.6, que trata de informações sobre Renúncias tendo em vista que o órgão não recolhe tributos e nem atua em nenhuma das situações tipificadas no referido item;
- do Item 4.1.3.2, pois se aplicam apenas aos casos em que a unidade jurisdicionada contemple em sua estrutura UG na qual tenham sido registrados contabilmente os créditos da UO, mas não constitua a única jurisdicionada a ter as despesas concernentes suportadas por tais recursos.
- do Item 4.1.3.4, pois também se aplicam apenas aos casos em que a unidade jurisdicionada contemple em sua estrutura UG na qual tenham sido registrados contabilmente os créditos da UO, mas não constitua a única jurisdicionada a ter as despesas concernentes suportadas por tais recursos.
- das informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos - Item 4.2 da Parte “A”, do Anexo II da DN/TCU N°127, de 15/05/2013, não se aplica à realidade do DNOCS, pois não se configuram, na autarquia, esse tipo de situação;
- do Item 4.5.2, pois o órgão não possui Suprimentos de Fundos Conta Tipo “B”;

- do Quadro A.5.2.1 - CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA OCUPADOS POR SERVIDORES TERCEIRIZADOS, pois não há ocorrência de servidores terceirizados ocupando cargos próprio do plano de cargos do órgão.
- do Quadro A.5.2.2 - AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS, pois não há autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.
- do Item 11.6, pois não foram realizadas auditorias independentes;
- do 12.1, pois não há outras informações consideradas relevantes pela UJ

De um modo geral e considerando as limitações na liberação de recursos orçamentários e financeiros aprovados na Lei Nº 12.798, de 04 de abril de 2013- LOA 2013, da escassez de pessoal e das limitações enfrentadas pela maioria das entidades públicas e privadas, observam-se melhorias qualitativas na execução das ações do PPA, fato que ressalta o relativo empenho do órgão em superar suas limitações e apresentar resultados eficientes social e economicamente.



## **1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013.**

### **1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada**

#### **1.1.1 Relatório de Gestão Individual**

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas DNOCS, autarquia vinculada ao Ministério da Integração Nacional, é dirigido por uma Diretoria Colegiada composta pelo Diretor Geral, que a preside, e por três Diretores (de Administração, de Infraestrutura Hídrica e de Desenvolvimento Tecnológico e Produção).

Criado com o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS pelo Decreto nº 7.619, de 21/10/1909, em 1945 assumiu a sua denominação atual pelo Decreto-lei nº 8.846/45 sendo, posteriormente, transformado em autarquia pela Lei nº 4.229/63, ainda em vigor, com alterações introduzidas pela Lei nº 10.204 de 2001.

Constitui-se, assim, na mais antiga instituição regional do Governo Federal e tem como marca registrada uma ampla atuação no Nordeste semiárido.

O DNOCS, em sua estrutura organizacional está subdividido em nove Coordenadorias Estaduais, que se localizam desde o Estado do Piauí (que atende a parte da área do Estado do Maranhão) até o norte de Minas Gerais e a administração central, com sede no Estado do Ceará.

Neste contexto, o DNOCS atua no equacionamento de três pressupostos básicos para enfrentamento das questões hídricas no semiárido:

- O aumento quantitativo das obras hidráulicas, através da construção de novas obras de acumulação, a implantação de adutoras, a integração de bacias hidrográficas, a perfuração e instalação de poços tubulares profundos;
- A melhoria da oferta de água pelas obras hidráulicas já existentes;
- A democratização do acesso à água pela população do semiárido por meio da participação na sua gestão.

A oferta de água tem por objetivo o abastecimento urbano, industrial e a dessedentação do rebanho, o aproveitamento agrícola e piscícola.

Conforme sua legislação básica tem por finalidade executar políticas do Governo Federal, no que se refere a beneficiamento de áreas e obras de proteção contra as secas e inundações, irrigação, radicação da população e outros assuntos que lhe seja cometidos pelo Governo Federal, nos campos do saneamento básico, assistência às populações atingidas por calamidades públicas e cooperação com os Municípios, atuando no semi-árido do Nordeste e norte de Minas Gerais.

O DNOCS tem sob sua responsabilidade:

- 327 barragens distribuídas por todo o território do semiárido brasileiro com capacidade de acumulação de 23,96 bilhões de m<sup>3</sup> de água e respondem pelo controle de enchentes e ainda, pelo abastecimento de importantes núcleos urbanos, inclusive regiões metropolitanas, e de áreas irrigadas públicas e privadas;
- 38 perímetros de irrigação implantados e em operação, com 124.167 hectares irrigáveis e outros em fase de ampliação;
- 14 Estações e 02 Centros de Pesquisa em Aquicultura e, em 2013, foi responsável pela produção de 34,4 milhões de alevinos e pela capacitação de 595 pessoas (pescadores, produtores, estudantes, etc), nas dependências do Centro de Pesquisa em Aquicultura, em Pentecoste/CE.

**Quadro 1 - A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual**

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Integração Nacional			<b>Código SIORG:</b> 042670
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			
<b>Denominação abreviada:</b> DNOCS			
<b>Código SIORG:</b> 367	<b>Código LOA:</b> 53204		<b>Código SIAFI:</b> 22204
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Autarquia do Poder Executivo			
<b>Principal Atividade:</b> Administração Pública em Geral			<b>Código CNAE:</b> 7511-6
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(085) 3391-5100	(085) 3391.5200	(085) 3281.1037
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:emerson.daniel@dnocs.gov.br">emerson.daniel@dnocs.gov.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.dnocs.gov.br">http://www.dnocs.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Av. Duque de Caxias, 1700 – Centro, CEP 60035-111, Fortaleza/Ceará			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criado pelo Decreto Nº 7.619/1909 como Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS Pela legislação atual, Lei nº 10.204 de 22 de fevereiro de 2001 (altera a Lei nº 4.229 de 01 de junho de 1963 – que transforma o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS em autarquia e dá outras providências) estabelece suas competências.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
A estrutura organizacional do Departamento se encontra definida pelo Decreto nº 4.650 de 27 de março de 2003 – que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, e dá outras providências. Em janeiro de 2007 foi publicado no DOU de 12 de janeiro de 2007, Regimento Interno do DNOCS através da Portaria nº 48, de 11 de janeiro de 2007.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
<b>Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
113801	DNOCS - CEST/PE - Recife/PE		
113802	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS / UO		
193001	DNOCS - CEST/PI - Teresina/PI		
193002	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS		
193003	DNOCS - CEST/CE - Fortaleza/CE		
193004	DNOCS - CEST/RN - Natal/RN		
193005	DNOCS - CEST/PB - João Pessoa/PB		
193006	DNOCS DIBRA/R - Campina Grande/PB		
193007	DNOCS - CEST/AL-Palmeira dos Índios/AL		
193008	DNOCS - CEST/SE Aracaju/SE		
193009	DNOCS 4A. DR - Salvador/BA		
193010	DNOCS - CEST/MG - Montes Claros/MG		
<b>Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
11203	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas		

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
113801	11203
113802	11203
193001	11203
193002	11203
193003	11203
193004	11203
193005	11203
193006	11203
193007	11203
193008	11203
193009	11203
193010	11203

## 1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

Ao longo do tempo, o DNOCS acumulou um patrimônio material, formado substancialmente pela rede de Açudes Públicos construídos, Perímetros Irrigados e diversas obras complementares a suas atividades finalísticas, como Estações de Piscicultura, Centros de Pesquisas, Adutoras, Redes de Eletrificação Rural, Poços Públicos, Equipamentos Públicos de uso coletivo como Escolas, Centros Educacionais, Sociais e Lazer, Administrativos e Habitacionais, que deram origem a Vilas e Povoados instalados em todo o território do semiárido, exigindo condições de acessibilidade que deram origem à malha rodoviária do Nordeste.

Com esse inestimável patrimônio material e imaterial constituídos, o DNOCS foi vital para a consolidação do processo de ocupação territorial na região, apesar de pouco lembrado no noticiário nacional, é a instituição pública federal que mais se notabilizou como agente de desenvolvimento do semiárido.

Com a missão de

*“Promover, de forma participativa, os meios necessários ao desenvolvimento sustentável, em sua área de atuação, através de ações de captação, desenvolvimento, aproveitamento, gestão e preservação dos recursos hídricos, visando a melhoria da qualidade de vida do homem”.*

o DNOCS, de acordo com o Art. 2º § 3º da Lei nº 10.204, de 22 de fevereiro de 2001, tem como área de atuação:

*Art. 2º § 3º - A área de atuação do DNOCS corresponde à região abrangida pelos Estados do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe, da Bahia, a zona Norte do Estado de Minas Gerais situada no denominado "Polígono das Secas" e as áreas das bacias hidrográficas dos Rios Parnaíba e Jequitinhonha, nos Estados do Maranhão e de Minas Gerais, respectivamente.*

Segundo a Lei nº 10.204, de 22 de fevereiro de 2001, que altera a Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, compete ao DNOCS:

*Art. 2º Ao DNOCS, na sua área de atuação, compete:*  
*I - contribuir para a implementação dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos, tal como definidos no art. 2º da Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e legislação subsequente;*  
*II - contribuir para a elaboração do plano regional de recursos*

*hídricos, em ação conjunta com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e os governos estaduais de sua área de atuação;*

*III - elaborar projetos de engenharia e executar obras públicas de captação, acumulação, condução, distribuição, proteção e utilização de recursos hídricos, em conformidade com a Política e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, de que trata a Lei nº 9.433, de 1997;*

*IV - contribuir para a implementação e operação, sob sua responsabilidade ou conjuntamente com outros órgãos, com vistas à melhor distribuição das disponibilidades hídricas regionais;*

*V - implantar e apoiar a execução dos planos e projetos de irrigação e, em geral, de valorização de áreas, inclusive de áreas agricultáveis não-irrigáveis, que tenham por finalidade contribuir para a sustentabilidade do semi-árido;*

*VI - colaborar na realização de estudos de avaliação permanente da oferta hídrica e da estocagem nos seus reservatórios, visando procedimentos operacionais e emergenciais de controle de cheias e preservação da qualidade da água;*

*VII - colaborar na preparação dos planos regionais de operação, manutenção e segurança de obras hidráulicas, incluindo atividades de manutenção preventiva e corretiva, análise e avaliação de riscos e planos de ação emergencial em casos de acidentes;*

*VIII - promover ações no sentido da regeneração de ecossistemas hídricos e de áreas degradadas, com vistas à correção dos impactos ambientais decorrentes da implantação de suas obras, podendo celebrar convênios e contratos para a realização dessas ações;*

*IX - desenvolver e apoiar as atividades voltadas para a organização e capacitação administrativa das comunidades usuárias dos projetos de irrigação, visando sua emancipação;*

*X - promover, na forma da legislação em vigor, a desapropriação de terras destinadas à implantação de projetos e proceder à concessão ou à alienação das glebas em que forem divididas;*

*XI - cooperar com outros órgãos públicos, Estados, Municípios e instituições oficiais de crédito, em projetos e obras que envolvam desenvolvimento e aproveitamento de recursos hídricos;*

*XII - colaborar na concepção, instalação, manutenção e operação da rede de estações hidrológicas e na promoção do estudo sistemático das bacias hidrográficas, de modo a integrar o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos;*

*XIII - promover estudos, pesquisas e difusão de tecnologias destinados ao desenvolvimento sustentável da aquicultura e atividades afins;*

*XIV - cooperar com outros organismos públicos no planejamento e na execução de programas permanentes e temporários, com vistas a prevenir e atenuar os efeitos das adversidades climáticas;*

*XV - celebrar convênios e contratos com entidades públicas ou privadas;*

*XVI - realizar operações de crédito e financiamento, internas e externas, na forma da lei;*

*XVII - cooperar com os órgãos públicos especializados na colonização de áreas que possam absorver os excedentes demográficos, inclusive em terras situadas nas bacias dos açudes públicos;*

*XVIII - transferir, mediante convênio, conhecimentos tecnológicos nas áreas de recursos hídricos e aquicultura para as instituições de ensino situadas em sua área de atuação.*

*§ 1º O DNOCS deverá atuar em articulação com Estados, Municípios, outras instituições públicas, inclusive mediante acordos de cooperação técnica, e a iniciativa privada na execução de suas competências, objetivando a implementação de ações que contribuam para a promoção do desenvolvimento sustentável de sua área de atuação, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e com a Política Nacional de Recursos Hídricos.*

*§ 2º As ações do DNOCS relativas à gestão das águas decorrentes dos sistemas hídricos por ele implantados ficam sujeitas à orientação normativa do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, tal como estabelecem a Lei no 9.433, de 1997, e a legislação subsequente. (NR)*

Assim, sua legislação apresenta a autarquia como executora de ações na área dos recursos hídricos, desenvolvimento da agricultura irrigada e do desenvolvimento sustentável da aquicultura de forma regionalizada e com atuação em uma das áreas mais pobres do país tendo, também, como missão a superação das desigualdades interregionais e executando ações inclusive na área do combate à desertificação. Trabalha em articulação com a Agência Nacional de Águas em questões relativas a gestão dos recursos hídricos, como também com o Ministério da Pesca e Aquicultura nas ações referentes a esse setor, inclusive na implantação de parques aquícolas.

A inserção de novas atribuições institucionais (combate a desertificação, atuação no Programas de Aceleração do Crescimento e Brasil sem Miséria), novas competências, reflete a necessidade de reformulação estrutural do DNOCS, a construção e fortalecimento de parcerias e a recomposição de seu quadro funcional (concurso público).

A reformulação estrutural do DNOCS contribuirá para a ampliação da oferta de recursos hídricos, a promoção de segurança alimentar com o crescimento da produção de alimentos na região do semiárido, bem como a oportunidade de ocupação e renda.

Ao final de 2013, o Departamento contava com o seguinte quadro de servidores distribuídos entre a Administração Central e as nove Coordenadorias Estaduais:

Ativo permanente	1632
Requisitado	5
Nomeado Cargo Comissão	11
Cedido	27
Exercício Descentralizado Carreira	30
Exercício Provisório	1
Contrato temporário	7
Exerc. §7º art. 93 – Lei 8.112	5
<b>SUBTOTAL 1</b>	<b>1718</b>
Aposentados	4526
Beneficiários de Pensão	7157
<b>SUBTOTAL 2</b>	<b>11683</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>13401</b>

FONTE: SIAPE (acesso em 14/03/2014)

Cumprе salientar, no entanto, que, apesar da expressividade numérica, a questão mais aguda se reflete no perfil desse contingente, visto que, se considerarmos a diversidade das ações historicamente demandadas e a sua área de atuação com nove Coordenações Estaduais e uma Unidade de Representação em Brasília – DF, tem-se que mais de 80% destes servidores exercem atividades de nível intermediário, dentre elas muitas consideradas em extinção, tais como: agente de

cinematografia e microfilmagem, agente de defesa florestal, datilógrafo, técnico em colonização, perfurador digitador, artífice de mecânica, agente de portaria, artífice de carpintaria e marcenaria, dentre outras.

Outra questão a se considerar é o grande número de servidores no DNOCS em condições de aposentadoria ou prestes a conquistá-las.

### **1.3 - Organograma Funcional**

De acordo com a Portaria Nº 48 de 11/01/2007, publicada no DOU Nº 9 de 12/01/2007, que estabelece o Regimento Interno do DNOCS, descreve, de forma sucinta, como competências e atribuições de cada área:

#### **ATIVIDADES MEIO**

##### **GABINETE**

Cabe ao Gabinete da Direção-Geral, assistir ao Diretor-Geral em sua representação social, política e administrativa, além de exercer atividades de apoio técnico e logístico ao Conselho Consultivo e à Diretoria Colegiada.

**Divisão de Comunicação**—com atribuição de programar e coordenar as ações de publicidade e propaganda, jornalismo e promoção no âmbito da Autarquia, além de apoiar e conduzir as relações entre a Autarquia e os meios de comunicação em geral.

**Escritório de Brasília**- com a função de apoiar e representar a Autarquia administrativamente, bem como manter intercâmbio com diversos órgãos e/ou entidades representativas da sociedade civil, visando acompanhar e fornecer informações sobre assuntos de interesse comum.

##### **DIRETORIA ADMINISTRATIVA**

Cabe à Diretoria Administrativa, dentre outras atribuições e prerrogativas, planejar e responder pela execução das atividades financeiras, logísticas, patrimoniais e de administração de pessoal, material, comunicação e serviços gerais.

**Coordenação de Recursos Humanos** - Dentre as diversas atribuições da Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos, pode-se destacar: a nomeação, contratação e apresentação de novos servidores, diversos de assuntos relacionados aos interesses dos servidores (benefícios, licenças, concessões, etc), avaliação de desempenho, controle de progressões, cálculos, lançamentos, conferências e demais procedimentos relacionados à folha de pagamento, estágios internos, aposentadoria, abono de permanência e pensões, elaboração e/ou acompanhamento de projetos de treinamento e capacitação, intermediação do processo de movimentação interna de servidores, etc.

**Coordenação de Recursos Logísticos** - A Coordenação-Geral de Recursos Logísticos detém importante papel para o cumprimento da missão institucional do DNOCS, visto que possui a função precípua em propiciar toda a logística necessária para o funcionamento das unidades e atingimento de suas metas, cujas atividades englobam desde a aquisição de bens e serviços, como também a gestão de contratos administrativos – limpeza, segurança, transporte, manutenção predial entre outros.

**Coordenação de Recursos Financeiros** - Esta coordenação tem a atribuição principal de coordenar, acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos financeiros disponíveis, bem como a realização de atividades relacionadas à arrecadação de receitas, execução orçamentária e financeira e de contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial.

**Divisão de Licitação**—com atribuição de instruir, executar, acompanhar e controlar as licitações destinadas à aquisição de bens e contratação de obras e serviços, inclusive, para os casos de dispensa e inexigibilidade.

## **COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA.**

Ligada diretamente à Direção Geral, a Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica é composta de duas coordenações:

**Coordenação de Planejamento e Orçamento**, responsável pela elaboração e controle da execução orçamentária do DNOCS. A ela cabe a classificação e análise de processos de descentralização orçamentária para posterior empenho e pagamento, bem como reprogramações orçamentárias (créditos adicionais), acompanhar e apresentar relatórios a Diretoria da execução dos recursos orçamentários em consonância com as políticas institucionais e subsidiar a elaboração do Relatório Anual de Gestão.

**Coordenação de Gestão Estratégica**, tem suas atividades voltadas para a promoção e coordenação de atividades de organização e modernização administrativa, de arquivo e documentação, de administração dos recursos de informação e informática e relativas às informações geoprocessadas disponibilizadas pelas áreas técnicas.

## **AUDITORIA**

Com a finalidade de melhoria do funcionamento da organização, a Auditoria tem como atividade principal o acompanhamento da execução física e financeira e os resultados obtidos na aplicação dos recursos relativamente aos programas e ações, sob a responsabilidade do DNOCS, em conformidade com as normas vigentes.

## **PROCURADORIA**

Compete à Procuradoria-Geral Federal exercer a representação judicial, extrajudicial, a consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito do DNOCS.

## **ÁREA FINALÍSTICA**

### **DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA**

**Coordenação de Obras** – com o intuito de promover ações voltadas para o provimento da infra-estrutura de oferta e uso múltiplo de recursos hídricos de forma integrada com as políticas regionais, sociais, econômicas e ambientais, tendo como princípios assegurar a ampliação da oferta de água de boa qualidade, a redução dos níveis de pobreza e melhorar a qualidade de vida das populações locais.

**Coordenação de Estudos e Projetos**—a esta coordenação compete a promoção e coordenação da elaboração de projetos básicos e executivos, a implementação de sistemas de monitoramento hidrológico e a realização de estudos básicos e de meio ambiente e atividades relacionadas ao zoneamento ecológico-econômico, obras de infraestrutura hídrica, de aproveitamento hidroagrícola e aquícola e de obras civis complementares.

### **DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E PRODUÇÃO**

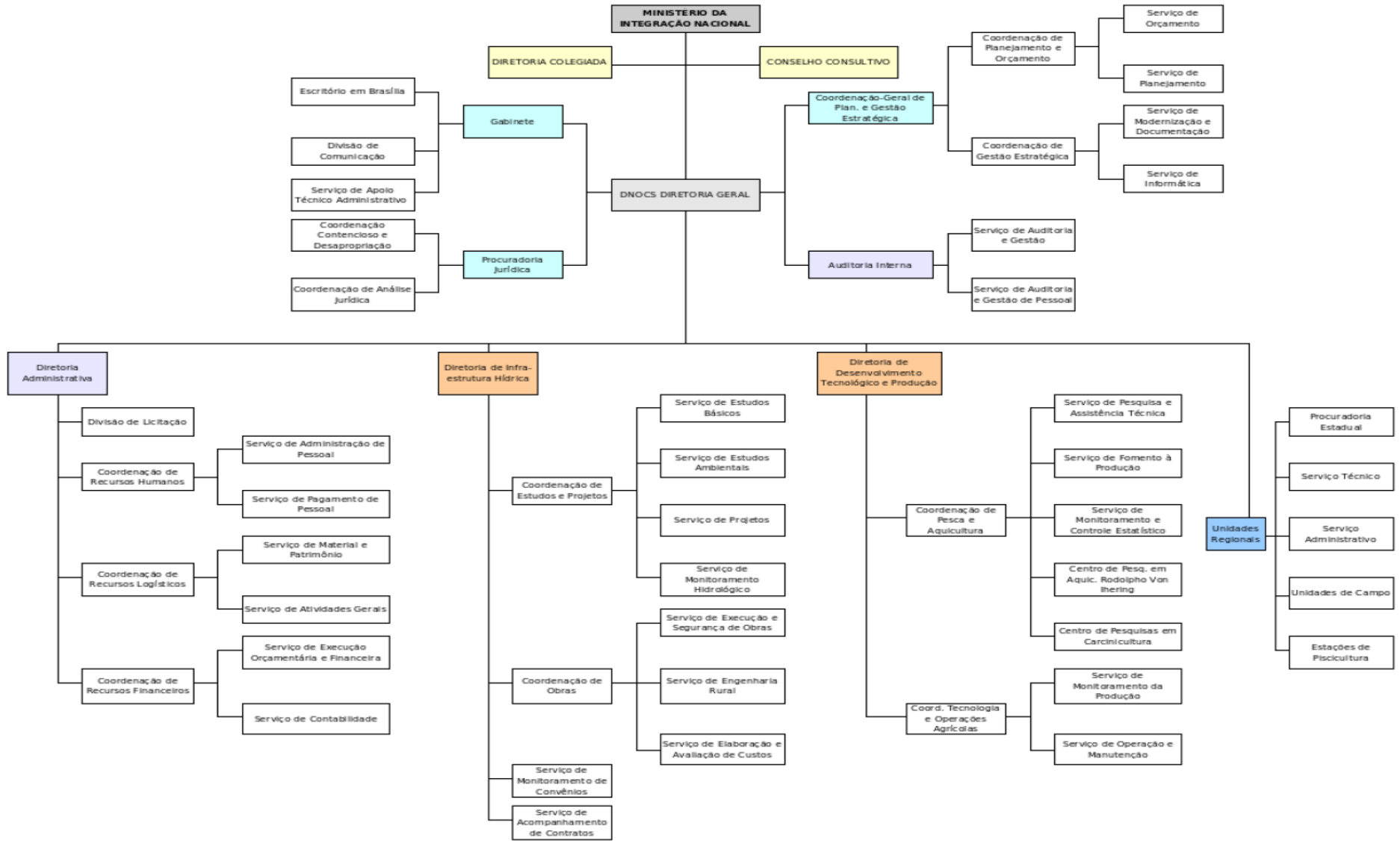
**Coordenação de Tecnologia e Operações Agrícolas**—com a principal atribuição de executar atividades relativas ao aproveitamento dos recursos de água e solo para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, promovendo o desenvolvimento integrado nos 38 perímetros públicos de irrigação por ele implantados, visando à transferência da gestão através da autogestão.

**Coordenação de Pesca e Aquicultura**– que trabalha a promoção, coordenação e supervisão de pesquisas e desenvolvimento tecnológico, de assistência técnica às comunidades usuárias; de fomento à produção da pesca e aquicultura em águas continentais e de monitoramento e controle estatístico.

#### **COORDENADORIAS ESTADUAIS**

Administram, em parceria com a Administração Central, a execução de serviços regional de pessoal, capacitação de recursos humanos, administração das unidades de campo, de infraestrutura e de água, planejamento, acompanhamento e controle dos convênios com os estados e as prefeituras, fiscalização na execução das obras de infra-estrutura, dentre outras atividades.





## 1.4- Macroprocessos Finalísticos

O DNOCS realizou, por meio do contrato 10/2013, a aquisição de serviços técnicos especializados para o DNOCS contemplando todos os produtos e serviços necessários para implantação do projeto de gestão de procedimentos administrativos, incluindo a execução das atividades relativas à automação de processos de negócio. Após amplo diagnóstico realizado, possibilitando a identificação dos macroprocessos finalísticos e de apoio, a execução dos trabalhos relativos ao mapeamento foi iniciada em dezembro de 2013 e prosseguirá durante os dois anos seguintes. Compreenderá 15 (quinze) processos finalísticos e 16 (dezesesseis de apoio). O referido serviço compreende o seguinte elenco de etapas/entregáveis:

- a) A contratada deverá realizar o mapeamento dos principais Processos de Negócio do DNOCS, realizando o desenho dos fluxos dos processos de negócio e identificação dos recursos informacionais. Incluindo, idealmente, os seguintes artefatos:
  1. Mapa da Cadeia de Valor da Organização;
  2. Fluxo das atividades;
  3. Fluxo das informações;
  4. Fluxo de produtos;
  5. Relatório de caminhos críticos;
  6. Relatório de ameaças e oportunidades;
  7. Macro modelo da Cadeia de Valor;
  8. Macro modelo do fluxo de informações;
  9. Definição de indicadores de desempenho dos processos de negócios;
  10. Relatório de documentação do diagrama de Cadeia de Valor Agregado modelado na ferramenta de gestão de processos e dos diagramas de informações reutilizáveis;
  11. Relatório com definição de diretrizes táticas e operacionais para iniciativas de modelagem de processos.
- b) O DNOCS irá priorizar a Automação de Processos de Negócio, contemplando instalação e customização de solução para modelagem, redesenho, simulação e publicação de processos, com notação BPMN, possibilitando a uniformização dos procedimentos pertinentes a gestão de processos de negócio incluindo os seguintes artefatos:
  1. Relatório de documentação do diagrama modelado em ferramenta de gestão de processos, contemplando:
    - 1.a) Representação gráfica do diagrama contendo as atividades, os eventos resultantes, os caminhos lógicos do processo e as interfaces com outros processos de negócios;
    - 1.b) Definição de cada atividade do diagrama *AS IS* ou *TO BE* contendo elementos determinados pelo padrão de modelagem de processos;
    - 1.c) Revisão dos indicadores de desempenho do macroprocesso e de seus processos.
  2. Diagnóstico do macroprocesso ou processo atual contendo: análises dos fluxos modelados na ferramenta de gestão de processos, priorização dos pontos de alerta e das oportunidades de melhoria detectados, estabelecimento de diretrizes para o redesenho.
  3. Redesenho dos processos (*TO BE*) a partir das diretrizes para o redesenho estabelecido.
  4. Elaboração do Plano de Transformação Organizacional.
  5. Plano de implantação para os processos futuros (*TO BE*) contendo:
    - 5.a) Definição das condicionantes para a implantação do processo;
    - 5.b) Definição dos fatores críticos de sucesso para a implantação;
    - 5.c) Cronograma de marcos de implantação; e
    - 5.d) Definição de prioridades de acordo com as diretrizes estabelecidas.

Os macroprocessos finalísticos estão identificados abaixo, bem como suas conduções e produtos

atuais:

n	Nome do Processo	Condução	Produtos
1	Acompanhamento de Contratos de Obras	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhamento da execução física e financeira dos contratos de obras e serviços de engenharia firmados pela Autarquia;</li> <li>• Análise das propostas de alterações supervenientes relativas às especificações e quantitativos das obras e serviços de engenharia em execução.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alteração em cronogramas de obras, ordens de paralisação, suspensão de contratos ou outras de caráter saneador.</li> </ul>
2	Coordenação de obra e Estudos e Projetos - Estudos Básicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proposição, análise e aprovação estudos de aproveitamento de recursos hídricos, com vistas ao suprimento de demandas de água para o consumo humano;</li> <li>• Proposição, análise, aprovação e realização de levantamentos e estudos nas áreas de cartografia, pedologia, geologia, geotecnia, hidrogeologia e socioeconomia, com vistas à manutenção de sistemas de dados básicos atualizados das bacias hidrográficas na área de atuação da Autarquia;</li> <li>• Proposição, análise, aprovação e realização de levantamentos cadastrais para fins de desapropriação das áreas destinadas à implantação das obras e projetos;</li> <li>• Preparação e submissão à Procuradoria Federal de expediente necessário à declaração de utilidade pública ou de interesse social de áreas a serem desapropriadas;</li> <li>• Desenvolvimento de critérios, mecanismos e indicadores para a análise dos estudos voltados à cartografia, pedologia, geologia, geotecnia, hidrogeologia e socioeconomia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Levantamentos e orçamentos cadastrais para fins de desapropriação;</li> <li>• Análise dos planos diretores e estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira dos projetos de infraestrutura hídrica e de aproveitamento hidroagrícola e aquícola.</li> </ul>
3	Coordenação de obra e Estudos e Projetos - Estudos Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proposição, análise, aprovação e realização de estudos de impacto ambiental;</li> <li>• Proposição, análise e aprovação dos planos de recuperação de áreas degradadas em decorrência da implantação de obras da Autarquia;</li> <li>• Proposição, análise e aprovação dos planos de reassentamentos e relocações de populações rurais e urbanas decorrentes da implantação das obras da Autarquia;</li> <li>• Proposição, análise, aprovação, acompanhamento e implementação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudos de Impacto Ambiental</li> <li>• Formulação das solicitações de licenciamento ambiental e o acompanhamento da implementação de medidas mitigadoras;</li> <li>• Plano de recuperação de áreas degradadas;</li> <li>• Planos de reassentamentos;</li> <li>• Critérios, mecanismos e indicadores para análise</li> </ul>

		<p>de planos de regeneração de ecossistemas hídricos e de áreas degradadas pelo uso intensivo dos recursos de solo e água;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação, análise e proposição de ações de recuperação de áreas em processo de desertificação;</li> <li>• Análise dos licenciamentos ambientais inseridos em projetos de convênios com estados e municípios.</li> </ul>	<p>de projetos voltados ao meio ambiente;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Orçamentos de estudos ambientais a serem contratados.</li> </ul>
4	Coordenação de obra e Estudos e Projetos – Projetos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proposição, análise, aprovação e realização de anteprojetos, projetos básicos e executivos das obras de infraestrutura hídrica, de aproveitamento hidroagrícola e aquícola e de obras civis complementares;</li> <li>• Elaboração e manutenção das informações sobre os projetos de obras de infraestrutura hídrica;</li> <li>• Fiscalização da elaboração de anteprojetos, projetos básicos e executivos das obras de infraestrutura hídrica;</li> <li>• Participação no acompanhamento da implantação das obras com vistas à adequação dos projetos executivos, às situações supervenientes e ao registro das alterações decorrentes;</li> <li>• Análise dos projetos de obras de infraestrutura hídrica inseridos em convênios com estados e municípios;</li> <li>• Elaboração dos orçamentos de projetos de infraestrutura hídrica a serem contratados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Anteprojetos, projetos básicos ou executivos de obras de infraestrutura hídrica;</li> <li>• Termos de referência para contratação das obras supracitadas;</li> <li>• Critérios, mecanismos e indicadores para análise de projetos de obras de infraestrutura hídrica;</li> <li>• Orçamentos de projetos de infraestrutura hídrica.</li> </ul>
5	Coordenação de obra e Estudos e Projetos - Monitoramento Hidrológico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de estudos de aproveitamento integrado de águas superficiais em bacias hidrográficas;</li> <li>• Promoção do controle e o monitoramento das águas dos reservatórios sob domínio da Autarquia para usos múltiplos, bem como a avaliação permanente das reservas hídricas nos aspectos quantitativos e qualitativos;</li> <li>• Promoção e realização de estudos, proposição de normas de operação de sistemas de reservatórios de usos e objetivos múltiplos e implantação de sistemas de sensoriamento remoto e redes de alerta;</li> <li>• Análises de risco/custo/benefício para subsidiar as tomadas de decisão com vistas à elaboração de projetos hídricos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• – relatórios de monitoramento e controle hidrológico</li> <li>• – normas de operação de reservatório</li> <li>• – análises de risco/custo/benefício</li> <li>• – levantamento dos níveis de poluição, erosão, transporte de</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção do desenvolvimento de modelos de gerenciamento compartilhado de reservatórios, entre órgãos gestores e usuários e sistemas de otimização do aproveitamento integrado dos reservatórios;</li> <li>• Elaboração de balanços e projeções de oferta e demanda, em curto e longo prazo, e, em nível regional;</li> <li>• Promoção de levantamentos dos níveis de poluição, erosão, transporte de sedimento e assoreamento de reservatórios em articulação com as unidades envolvidas do DNOCS;</li> <li>• Promoção da operação da rede de estações hidrológicas, bem como a coleta e análise dos dados;</li> <li>• Promoção da organização do sistema de informações hidrológicas.</li> </ul>	
6	Coordenação de obra e Estudos e Projetos - Elaboração e Avaliação de Custos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção, realização e manutenção do sistema de informações de custos de obras, serviços de engenharia, fornecimentos e instalações;</li> <li>• Elaboração e atualização periódica da tabela de preços para permitir o controle dos custos das obras a serem licitadas, ou em execução;</li> <li>• Análise dos orçamentos das obras e serviços de engenharia para fins de compatibilização com a tabela de preços do DNOCS;</li> <li>• Elaboração dos boletins de custos com vistas a orientar e apoiar as unidades responsáveis pela análise de projetos e fiscalização de obras;</li> <li>• Análise das alterações dos custos das obras em decorrência de motivos supervenientes a sua contratação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Boletins de custos;</li> <li>• Tabela de preços atualizada.</li> </ul>
7	Coordenação de obra e Estudos e Projetos - Execução e Segurança de Obras	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhamento e orientação das unidades regionais nas ações de fiscalização das obras em execução;</li> <li>• Análise das propostas de alterações de cronogramas de obras, de paralisações, suspensões de contrato, propostas de aditivos, ou outras de caráter saneador;</li> <li>• Promoção do acompanhamento das condições de segurança e manutenção das obras de infraestrutura hídrica;</li> <li>• Elaboração e análise dos planos regionais de operação, manutenção e segurança de obras de infraestrutura</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Critérios, normas e procedimentos para fiscalização de obras de infraestrutura hídrica;</li> <li>• Planos de operação e segurança de obras de infraestrutura hídrica.</li> </ul>

		<p>hídrica, incluindo atividades de manutenção preventiva e corretiva, análise e avaliação de riscos e planos de ação emergencial em casos de acidentes;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientação e acompanhamento dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas hídricos implantados pela Autarquia;</li> <li>• Proposição e acompanhamento dos procedimentos operacionais e emergenciais em situações de risco.</li> </ul>	
8	Coordenação de obra e Estudos e Projetos - Engenharia Rural	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordenação das atividades e elaboração de programas na área de engenharia rural nos termos da legislação vigente;</li> <li>• Promoção do aproveitamento do excedente de água de poços públicos, através da elaboração de planos e projetos de produção integrada de alimentos;</li> <li>• Acompanhamento e orientação da operacionalização dos sistemas de dessalinização,</li> <li>• Acompanhamento e orientação das atividades de engenharia rural desenvolvidas pelas unidades regionais;</li> <li>• Realização do controle de quantidade e qualidade dos equipamentos e conjuntos de perfuração e manter cadastro de informações sobre as atividades de engenharia rural desenvolvidas pela Autarquia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudos hidrogeológicos e planos de aproveitamento;</li> <li>• Projetos de aproveitamento de resíduos sólidos;</li> <li>• Normas e procedimentos para análise de projetos e a contratação e execução de obras e serviços de engenharia rural;</li> <li>• Tabela de preços de obras e serviços de engenharia rural.</li> </ul>
9	Monitoramento de Convênios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise prévia das solicitações de convênios que tenham por objeto a execução de obras e serviços de engenharia;</li> <li>• Elaboração de minutas de convênios de execução de obras e serviços de engenharia;</li> <li>• Acompanhamento da análise técnica dos projetos;</li> <li>• Acompanhamento e avaliação da execução dos convênios de obras e serviços celebrados pela Autarquia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>
10	Desenvolvimento Tecnológico e Produção - Organização e Desenvolvimento Tecnológico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção da organização e a capacitação das comunidades usuárias dos projetos públicos de irrigação, visando a sua emancipação;</li> <li>• Promoção do acompanhamento, dos estudos e da difusão de novas técnicas e tecnologias agrícolas com ênfase na irrigação, visando ao</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudos para identificação de atividades agrícolas e agroindustriais;</li> <li>• Relatórios gerenciais e normas pertinentes à área.</li> </ul>

		<p>aumento da produção e da produtividade;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção, em parceria com o setor privado e outras instituições públicas, a implementação de áreas de experimentação e demonstração;</li> <li>• Promoção de ações voltadas ao aproveitamento das áreas a montante dos açudes públicos por meio da organização e capacitação dos usuários de áreas agricultáveis não irrigadas;</li> <li>• Promoção de ações, visando ao aproveitamento das áreas agricultáveis não irrigáveis.</li> </ul>	
11	Desenvolvimento Tecnológico e Produção - Operação e Manutenção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Supervisão e fiscalização da operação e manutenção das estruturas de uso comum dos projetos públicos de irrigação;</li> <li>• Fiscalização e controle dos usos da água com vistas à fixação da parcela da tarifa de água correspondente aos custos de operação e manutenção, na forma da legislação vigente;</li> <li>• Acompanhamento dos impactos ambientais decorrentes da implementação das áreas irrigadas e de sequeiro, monitorar o emprego de fertilizantes e defensivos agrícolas, bem como as condições de drenagem e os processos de salinização, e propor e executar as medidas mitigadoras necessárias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planos de operação e manutenção dos perímetros irrigados;</li> <li>• Relatórios gerenciais e normas pertinentes à área.</li> </ul>
12	Pesca e Aquicultura - Pesquisa e Assistência Técnica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exposição à apreciação os programas de cursos de pesca, aquicultura e atividades afins, Junto às comunidades e aos Centros de pesquisas, bem como integrar-se ao elenco de instrutores da Autarquia;</li> <li>• Acompanhamento do desenvolvimento técnico das comunidades usuárias e promoção a socialização das experiências bem sucedidas;</li> <li>• Elaboração de orientação, acompanhamento e fiscalização das atividades relacionadas aos cultivos em tanques-rede ou gaiolas nos reservatórios da Autarquia, inclusive ,procedendo aos estudos limnológicos;</li> <li>• Promoção da organização das comunidades usuárias da pesca e aqüicultura articulada com outras instituições;</li> <li>• Supervisão, em conjunto com a</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programação de estudos, pesquisas e difusões de tecnologias na área da pesca, aquicultura continental</li> <li>• Estudos de viabilidade econômica e financeira dos sistemas de cultivo de pescado;</li> <li>• Relatórios gerenciais e normas pertinentes à área;</li> <li>• Pareceres sobre pesquisa e assistência técnica nas áreas de competência da pesca, aqüicultura e atividades afins.</li> </ul>

		<p>Comissão indicada pela Coordenação, publicação dos trabalhos técnicos e científicos na área da pesca, aquicultura e atividades afins;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação e acompanhamento das atividades das Unidades Demonstrativas de Aquicultura com vistas à transferência de tecnologias às comunidades usuárias.</li> </ul>	
13	Pesca e Aquicultura - Fomento e Produção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção de alevinos de espécies autóctones e alóctones com vista ao equilíbrio ecológico das populações ictíficas das bacias hidrográficas dos açudes públicos e particulares;</li> <li>• Supervisão das atividades de produção e distribuição de alevinos e pós-larvas nas coleções de água pública e particular;</li> <li>• Acompanhamento e orientação das unidades de produção de alevinos na coleta de dados de produção e distribuição de alevinos;</li> <li>• Promoção da avaliação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, da produção de alevinos;</li> <li>• Contribuição com os projetos de construção ou reformas das estações de piscicultura;</li> <li>• Execução de projetos e/ou atividades de fomento em relação à produção de alevinos de pós-larvas;</li> <li>• Determinação da área de atuação de cada estação em relação aos municípios peixados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alevinos produzidos;</li> <li>• Normas e procedimentos técnicos sobre a produção de alevinos e povoamentos de coleções d'água;</li> <li>• Tabela de preços de pós-larvas, alevinos e reprodutores das estações e centros de pesquisas;</li> <li>• Estudos e pesquisas a serem executados pelos centros de pesquisas na área de fomento à produção.</li> </ul>
14	Pesca e Aquicultura - Monitoramento e Controle Estatístico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhamento e orientação das unidades descentralizadas na coleta de dados de produção de pescado nas coleções d'água do DNOCS para fins de avaliação bioeconômica;</li> <li>• Supervisão da rede de coleta de dados de desembarque de pescado nos açudes públicos administrados por esta Autarquia;</li> <li>• Acompanhamento do desenvolvimento técnico e socioeconômico das comunidades usuárias em articulação com órgãos governamentais e não governamentais;</li> <li>• Participação do processo de ordenamento da Aquicultura e da pesca extrativa nos açudes da Autarquia, considerando os aspectos socioeconômicos e ambientais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pareceres sobre organização e desenvolvimento tecnológico na atividade da pesca extrativa;</li> <li>• Relatórios gerenciais e normas pertinentes à área.</li> </ul>



		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise do processo de produção e comercialização do pescado de água doce.</li> </ul>	
--	--	--	--

### 1.5 - Macroprocessos de Apoio

Como já descrito no item “1.4 Macroprocessos finalísticos”, o diagnóstico realizado no DNOCS possibilitou a identificação dos macroprocessos de apoio. O rol de entregáveis/artefatos a serem entregues ao final da execução do serviço de “automação de processo de negócio” é o mesmo do item anterior. Os macroprocessos de apoio identificados encontram-se listados abaixo.

N	Nome do processo	Condução	Produtos
1	Protocolo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recebimento, registro, tramitação e expedir de documentos e processos no âmbito da Autarquia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Guias de tramitação</li> <li>• Relatórios gerenciais</li> </ul>
2	Planejamento e Orçamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração, monitoramento e avaliação os planos, programas e ações de acordo com as normas e legislações internas e externas;</li> <li>• Orientação na elaboração de planos complementares, supletivos ou subsidiários para realçar ou ampliar os resultados e efeitos dos planos, programas e ações;</li> <li>• Compatibilização do programa anual de trabalho com a programação financeira de Desembolso</li> <li>• Participação na elaboração da proposta orçamentária da Autarquia, compatibilizando-a com os objetivos, metas e alocação de recursos de conformidade com a política governamental;</li> <li>• Avaliação e acompanhamento dos créditos constantes da lei orçamentária anual;</li> <li>• Apreciação das solicitações de alterações orçamentárias, de planejamento, de programação e execução orçamentária e financeira sob os aspectos legais e propor as medidas cabíveis;</li> <li>• Análise e avaliação das solicitações de disponibilidade orçamentária;</li> <li>• Análise, avaliação das solicitações e procedimento as descentralizações de créditos;</li> <li>• Registro sistemático todas as alterações pertinentes à execução orçamentária e financeira;</li> <li>• Análise, acompanhamento e avaliação do desempenho das despesas;</li> <li>• Elaboração da previsão da receita em articulação com as demais áreas geradoras de receita;</li> <li>• Elaboração de relatórios gerenciais sobre a execução orçamentária;</li> <li>• Acompanhamento da elaboração e revisão dos planos e programas anuais e plurianuais e da programação orçamentária anual em consonância com o planejamento estabelecido.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proposta orçamentária anual;</li> <li>• Relatórios gerenciais de orçamento, planejamento e descentralização;</li> <li>• Previsão de receita.</li> </ul>
3	Licitação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Execução, acompanhamento e controle dos procedimentos licitatórios destinados à aquisição de bens e contratação de obras e serviços;</li> <li>• Prestação informações sobre o andamento dos processos licitatórios;</li> <li>• Apoio administrativo e logístico às Comissões de Licitação;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Normas e procedimentos de licitação para rotinas de</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientação e acompanhamento dos procedimentos licitatórios das Coordenadorias Estaduais e Manutenção dos registros atualizados das licitações em andamento.</li> </ul>	tramitação de processos licitatórios.
4	Recursos Humanos - Serviço Médico Social e segurança do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção de perícias médicas para fins de concessão de licenças, aposentadorias e outros casos previstos na Legislação;</li> <li>• Acompanhamento da implementação de programas de bem-estar social, de assistência médica, psicológica e odontológica, abrangendo medidas preventivas de higiene, medicina e segurança do trabalho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração e emissão de relatórios, laudos de perícia médica</li> </ul>
5	Recursos Humanos - Cadastro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Controle da lotação, do exercício e da frequência de pessoal;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatórios gerenciais</li> <li>• Emissão de certidões de tempo de serviços e demais atos que constem nos registros funcionais e pessoais</li> </ul>
6	Recursos Humanos - Pagamento de Pessoal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Controle e manutenção dos registros financeiros dos servidores, pagamento de pessoal e os procedimentos necessários ao recolhimento de encargos sociais, imposto de renda;</li> <li>• Controle das consignações em folha de pagamento e implementação os procedimentos relativos ao controle da folha de pagamento;</li> <li>• Acompanhamento das concessões e prestação de contas de diárias;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatórios gerenciais;</li> <li>• Consolidação da folha de pagamento.</li> </ul>
7	Recursos Humanos - Movimentação de Pessoal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instrução dos processos de revisão de enquadramento e posicionamento no Plano de Classificação de Cargos;</li> <li>• Elaboração e preparo dos expedientes necessários ao processamento da progressão funcional;</li> <li>• Elaboração dos expedientes e/ou apostilas referentes a provimentos e vacância;</li> <li>• Elaboração e acompanhamento dos atos de concessão de aposentadoria, de pensão e outros desligamentos de pessoal, bem como elaborar e controlar os atos de movimentação de pessoal;</li> <li>• Elaboração dos expedientes para o preenchimento de cargos do grupo DAS funções gratificadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Emissão documentos para criação de comissões, preenchimentos de cargos comissionadas, funções gratificadas, provimentos, vacâncias, progressão e demais atos correlatos</li> </ul>
8	Recursos Humanos - Núcleo de Capacitação Pessoal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção de ações para a participação dos servidores em programas de treinamento e eventos de capacitação;</li> <li>• Planejamento, coordenação, supervisão, execução e controle das atividades de recrutamento, seleção e contratação de pessoal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano anual de capacitação;</li> <li>• Relatórios gerenciais</li> </ul>
9	Recursos Logísticos - Atividades Gerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fiscalização das instalações, zelando pela manutenção e segurança dos prédios e bens móveis da Autarquia;</li> <li>• Fiscalização da execução dos contratos de serviços na sua área de competência;</li> <li>• Promoção das ações relativas à prevenção de incêndio;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatório de funcionamento dos veículos;</li> <li>• Relatórios</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Execução das atividades relativas aos serviços de vigilância, limpeza, telefonia e conservação de edifícios;</li> <li>• Execução e controle das atividades inerentes às requisições de passagens.</li> <li>• Manutenção, utilização e controle das viaturas de acordo com a programação de serviços e atendimentos eventuais;</li> </ul>	<p>gerenciais;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Documentos de planejamento, gestão, controle e fiscalização pertinentes aos contratos de sua área.</li> </ul>
10	Recursos Financeiros - Execução Orçamentária e Financeira	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Controle dos saldos de empenho e restos a pagar;</li> <li>• Controle da concessão de suprimento de fundos e diárias;</li> <li>• Registro das ordens bancárias e demais documentos que configurem atos e fatos da gestão orçamentária e financeira;</li> <li>• Registro das notas de programação financeira;</li> <li>• Registro dos convênios, os contratos e seus respectivos aditivos;</li> <li>• Controle das disponibilidades financeiras dos convênios de receita;</li> <li>• Recolhimento e controle da receita diretamente arrecadada das Unidades Gestoras;</li> <li>• Controle dos pagamentos de amortização e encargos de financiamento da dívida contratual.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Notas de empenho, pré-empenho e ordens bancárias;</li> <li>• Processos de reconhecimento de dívidas.</li> </ul>
11	Recursos Financeiros - Contabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise dos processos e documentos relativos a despesas e receitas;</li> <li>• Procedimento a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão;</li> <li>• Promoção da instauração de tomada de contas especiais;</li> <li>• Manutenção do rol de responsáveis pelos atos de gestão;</li> <li>• Orientação na aplicação do Plano de Contas e consolidação dos demonstrativos dos órgãos regionais e periféricos;</li> <li>• Registro dos atos e fatos contábeis da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;</li> <li>• Acompanhamento e elaboração dos lançamentos referentes à arrecadação da receita no âmbito das Coordenadorias Estaduais e da Administração Central;</li> <li>• Controle, acompanhamento e consolidação dos balanços e dos demonstrativos contábeis da Autarquia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Balanço patrimonial e demais demonstrativos contábeis;</li> <li>• Relatórios gerenciais;</li> <li>• Prestação de contas anual e suprimento de fundo.</li> </ul>
12	Recursos Logísticos - Materiais e Patrimônio	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instrução de processos de alienação, cessões, permutas e doações de bens;</li> <li>• Elaboração dos mapas de variação patrimonial e o Relatório Mensal de Bens Móveis e do Almoxarifado;</li> <li>• Classificação, especificação e catalogação de material;</li> <li>• Recebimento e registro dos pedidos de aquisição de material para encaminhamento à Divisão de Licitação;</li> <li>• Recebimento, registro, estocagem, controle e distribuição de material;</li> <li>• Identificação, registro e controle dos bens móveis e imóveis.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inventário de bens patrimoniais e tomada de contas de materiais de consumo;</li> <li>• Avaliação de imóveis não operacionais;</li> <li>• Relatórios de catalogação de material.</li> </ul>

1 3	Auditoria Interna - Auditoria de Gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificação da conformidade, às normas vigentes, dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e a propriedade dos gastos realizados;</li> <li>• Verificação da eficiência, eficácia e efetividade dos resultados obtidos pelas unidades sobre os atos e fatos da gestão;</li> <li>• Emissão de parecer prévio sobre as contas anuais e tomada de contas especiais da Entidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatórios e pareceres de auditoria.</li> </ul>
1 4	Auditoria Interna - Auditoria de Gestão de Pessoal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificação da consistência dos atos de aposentadoria, pensão e admissão de pessoal;</li> <li>• Verificação da consistência de processos referentes a direitos, vantagens, benefícios, concessões e prestação de contas de diárias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatórios e pareceres de auditoria</li> <li>• Recomendações para apuração de denúncias e irregularidades</li> </ul>
1 5	Procuradoria - Análise Jurídica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apreciação e emitir opinião em projetos de atos normativos a serem expedidos ou propostos, quando expressarem matéria jurídica;</li> <li>• Realizar estudos e emitir pareceres e informações, quando solicitado, sobre questões jurídicas e nos processos de servidores quanto ao aspecto jurídico-legal;</li> <li>• Sanear processos administrativos, disciplinares e sindicâncias;</li> <li>• Promoção do acompanhamento jurídico dos processos licitatórios;</li> <li>• Análise, prévia e conclusivamente, os textos de editais de licitação, de contratos, de convênios e demais atos</li> <li>• Análise dos atos pelos quais se irá reconhecer a inexigibilidade ou decidir pela dispensa de licitação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Emissão de pareceres e análises jurídicas sobre editais, contratos, projetos, atos normativos, convênios, processos administrativos disciplinares, ou outros instrumentos congêneres.</li> </ul>
1 6	Procuradoria - Contencioso e Desapropriação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação das providências necessárias à defesa do DNOCS, em juízo ou fora dele;</li> <li>• Ajuizar os procedimentos judiciais que se fizerem necessários ao reconhecimento e preservação dos direitos e interesses do DNOCS;</li> <li>• Orientação do cumprimento de decisões proferidas em processos judiciais;</li> <li>• Promoção das ações de desapropriação amigáveis ou judicializadas necessárias à implantação dos programas;</li> <li>• Supervisão das ações de desapropriação do DNOCS</li> <li>• Análise das propostas de declaração de utilidade pública ou interesse social de áreas a serem desapropriadas;</li> <li>• Formulação e proposição à Diretoria Colegiada do valor de indenizações para liquidação de desapropriações necessárias à execução de serviços e obras que excedam o limite de tomada de preços da Lei de Licitações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Emissão de normas e pareceres sobre desapropriação.</li> </ul>
1 7	Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Execução das atividades regulares relacionadas às várias contratações da área de TI em consonância com a IN 04-2010-MPOG, compreendendo as atividades de planejamento, seleção, gestão e fiscalização dos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Artefatos de planejamento, seleção, gestão e</li> </ul>

		fornecedores de bens e serviços de tecnologia da informação.	fiscalização previstos na instrução normativa.
--	--	--	--

### 1.6 - Principais Parceiros

O DNOCS tem se pautado por um posicionamento aberto e muito ativo no desenvolvimento de parcerias, tendo, assim, parcerias de longa data, inclusive com instituições conceituadas, as quais têm desempenhado um papel fundamental no cumprimento de sua missão institucional. Dentre elas pode-se citar:

- Ministério da Integração Nacional – MI;
- Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional - MI;
- Secretaria Nacional de Irrigação do Ministério da Integração Nacional - MI;
- Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional – MI;
- Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional - MI;
- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF;
- Superintendências Regionais de Desenvolvimento;
- Agência Nacional de Águas - ANA;
- Ministério do Meio Ambiente – MMA;
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;
- Ministério da Pesca e Aquicultura (antiga SEAP);
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE;
- Banco do Nordeste do Brasil;
- Banco do Brasil S.A.;
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;
- Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA;
- Banco Mundial;
- Universidades Federais e Estaduais da Região Nordeste;
- Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará;
- Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – FUNCEME;
- Secretarias e Companhias Estaduais de Gestões de Recursos Hídricos;
- Secretarias Estaduais de Aquicultura e Pesca;
- Secretarias Estaduais de Desenvolvimento Agrário;
- Instituições Estaduais e Municipais envolvidas com a temática do meio ambiente, meteorologia e geoprocessamento;
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE;
- Entidades do setor privado envolvidas com o tema recursos hídricos e irrigação;
- Associação Cearense de Aquicultores – ACEAq;
- Cooperativas;
- Classe empresarial;
- Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES;
- Empresas Públicas e Privadas de Assistência Técnica ao setor agrícola;
- Associações produtores rurais, irrigantes e vazanteiros;

- Associações de aquicultores da Região Nordeste.
- Intercâmbios Internacionais na área de aquicultura

## **2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127/2013.**

### **2.1. - Planejamento da Unidade**

Visando atender à premente necessidade de se ter, na instituição DNOCS, o Planejamento Estratégico que norteie as ações da Autarquia, bem como ao acórdão do TCU de nº 592/2011, o Senhor Diretor Geral aprovou solicitação de composição de grupo de trabalho para o cumprimento desse intento, oriunda da Coordenação Geral de Planejamento Estratégico.

Pela Portaria nº 536/DG/CGPE, de 05 de dezembro de 2013, publicada no Boletim Administrativo nº 108, de 31 de dezembro de 2013, que consubstancia a aprovação retro mencionada, formaliza-se a elaboração do planejamento estratégico para o DNOCS, consentâneo com o Plano Plurianual 2012-2015, ao se instituir o Comitê Gestor de Planejamento Estratégico Institucional, composto por um Núcleo Executivo e uma Comissão Operacional de Planejamento Estratégico – COPE.

O Núcleo Executivo conta em sua composição com os integrantes da Alta Administração da Autarquia, a saber: O Diretor Geral; o Coordenador Geral de Planejamento e Gestão Estratégica; o Auditor Chefe; o Diretor de Desenvolvimento Tecnológico e Produção; o Diretor de Infraestrutura Hídrica e o Diretor Administrativo.

Ao Núcleo Executivo compete orientar as diretrizes gerais para o processo de planejamento e aprovar os instrumentos indicados pela Comissão Operacional de Planejamento Estratégico; implementar e difundir uma cultura de planejamento que integre todas as unidades organizacionais; e possibilitar a capacitação dos profissionais que atuam no contexto do planejamento.

A Comissão Operacional de Planejamento Estratégico – COPE, está incumbida de: formular metodologias e modelos básicos dos instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação que traduzam as diretrizes institucionais; submeter o Plano Estratégico ao Núcleo Executivo para análise e validação; e orientar e acompanhar o processo de implementação do Plano Estratégico.

A Lei Nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015, será o norte na elaboração do Planejamento Estratégico Institucional - PEI, notadamente no que se refere aos macrodesafios relativos ao Projeto Nacional de Desenvolvimento apoiado na redução das desigualdades regionais e na continuidade da transformação produtiva ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda e a expansão da infraestrutura produtiva, garantindo a integração do Território Nacional e do país com a América do Sul.

Em reuniões embrionárias ocorridas no âmbito da CGPE foram estabelecidas premissas básicas, dentre as quais a definição do perfil organizacional, tendo como suporte trabalhos anteriormente realizados e que apresentam a seguinte situação:

O DNOCS é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Integração Nacional, criada com a finalidade de desenvolver ações voltadas para mitigar os efeitos das secas, transformar a realidade socioeconômica de uma região através da oferta de oportunidades e do atendimento a demandas oriundas da sociedade e/ou representações políticas regionais, dotando o semiárido de uma estrutura hídrica sustentável através do desenvolvimento e aproveitamento racional dos recursos hídricos e tecnológicos.

Os recursos orçamentários e financeiros são provenientes do Tesouro Nacional, de recursos externos, convênios e Termos de Cooperação para Descentralizações de Créditos (Destaques), que remuneram todos os compromissos e obrigações assumidas pela organização.

Conta com servidores de carreira, do quadro do DNOCS inclusos no PGPE, conta também com mão de obra terceirizada e servidores cedidos de outros órgãos. Para consecução de suas ações desenvolve, adquire e firma convênios para desenvolvimento tecnológico.

Como portfólio de produtos o DNOCS apresenta o desenvolvimento de recursos hídricos através da construção de barragens, poços, adutoras e perímetros de irrigação, o desenvolvimento da produção agrícola e de tecnologias voltadas para o seu aproveitamento, a geração de energia elétrica através de pequenas e médias usinas, a difusão e adaptação de tecnologias nos seguimentos de sua atuação, o aproveitamento das áreas de montante através da agricultura de subsistência.

Pela atuação do Departamento será beneficiada toda a sociedade inserida na área de atuação do DNOCS percebe, direta ou indiretamente, os reflexos de suas ações, portanto, toda a população do semiárido é potencialmente um cliente da organização. De forma indireta e mais ampla, beneficia, também, a sociedade brasileira, na medida em que confere uma política voltada para o homem do campo, evitando o êxodo rural.

Outra questão a se levar em consideração é a cultura interna da organização (modo como interagem as pessoas e grupos). O DNOCS é uma instituição centenária, com um grande contingente de técnicos seniores e com vários anos de dedicação ao órgão, por isso há uma forte ligação entre pequenos grupos, quase uma grande família, sendo notória a prevalência da estrutura informal, onde há ações tratadas na informalidade para só depois serem providenciadas as respectivas rotinas administrativas requeridas. Existe, também, uma carência na capacitação de servidores e na evolução dos processos internos, antigos e obsoletos, e incorporados por pessoas que resistem às mudanças com medo de perderem seu “status quo”, contribuindo, também, para a falta de integração muito presente na Organização, com ausência de comunicação horizontal.

Conclui-se, assim, que, pelas características das ações desenvolvidas pelo órgão serem de grande magnitude e de grande alcance social, o mercado receptor é rico em oportunidades relacionadas com as atividades da instituição, existindo condições adequadas para o DNOCS ampliar suas ações, necessitado, para isso, maximizar a eficiência institucional na consecução dessas ações e obter o reconhecimento da sociedade diante desse trabalho realizado, o que possibilita o surgimento de novas demandas. No entanto, novas competências, reflete na necessidade de reformulação estrutural do DNOCS, na construção e fortalecimento de parcerias e na recomposição de seu quadro funcional (concurso público).

Sua atuação sofre, no entanto, restrições técnicas, tais como: o cumprimento de legislações específicas, a quantidade insuficiente de pessoal, a insuficiência de treinamentos de recursos humanos e a inexistência de um plano de carreira, cargos e salários; restrições políticas, visto que algumas ações que impactam vários Estados e exigem mais da engenharia política que da própria engenharia civil na elaboração/aprovação orçamentária, até porque os principais cargos são preenchidos por indicação política e restrições econômicas (o DNOCS depende de repasse da União através do OGU, que via de regra sofre limitações e contingenciamento próprias da carência de recurso).

## **2.2 – Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados**

No exame do comportamento da programação orçamentária do DNOCS, é possível verificar que, em relação ao PLOA 2013, houve um acréscimo de 7,08% advindo de emendas parlamentares na Lei Orçamentária e de 7,72% no início do exercício, através da reabertura de Créditos Extraordinários (MP N° 598, de 27 de dezembro de 2012). No entanto, estes Créditos Extraordinários não foram convertidos em lei.

### **2.2.3 Ações**

#### **2.2.3.1 Ações – OFSS**



Em relação à Lei Orçamentária Anual, o DNOCS atua nas seguintes ações:

**Quadro 2 - A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS**

Identificação da Ação						
Código	0181				TIPO: Operações Especiais	
Título	<b>PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS</b>					
Iniciativa	Não descrita na Lei Nº 12.593/2012 (que institui o Plano Plurianual 2012-2015)					
Objetivo	Não descrito na Lei Nº 12.593/2012 (Plano Plurianual 2012-2015)				CÓDIGO:	
Programa	<b>PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO</b>					
	CÓDIGO:	0089			TIPO: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
436.925.904,00	504.372.286,00	497.975.866,62	497.760.901,18	497.760.901,18	865,52	1.018,05
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Não se aplica						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Não se aplica			
Esta é uma ação padronizada, com atributos comuns a todas as Unidades Orçamentárias.						
Identificação da Ação						
Código	0005				TIPO: Operações Especiais	
Título	<b>CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS)</b>					
Iniciativa	Não descrita na Lei Nº 12.593/2012 (que institui o Plano Plurianual 2012-2015)					
Objetivo	Não descrito na Lei Nº 12.593/2012 (Plano Plurianual 2012-2015)				CÓDIGO:	
Programa	<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS</b>					
	CÓDIGO:	0901			TIPO: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
19.964.350,00	18.103.061,00	18.099.620,01	18.099.620,01	18.099.620,01	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado

Não se aplica						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Não se aplica			
Esta é uma ação padronizada, com atributos comuns a todas as Unidades Orçamentárias.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	00G5			TIPO: Operações Especiais		
Título	<b>CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR</b>					
Iniciativa	Não descrita na Lei Nº 12.593/2012 (que institui o Plano Plurianual 2012-2015)					
Objetivo	Não descrito na Lei Nº 12.593/2012 (Plano Plurianual 2012-2015)			CÓDIGO:		
Programa	<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS</b>					
	CÓDIGO:	0901		TIPO: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.020.564,00	2.020.564,00	438.640,66	438.640,66	438.640,66	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Não se aplica						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Não se aplica			
Esta é uma ação padronizada, com atributos comuns a todas as Unidades Orçamentárias.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	0716			TIPO: Operações Especiais		
Título	<b>CUMPRIMENTO DE DÉBITOS JUDICIAIS PERIÓDICOS VINCENDOS</b>					
Iniciativa	Não descrita na Lei Nº 12.593/2012 (que institui o Plano Plurianual 2012-2015)					
Objetivo	Não descrito na Lei Nº 12.593/2012 (Plano Plurianual 2012-2015)			CÓDIGO:		
Programa	<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS</b>					
	CÓDIGO:	0901		TIPO: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.465,00	7.465,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		

Não se aplica						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Não se aplica			
Esta é uma ação padronizada, com atributos comuns a todas as Unidades Orçamentárias. O recursos foram solicitados na natureza de despesa 31 (pessoal e encargos) por se tratar débitos vincendos relativa a pensão judicial, não sendo possível a utilização por ter sido alocados em Lei na natureza de despesas 33(Outras Despesas Correntes).						
Identificação da Ação						
Código	20EY			TIPO: Atividade		
Título	<b>ADMINISTRAÇÃO DE PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO</b>					
Iniciativa	021B - Administração, operação, manutenção, revitalização e apoio à produção em projetos públicos de irrigação de interesse social					
Objetivo	Viabilizar a administração, operação, manutenção, revitalização, regularização e o apoio à produção dos perímetros de interesse social, visando garantir sua gestão operacional			CÓDIGO: 0543		
Programa	<b>AGRICULTURA IRRIGADA</b>					
	CÓDIGO:	2013		TIPO: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.450.000,00	1.160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Perímetro irrigado mantido			unidade	2,00	2,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Perímetro irrigado mantido	unidade		
Devido a ausência de regulamentação da Lei no 12.787, de 11/01/2013, não existem parâmetros para identificar os Perímetros considerados de interesse social, para os quais essa ação se destina de forma específica, dificultando, portanto, a definição de quais projetos podem ser atendidos por essa ação.						
Identificação da Ação						
Código	20WP			TIPO: Atividade		
Título	<b>REABILITAÇÃO DE PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO</b>					
Iniciativa	021B - Administração, operação, manutenção, revitalização e apoio à produção em projetos públicos de irrigação de interesse social					
Objetivo	Viabilizar a administração, operação, manutenção, revitalização, regularização e o apoio à produção dos perímetros de interesse social, visando garantir sua gestão operacional			CÓDIGO: 0543		
Programa	<b>AGRICULTURA IRRIGADA</b>					
	CÓDIGO:	2013		TIPO: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input checked="" type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
23.964.024,00	18.249.512,00	14.445.525,60	14.445.525,60	2.732.221,89	0,00	11.713.303,71
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Perímetro reabilitado		unidade/ano	7,00	7,00	6,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Perímetro reabilitado	unidade/ano	0,00	
DOTAÇÃO CONTIDA PELA SOF: R\$ 3.347.803,00						
Na Região Nordeste: Os recursos foram utilizados em atividades presentes no escopo do Programa Mais Irrigação, tais como: Deslocamento de técnicos para a realização de levantamentos acerca de atividades previstas no referido Programa, elaboração de Projetos e realização de obras e serviços de engenharia. No estado do Ceará: Ocorreu atraso no processo licitatório. Não sendo possível a entrega dos equipamentos adquiridos ainda no ano de 2013, a conclusão da atividade ficou para o ano de 2014.						
Identificação da Ação						
Código	6566			TIPO: Atividade		
Título	<b>ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA</b>					
Iniciativa	021T - Estudos e projetos para implantação de perímetros de irrigação					
Objetivo	Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.			CÓDIGO: 0544		
Programa	<b>AGRICULTURA IRRIGADA</b>					
	CÓDIGO:	2013		TIPO: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
500.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Estudo realizado		Unidade	1,00	1,00	0,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
332.529,49	30.341,36	0,00	Estudo realizado	Unidade	0,00	
A não execução física e orçamentária desta, se deve ao fato de o valor disponibilizado ser insuficiente para a realização do proposto no cadastro da ação, ou seja, contratar estudos e projetos. O valor desta deveria ser majorado para permitir a realização desta ação.						
Identificação da Ação						
Código	100N			TIPO: Projeto		

Título	<b>IMPLANTAÇÃO DO PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO BARRAGEM SANTA CRUZ DO APODI COM 5.200 ha NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE</b>					
Iniciativa	022H - Implantação do Perímetro de Irrigação Santa Cruz do Apodi/RN					
Objetivo	Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.				CÓDIGO: 0544	
Programa	<b>AGRICULTURA IRRIGADA</b>					
	CÓDIGO:	2013			TIPO: Temático	
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	( x ) Sim	( ) Não	Caso positivo:	( x ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
34.200.000,00	53.186.948,00	53.186.948,00	15.974.219,92	10.233.687,88	5.740.532,04	37.212.728,08
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>		<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>			
			<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>	
Obra executada		% execução física	16,00	16,00	6,00	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
43.382.645,53	3.594.152,50	31.893.547,00	Obra executada	% execução física	1,00	
Obra em andamento. Encontram-se em ação os serviços de implantação do perímetro (obras civis e supervisão) e desapropriação. A execução da obra sofreu redução do físico planejado devido à rescisão contratual solicitada pela empresa líder do consórcio, o que ocasionou atrasos na execução da obra e também do cancelamento do empenho associado ao consórcio. LOA + Créditos: Apenas para o pagamento de serviços de obras. O RAP Não processado refere-se inclusive ao pagamento dos serviços de supervisão e desapropriação.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	12FS				TIPO: Projeto	
Título	<b>IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO TABULEIRO SAO BERNARDO COM 5.000 ha NO ESTADO DO MARANHÃO</b>					
Iniciativa	00GM - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiros de São Bernado/MA					
Objetivo	Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.				CÓDIGO: 0175	
Programa	<b>AGRICULTURA IRRIGADA</b>					
	CÓDIGO:	2013			TIPO: Temático	
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	( x ) Sim	( ) Não	Caso positivo:	( x ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
7.600.000,00	1.900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>		<b>Unidade de</b>	<b>Montante</b>			

			medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada			% execução física	5,00	5,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
0,00	0,00	0,00	Obra executada	% execução física		
DOTAÇÃO CONTIDA PELA SOF: R\$ 1.900.000,00						
Ação em fase preparatória para licitação.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	12OB			TIPO: Projeto		
Título	<b>TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DE PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO</b>					
Iniciativa	0013 - Transferência de Perímetros Públicos de Irrigação					
Objetivo	Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.			CÓDIGO: 0175		
Programa	<b>AGRICULTURA IRRIGADA</b>					
	CÓDIGO:	2013		TIPO: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
17.600.000,00	18.480.000,00	8.682.039,89	3.062.900,65	3.038.517,37	24.383,28	5.619.139,24
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>			<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>		
				<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>
Perímetro transferido			unidade	4,00	4,00	5,00
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
8.922.600,20	4.050.660,33	961.864,48	Perímetro transferido	unidade	0,00	
Os recursos orçamentários foram utilizados para atender as seguintes necessidades de Perímetros Irrigados, importantes no processo de transferência de gestão, tais como: elaboração de Projeto Básico para recuperação de um perímetro irrigado, obtenção de licença ambiental e outras atividades compatíveis com o processo de transferência de gestão.						
Os recursos do RAP destinaram-se ao atendimento das seguintes necessidades importantes no processo de transferência de gestão, tais como: pagamentos de Contatos de Delegação de Competência, legitimados pela Portaria Ministerial nº 1.529 de 02/10/2007, de serviços de obras de recuperação em um Perímetro Irrigado e de outras atividades compatíveis com o processo de transferência de gestão. Quanto ao plano orçamentário relacionado à Assistência Técnica e Extensão Rural, esta atividade sofre um impasse jurídico-institucional, para o qual a Autarquia está buscando solução junto à CONJUR/MI.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	140X			TIPO: Projeto		
Título	<b>REGULARIZACAO AMBIENTAL E FUNDIARIA DE PERIMETROS PUBLICOS DE IRRIGACAO</b>					
Iniciativa	00HD - Promover a regularização ambiental e fundiária em projetos públicos de irrigação com transferência da titularidade dos lotes aos produtores					

Objetivo	Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.				CÓDIGO: 0175	
Programa	<b>AGRICULTURA IRRIGADA</b>					
	CÓDIGO:	2013				TIPO: Temático
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Seca					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
50.000,00	50.000,00	41.959,43	35.795,93	35.795,93	0,00	0,00
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>		<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>			
			<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>	
Regularização efetivada		unidade	1,00	1,00	3,00	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física – Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
5.132.097,11	0,00	5.132.097,11	Regularização efetivada	unidade	0,00	
Considerando a insuficiência de recursos para realização de todas as atividades necessárias, os recursos utilizados destinaram-se à obtenção de licenças de operação de dois perímetros e pagamento de despesas de deslocamento de técnicos para cumprir atividades ligadas a Termos de Ajuste de Conduta em perímetro irrigado referente à desapropriação da área.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	1012			TIPO: Projeto		
Título	<b>IMPLANTAÇÃO DO PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO BAIXO ACARAÚ - 2ª ETAPA - COM 4.168 ha NO ESTADO DO CEARÁ</b>					
Iniciativa	00GR - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú/CE					
Objetivo	Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.				CÓDIGO:	0175
Programa	<b>AGRICULTURA IRRIGADA</b>					
	CÓDIGO:	2013				TIPO: Temático
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Seca					
Ação Prioritária	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input checked="" type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
15.198.921,00	26.022.192,00	25.938.879,83	742.722,18	742.722,18	0,00	25.196.157,65
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>		<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>			
			<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>	
Projeto executado		% execução física	7,00	7,00	1,00	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			

Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
54.675.229,95	37.113.934,77	0,00	Projeto executado	% execução física	6,00	
Obra em andamento com previsão de conclusão para 31/10/2014. Atualmente com 72% das obras finalizadas						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	1017			TIPO: Projeto		
Título	<b>IMPLANTAÇÃO DO PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO TABULEIRO DE RUSSAS - 2ª ETAPA - COM 3.600 ha NO ESTADO DO CEARÁ</b>					
Iniciativa	00GV - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Tabuleiros de Russas/CE					
Objetivo	Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.			CÓDIGO: 0175		
Programa	<b>AGRICULTURA IRRIGADA</b>					
	CÓDIGO:	2013		TIPO: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Seca					
Ação Prioritária	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input checked="" type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
22.800.000,00	33.781.161,00	26.201.859,35	14.551.803,83	14.551.803,83	0,00	11.650.055,52
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>		<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>			
			<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>	
Projeto executado		% execução física	13,00	13,00	6,00	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
14.468.936,41	13.802.762,12	0,00	Projeto executado	% execução física	7,00	
DOTAÇÃO CONTIDA PELA SOF: R\$ 7.049.775,00						
Obras civis concluídas, restando as obras de implantação do reassentamento que encontram-se atualmente em execução com conclusão prevista para agosto de 2014.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	1021			TIPO: Projeto		
Título	<b>TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DE PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO - TABULEIROS LITORÂNEOS - PARNAÍBA - PI</b>					
Iniciativa	00GW - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos do Piauí/PI					
Objetivo	Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.			CÓDIGO: 0175		
Programa	<b>AGRICULTURA IRRIGADA</b>					
	CÓDIGO:	2013		TIPO: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Seca					
Ação Prioritária	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input checked="" type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						



Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
25.600.000,00	30.600.000,00	30.599.999,08	3.871.039,23	3.871.039,23	2.249.568,72	24.479.391,13
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Perímetro irrigado transferido		Unidade	8,00	8,00	3,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
62.584.004,87	898.122,94	0,00	Perímetro irrigado transferido	unidade	0,00	
Esta obra esteve paralisada até agosto de 2013, retardando o avanço físico no presente exercício. Com um avanço físico total registrado de 64%.						
Identificação da Ação						
Código	1025			TIPO: Projeto		
Título	<b>IMPLANTAÇÃO DO PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO ARARAS NORTE - 2ª. ETAPA COM 1.619 Ha NO ESTADO DO CEARÁ</b>					
Iniciativa	00GQ - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Araras Norte/CE					
Objetivo	Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.			CÓDIGO: 0175		
Programa	<b>AGRICULTURA IRRIGADA</b>					
	CÓDIGO:	2013		TIPO: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Seca					
Ação Prioritária	( x ) Sim	( ) Não	Caso positivo:	( x ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.940.000,00	7.800.500,00	4.185.000,00	2.355.196,10	1.224.535,66	1.561.091,32	1.829.803,90
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Projeto executado		% execução física	15,00	15,00	4,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
17.480.176,03	6.674.974,10	0,00	Projeto executado	% execução física	0,00	
DOTAÇÃO CONTIDA PELA SOF: R\$ 3.615.500,00						
A execução das obras Obras civis foram reiniciadas em junho. A execução financeira relativa ao RAP não gera impacto inicial no físico da obra, pois foi oriundo de fornecimento de equipamentos à obra pendentes de serem implantados.						
Identificação da Ação						
Código	1028			TIPO: Projeto		
Título	<b>IMPLANTAÇÃO DO PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO PLATÔS DE GUADALUPE - 2ª ETAPA - COM 10.595HA NO ESTADO DO PIAUÍ</b>					

Iniciativa	00GU - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe/PI					
Objetivo	Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.				CÓDIGO: 0175	
Programa	<b>AGRICULTURA IRRIGADA</b>					
	CÓDIGO:	2013			TIPO: Temático	
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> ( x ) Sim	<input type="checkbox"/> ( ) Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> ( x ) PAC	<input type="checkbox"/> ( ) Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
19.000.000,00	19.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>		<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>			
			<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>	
Projeto executado		% execução física	8,00	8,00	0,00	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
9.209.415,42	185.232,79	0,00	Projeto executado	% execução física	0,00	
Esta obra encontra-se atualmente paralisada. No momento está em andamento o processo para a contratação de uma CDRU onerosa com a finalidade de concluir as obras e exploração da área. Os valores pagos de RAP referem-se à última medição dos contratos de supervisão da obra, o que não gera reflexo direto no físico da obra.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	10BC				TIPO: Projeto	
Título	<b>IMPLANTACAO DE PROJETOS DE IRRIGACAO - EM MUNICIPIOS -NO ESTADO DE MINAS GERAIS</b>					
Iniciativa	022E - Implantação do Perímetros de Irrigação - Nacional					
Objetivo	Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.				CÓDIGO: 0544	
Programa	<b>AGRICULTURA IRRIGADA</b>					
	CÓDIGO:	2013			TIPO: Temático	
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> ( ) Sim	<input checked="" type="checkbox"/> ( x ) Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> ( ) PAC	<input type="checkbox"/> ( ) Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
750.000,00	750.000,00	749.994,50	0,00	0,00	97.150,00	749.994,50
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>		<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>			
			<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>	
Projeto apoiado		unidade	20,00	20,00	0,00	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			

Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
5.200.329,08	286.504,08	0,00	Projeto apoiado	unidade	0,00	
Recursos orçamentários oriundos de emenda parlamentar, liberados próximo do final do exercício de 2013. Os recursos foram empenhados na aquisição de materiais para redes de distribuição de água e as ações serão executadas no exercício de 2014.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	5934			TIPO: Projeto		
Título	<b>TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DO PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO JAGUARIBE-APODI COM 5.393 HA - NO ESTADO DO CEARÁ</b>					
Iniciativa	00FV - Administração, Operação, Manutenção e Revitalização de Perímetros Públicos de Irrigação.					
Objetivo	Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.			CÓDIGO: 0175		
Programa	<b>AGRICULTURA IRRIGADA</b>					
	CÓDIGO:	2013		TIPO: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input checked="" type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
5.472.000,00	5.472.000,00	22.739,45	22.739,45	22.739,45	0,00	0,00
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>		<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>			
			<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>	
Perímetro irrigado transferido		% execução física	19,00	19,00	0,00	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
0,00	0,00	0,00	Perímetro irrigado transferido	% execução física	0,00	
Os recursos foram utilizados na obtenção de licença prévia para a realização de obra no perímetro Jaguaribe Apodi. No entanto, houve atraso no processo licitatório, que prosseguirá durante o ano de 2014.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	5980			TIPO: Projeto		
Título	<b>TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DO PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO SÃO GONÇALO COM 2.402 HA - NO ESTADO DA PARAÍBA</b>					
Iniciativa	00I2 - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação São Gonçalo/PB					
Objetivo	Viabilizar a administração, operação, manutenção, revitalização, regularização e o apoio à produção dos perímetros de interesse social, visando garantir sua gestão operacional			CÓDIGO: 0543		
Programa	<b>AGRICULTURA IRRIGADA</b>					
	CÓDIGO:	2013		TIPO: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input checked="" type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.420.000,00	2.774.000,00	1.054.850,12	849.559,09	849.559,09	0,00	205.291,03
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Perímetro irrigado transferido		% execução física	48,00	48,00	12,00	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Perímetro irrigado transferido	% execução física	0,00	
Os recursos utilizados na elaboração do Projeto Básico para modernização da infraestrutura do perímetro São Gonçalo e aquisição de bens para utilização em atividades relacionadas ao perímetro, com execução em 2014						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	5984			TIPO: Projeto		
Título	<b>TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DO PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO MOXOTÓ COM 6.491 HA - NO ESTADO DE PERNAMBUCO</b>					
Iniciativa	021J - Transferência da gestão dos empreendimentos de interesse social					
Objetivo	Viabilizar a administração, operação, manutenção, revitalização, regularização e o apoio à produção dos perímetros de interesse social, visando garantir sua gestão operacional			CÓDIGO: 0543		
Programa	<b>AGRICULTURA IRRIGADA</b>					
	CÓDIGO:	2013		TIPO: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input checked="" type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
9.000.000,00	9.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Perímetro irrigado transferido		% execução física	14,00	14,00	0,00	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
8.495.768,00	0,00	1.103.100,00	Perímetro irrigado transferido	% execução física	0,00	
Durante a realização dos estudos para Revitalização do Perímetro Moxotó, verificou-se problemas de salinização em 75% do perímetro, o que gerou necessidade de redefinição das ações a serem adotadas, estando o caso em discussão junto ao MI.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	7014			TIPO:		Projeto
Título	<b>TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DO PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO BAIXO AÇU COM 5.168 HA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE</b>					
Iniciativa	00FV - Administração, Operação, Manutenção e Revitalização de Perímetros Públicos de Irrigação					
Objetivo	Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.			CÓDIGO:		0175

Programa	<b>AGRICULTURA IRRIGADA</b>					
	CÓDIGO:	2013	TIPO:	Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
3.069.000,00	2.455.200,00	2.437.223,01	196.000,00	196.000,00	0,00	2.241.223,01
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>		<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>			
			<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>	
Perímetro irrigado transferido		% execução física	78,00	78,00	5,00	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
2.529.726,84	0,00	2.529.726,84	Perímetro irrigado transferido	% execução física	0,00	
Recursos utilizados na aquisição e instalação de medidores de vazão, bem como em obras de recuperação da infraestrutura de uso comum no Perímetro.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	2D93			TIPO:	Atividade	
Título	<b>MONITORAMENTO HIDROAMBIENTAL NOS RESERVATÓRIOS DO DNOCS - NA REGIÃO NORDESTE</b>					
Iniciativa	02GE - Implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de Recursos Hídricos: plano, enquadramento, outorga, cobrança e sistema de informação					
Objetivo	Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.			CÓDIGO:	0650	
Programa	<b>CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS</b>					
	CÓDIGO:	2026	TIPO:			
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
400.000,00	320.000,00	29.971,65	29.971,65	29.971,65	0,00	0,00
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>		<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>			
			<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>	
Monitoramento realizado		unidade	1,00	1,00	1,00	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
5.823,53	0,00	0,00	Monitoramento realizado	unidade	0,00	
Ação realizada com o intuito de realizar a remarcação de Área de Preservação Permanente - APP do açude Jatobá.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	142D			TIPO:	Projeto	

Título	<b>ESTRUTURAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE COMISSÕES GESTORAS, ASSOCIAÇÕES DE USUÁRIOS DE ÁGUA, EM RESERVATÓRIOS FEDERAIS NA REGIÃO SEMIÁRIDA</b>					
Iniciativa	02GA - Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos e definição de estratégias para a sua implementação, em articulação com entes do Singreh e envolvendo a participação da sociedade					
Objetivo	Coordenar a formulação, o planejamento e a avaliação da Política Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Estados, com a política ambiental e com as demais políticas setoriais, considerando a necessária participação da sociedade.				CÓDIGO:	0646
Programa	<b>CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS</b>					
	CÓDIGO:	2026	TIPO:			
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
150.000,00	120.000,00	8.497,28	8.497,28	8.497,28	0,00	0,00
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>			<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>		
				<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>
Comissão tripartite organizada			unidade	12,00	12,00	4,00
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>		<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>
70.000,00	48.519,60	0,00	Comissão tripartite organizada		unidade	0,00
Em 2013, foi instituído, no âmbito do DNOCS, o Grupo Técnico de Gestão de Recursos Hídricos – GTGRH através da Portaria 250/DG/CRH de 06/06/2008. Com os recursos advindos da LOA 2013 nesta ação, além dos trabalhos de acompanhamento e fortalecimento das Comissões Gestoras já implantadas, foi possível a implantação de uma Comissão em Pernambuco, duas em Piauí e uma no Ceará. Além disso, foram realizados trabalhos de diagnóstico, seminários visando a implantação de novas comissões e trabalhos de revalidação de comissões.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	2D82				TIPO: Atividade	
Título	<b>FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO DO SEMIÁRIDO - NO ESTADO DO CEARÁ</b>					
Iniciativa	035M - Produção, fomento e difusão de conhecimento científico e cultural					
Objetivo	Produzir fomentar e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira				CÓDIGO: 0788	
Programa	<b>CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO</b>					
	CÓDIGO:	2027	TIPO: Temático			
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
100.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>			<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>		
				<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>

centro mantido			unidade	1,00	1,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
0,00	0,00	0,00	centro mantido	unidade	0,00	
O Centro de Referência e Documentação do Semiárido, localizado no antigo edifício onde abriga o Museu das Secas, foi tombado em 1983, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. O fato do restauro ser uma atividade regida pela Convenção de Veneza, que versa sobre a conservação e restauração de monumentos e sítios, algumas substituições têm que ser autorizadas pelos IPHAN. Devido a pendências no restauro e os impedimentos legais pelo IPHAN, ficou inviável a aplicação dos recursos de funcionamento destinados àquela unidade até o momento. Desta maneira, foi oferecido R\$ 20.000,00 para remanejamento (alterações orçamentárias).						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	4664			TIPO: Atividade		
Título	<b>CAPACITAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL E CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS PARA PROGRAMAS DE POS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ÁREAS AFINS</b>					
Iniciativa	035P - Capacitação e cooperação em desenvolvimento regional e territorial					
Objetivo	Formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial , contribuindo para a redução das desigualdades regionais e a ocupação racional do território.			CÓDIGO: 0789		
Programa	<b>DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA</b>					
	CÓDIGO:	2029		TIPO: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	( ) Sim	( X ) Não	Caso positivo:	( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
50.000,00	50.000,00	36.096,25	27.801,05	27.801,05	1.980,00	2.747,24
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>			<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>		
				<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>
Pessoa capacitada			unidade	6,00	6,00	34,00
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
0,00	0,00	0,00	Pessoa capacitada	unidade	0,00	
Por esta ação, foram capacitados 31 servidores em Operacionalização do Sistema de Convênios do Governo Federal - SICONV, 01 servidora no Curso de Avaliação Integrada das Terras Secas, em Mendonza/Argentina e 02 servidores no Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	8689			TIPO: Atividade		
Título	<b>ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO EM ÂMBITO ESTADUAL E LOCAL - NA REGIÃO NORDESTE</b>					
Iniciativa	036X - Elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do território nacional, em suas múltiplas escalas					
Objetivo	Elaborar e implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial.			CÓDIGO: 0793		
Programa	<b>DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA</b>					
	CÓDIGO:	2029		TIPO: Temático		

Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo:	( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
600.000,00	480.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>			<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>		
				<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>
zoneamento realizado			km <sup>3</sup>	2.000,00	2.000,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
208.015,00	0,00	0,00	zoneamento realizado	km <sup>3</sup>	0,00	
Os recursos previstos na LOA 2013 foram insuficientes para o fiel cumprimento da ação. Desta forma, e considerando-se a necessidade de recursos orçamentários e financeiros para o custeio administrativo e operacional do Departamento, foi solicitada via SIOP o A552 cancelamento total do valor de LOA para complementar a Ação Administração da Unidade, sendo 20% através de Decreto e 80% por Projeto de Lei. No entanto, tendo em vista a Portaria nº 268/MP, de 30/07/2013 que limita os valores de execução das despesas de custeio, a citada alteração só foi atendida no valor de R\$ 120.000,00 através de Decreto. O saldo do recurso ficou contido para remanejamento até o final do exercício.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	14W2			TIPO: Projeto		
Título	<b>IMPLANTACAO DE ESTRUTURAS PRODUTIVAS EM LOCALIDADES ATINGIDAS POR SECA</b>					
Iniciativa	03G8 - Provimento, operação e manutenção de infraestruturas para apoio às cadeias produtivas e arranjos produtivos locais					
Objetivo	Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva.			CÓDIGO: 0840		
Programa	<b>DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA</b>					
	CÓDIGO:	2029		TIPO: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo:	( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
0,00	36.477.800,00	36.473.800,00	0,00	0,00	0,00	36.473.800,00
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>			<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>		
				<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>
não definida na LOA						
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
0,00	0,00	0,00	não definida na LOA			
Empenhado para Convênio com a Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, visando a implantação de projetos produtivos de fruticultura, horticultura e pastagem irrigados em 95 municípios e implantação de barragens subterrâneas em 79 municípios do Estado do Ceará.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	7K66			TIPO: Projeto		



Título	<b>APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO - NO ESTADO DA BAHIA</b>					
Iniciativa	03G8 - Provimento, operação e manutenção de infraestruturas para apoio às cadeias produtivas e arranjos produtivos locais					
Objetivo	Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva.	CÓDIGO: 0840				
Programa	<b>DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA</b>					
	CÓDIGO:	2029	TIPO: Temático			
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
8.600.000,00	8.600.000,00	6.805.829,20	1.501.781,62	206.000,00	2.068.978,85	5.304.047,58
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>			<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>		
				<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>
projeto apoiado			unidade	48,00	48,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
2.120.000,00	829.584,63	300.000,00	projeto apoiado	unidade	0,00	
DOTAÇÃO PROVENIENTE DE EMENDA PARLAMENTAR - BLOQUEADA PELA SOF ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO: R\$ 950.000,00 (nos localizadores 7040 e 7052)						
Localizador 0029 - No Estado da Bahia: recursos empenhados ao final do exercício para convênios com municípios do Estado da Bahia, visando: Aquisição de máquinas e equipamentos para transporte, preparação de terra e limpeza de aguada, serviços de hora/máquina, nos municípios de Fátima, Gavião, Paramirim, Riachão do Jacuipe, Uauá, Iaqu, Itabepi e Aracatu-BA. Localizador 1128 - No Município de Pentecoste - CE -Recurso empenhado para construção de Estação de Piscicultura, no Município de Pentecoste, Estado do Ceará. Localizador 7040 - Em Municípios - No Estado da Bahia -Recursos utilizados em convênios com os Municípios de Riacho do Jacuipe e Uauá, ambos no estado da Bahia. Objeto dos convênios: aquisição de máquinas e equipamentos para transporte e preparação de terra.Os empenhos ocorreram ao final do exercício (13/12/2013). Localizador 7052 - Construção da Ponte do Rio da Taboca - Não houve execução, em virtude falta de liberação de orçamento pela Secretaria de Relações Institucionais.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	20N4			TIPO: Atividade		
Título	<b>OPERACAO E MANUTENCAO DE INFRAESTRUTURAS HIDRICAS</b>					
Iniciativa	01LO - Operação e manutenção de infraestruturas hídricas					
Objetivo	Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais.	CÓDIGO: 0480				
Programa	<b>OFERTA DE ÁGUA</b>					
	CÓDIGO:	2051	TIPO: Temático			
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
3.000.000,00	2.700.000,00	1.186.645,77	619.171,88	619.171,88	2.808,78	1.056.736,32
<b>Execução Física</b>						

Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
infraestrutura mantida		unidade	2,00	2,00	17,00	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física – Metas</b>			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
5.511.682,74	1.717.623,82	0,00	infraestrutura mantida	unidade	0,00	
Os recursos desta ação foram utilizados na aquisição de equipamentos e materiais para a implantação de poços diretamente pelo DNOCS, assim como para recuperação de diques e pequenos serviços de recuperação em barragens de pequeno porte.						
Identificação da Ação						
Código	8062			TIPO: Atividade		
Título	<b>CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA PROJETOS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA</b>					
Iniciativa	023J - Elaboração de planos e estudos no âmbito da infraestrutura hídrica					
Objetivo	0549 Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado			CÓDIGO: 0549		
Programa	<b>OFERTA DE ÁGUA</b>					
	CÓDIGO:	2051		TIPO: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
50.000,00	50.000,00	44.628,45	34.335,16	34.335,16	0,00	8.375,61
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
técnico capacitado		unidade	10	10	37	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
4.080,00	0,00	1.880,00	técnico capacitado	unidade	0	
Através desta ação foram capacitados 37 servidores, em diversos eventos, que auxiliarão o desenvolvimento das atividades e projetos de infraestrutura-hídrica, conforme discriminado a seguir: XXIX Seminário Nacional de Grandes Barragens (02 servidores), Programa de Tecnologia e Gestão de Recursos Hídricos em Israel (01 servidor), Seminário Internacional "Gestión Integral y Sostenible de Recursos Hídricos para el Desarrollo de Sector Agropecuario em Israel (01 servidor), SICONV (In company) - 31 servidores e XV Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (02 servidores).						
Identificação da Ação						
Código	8621			TIPO: Atividade		
Título	<b>ESTUDOS PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA</b>					
Iniciativa	023J - Elaboração de planos e estudos no âmbito da infraestrutura hídrica					
Objetivo	Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado.			CÓDIGO: 0549		
Programa	<b>OFERTA DE ÁGUA</b>					
	CÓDIGO:	2051		TIPO: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
800.000,00	640.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Estudo realizado		unidade	1,00	1,00	0,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Estudo realizado	unidade	0,00	
A não execução física e orçamentária desta, se deve ao fato de o valor disponibilizado ser insuficiente para contratar estudos e projetos. O valor desta deveria ser majorado para permitir a realização desta ação.						
Identificação da Ação						
Código	10DC			TIPO: Projeto		
Título	CONSTRUCAO DA BARRAGEM OITICICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE					
Iniciativa	01L8 - Implantação da Barragem Oiticica (RN)					
Objetivo	Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.			CÓDIGO: 0479		
Programa	OFERTA DE ÁGUA					
	CÓDIGO:	2051		TIPO: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input checked="" type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20.600.000,00	27.470.000,00	27.466.667,00	20.600.000,00	20.600.000,00	0,00	6.866.667,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Obra executada		% execução física	8,00	8,00	6,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Obra executada	% execução física	0,00	
Obra sendo executada pelo Governo do RN, conforme Termo de Compromisso assinado entre o DNOCS e o Governo do RN. Tendo sido pagos ao RN, 20.600.000 e emitido empenho mais 7.466.667.						
Identificação da Ação						
Código	10GM			TIPO: Atividade		
Título	ESTUDOS E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA HIDRICA					
Iniciativa	023J - Elaboração de planos e estudos no âmbito da infraestrutura hídrica					
Objetivo	Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado.			CÓDIGO: 0549		
Programa	OFERTA DE ÁGUA					

	CÓDIGO:	2051	TIPO: Temático			
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo:	( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>			<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>		
				<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>
Estudo realizado			unidade	1,00	1,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
0,00	0,00	0,00	Estudo realizado	unidade	0,00	
Os recursos orçamentários são insuficientes para a contratação de um estudo/projeto de infraestrutura hídrica, mesmo porque ficaram contidos até o final do exercício						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	109H			TIPO: Projeto		
Título	<b>CONSTRUCAO DE BARRAGENS</b>					
Iniciativa	01LM - Implantação e ampliação de sistemas de infraestruturas hídricas					
Objetivo	Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.				CÓDIGO:	0479
Programa	<b>OFERTA DE ÁGUA</b>					
	CÓDIGO:	2051			TIPO:	
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo:	( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
4.600.000,00	4.600.000,00	2.413.700,71	759.158,11	0,00	809.158,11	1.654.542,60
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>			<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>		
				<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>
Obra executada			unidade	15,00	15,00	5,00
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
2.700.000,00	0,00	0,00	Obra executada	unidade	0,00	
DOTAÇÃO PROVENIENTE DE EMENDA PARLAMENTAR - BLOQUEADA PELA SOF ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO: R\$ 1.650.000,00 (localizador 7004)						
Localizador 0029 - No Estado da Bahia - Ações de desassoreamento de açudes em diversos municípios - 05 realizados. Localizador 7004 - Em Municípios - No Estado do Ceará - Recursos empenhados em convênios ao final do exercício visando a reconstrução da Barragem Jandira, na localidade de Cachoeira e da barragem Bueno, na localidade de Bueno, Município de Irauçuba, Construção de barragem de terra, em Varjota e construção de açudes em Milhã, todos no Estado do Ceará.						

Identificação da Ação						
Código	109J			TIPO: Projeto		
Título	<b>CONSTRUCAO DE ADUTORAS</b>					
Iniciativa	01LM - Implantação e ampliação de sistemas de infraestruturas hídricas					
Objetivo	Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.			CÓDIGO: 0479		
Programa	<b>OFERTA DE ÁGUA</b>					
	CÓDIGO:	2051		TIPO: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
300.000,00	300.000,00	288.379,72	0,00	0,00	0,00	288.379,72
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada			unidade	1,00	1,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
700.000,00	0,00	0,00	Obra executada	unidade	0,00	
Recurso proveniente de emenda parlamentar com liberação ao final do exercício de 2013 pela Secretaria de Relações Institucionais. Empenhado com vistas à implantação de pequenos sistemas adutores com captação por poços tubulares em municípios do Estado de Pernambuco.						
Identificação da Ação						
Código	11AA			TIPO: Projeto		
Título	<b>CONSTRUCAO DA BARRAGEM FRONTEIRAS NO ESTADO DO CEARA -NO ESTADO DO CEARA</b>					
Iniciativa	01L7 - Implantação da Barragem Fronteiras (CE)					
Objetivo	Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.			CÓDIGO: 0479		
Programa	<b>OFERTA DE ÁGUA</b>					
	CÓDIGO:	2051		TIPO: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input checked="" type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
34.200.000,00	7.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada			% execução física	12,00	12,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
64.286.943,28	3.259.279,13	53.303.590,00	Obra executada	% execução física	0,00	
Ao longo de 2013 foram realizadas ações relacionadas à desapropriação da bacia hidráulica. A licitação para a execução das obras do barramento apenas foram concluídas no final de 2013 (obra a ser iniciada em 2014).						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	11PO			TIPO: Projeto		
Título	<b>IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE POÇOS DE ÁGUA SUBTERRÂNEA</b>					
Iniciativa	01LM - Implantação e ampliação de sistemas de infraestruturas hídricas					
Objetivo	Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.			CÓDIGO: 0479		
Programa	<b>OFERTA DE ÁGUA</b>					
	CÓDIGO:	2051		TIPO: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo:	( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
2.500.000,00	2.500.000,00	1.299.987,65	0,00	0,00	0,00	1.299.987,65
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>			<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>		
				<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>
poço implantado			% execução física	5,00	5,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
2.480.661,00	2.478.021,00	0,00	poço implantado	unidade	853	
DOTAÇÃO PROVENIENTE DE EMENDA PARLAMENTAR - BLOQUEADA PELA SOF ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO: R\$ 1.200.000,00 (localizador 7000)						
0026 - No Estado de Pernambuco - Recursos orçamentários oriundos de emenda parlamentar, liberados próximo do final do exercício de 2013. Os recursos foram empenhados para a implantação de pequenos sistemas adutores com captação por poços tubulares em diversos municípios em Pernambuco. As ações serão executadas no exercício de 2014.						
7000 - Em Municípios - No Estado do Rio Grande do Norte - Recursos empenhados para os municípios de Rodolfo Fernandes, Serra do Mel, Major Sales e Riacho de Santana. Objeto dos convênios - implantação de poços.						
7004 - Em Municípios - No Estado de Minas Gerais - Recursos orçamentários oriundos de emenda parlamentar, liberados próximo do final do exercício de 2013. Os recursos foram utilizados para a aquisição de materiais para redes de distribuição de água a ser executada no exercício de 2014.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	12FV			TIPO: Projeto		
Título	<b>CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ALGODÕES NO ESTADO DO PIAUÍ</b>					
Iniciativa	01LM - Implantação e ampliação de sistemas de infraestruturas hídricas					
Objetivo	Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.			CÓDIGO: 0479		
Programa	<b>OFERTA DE ÁGUA</b>					
	CÓDIGO:	2051		TIPO: Temático		

Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	( x ) Sim	( ) Não	Caso positivo:	( x ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
3.650.000,00	3.650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>			<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>		
				<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>
Obra executada			% execução física	27,00	27,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
0,00	0,00	0,00	Obra executada	% execução física	0,00	
Esta ação está sendo realizada em parceria entre o DNOCS e o Governo do PI. No momento o projeto elaborado pelo Governo do PI encontra-se em fase de análise pelo DNOCS, após a entrega de um versão de projeto que contemplasse as alterações solicitadas em versão anterior analisada pelo DNOCS						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	14LA			TIPO: Projeto		
Título	<b>CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM INGAZEIRA, NO ESTADO DE PERNAMBUCO</b>					
Iniciativa	01LM - Implantação e ampliação de sistemas de infraestruturas hídricas					
Objetivo	Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.				CÓDIGO: 0479	
Programa	<b>OFERTA DE ÁGUA</b>					
	CÓDIGO:	2051		TIPO: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	( x ) Sim	( ) Não	Caso positivo:	( x ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
25.000.000,00	25.000.000,00	25.000.000,00	2.634.558,05	2.634.558,05	0,00	22.337.441,22
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>			<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>		
				<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>
Projeto executado			% execução física	60,00	60,00	7,00
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
217.790,89	217.790,89	0,00	Projeto executado	% execução física	0,00	
Obra em andamento, contudo devido a problemas com o decreto de desapropriação os trabalhos da obra não puderam ser realizados com a devida celeridade.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	14RP			TIPO: Projeto		

Título	<b>REABILITAÇÃO DE BARRAGENS E DE OUTRAS INFRAESTRUTURAS HÍDRICAS</b>					
Iniciativa	01LP - Recuperação e adequação de sistemas de infraestruturas hídricas					
Objetivo	Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais.				CÓDIGO: 0480	
Programa	<b>OFERTA DE ÁGUA</b>					
	CÓDIGO:	2051			TIPO: Temático	
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input checked="" type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>			<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>		
				<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>
infraestrutura recuperada			unidade/ano	1,00	1,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
0,00	0,00	0,00	infraestrutura recuperada	unidade/ano	0,00	
O DNOCS tem, dentre suas atribuições, inclusive por questões legais, obrigação de manter em segurança, mais de 300 barragens. Recursos orçamentários são insuficientes para o fiel cumprimento desta obrigação, inclusive para a contratação de obra/ação de infraestrutura hídrica. É necessário adequar este valor orçamentário para que esta ação torne-se factível.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	14VI				TIPO: Projeto	
Título	<b>IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS HÍDRICAS PARA OFERTA DE ÁGUA - NACIONAL</b>					
Iniciativa	01LM - Implantação e ampliação de sistemas de infraestruturas hídricas					
Objetivo	Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.				CÓDIGO: 0479	
Programa	<b>OFERTA DE ÁGUA</b>					
	CÓDIGO:	2051			TIPO: Temático	
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input checked="" type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>			<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>		
				<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>
Obra executada			% execução física	2,00	2,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			



Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Obra executada	% execução física	0,00	
Recursos orçamentários são insuficientes para a contratação de obra de infraestrutura hídrica. É necessário adequar este valor orçamentário para que esta ação torne-se factível.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	140N			TIPO: Projeto		
Título	<b>RECUPERAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS HÍDRICAS</b>					
Iniciativa	01LP - Recuperação e adequação de sistemas de infraestruturas hídricas					
Objetivo	Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais.			CÓDIGO: 0480		
Programa	<b>OFERTA DE ÁGUA</b>					
	CÓDIGO:	2051		TIPO: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	( ) Sim	( ) Não	Caso positivo:	( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
5.800.000,00	5.800.000,00	2.298.291,08	506.003,28	57.198,28	448.805,00	1.792.287,80
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>			<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>		
				<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>
obra apoiada			unidade	56,00	56,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
2.002.494,64	360.483,86	0,00	obra apoiada	unidade	-	
DOTAÇÃO PROVENIENTE DE EMENDA PARLAMENTAR - BLOQUEADA PELA SOF ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO: R\$ 3.050.000,00 (localizadores 0025 e 7004)						
Localizador 0022 - No Estado do Piauí - Empenhado ao final do exercício R\$ 300.000,00 visando a construção de passagem molhada no município de Cajazeiras - PI através de convênio.						
Localizador 0025 - No Estado da Paraíba - Empenhado no final do exercício para a recuperação de barragens públicas na Paraíba, devendo ter sua execução em 2014.						
Localizador 0029 - No Estado da Bahia - Empenhado para desassoreamento de açudes em diversos municípios no estado da Bahia.						
Localizador 7004 - Em Municípios - No Estado do Ceará - Recursos oriundos de emenda parlamentar, porém não liberados pela Secretaria de Relações Institucionais.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	1851			TIPO: Projeto		
Título	<b>IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA - NACIONAL</b>					
Iniciativa	01LM - Implantação e ampliação de sistemas de infraestruturas hídricas					
Objetivo	Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica			CÓDIGO: 0479		
Programa	Oferta de Água					
	CÓDIGO:	2051		TIPO: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					

Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
49.142.968,00	48.848.375,00	23.340.405,12	3.431.930,98	1.857.531,26	19.908.474,14	1.574.399,72
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>		<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>			
			<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>	
Obra executada		unidade	582,00	582,00	179,00	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
31.970.893,68	2.066.758,03	9.674.097,01	Obra executada	unidade		
DOTAÇÃO PROVENIENTE DE EMENDA PARLAMENTAR - BLOQUEADA PELA SOF ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO: R\$ 24.200.000,00 (nos localizadores 0031, 7002, 7006, 7010 e 7016)						
Localizador 0001 - Nacional - Recursos utilizados com o objetivo de promover a implantação de infraestrutura hídrica com a construção de barragens nas localidades de Casa de Pedra, Muquem e Boa Vista, no município de Pentecoste-Ce, empenhado ao final do exercício de 2013.						
Localizador 0023 - No Estado do Ceará - Recursos empenhados para convênio com os municípios: Catarina - Barragem de Terra; Croatá - perfuração de poços; Pedra Branca - construção de Barragem de Terra; Tejuçuoca - construção de açudes; Banabuiú - construção de açude; Tabuleiro do Norte - desassorimento do Açude Público da Gangorinha e desassorimento, construção do sangradouro e reforma da Barragem do Açude Cobiçado.						
Localizador 0025 - No Estado da Paraíba - Perfuração e instalação de poços profundos em municípios atingidos pela estiagem.						
Localizador 0026 - No Estado de Pernambuco - Ação destinada a construir Sistemas Simplificados com captação para poços tubulares. Ação oriunda de emenda e empenhada no final do exercício.						
Localizador 0029 - No Estado da Bahia: Implantação de sistemas simplificados de abastecimento e limpeza de açudes.						
Localizador 0031 - No Estado de Minas Gerais - Recursos empenhados ao final do exercício para convênio com os municípios de Berilo (obras de infraestrutura) e Novo Cruzeiro (poços e Barragens).						
Localizador 1569 - No Município de Águas Belas - PE - Convênio realizado com o município de Águas Belas. Objeto do convênio: Implantação de Barragens e Açudes.						
Localizador 7002 - Em Municípios - No Estado da Bahia - Recursos oriundos de emenda parlamentar do qual foi liberado apenas 550 mil no final do ano de 2013 com finalidade de limpar barragens.						
Localizador 7006 - Em Municípios - No Estado do Ceará - Empenhado para Convênio com os municípios Independência, Parambu e Marco. Implantação do Sistema de Abastecimento de Água, no município Independência; Construção das Passagens Molhadas nas Localidades de Alto Verde, Diamante, Leitão, Mocambo e Salinas, no município de Marco - CE e Construção de Passagens Molhadas, nas localidades de localidade Assunção, Traíra, Lages e São Vicente dos Domingues no município de Parambu-CE.						
Localizador 7008 - Em Municípios - No Estado de Pernambuco - Recursos para a construção de sistemas simplificados. Empenhado no fim do exercício, terá sua execução realizado ao longo de 2014.						
Localizador 7010 - Em Municípios - No Estado de Minas Gerais - Aquisição de materiais para implantação direta de poços.						
Localizador 7016 - Aquisição de Equipamentos - No Estado da Bahia - Recursos com o objetivo de contratar a compra de equipamentos para perfuração de poços. Contudo, devido à falta de limite orçamentário, não foi possível executar esta ação.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	1N64			TIPO: Projeto		
Título	<b>IMPLANTAÇÃO DA ADUTORA PAJEÚ NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO E PARAÍBA - NA REGIAO NORDESTE</b>					
Iniciativa	04FL - Implantação do Sistema Adutor do Pajeú (PE e PB)					
Objetivo	Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.			CÓDIGO: 0479		
Programa	Oferta de Agua					
	CÓDIGO:	2051		TIPO: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input checked="" type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
62.000.000,00	46.069.781,00	18.568.438,42	10.903.849,46	10.168.605,38	4.702.225,40	7.664.588,96
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Obra executada		% execução física	12,00	12,00	11,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
33.332.610,17	25.983.987,22	0,00	Obra executada	% execução física	0,00	
CONTIDO PELA SOF: R\$ 16.650.289,00						
<p>O empreendimento Adutora do Pajeús, foi dividido em duas etapas, sendo que a primeira etapa encontra-se com 98% das obras concluídas e as obras da segunda etapa encontram-se em fase de licitação. A execução das etapas foi individualizada, porém o acompanhamento deste empreendimento pelo visto está sendo feito de modo concentrado, as duas obras das duas etapas nesse mesmo acompanhamento orçamentário. No preenchimento no ano de 2012 nesse cadastro, foi apontado um avanço físico acumulado de 58% naquela época, visto que se tratava do primeiro preenchimento neste sistema. Contudo este avanço refere-se à execução física apenas da primeira etapa, sem considerar o peso ponderado da segunda etapa. A primeira etapa deste empreendimento possui meta PAC de 197Km de adutora; a segunda etapa possui meta PAC de 195,4Km para a primeira fase e de 205,7Km para a segunda etapa, totalizando 401,1Km. As duas etapas juntas correspondem a 596,5Km. Logo, ao se considerar o peso da segunda etapa, a execução física acumulada do empreendimento para 2012 ficaria em torno de 19% e para 2013 em torno de 12% totalizando 31% do empreendimento (primeira e segunda etapa) e 98% da primeira etapa. Para o exercício 2014, está previsto a conclusão dos reservatórios para fechar os 33% do empreendimento e os 100% da primeira etapa, ao mesmo tempo o início dos serviços para a construção da segunda etapa.</p>						
Identificação da Ação						
Código	7I31			TIPO: Projeto		
Título	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO FIGUEIREDO NO ESTADO DO CEARÁ					
Iniciativa	01LM - Implantação e ampliação de sistemas de infraestruturas hídricas					
Objetivo	Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.			CÓDIGO: 0479		
Programa	OFERTA DE ÁGUA					
	CÓDIGO:	2051		TIPO: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	( x ) Sim	( ) Não	Caso positivo:	( x ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
18.991.161,00	3.100.000,00	608.619,92	0,00	0,00	0,00	608.619,92
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Obra executada		% execução física	14,00	14,00	0,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
33.215.286,19	12.185.067,37	0,00	Obra executada	% execução física	8,00	

DOTAÇÃO CONTIDA PELA SOF: R\$ 100.000,00						
As obras do barramento foram concluídas, porém ainda são necessários a execução das obras complementares do reassentamento que deverão ser concluídas em 2014. Os valores empenhados de LOA em 2013 destinaram-se ao pagamento de indenização à companhia de distribuição de energia do Ceará em virtude da barragem alagar uma parte de uma linha de transmissão e a construção de uma nova linha. Os demais valores não foram empenhados ou pagos, pois dependiam da conclusão de licitações, cujos resultados só se efetivaram no começo de 2014, necessitando então destes recursos para 2014.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	2819				TIPO: Atividade	
Título	<b>FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÕES E CENTROS DE PESQUISA EM AQUICULTURA - NA REGIÃO NORDESTE</b>					
Iniciativa	026M - Operação de centros integrados de recursos pesqueiros e aquicultura, estações de piscicultura e centro de pesquisa em aquicultura					
Objetivo	Promover a produção aquícola e pesqueira de forma sustentável com foco no potencial brasileiro e nos recursos sub-explotados e inexplorados				CÓDIGO: 0567	
Programa	<b>PESCA E AQUICULTURA</b>					
	CÓDIGO:	2052			TIPO: Temático	
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input checked="" type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
200.000,00	1.600.000,00	112.992,35	20.764,10	20.764,10	101,14	92.228,25
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>		<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>			
			<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>	
centro/estação mantida		unidade	1,00	1,00	1,00	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
622.786,61	603.631,62	18.247,23	centro/estação mantida	unidade	1,00	
O DNOCS tem sob sua responsabilidade o funcionamento de 14 Estações e 02 Centro de Pesquisa em Aquicultura. No entanto, considerando a insuficiência de recursos de LOA para este fim, foram negociados e realizados os trabalhos através de Termos de Cooperação para Descentralização de Créditos - Destaques, visando promover a sustentabilidade da pesca e desenvolvimento da aquicultura por meio da produção de alevinos para peixamentos de lagoas, reservatórios e açudes para o incremento da produção do pescado por aquicultores, bem como o desenvolvimento de pacotes tecnológicos para cultivo de peixes em viveiros, tanques-rede e canais de irrigação, a capacitação de técnicos, produtores, pescadores artesanais e estudantes em técnicas de manejo e criação de peixes, associativismo e gestão de empreendimentos aquícolas, prestação de assistência técnica e realização e publicação de pesquisas em aquicultura, limnologia e biologia pesqueira. Também está em fase de pregão a ampliação da Estação de Piscicultura Rui Simões de Meneses (Castanhão), em Alto Santo, no Estado do Ceará. Produção de janeiro a dezembro/2013 - 34.435.186 alevinos.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	6425				TIPO: Atividade	
Título	<b>BANCO GENÉTICO DE ESPÉCIES DE PEIXES DA REGIÃO NORDESTE</b>					
Iniciativa	02AG - Gestão do banco genético de espécies de peixes da região Nordeste					
Objetivo	Orientar a gestão da atividade pesqueira para a promoção da exploração sustentável dos recursos pesqueiros.				CÓDIGO: 0583	
Programa	<b>PESCA E AQUICULTURA</b>					
	CÓDIGO:	2052			TIPO: Temático	
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
100.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
espécie identificada		unidade	1,00	1,00	1,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	espécie identificada	unidade	0,00	
Os trabalhos de identificar e mapear as espécies de peixes da Região Nordeste, visando a recuperação de seu poder genético e sua preservação, foram realizados através de Termos de Cooperação para Descentralização de Créditos - Destaques, considerando que os recursos de LOA foram insuficientes.						
Identificação da Ação						
Código	8687			TIPO: Atividade		
Título	<b>CAPACITAÇÃO PARA A PRODUÇÃO ALTERNATIVA DE ALIMENTOS PARA O SEMIÁRIDO - NA REGIÃO NORDESTE</b>					
Iniciativa	04EO - Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola					
Objetivo	Promover a produção aquícola e pesqueira de forma sustentável com foco no potencial brasileiro e nos recursos sub-explotados e inexplorados			CÓDIGO: 0567		
Programa	<b>PESCA E AQUICULTURA</b>					
	CÓDIGO:	2052				TIPO: Temático
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo:	( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
produtor capacitado		unidade	50	50	595	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	produtor capacitado	unidade	0,00	
Capacitação realizada nas dependências do Centro de Pesquisa em Aquicultura, em Pentecoste - Ceará por servidores lotados naquele Centro, não sendo possível dissociar os custos de funcionamento (estrutura física, laboratórios, limpeza, vigilância, energia e salário de servidores) daqueles despendidos com a capacitação, portanto tais despesas foram atreladas ao Funcionamento de Estações e realizadas através de Termos de Cooperação para Descentralização de Créditos - Destaques, considerando que os recursos de LOA foram insuficientes. Retificando o número de pessoas que participaram de eventos de capacitação (inclusive retificando informação prestada no 1º semestre). Tais informações foram obtidas através de consulta à Coordenação de Pesca e Aquicultura - CTA da Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção no DNOCS.						
Identificação da Ação						
Código	5282			TIPO: Projeto		

Título	<b>DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DE PROCESSAMENTO DE PESCADO - NA REGIÃO NORDESTE</b>					
Iniciativa	04DZ - Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola					
Objetivo	Implementar infraestruturas integrantes da cadeia produtiva aquícola e pesqueira para promover a produção, a agregação de valor e a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais				CÓDIGO: 0572	
Programa	<b>PESCA E AQUICULTURA</b>					
	CÓDIGO:	2052			TIPO:	
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
100.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>			<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>		
				<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>
tecnologia desenvolvida			unidade	1,00	0,00	1,00
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
25.690,57	1.732,09	0,00	tecnologia desenvolvida	unidade	0,00	
Esta ação, que tem por finalidade agregar valor aos resíduos e sub-produto do pescado (sobras de filetagem, carcaças) e dar determinação econômica às espécies de baixo valor comercial, elaborando produtos alimentícios como; hamburgeres, sopa, embutidos, defumados e salgados, beneficiando piscicultores, merenda escolar, assentados, alunos de universidade e pessoas interessadas no programa foi realizado através de Termos de Cooperação para Descentralização de Créditos - Destaques, considerando que os recursos de LOA foram insuficientes.						
Identificação da Ação						
Código	5406				TIPO: Projeto	
Título	<b>IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS PARA A PRODUÇÃO DE PESCADO E/OU CAMARÃO - NA REGIÃO NORDESTE</b>					
Iniciativa	04EO - Fomento á Produção Pesqueira e Aquícola					
Objetivo	Promover a produção aquícola e pesqueira de forma sustentável com foco no potencial brasileiro e nos recursos sub-explotados e inexplorados				CÓDIGO: 0567	
Programa	<b>PESCA E AQUICULTURA</b>					
	CÓDIGO:	2052			TIPO: Temático	
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
110.000,00	88.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>			<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>		
				<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>
unidade implantada			unidade	1,00	1,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			

Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	unidade implantada	unidade	0,00	
Os trabalhos de implantação de unidades demonstrativas para a produção de pescado visa expandir as áreas de atuação da piscicultura em tanques-rede, a disseminação das técnicas de criação de peixes no seio das comunidades do semiárido nordestino e oferecer alternativas de alimentação humana.No entanto, considerando a insuficiência de recursos provenientes da LOA, além da inexistência de legislação que permita a doação dos equipamentos (tanques-rede) para as comunidades beneficiadas após a realização da implantação, estes trabalhos não foram realizados.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	5464			TIPO: Projeto		
Título	<b>IMPLANTAÇÃO DE ESTAÇÕES DE PISCICULTURA E CENTROS INTEGRADOS DE RECURSOS PESQUEIROS E AQUICULTURA - NA REGIÃO NORDESTE</b>					
Iniciativa	04EO - Fomento á Produção Pesqueira e Aquícola					
Objetivo	Promover a produção aquícola e pesqueira de forma sustentável com foco no potencial brasileiro e nos recursos sub-explotados e inexplorados			CÓDIGO: 0567		
Programa	<b>PESCA E AQUICULTURA</b>					
	CÓDIGO:	2052		TIPO: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
900.000,00	720.000,00	270.586,23	270.586,23	270.586,23	0,00	0,00
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>			<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>		
				<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>
estrutura implantada			unidade	1,00	1,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
367.711,96	367.711,96	0,00	estrutura implantada	unidade	0,00	
Considerando a insuficiência de recursos para implantação de uma Estação de Piscicultura, os recursos foram utilizados na aquisição de equipamentos para complementar Estação em Pau dos Ferros, no Estado do Rio Grande do Norte parcialmente implantada.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	2000			TIPO: Atividade		
Título	<b>ADMINISTRACAO DA UNIDADE</b>					
Iniciativa	Não descrita na Lei Nº 12.593/2012 (que institui o Plano Plurianual 2012-2015)					
Objetivo	Não descrito na Lei Nº 12.593/2012 (Plano Plurianual 2012-2015)			CÓDIGO:		
Programa	<b>PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL</b>					
	CÓDIGO:	2111		TIPO: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
24.550.066,00	26.907.902,00	26.315.718,94	26.315.718,94	23.406.942,22	115.867,23	4.730.953,31
<b>Execução Física</b>						

Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Não se aplica						
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.563.870,39	54.206,03	311.766,67	Não se aplica			
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	20TP			TIPO:	Atividade	
Título	<b>PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO</b>					
Iniciativa	Não descrita na Lei Nº 12.593/2012 (que institui o Plano Plurianual 2012-2015)					
Objetivo	Não descrito na Lei Nº 12.593/2012 (Plano Plurianual 2012-2015)			CÓDIGO:		
Programa	<b>PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL</b>					
	CÓDIGO:	2111		TIPO: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo:	( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
126.873.683,00	158.049.579,00	156.164.316,33	155.371.444,34	154.180.806,41	1.190.637,93	0,00
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Não se aplica						
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Não se aplica			
Esta é uma ação padronizada, com atributos comuns a todas as Unidades Orçamentárias.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	8785			TIPO:	Atividade	
Título	<b>GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE ACELERACAO DO CRESCIMENTO - PAC</b>					
Iniciativa	Não descrita na Lei Nº 12.593/2012 (que institui o Plano Plurianual 2012-2015)					
Objetivo	Não descrito na Lei Nº 12.593/2012 (Plano Plurianual 2012-2015)			CÓDIGO:		
Programa	<b>PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL</b>					
	CÓDIGO:	2111		TIPO: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	( x ) Sim	( ) Não	Caso positivo:	( x ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.800.000,00	4.800.000,00	4.147.008,83	1.669.936,84	1.669.936,84	598,47	2.432.336,39
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado



Não se aplica						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
461.618,25	141.947,65	68.128,87	Não se aplica			
Esta é uma ação padronizada, com atributos comuns a todas as Unidades Orçamentárias.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	2004			TIPO:	Atividade	
Título	<b>ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES</b>					
Iniciativa	Não descrita na Lei Nº 12.593/2012 (que institui o Plano Plurianual 2012-2015)					
Objetivo	Não descrito na Lei Nº 12.593/2012 (Plano Plurianual 2012-2015)			CÓDIGO:		
Programa	<b>PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL</b>					
	CÓDIGO:	2111		TIPO: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.106.940,00	7.450.000,00	7.343.959,42	7.343.959,42	7.343.959,42	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Pessoa beneficiada	unidade	7.483	6.000	5.424		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Pessoa beneficiada	unidade	0,00	
A referida ação trata de benefício que deve ser solicitado pelos servidores que preenchem os requisitos para obtê-lo, sendo variável mensalmente. Em virtude da situação dispersa da localização (lotação) de servidores (nas diversas capitais e interior dos Estados, sobremaneira nas Unidades de Campo), o DNOCS continua com dificuldades em proceder licitação/contratação visando a execução dos exames médicos periódicos de servidores, para cumprimento ao Decreto Nº 6.856/2009. Assim, ao final do exercício, os recursos foram oferecidos para alterações orçamentárias.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	2012			TIPO:	Atividade	
Título	<b>AUXILIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES</b>					
Iniciativa	Não descrita na Lei Nº 12.593/2012 (que institui o Plano Plurianual 2012-2015)					
Objetivo	Não descrita na Lei Nº 12.593/2012 (Plano Plurianual 2012-2015)			CÓDIGO:		
Programa	<b>PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL</b>					
	CÓDIGO:	2111		TIPO:		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não

						<b>Processados</b>
6.763.392,00	7.763.392,00	7.701.307,90	7.700.251,07	7.700.251,07	0,00	0,00
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>			<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>		
				<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>
servidor beneficiado			unidade	1.854,00	1.854,00	1.681,00
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
0,00	0,00	0,00	servidor beneficiado	unidade	0,00	
A quantidade de servidores beneficiados em dezembro foi menor que em julho em decorrência de aposentadoria de servidores, dado que a ação acima configura benefício de servidores ativos.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	2011			TIPO:	Atividade	
Título	<b>AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES</b>					
Iniciativa	Não descrita na Lei Nº 12.593/2012 (que institui o Plano Plurianual 2012-2015)					
Objetivo	Não descrita na Lei Nº 12.593/2012 (Plano Plurianual 2012-2015)			CÓDIGO:		
Programa	<b>PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL</b>					
	CÓDIGO:	2111		TIPO:		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
816.000,00	817.000,00	817.000,00	814.377,40	814.377,40	0,00	0,00
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>			<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>		
				<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>
pessoa beneficiada			unidade	378	378	822
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
0,00	0,00	0,00	pessoa beneficiada	unidade	0,00	
A referida ação trata de benefício concedido somente à servidores ativos, razão pela qual o realizado no mês de DEZ/13 é inferior ao de JUL/13.						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	2010			TIPO:	Atividade	
Título	<b>ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES</b>					
Iniciativa	Não descrita na Lei Nº 12.593/2012 (que institui o Plano Plurianual 2012-2015)					
Objetivo	Não descrita na Lei Nº 12.593/2012 (Plano Plurianual 2012-2015)			CÓDIGO:		
Programa	<b>PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL</b>					
	CÓDIGO:	2111		TIPO:		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
120.000,00	120.000,00	95.196,42	95.196,42	95.196,42	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
pessoa beneficiada		unidade	135	135	23	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	pessoa beneficiada	unidade	0	
O quantitativo diz respeito aos servidores que solicitaram o benefício.						
A presente ação trata de benefício concedido a servidores que preenchem os requisitos para recebê-lo, e devido ao perfil dos servidores do DNOCS a tendência é de diminuição no quantitativo de concessões.						
Identificação da Ação						
Código	1M49			TIPO:	Projeto	
Título	<b>MODERNIZAÇÃO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO</b>					
Iniciativa	Não descrita na Lei Nº 12.593/2012 (que institui o Plano Plurianual 2012-2015)					
Objetivo	Não descrita na Lei Nº 12.593/2012 (Plano Plurianual 2012-2015)			CÓDIGO:		
Programa	<b>PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL</b>					
	CÓDIGO:	2111		TIPO:		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.000.000,00	2.048.000,00	1.876.209,60	1.864.939,27	1.864.939,27	0,00	11.270,33
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Projeto executado		% execução física	8,00	8,00	8,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
846.669,14	833.918,88	0,00	Projeto executado	% execução física	1,00	
Recurso utilizado para execução do contrato 42/2012 relativo ao serviço continuado de sustentação e administração do ambiente de rede do DNOCS, em consonância com ação A27 - Contratar/renovar serviço de sustentação da Infraestrutura de Redes (PETI-PDTI 2013-2015). Recursos também utilizados para apoiar Projeto de Gestão Eletrônica Documental (GED) de acordo com ação A32 - Implantar projeto de gestão eletrônica de documentos (PETI-PDTI 2013-2015).						
Identificação da Ação						
Código	1M51			TIPO:	Projeto	
Título	<b>REFORMA DOS EDIFÍCIOS-SEDES DO DNOCS - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E COORDENADORIAS ESTADUAIS</b>					
Iniciativa	Não descrita na Lei Nº 12.593/2012 (que institui o Plano Plurianual 2012-2015)					
Objetivo	Não descrita na Lei Nº 12.593/2012 (Plano Plurianual 2012-2015)			CÓDIGO:		

Programa	<b>PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL</b>					
	CÓDIGO:	2111	TIPO:			
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Ação Prioritária	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo:	( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
2.166.218,00	1.732.975,00	364.934,86	211.992,44	211.992,44	0,00	152.942,42
<b>Execução Física</b>						
<b>Descrição da meta</b>		<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>			
			<b>Previsto</b>	<b>Reprogramado</b>	<b>Realizado</b>	
Obra executada		% execução física	1,00	1,00	1,00	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>	
1.193.338,94	1.184.917,27	4.287,81	Obra executada	% execução física	5,00	
Recursos utilizados em reformas de Unidades de Campo nos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte e nas sedes do Rio Grande do Norte e de Alagoas.						

### 2.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS

Algumas das ações supra apresentadas se compõem de subtítulos, sejam localizadores e/ou planos orçamentários que ora apresentamos:

**Quadro 3 - A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS**

<b>Identificação da Ação</b>							
Código	20WP			TIPO: Atividade			
Descrição	<b>REABILITAÇÃO DE PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO</b>						
Iniciativa	021B - Administração, operação, manutenção, revitalização e apoio à produção em projetos públicos de irrigação de interesse social						
Objetivo	Viabilizar a administração, operação, manutenção, revitalização, regularização e o apoio à produção dos perímetros de interesse social, visando garantir sua gestão operacional				CÓDIGO: 0543		
Programa	<b>AGRICULTURA IRRIGADA</b>		Código: 2013	Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas						
Ação Prioritária	( x ) Sim	( ) Não	Caso positivo:	( x ) PAC	( ) Brasil sem Miséria		
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
<b>Nº do subtítulo/ Localizador</b>	<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>	
	<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>
0020	22.964.024,00	17.249.512,00	13.553.671,78	13.553.671,78	2.732.221,89	0,00	10.821.449,89
0023	1.000.000,00	1.000.000,00	891.853,82	891.853,82	0,00	0,00	891.853,82
TOTAIS	23.964.024,00	18.249.512,00	14.445.525,60	14.445.525,60	2.732.221,89	0,00	11.713.303,71

Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0020	Perímetro reabilitado	unidade/ano	7,00	7,00	6,00		
0023	Perímetro reabilitado	unidade/ano	1,00	1,00	-		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0020	0,00	0,00	0,00	Perímetro reabilitado	unidade/ano	0,00	
0023	0,00	0,00	0,00	Perímetro reabilitado	unidade/ano	0,00	
Identificação da Ação							
Código	2D93				TIPO: Atividade		
Descrição	<b>MONITORAMENTO HIDROAMBIENTAL NOS RESERVATÓRIOS DO DNOCS - NA REGIÃO NORDESTE</b>						
Iniciativa	02GE - Implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de Recursos Hídricos: plano, enquadramento, outorga, cobrança e sistema de informação						
Objetivo	Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.				CÓDIGO: 0650		
Programa	<b>CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS</b>			Código: 2026		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas						
Ação Prioritária	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo:		( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Plano Orçamentário	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	150.000,00	150.000,00	17.655,07	17.655,07	17.655,07	0,00	0,00
0002	200.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0003	50.000,00	50.000,00	12.316,58	12.316,58	12.316,58	0,00	0,00
TOTAIS	400.000,00	320.000,00	29.971,65	29.971,65	29.971,65	0,00	0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0020	Monitoramento realizado	unidade	1,00	1,00	1,00		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0,00	0,00	0,00	Monitoramento realizado	unidade	0,00	

Identificação da Ação							
Código	14W2					TIPO: Projeto	
Descrição	IMPLANTACAO DE ESTRUTURAS PRODUTIVAS EM LOCALIDADES ATINGIDAS POR SECA						
Iniciativa	03G8 - Provimento, operação e manutenção de infraestruturas para apoio às cadeias produtivas e arranjos produtivos locais						
Objetivo	Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva.					CÓDIGO: 0840	
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA			Código:	2029	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas						
Ação Prioritária	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo:		( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0115	0,00	23.656.000,00	23.652.000,00	0,00	0,00	0,00	23.652.000,00
0117	0,00	4.981.000,00	4.981.000,00	0,00	0,00	0,00	4.981.000,00
0119	0,00	7.840.800,00	7.840.800,00	0,00	0,00	0,00	7.840.800,00
TOTAIS	0,00	36.477.800,00	36.473.800,00	0,00	0,00	0,00	36.473.800,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
NÃO DEFINIDA NA LOA							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0,00	0,00	0,00	NÃO DEFINIDA NA LOA			
Identificação da Ação							
Código	7K66					TIPO: Projeto	
Descrição	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO						
Iniciativa	03G8 - Provimento, operação e manutenção de infraestruturas para apoio às cadeias produtivas e arranjos produtivos locais						
Objetivo	Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva.					CÓDIGO: 0840	
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA			Código:	2029	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas						
Ação Prioritária	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo:		( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	

Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0029	5.700.000,00	5.700.000,00	5.250.555,20	1.501.781,62	206.000,00		3.748.773,58
1128	300.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00		300.000,00
7040	2.000.000,00	2.000.000,00	1.255.274,00	0,00	0,00		1.255.274,00
7052	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00
TOTAIS	8.600.000,00	8.600.000,00	6.805.829,20	1.501.781,62	206.000,00	0,00	5.304.047,58
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0029	Projeto apoiado		unidade	21,00	21,00	0,00	
1128	Projeto apoiado		unidade	1,00	1,00	0,00	
7040	Projeto apoiado		unidade	25,00	25,00	0,00	
7052	Projeto apoiado		unidade	1,00	1,00	0,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	2.120.000,00	829.584,63	300.000,00	Projeto apoiado	unidade	0,00	
Identificação da Ação							
Código	109H				TIPO: Projeto		
Descrição	<b>CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS</b>						
Iniciativa	01LM - Implantação e ampliação de sistemas de infraestruturas hídricas						
Objetivo	Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.				CÓDIGO: 0479		
Programa	<b>OFERTA DE ÁGUA</b>			Código:	2051	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:		<input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0029	1.600.000,00	1.600.000,00	1.065.532,11	759.158,11	-		306.374,00
7004	3.000.000,00	3.000.000,00	1.348.168,60	-			1.348.168,60
TOTAIS	4.600.000,00	4.600.000,00	2.413.700,71	759.158,11	-	-	1.654.542,60
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do	Descrição da meta		Unidade de	Montante			

subtítulo/ Localizador		medida	Previsto	Reprogramad o (*)	Realizado		
0029	Obra executada	unidade	10,00	10,00	5,00		
7004	Obra executada	unidade	5,00	5,00	0,00		
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	2.700.000,00	0,00	0,00	Obra executada	unidade	0,00	
<b>Identificação da Ação</b>							
Código	11AA			TIPO: Projeto			
Descrição	<b>CONSTRUCAO DA BARRAGEM FRONTEIRAS NO ESTADO DO CEARA</b>						
Iniciativa	01L7 - Implantação da Barragem Fronteiras (CE)						
Objetivo	Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.			CÓDIGO:			
Programa	<b>OFERTA DE ÁGUA</b>		Código:	2051	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas						
Ação Prioritária	( x ) Sim	( ) Não	Caso positivo:	( x ) PAC	( ) Brasil sem Miséria		
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0023	34.200.000,00	7.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0103	0,00	11.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	34.200.000,00	18.900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramad o (*)	Realizado	
0023	Obra executada		% execução física	12,00	12,00	0,00	
0103	Obra executada		% execução física	não identificada na LOA			
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	64.286.943,28	3.259.279,13	53.303.590,00	Obra executada	% execução física	0,00	
<b>Identificação da Ação</b>							
Código	11PO			TIPO: Projeto			
Descrição	<b>IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE POÇOS DE ÁGUA SUBTERRÂNEA</b>						
Iniciativa	01LM - Implantação e ampliação de sistemas de infraestruturas hídricas						



Objetivo	Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.					CÓDIGO: 0479	
Programa	<b>OFERTA DE ÁGUA</b>		Código:	2051	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas						
Ação Prioritária	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo:		( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0026	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
7000	2.200.000,00	2.200.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
7004	200.000,00	200.000,00	199.987,65	0,00	0,00	0,00	199.987,65
TOTAIS	2.500.000,00	2.500.000,00	1.299.987,65	0,00	0,00	0,00	1.299.987,65
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0026	Poço implantado		unidade	5,00	5,00	0,00	
7000	Poço implantado		unidade	22,00	22,00	0,00	
7004	Poço implantado		unidade	10,00	10,00	0,00	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	2.480.661,00	2.478.021,00	0,00	Poço implantado	unidade	853,00	
<b>Identificação da Ação</b>							
Código	12OB				TIPO: Projeto		
Descrição	<b>TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DE PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO</b>						
Iniciativa	00I3 - Transferência de Perímetros Públicos de Irrigação						
Objetivo	Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.					CÓDIGO: 0175	
Programa	<b>AGRICULTURA IRRIGADA</b>		Código:	2013	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas						
Ação Prioritária	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo:		( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
PO 0001	5.600.000,00	10.080.000,00	8.682.039,89	3.062.900,65	3.038.517,37	24.383,28	5.619.139,24
PO 0002	12.000.000,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7000	0,00	1.900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7002		2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	17.600.000,00	18.480.000,00	8.682.039,89	3.062.900,65	3.038.517,37	24.383,28	5.619.139,24
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
PO 0001	Perímetro transferido	unidade	1,00	1,00	5,00		
PO 0002	Perímetro transferido	unidade	1,00	1,00	0,00		
7000	Perímetro transferido	unidade	1,00	1,00	0,00		
7002	Perímetro transferido	unidade	1,00	1,00	0,00		
TOTAIS			4,00	4,00	5,00		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	8.922.600,20	4.050.660,33	961.864,48	Perímetro transferido	unidade	1,00	
Identificação da Ação							
Código	140N				TIPO: Projeto		
Descrição	<b>RECUPERAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS HÍDRICAS</b>						
Iniciativa	01LP - Recuperação e adequação de sistemas de infraestruturas hídricas						
Objetivo	Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais.				CÓDIGO: 0480		
Programa	<b>OFERTA DE ÁGUA</b>			Código:	2051	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas						
Ação Prioritária	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo:		( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0022	1.000.000,00	1.000.000,00	999.952,98	48.756,38	48.756,38	0,00	951.196,60
0025	3.500.000,00	3.500.000,00	802.889,00	0,00	0,00	0,00	802.889,00
0029	500.000,00	500.000,00	495.449,10	457.246,90	8.441,90	448.805,00	38.202,20
7004	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	5.800.000,00	5.800.000,00	2.298.291,08	506.003,28	57.198,28	448.805,00	1.792.287,80
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0022	Obra apoiada	unidade	3,00	3,00	0,00		
0025	Obra apoiada	unidade	15,00	15,00	0,00		
0029	Obra apoiada	unidade	5,00	5,00	5,00		
7004	Obra apoiada	unidade	4,00	4,00	0,00		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							

Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	2.002.494,64	360.483,86	0,00	Obra apoiada	unidade	0,00	
<b>Identificação da Ação</b>							
Código	1851				TIPO: Projeto		
Descrição	<b>IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA</b>						
Iniciativa	01LM - Implantação e ampliação de sistemas de infraestruturas hídricas						
Objetivo	Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica				CÓDIGO:		
Programa	<b>OFERTA DE ÁGUA</b>		Código:	2051	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas						
Ação Prioritária	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo:		( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	1.472.968,00	1.178.375,00	900.000,00	0,00	0,00	900.000,00	0,00
0023	3.000.000,00	3.000.000,00	2.989.339,00	0,00	0,00	2.989.339,00	0,00
0025	3.000.000,00	3.000.000,00	2.983.149,25	1.743.315,52	807.063,86	1.239.833,73	936.251,66
0026	1.570.000,00	1.570.000,00	1.347.727,85	0,00	0,00	1.347.727,85	0,00
0029	2.000.000,00	2.000.000,00	1.980.932,06	189.335,16	76.441,98	1.791.596,90	112.893,18
0031	3.000.000,00	3.000.000,00	2.898.973,78	116.610,00	116.610,00	2.782.363,78	0,00
1569	2.000.000,00	2.000.000,00	1.999.200,00	0,00	0,00	1.999.200,00	0,00
7002	1.150.000,00	1.150.000,00	525.254,88	525.254,88	0,00	0,00	525.254,88
7006	5.000.000,00	5.000.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	2.500.000,00	0,00
7008	4.950.000,00	4.950.000,00	4.220.926,30	0,00	0,00	4.220.926,30	0,00
7010	2.000.000,00	2.000.000,00	994.902,00	857.415,42	857.415,42	137.486,58	0,00
7016	20.000.000,00	20.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	49.142.968,00	48.848.375,00	23.340.405,12	3.431.930,98	1.857.531,26	19.908.474,14	1.574.399,72
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0001	Obra executada	unidade	1,00	1,00	0,00		
0023	Obra executada	unidade	10,00	10,00	0,00		
0025	Obra executada	unidade	150,00	150,00	87,00		
0026	Obra executada	unidade	2,00	2,00	0,00		
0029	Obra executada	unidade	8,00	8,00	3,00		
0031	Obra executada	unidade	48,00	48,00	0,00		
1569	Obra executada	unidade	13,00	13,00	0,00		
7002	Obra executada	unidade	174,00	174,00	79,00		
7006	Obra executada	unidade	26,00	26,00	0,00		

7008	Obra executada	unidade	30,00	30,00	0,00		
7010	Obra executada	unidade	20,00	20,00	10,00		
7016	Obra executada	unidade	100,00	100,00	0,00		
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	31.970.893,68	2.066.758,03	9.674.097,01	Obra executada	unidade	0,00	
<b>Identificação da Ação</b>							
Código	2000				TIPO: Atividade		
Descrição	<b>ADMINISTRACAO DA UNIDADE</b>						
Iniciativa	Não descrita na Lei Nº 12.593/2012 (que institui o Plano Plurianual 2012-2015)						
Objetivo	Não descrita na Lei Nº 12.593/2012 (que institui o Plano Plurianual 2012-2015)				CÓDIGO:		
Programa	<b>PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL</b>			Código:	2111	Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas						
Ação Prioritária	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo:	( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria		
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
PO 0001	24.450.066,00	26.757.902,00	26.184.772,56	26.184.772,56	23.315.317,80	115.867,23	4.691.631,35
PO 0002	100.000,00	150.000,00	130.946,38	130.946,38	91.624,42	0,00	39.321,96
TOTAIS	24.550.066,00	26.907.902,00	26.315.718,94	26.315.718,94	23.406.942,22	115.867,23	4.730.953,31
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
Não se aplica							
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	2.563.870,39	54.206,03	311.766,67	Não se aplica			
<b>Identificação da Ação</b>							
Código	2004				TIPO: Atividade		
Descrição	<b>ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES</b>						
Iniciativa	Não descrita na Lei Nº 12.593/2012 (que institui o Plano Plurianual 2012-2015)						
Objetivo	Não descrita na Lei Nº 12.593/2012 (que institui o Plano Plurianual 2012-2015)				CÓDIGO:		

Programa	<b>PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL</b>			Código:	2111	Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas						
Ação Prioritária	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo:		( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001.0001	6.840.000,00	7.450.000,00	7.343.959,42	7.343.959,42	7.343.959,42	0,00	0,00
0001.0002	266.940,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	7.106.940,00	7.450.000,00	7.343.959,42	7.343.959,42	7.343.959,42	0,00	0,00
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0001.0001	Pessoa beneficiada		unidade	6.000	6.000	5.424	
0001.0002	Pessoa beneficiada		unidade	1.483	0	0	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0,00	0,00	0,00	Pessoa beneficiada	unidade	0	

### 2.2.3.3 Ações não previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

O quadro a seguir apresenta ações a serem executadas em 2013 com recursos de restos a pagar de exercícios anteriores:

**Quadro 4 - A.2.2.3.3 - Ações não Previstas LOA 2013 -Restos a Pagar - OFSS**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	3715			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Construção da Barragem Berizal no Rio Pardo no Estado de Minas Gerais				
<b>Iniciativa</b>	Não constante do Anexo I da Lei Nº 12.593/2012 - Lei do Plano Plurianual				
<b>Objetivo</b>	Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.			<b>Código:</b> 0479	
<b>Programa</b>	Infra-Estrutura Hídrica		<b>Código:</b> 0515	<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	( x ) Não	Caso positivo: ( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Meta</b>		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
7.346.557,59	0,00	0,00	obra executada	% execução física	0,00

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	4572			<b>Tipo:</b> Atividade	
<b>Título</b>	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação				
<b>Iniciativa</b>	Ação incorporada na ação Administração da Unidade (transformou-se em Plano Orçamentário)				
<b>Objetivo</b>					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional	<b>Código:</b> 2111	<b>Tipo:</b> Gestão		
<b>Unidade Orçamentária</b>	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizado</b>
10.000,00	3.960,00	4.520,00	Servidor capacitado	unidade	1

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	5936			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Tabuleiros de Russas - 1ª etapa - com 10.700 há No Estado do Ceará				
<b>Iniciativa</b>	Não constante do Anexo I da Lei Nº 12.593/2012 - Lei do Plano Plurianual				
<b>Objetivo</b>	Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e ambiental com vista à transferência de gestão, promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.			<b>Código:</b> 0175	
<b>Programa</b>	Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação	<b>Código:</b> 1038	<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizado</b>
487.048,05	0,00	53.085,00	Perímetro transferido	% execução física	0,00

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	5948			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú com 8.335 ha no Estado do Ceará				
<b>Iniciativa</b>	Não constante do Anexo I da Lei Nº 12.593/2012 - Lei do Plano Plurianual				
<b>Objetivo</b>	Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e ambiental com vista à transferência de gestão, promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.			<b>Código:</b> 0175	
<b>Programa</b>	Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação	<b>Código:</b> 1038	<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
633.648,00	0,00	384.680,00	Perímetro transferido	% execução física	0,00

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	5958			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Icó-Lima Campos com 2.712ha no Estado do Ceará				
<b>Iniciativa</b>	Não constante do Anexo I da Lei Nº 12.593/2012 - Lei do Plano Plurianual				
<b>Objetivo</b>	Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e ambiental com vista à transferência de gestão, promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.			<b>Código:</b> 0175	
<b>Programa</b>	Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação			<b>Código:</b> 1038	<b>Tipo:</b> Temático
<b>Unidade Orçamentária</b>	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.136.038,80	0,00	2.136.038,80	Perímetro transferido	% execução física	0,00

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	5972			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Morada – Nova com 4.246ha no Estado do Ceará				
<b>Iniciativa</b>	Não constante do Anexo I da Lei Nº 12.593/2012 - Lei do Plano Plurianual				
<b>Objetivo</b>	Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e ambiental com vista à transferência de gestão, promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.			<b>Código:</b> 0175	
<b>Programa</b>	Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação			<b>Código:</b> 1038	<b>Tipo:</b> Temático
<b>Unidade Orçamentária</b>	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
214.020,00	0,00	214.020,00	Perímetro transferido	% execução física	0,00

Identificação da Ação		
<b>Código</b>	109I	
<b>Título</b>	Construção de Açudes -Alegre-Jaguaretama-CE	
<b>Iniciativa</b>	Não constante do Anexo I da Lei Nº 12.593/2012 - Lei do Plano Plurianual	

<b>Objetivo</b>	Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.			<b>Código:</b> 0479	
<b>Programa</b>	Infra-Estrutura Hídrica	<b>Código:</b> 0515	<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Meta</b>		
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizado</b>
204.500,00	0,00	204.500,00	obra executada	% execução física	0,00

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	123D			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Construção da Barragem Taquara – No Estado do Ceará – No Município de Taquara – CE				
<b>Iniciativa</b>	Não constante do Anexo I da Lei Nº 12.593/2012 - Lei do Plano Plurianual				
<b>Objetivo</b>	Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.			<b>Código:</b> 0479	
<b>Programa</b>	Infra-Estrutura Hídrica	<b>Código:</b> 0515	<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Meta</b>		
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizado</b>
2.056.830,40	0,00	0,00	obra executada	% execução física	0,00

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	12F4			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	CONSTRUCAO DA BARRAGEM PIAUS NO ESTADO DO PIAUI - NO ESTADO DO PIAUI				
<b>Iniciativa</b>	Não constante do Anexo I da Lei Nº 12.593/2012 - Lei do Plano Plurianual				
<b>Objetivo</b>	Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.			<b>Código:</b> 0479	
<b>Programa</b>	Infra-Estrutura Hídrica	<b>Código:</b> 0515	<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Meta</b>		
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizado</b>
48.448,57	0,00	0,00	obra executada	% execução física	0,00

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	2B90			<b>Tipo:</b> Projeto	
<b>Título</b>	Revitalização de Infraestruturas de Abastecimento de Água				



<b>Iniciativa</b>	Não constante do Anexo I da Lei Nº 12.593/2012 - Lei do Plano Plurianual				
<b>Objetivo</b>	Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais.			<b>Código:</b> 0480	
<b>Programa</b>	Infra-Estrutura Hídrica	<b>Código:</b> 0515	<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Meta</b>		
<b>Valor em 01/01/2013</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizado</b>
1.142.744,61	500.036,68	642.707,93	obra executada	% execução física	0,00

### 2.2.3.5 – ANÁLISE SITUACIONAL

#### ANÁLISE POR OBJETIVO DO PPA E POR PROGRAMA TEMÁTICO:

O DNOCS como instituição vinculada ao Ministério da Integração Nacional, não tem sob sua responsabilidade direta nenhum objetivo do Plano Plurianual da União para os exercícios 2012 a 2015. No entanto, executa ações que contribuem para o alcance de metas e objetivos do referido plano.

No Programa 2013 - Agricultura Irrigada, para cumprimento do objetivo 0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão, o DNOCS executou como principais ações: 12FS - Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro de São Bernardo com 5.000ha no Estado do Maranhão, que se encontra em fase preparatória para lançar Regime Diferenciado de Contratações (RDC) integrada para executar as obras; 1O12 - Implantação do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú – 2ª Etapa – com 4.168ha no Estado do Ceará, com 72% das obras finalizadas; 1O17 - Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas – 2ª Etapa – com 3.600ha no Estado do Ceará, cujas obras civis de implantação da infraestrutura do perímetro foram concluídas em novembro de 2013; 1O21 - Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro Litorâneos de Parnaíba – 2ª Etapa – com 5.985ha no Estado do Piauí, que se encontra em execução, com 58% das obras finalizadas e com previsão de conclusão para 31/10/2014; 1O25 - Implantação do Perímetro de Irrigação Araras Norte – 2ª Etapa – com 1.619ha no Estado do Ceará, obra em execução com 22% das obras finalizadas e previsão de conclusão para 31/10/2014; 1O28 - Implantação do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe – 2ª Etapa – com 10.595ha no Estado do Piauí - Obra paralisada, aguardando a realização de Cessão de Direito Real de Uso (CDRU) para conclusão das obras civis e operação do perímetro. Atualmente com 51% das obras finalizadas.

Ainda neste objetivo e em relação às ações de Regularização Ambiental e Fundiária e Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação, utilizando-se os conceitos: “*Transferência de gestão: processo de delegação da administração, operação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum de um perímetro público de irrigação, de um ente público para uma entidade privada e Emancipação: estágio do processo de transferência da gestão em que a entidade que administra um perímetro de irrigação atinge a auto-sustentação econômica das atividades de administração, operação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum.*” tem-se as ações 140X - Regularização Ambiental e Fundiária de Perímetros Públicos de Irrigação – com Projetos de Regularização Fundiária realizados em Jaguaruana, Quixabinha, Forquilha, Jaguaribe-Apodi, Morada Nova, Curu-Pentecoste, Curu-Paraipaba, IcoLima-Campos e Tabuleiros de Russas no Estado do Ceará, Gurguéia no Estado do Piauí, Itans, Cruzeta, Sabugi e

Baixo Açu no Estado do Rio Grande do Norte, e 12OB - Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação<sup>1</sup> – realizada nos Perímetros Morada Nova, Tabuleiros de Russas, Jaguaribe Apodi, Baixo Acaraú, Araras Norte, Curu-Paraipaba, Brumado e Vaza Barris.

Também no Programa 2013 – Agricultura Irrigada, o DNOCS contribuiu para o objetivo - Viabilizar a produção dos perímetros de interesse eminentemente social visando garantir sua gestão operacional, através das ações: 20EY - Administração de Perímetros Públicos de Irrigação; 20WP - Reabilitação de Perímetros Públicos de Irrigação; 5980 - Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação São Gonçalo com 2.402ha - No Estado da Paraíba; 5984 - Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Moxotó com 6.491ha - No Estado de Pernambuco. SITUAÇÃO: projetos em fase de estudos. O cumprimento deste objetivo está ligado diretamente ao lançamento do Programa Mais Irrigação lançado em 2012, com início, no DNOCS, em 2013, com atividades relacionadas elaboração de estudos e realização de obras, não tendo sido, portanto, completada a transferência dos empreendimentos.

Ainda no mesmo programa, o objetivo 0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado, foi executado através da ação 100N - Implantação do Perímetro de Irrigação Barragem Santa Cruz do Apodi com 5.200ha no Estado do Rio Grande do Norte, cujas obras estão com 10% de avanço físico e com previsão de conclusão para 29/07/2016.

Já no programa 2051 – Oferta de Água e em relação a objetivo 0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica, o DNOCS atuou principalmente nas ações: 10DC - Construção da Barragem Oiticica no Estado do Rio Grande do Norte, obra executada em parceria com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e que se encontra com 6% das obras executadas; 11AA - Construção da Barragem Fronteiras no Estado do Ceará, cuja licitação foi concluída no final de 2013 (obra a ser iniciada em 2014); 12FV - Construção da Barragem de Algodões no Estado do Piauí, em fase de projeto, com previsão de início para 2014; 14LA - Construção da Barragem Ingazeira, no Estado de Pernambuco, atualmente com 9% das obras executadas; 1N64 - Implantação da Adutora Pajeú nos Estados de Pernambuco e Paraíba – Na Região Nordeste, concluída a primeira etapa da adutora em novembro de 2013, restando a construção de 2 reservatórios que foram incluídos posteriormente e que beneficiará os municípios de Floresta, Afogados de Ingazeira, Calumbi, Carnaíba, Flores, Serra Talhada e Triunfo, no Estado de Pernambuco e 7I31 - Construção da Barragem Figueiredo no Estado do Ceará, concluída em junho de 2013, com benefícios para os municípios de Alto Santo, Iracema e Potiretama, no Estado do Ceará.

Ainda no mesmo programa, o objetivo 0480 - Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais, cujas principais ações foram: 20N4 - Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas; 14RP - Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas; 140N - Recuperação e Adequação de Infraestruturas Hídricas. Em função de tratar-se de, em grande parte, de ações com recursos provenientes de emendas parlamentares, este objetivo sofre limitações (submissão à agenda política e a liberação pela Secretaria de Relações Institucionais), o que não assegura o desembolso orçamentário e financeiro em tempo hábil para a sua execução no exercício.

Com relação ao Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, no objetivo 0789 – Formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial, contribuindo para a redução

---

<sup>1</sup>Referem-se aos Perímetros Irrigados em que foram celebrados Contratos de Delegação de Competência para administração, operação e manutenção com as Associações/Distritos de Irrigação aptos a realizarem tal serviço, observando os critérios da Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 1.529/2007.

das desigualdades regionais e a ocupação racional do território, o DNOCS executa apenas uma ação 4664 - Capacitação para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial e Concessão de bolsas de estudos para programas de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Áreas afins, que não contribui **diretamente** para a realização da meta.

No Programa 2052 - Pesca e Aquicultura, o DNOCS trabalha dois objetivos: 0572 - Implementar infraestruturas integrantes da cadeia produtiva aquícola e pesqueira para promover a produção, a agregação de valor e a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais através das ações: 5282 - Desenvolvimento de Tecnologias de Processamento de Pescado e 5372 - Implantação de Unidade de Beneficiamento de Pescado e 0567 - Promover a produção aquícola e pesqueira de forma sustentável com foco no potencial brasileiro e nos recursos sub-explotados e inexplorados, através das ações 2819 - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura, 5406 - Implantação de Unidades Demonstrativas para a Produção de Pescado e/ou Camarão, 5464 - Implantação de estações de piscicultura e centros integrados de recursos pesqueiros e aquícola e 8687 - Capacitação para a Produção Alternativa de Alimentos para o Semiárido.

Ante a exiguidade de recursos provenientes da LOA 2013 e considerando a necessidade de manutenção e funcionamento das 14 Estações de Piscicultura e 2 Centro de Pesquisas, foi negociado e realizado Termo de Cooperação para Descentralização de Créditos (Destaque) que viabilizou, além do funcionamento das estações e centros, a identificação e mapeamento de espécies piscícolas visando a recuperação de seu poder genético e preservação, a geração de tecnologias para processamento de pescado, a implantação de módulos de viveiros e tanques-rede visando a criação intensiva de peixes ou camarões, além da capacitação de 657 pessoas (pescadores, pequenos piscicultores, estudantes, etc.).

## **AÇÕES PRIORITÁRIAS NA LDO - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

No exercício, destacaram-se os empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, voltados para a Implantação, Reabilitação e transferência de Perímetros Públicos de Irrigação, Construção da Barragens e Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica, dentre elas a Adutora Pajeú nos Estados de Pernambuco e Paraíba. Para as ações do PAC foram investidos R\$ 294.186.894,00 (LOA + Créditos), dos quais 79, 17% foram liquidados<sup>2</sup>.

### **AÇÕES DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO:**

**PROGRAMA 2013 – AGRICULTURA IRRIGADA:** 20WP - Reabilitação de Perímetros Públicos de Irrigação; 100N - Implantação do Perímetro de Irrigação Barragem Santa Cruz do Apodi com 5.200ha no Estado do Rio Grande do Norte; 12FS - Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro de São Bernardo com 5.000ha no Estado do Maranhão; 1O12 - Implantação do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú – 2ª Etapa – com 4.168ha no Estado do Ceará; 1O17 - Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas – 2ª Etapa – com 3.600ha no Estado do Ceará; 1O21 - Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro Litorâneos de Parnaíba – 2ª Etapa – com 5.985ha no Estado do Piauí; 1O25 - Implantação do Perímetro de Irrigação Araras Norte – 2ª Etapa – com 1.619ha no Estado do Ceará; 1O28 - Implantação do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe – 2ª Etapa – com 10.595ha no Estado do Piauí; 5934 - Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Jaguaribe -Apodi com 5.393ha /No Estado do Ceará; 5980 - Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação São Gonçalo com 2.402ha - No Estado da Paraíba; 5984 - Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Moxotó com 6.491ha - No Estado de Pernambuco; 7014 - Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Baixo Açú com 5.168ha / No Estado do Rio Grande do Norte.

<sup>2</sup>FONTE: <http://www8a.senado.gov.br/dwweb/abreDoc.html?docId=2619938>. Acesso em 29/01/2014.

PROGRAMA 2051 - OFERTA DE ÁGUA: 10DC - Construção da Barragem Oiticica no Estado do Rio Grande do Norte; 10GM - Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica; 11AA - Construção da Barragem Fronteiras no Estado do Ceará; 12FV - Construção da Barragem de Algodões no Estado do Piauí; 14LA - Construção da Barragem Ingazeira; 14RP - Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas; 14VI - Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica para Oferta de Água; 1N64 - Implantação da Adutora Pajeú nos Estados de Pernambuco e Paraíba; 7I31 - Construção da Barragem Figueiredo no Estado do Ceará.

## EXECUÇÃO DAS METAS E FATORES INTERVENIENTES

O conjunto de ações a que se referem os Quadro A.2.2.3.1 já apresentados estão vinculados aos programas 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União, 0901 – Operações Especiais: Cumprimento Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais, 2013 - Agricultura Irrigada, 2026 - Conservação e Gestão dos Recursos Hídricos, 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso, 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, 2051 - Oferta de Água, 2052 - Pesca e Aquicultura e 2111 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional de responsabilidade dos Ministérios da Integração Nacional, da Cultura, do Meio Ambiente e da Pesca e Aquicultura

Como instituição consciente de seu papel, o DNOCS tem como premissa o emprego de sua capacidade técnica e gerencial para a maximização da utilização dos recursos consignados na Lei Orçamentária Anual e seus créditos adicionais visando atingir ou superar suas metas institucionais e orçamentárias.

Destaque-se, porém, que a dotação prevista na LOA diz respeito, não à necessidade real de recursos do DNOCS, mas à proposta incluída no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, considerando os limites informados pelo Ministério da Integração Nacional.

### QUADRO DEMONSTRATIVO LIMITE DEMAIS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

ANO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	% EM RELAÇÃO A 2010
2010	53.017.860,00	100,00
2011	41.232.621,00	77,77
2012	35.105.772,00	66,21
2013	39.233.034,00	74,00
LIMITAÇÃO DE OUTRA NATUREZA		
PORTARIA 268/MP/2013	22.341.080,12	42,14

Por este quadro observa-se que o limite liberado para inclusão no SIOP, no que diz respeito a Despesas Discricionárias, vem decrescendo ano a ano, chegando, em 2013 a 74% em relação a 2010.

Neste contexto e considerando as limitações a que está sujeito o Departamento, verificou-se o cumprimento das metas físicas previstas em mais de 20% das ações finalísticas.

Dentre os fatores limitantes ao desempenho físico das ações orçamentárias, ressalta-se: a liberação mensal de créditos orçamentários, que obedece a cronograma de desembolso divulgado em DOU pela Secretaria do Tesouro Nacional (ajustando as necessidades da execução do orçamento ao fluxo de caixa do Tesouro) com descentralização realizada pelo Ministério da Integração Nacional e que difere do cronograma das necessidades do órgão; a liberação das alterações orçamentárias propostas pelo órgão para ampliação de limites (créditos adicionais) que historicamente se concentra no final do exercício ou às vésperas, gerando uma sobrecarga de licitações no mês de dezembro que, aliada à falta de recursos financeiros e ainda ao curto espaço de tempo, dificultam a contratação, produzindo dificuldades no cumprimento das metas e prazos, gerando obrigações em exercícios futuros e comprometendo a execução do Programa no exercício seguinte; a liberação de limites nas ações com recursos provenientes de emendas parlamentares, não

compatível para realização de procedimentos licitatórios e a efetiva execução das ações; a indisponibilidade de recursos para investimentos (contingenciamentos) que, liberados em meados do exercício, prejudicaram a eficiente execução das ações pela insuficiência de recursos no prazo devido e, por fim, o fato de a despesa relativa a pessoal concentrar mais da metade do orçamento.

Outro fator limitante para a execução das ações foi a publicação da Portaria Nº 268, de 30/07/2013, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que limitou a despesa a ser empenhada com a contratação de bens e serviços e com a concessão de diárias e passagens, no âmbito dos órgãos e unidades do Poder Executivo (despesas com o custeio), interferindo diretamente na execução inclusive das ações finalísticas, inclusive fiscalizações de contratos e convênios.

Ressalte-se, ainda, que a Autarquia continua com um quadro de pessoal reduzido, o que dificulta um melhor desempenho institucional, e que, apesar disso, não tem, até o momento, sensibilizado o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em que pese os seguidos apelos da administração superior da autarquia pela autorização de concurso público.

O DNOCS tem enormes dificuldades em termos de recursos humanos em virtude da redução da capacidade instalada de pessoal necessário para a operação e manutenção de suas atividades técnicas, diante do elevado número de aposentadorias ocorrido nos últimos anos e sem a necessária reposição mediante concurso público há anos proposto. É urgentíssima a renovação de quadros considerando, também, que grande parte dos servidores atualmente ativos estão ou estarão em condições de aposentadoria nos próximos anos.

Comparando-se a evolução da Lei Orçamentária Anual ao exercício anterior temos:

EXERCÍCIO 2012			
	LOA	LOA + CRÉDITOS	LIQUIDADO
Pessoal e encargos	665.639.055	678.282.692	665.434.581
Outras despesas correntes	56.408.729	65.477.311	57.747.954
Investimento	401.992.763	566.165.016	552.927.546
Inversões financeiras	1.261.711	799.394,00	799.394,00
TOTAIS	1.125.302.258	1.310.724.413	1.276.909.475

EXERCÍCIO 2013			
	LOA	LOA + CRÉDITOS	LIQUIDADO
Pessoal e encargos	614.855.501	712.445.703	683.661.872
Outras despesas correntes	63.130.611	67.321.323,00	69.320.474
Investimento	424.599.392	408.221.144	533.195.187
Inversões financeiras	1.363.742	1.137.713	1.137.713
TOTAIS	1.103.949.246	1.189.125.883	1.287.315.246

FONTE: SIAFI. Acesso em: 23/01/2013.

Apesar de todas as dificuldades retromencionadas e analisando a evolução orçamentária dos dois anos, vemos o decréscimo de 1,90% em relação à Lei Orçamentária Anual, 9,28% em relação à dotação autorizada (LOA + créditos) e um acréscimo de quase 1% na liquidação da despesa.

Observa-se, também, que o DNOCS tem demonstrado interesse na execução coerente com as necessidades das unidades da instituição no tocante ao custeio administrativo e operacional, apesar das limitações orçamentárias, financeiras e de recursos humanos e das demandas da sociedade.

## 2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

### SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE ABASTECIMENTO:

No exercício de 2013 foram firmados Termos de Compromisso para a construção de 546 Sistemas Simplificados de Abastecimento que beneficiarão 206 municípios dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia, Sergipe e Minas Gerais.

Referidos termos tem como objetivo firmar a cooperação entre Prefeituras e o DNOCS, visando atender comunidades rurais com escassez de água, minimizando ou solucionando seu problema de abastecimento através da implantação de sistemas simplificados, que consistem na captação da água, a partir de um manancial subterrâneo ou superficial, através da construção/implantação de cisternas, perfuração e recuperação de poços, pequenas redes de distribuição de água, etc.

A iniciativa faz parte do Plano Brasil sem Miséria e visa universalizar o acesso e o uso de água em áreas rurais para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar da população de baixa renda.

Os trabalhos estão sendo executados pelo DNOCS em sua área de atuação, com recursos do Ministério da Integração Nacional através de Termos de Cooperação para Descentralização de Créditos.

### AVANÇOS NA ÁREA DE PISCICULTURA:

O DNOCS tem sob sua responsabilidade o funcionamento de 14 Estações e 02 Centros de Pesquisa em Aquicultura.

Considerando a necessidade de dar continuidade aos trabalhos de promoção da sustentabilidade da pesca, do desenvolvimento da aquicultura por meio da produção de alevinos, do desenvolvimento de pacotes tecnológicos para cultivo de peixes e buscando despertar o interesse pela adoção e a prática de técnicas que levem ao desenvolvimento da sustentabilidade do setor e ainda considerando a quase inexistência de recursos para a área de piscicultura na Lei Orçamentária Anual, foram negociados com o Ministério da Integração Nacional, Termos de Cooperação para Descentralização de Créditos – Destaques.

Apesar dessas dificuldades, em 2013, com estes recursos, foram produzidos 34,43 milhões alevinos e capacitados, no Centro de Pesquisas em Aquicultura Rodolpho von Ihering, em Pentecoste/Ceará, 595 pessoas, dentre as quais pescadores, pequenos piscicultores, estudantes, etc.

Nesta área, em 2013, alguns progressos podem ser destacados dentre os quais os avanços no domínio da técnica de reprodução do pirarucu em cativeiro. Projeto sem andamento: o exame da dosagem de hormônios sexuais de peixes adultos, a investigação sobre uma possível produção de um tipo de colostro em glândulas existentes na cabeça desses peixes e suas conexões com o cérebro.

### CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES:

Num esforço de otimizar os recursos das ações de capacitação, a administração tem promovido ações voltadas para o levantamento das necessidades de treinamento e capacitação, mapeando e buscando sistematizar as principais demandas.

No entanto, os recursos provenientes da LOA 2013 são insuficientes se considerarmos as carências de capacitação e o número de servidores, o que também justifica o levantamento realizado e que visa priorizar a participação de servidores em eventos de maior necessidade para o Departamento.

As ações compreenderam a participação de servidores em cursos, congressos, seminários e oficinas, com destaque para a elaboração e prestação de contas de convênios – SICONV, formação de pregoeiros, licitações, orçamento público; gestão estratégica, treinamento no

Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, dentre outros na área administrativa, I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional – I CNDR, Seminário “Os Problemas e as Alternativas de Convivência com a Seca no Semiárido Nordeste”, na área finalística, além de eventos internacionais, como: Congresso Internacional de Aquicultura – 1º AQUAPERU 2013 - realizado em Lima, Peru (como convidado – expositor) e o Seminário Internacional “Gestão Integral e Sustentável de Recursos Hídricos e Desenvolvimento Agropecuário” em Israel.

Em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, foram realizados diversos cursos sem ônus para o DNOCS, tanto na modalidade presencial em parceria com o Instituto Municipal de Pesquisas, Administração e Recursos Humanos – IMPARH como a distância pela própria ENAP.

Consolidando os dados de 2013, com recursos das diversas ações de capacitação (inclusive do Plano Orçamentário da ação Administração da Unidade), foi possível a participação de 227 servidores, alguns dos quais em mais de um evento, perfazendo um total de 315 participações.

### REESTRUTURAÇÃO:

Nos últimos anos, o ambiente das organizações públicas tem mudado muito em consequência do processo de transformação gerencial exigido pelos órgãos de controle e pela própria sociedade. Além disso, as mudanças sociais e ambientais exigem importantes redefinições nos papéis das entidades, inclusive instituições públicas.

Daí resulta a necessidade de Reestruturação Organizacional do DNOCS visando redirecionar a sua atuação para atividades atualmente essenciais com profissionais preparados para exercer suas funções e obter excelência operacional.

O aquecimento global e o acelerado processo de desertificação atingirão com mais violência às regiões semiáridas e, dentro delas as maiores vítimas serão os pobres, o que exigirá uma forte intervenção do Estado no enfrentamento destas questões.

Nesse contexto, o DNOCS é a Instituição que mais se identifica com a problemática do semiárido, pela sua capilaridade, seu acervo técnico e seus bens patrimoniais. Por esses motivos, faz-se imprescindível a sua reestruturação.

É necessária uma revisão dos projetos e atividades executados pelo DNOCS de forma a enfatizar a sustentabilidade do seu patrimônio hídrico notadamente no que diz respeito à recuperação e manutenção de seu potencial hídrico e a sua utilização para o Desenvolvimento Territorial e Regional.

Com 104 anos de existência e após várias transformações, o DNOCS, no exercício de 2013, retomou as negociações do processo de reestruturação do órgão, atualizando e reformulando dados referentes a pessoal, atribuições, necessidades orçamentárias referidos em documentos anteriores, inclusive com a mobilização e participação de servidores e apoio de parlamentares de diversos Estados.

Ainda nesse assunto, há que se considerar que o quadro de servidores do DNOCS encontra-se envelhecido e que dentro de poucos anos a maioria conquistará o direito à aposentadoria. Sem o Concurso Público, grande parte da memória técnica e administrativa da Instituição se perderá.

A reestruturação do DNOCS deve ser acompanhada pelo respectivo Plano de Carreira, Concurso Público e um Programa de Formação e Capacitação Continuada.

### 3.PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013.

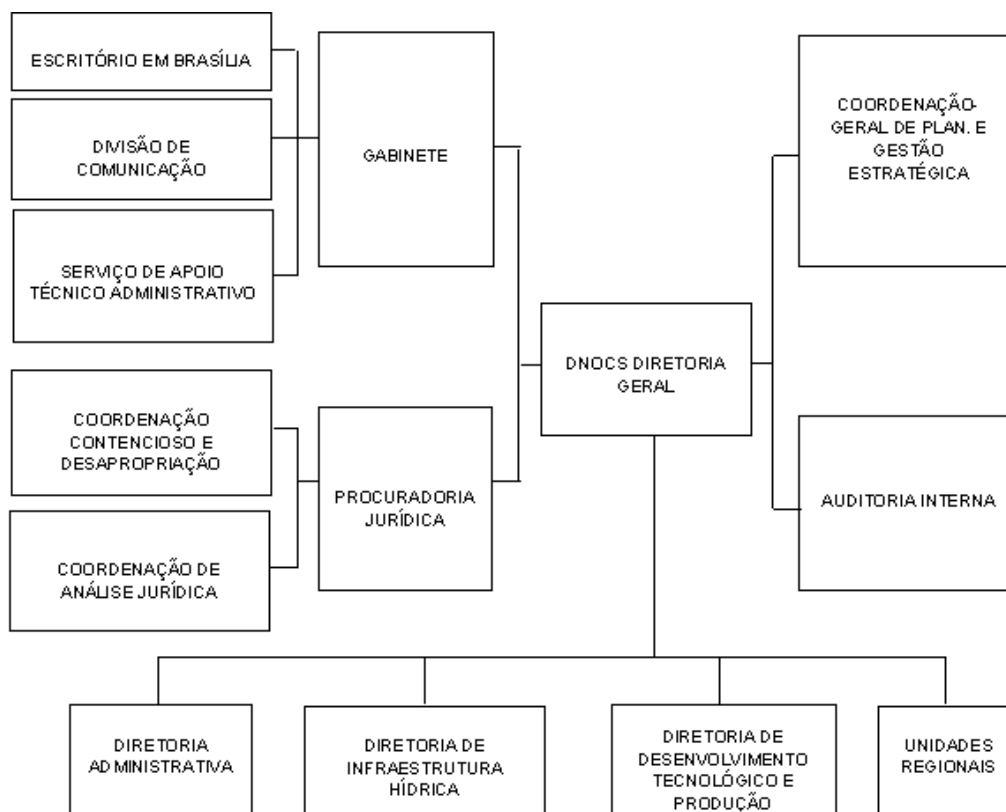
#### 3.1 - Estrutura de Governança

##### 1. Auditoria Interna na estrutura da UJ

Conforme inciso IV, do Art. 2º, do Regimento Interno do DNOCS, a Auditoria Interna funciona como órgão seccional.

Nos termos do Art. 5º, do Regimento Interno do DNOCS, o Auditor-Chefe é escolhido, preferencialmente, dentre servidores ocupantes de cargo efetivo do Quadro de Pessoal da Autarquia que tenham qualificação e formação profissional compatível com a função ou cargo a ser exercido. Excepcionalmente, o cargo de que se trata poderá ser provido por qualquer outro servidor ou, ainda, por pessoa sem vínculo com a Administração Pública, de ilibada reputação e comprovada experiência técnica e administrativa.

#### ORGANOGRAMA DO DNOCS



Fonte:

<http://www.dnocs.gov.br>

A Auditoria Interna do DNOCS é intermediária no fluxo de expedientes e diligências dirigidos ao DNOCS pelos diversos órgãos federais inseridos em atividades de controle interno e externo e de combate a crimes contra a administração pública, a exemplo da Controladoria-Geral da União, por meio da Secretaria Federal de Controle Interno e da Corregedoria-Geral da União, Tribunal de



Contas da União, Polícia Federal, Ministério Público, dentre outros, questionando atos de gestão envolvendo diversas unidades administrativas do DNOCS.

## **2. Instância Colegiada - Diretoria Colegiada**

A Diretoria Colegiada, órgão de direção superior do Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS, na forma do Decreto nº 4650, de 16 de outubro de 2003, tem por competência:

I - aprovar:

- a) contratos oriundos de concorrência pública;
- b) convênios e acordos, cujos valores excedam o limite de tomada de preços;
- c) a aquisição e alienação de imóveis;
- d) seu Regimento Interno;
- e) o valor de indenizações para liquidação de desapropriações necessárias à execução de serviços e obras que excedam o limite fixado no Regimento Interno do DNOCS; e
- f) doações ao DNOCS, com ou sem encargos;

II - apreciar e opinar sobre:

- a) o plano, o orçamento-programa e a programação financeira do DNOCS e suas revisões;
- b) o balanço anual da Autarquia;
- c) o relatório anual das atividades dos órgãos executivos; e
- d) as consultas do dirigente do DNOCS sobre matéria de sua competência.

Conforme Regimento Interno da Diretoria Colegiada, Art. 2º A Diretoria Colegiada tem a seguinte composição:

I – Diretor-Geral do DNOCS, que a presidirá;

II – Diretor Administrativo;

III – Diretor de Infraestrutura Hídrica; e

IV – Diretor de Desenvolvimento Tecnológico e Produção.

§ 1º Nas reuniões da Diretoria Colegiada poderão participar, sem direito a voto, a convite do Presidente e com o conhecimento prévio de seus membros:

I - o Chefe de Gabinete;

II – o Procurador-Geral;

III – o Auditor-Chefe ; e

IV - Técnicos de outros órgãos e entidades.

§ 2º O Presidente da Diretoria Colegiada, a seu critério e para melhor esclarecer o colegiado, poderá convocar servidores do DNOCS ou profissionais a seu serviço para oferecer informações específicas ou complementares à matéria da reunião.

Art. 3º Os serviços de apoio técnico, administrativo e logístico à Diretoria Colegiada serão exercidos pelo Gabinete do Diretor-Geral do DNOCS.

## **3. Governança de TI**

A Governança de TI no âmbito do DNOCS prosperou em diversos sentidos no último triênio. Em novo levantamento sobre a matéria realizado pelo TCU em 2012, ficou constatada a evolução de tal

área no DNOCS (iGov = 0,47, nível intermediário). Em relação à Gestão e Governança de TI, alguns dos principais instrumentos (entre normas, comitês, portarias, equipes) que podem ser destacados:

- PETI-PDTI 2013-2015: elaboração, revisão e ampliação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que elenca todas as ações e projetos majoritários da área de TI da Autarquia. Ampliação do seu escopo com a idealização do Plano Estratégico de TI, Mapa Estratégico baseado no BSC e alinhamento com programas do PPA específicos ao negócio do DNOCS;
- Política de Segurança da Informação e Comunicação(POSIC): norma de caráter geral que trata dos mecanismos regulatórios internos quanto a gestão, segurança da informação e comunicação. Portaria nº319/ DG/CRH de 06 de setembro de 2011;
- Norma Complementar 01 – especificação da diretriz de “Gestão de Operação e Comunicações” constante na POSIC: Resolução nº 13 /DG/CGPE de 12 de junho de 2012.
- Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas (MDS): metodologia aderente às melhores práticas de mercado quanto à análise, projeto, desenvolvimento, homologação, teste de sistemas dentro do âmbito do DNOCS;
- Comitê de TI (CTI), Comitê de Segurança da Informação e Comunicações(CSIC): formalização e operacionalização dos comitês gestores. Todas as decisões de âmbito estratégico (revisão e formalização de normas, planos e regulamentos internos) são submetidas e formalizadas em sede de cada comitê (Portaria nº- 328, de 25 de Agosto de 2010 – Constituição CTI; Portaria nº 344/DG/CRH, de 30 de setembro de 2012- Constituição do CSIC; Portaria nº 395/DG/CRH, de 30 de outubro de 2012- Regimento interno do CSIC;
- Equipe de Tratamento de Respostas a Incidentes de Rede (ETRI)- equipe instituída com vistas a receber, filtrar, classificar e responder às solicitações e alertas, além de realizar as análises dos incidentes de segurança, procurando extrair informações que permitam impedir a continuidade da ação maliciosa e também a identificação de tendências;
- Melhoria nos mecanismos de controle dos processos de planejamento, seleção e gestão nos contratos de fornecimento de bens e serviços de TI: adoção formal dos controles previstos na IN04/2010 e Guia Prático para Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação (Portaria nº 126 DG/CGPE de 9 de Abril de 2012).

Todas as ações propostas e em andamento estão em consonância com as normas do GSI, acordos 493/2013 e 792-2011 do TCU, Estratégia Geral de TI (EGTI 2013-2015) para o SISP e demais manuais, modelos e normas que compõem o arcabouço legal vigente.

### 3.2 Avaliação de Funcionamento dos Controles Internos

**Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	

<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				<b>X</b>	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				<b>X</b>	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				<b>X</b>	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				<b>X</b>	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			<b>X</b>		
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			<b>X</b>		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			<b>X</b>		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				<b>X</b>	
<p><b>Análise Crítica:</b> Veja o texto sobre a análise crítica. Quanto à metodologia adotada: os membros da Diretoria Colegiada responderam o questionário, conforme a sua percepção. Importante informar que houve alteração da composição da Diretoria Colegiada, com a nomeação do Diretor Administrativo e Diretor de Infraestrutura Hídrica. E a análise deve levar em consideração este fator. Por esta razão, foi utilizada a média ponderada dos pontos para cada item, adotando o peso 2 para o Diretor Geral. Em alguns itens, foram identificados alguns retrocessos, se compararmos com o ano anterior. No entanto, é cabível a ocorrência, pois se trata de percepção individual.</p> <p>Algumas percepções importantes (5), como resultado da análise:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.</li> <li>• Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.</li> <li>• Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.</li> </ul>					
<p><b>Escala de valores da Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b>.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b>.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.</p>					

### 3.4 Sistema de Correição

O Regimento Interno do DNOCS atualmente em vigor, aprovado pela Portaria nº 48, de 11 de janeiro de 2007, publicada no DOU nº 9 de 12/01/2007, do Exmo. Ministro de Estado da Integração Nacional, em sua estrutura organizacional, normatizada em seu Art. 2º, não dispõe sobre previsão de área especificamente competente para a condução e/ou controle dos procedimentos disciplinares, tendo como única menção a seguinte:

*Seção III -Da Procuradoria Federal*

*Art. 18. À Coordenação de Análise Jurídica compete:*

*(...)*

*III – efetuar análise jurídico-formal e emitir Pareceres nos processos de*

*servidores quanto ao aspecto jurídico-legal, inclusive, nos de procedimentos*

*administrativos disciplinares;*

*IV – sanear processos administrativos, disciplinares e sindicâncias;*

*(...)*

*Capítulo V – Das atribuições dos dirigentes*

*Art. 68. Ao Diretor-Geral incumbe:*

*(...)*

*VIII – nomear, admitir, remover, exonerar, dispensar, aplicar penalidades, requisitar servidores e praticar todos os atos relativos à administração de pessoal, observadas as disposições legais e as diretrizes e normas expedidas pelos órgãos competentes;*

*IX – constituir comissões para apuração de irregularidades, nos termos da lei, ou, ainda, para qualquer outro fim coincidente com o interesse do DNOCS.*

No entanto, foi criada por meio da Portaria nº 144/DG/CRH, de 08/05/2010, a Comissão de Controle e Acompanhamento de Processos da Área de Correição – CCAC, composta, no mínimo, por 3 (três) servidores efetivos de reputação ilibada e sem antecedentes de aplicação de infrações disciplinares, designados e vinculados à Diretoria-Geral, com as atribuições de:

*Art. 1º (...)*

*I – Consolidar e sistematizar dados relativos aos processos disciplinares instaurados pelo DNOCS;*

*II – Prestar informações sobre o andamento de processos disciplinares aos órgãos de controle interno e externo;*

*III – Encaminhar para a Corregedoria do Ministério da Integração Nacional portarias, relatórios finais, pareceres e julgamentos de processo disciplinares;*

*IV – Elaborar minutas de portarias de designação de servidores para composição de processos disciplinares;*

*V – Atualizar os dados dos processos disciplinares no Sistema CGU-PAD;*

*VI – Manter atualizado o cadastro de servidores que possam compor comissões disciplinares.*

É de se dizer que, em vista da não existência de uma Corregedoria consolidada, ainda estão concentradas na autoridade máxima da Autarquia as competências para instauração e julgamento de procedimentos disciplinares (Sindicâncias e PAD's), salvo os casos que se reputam de competência do Ministério da Integração Nacional.

No tocante a estrutura e funcionamento do setor responsável pelas atividades correicionais, a CCAC é composta por quatro salas, sendo três para as comissões apuratórias realizarem seus trabalhos e oitavas e uma para o apoio logístico. Existe ainda, fora desse ambiente, no 9º andar do edifício-sede, instalação para mais três comissões executarem seus trabalhos, ainda que de forma deficiente. Os membros das comissões contam com suporte logístico na CCAC, com

suprimento de material de trabalho e de expediente, além de impressora e de copiadora coletivas, que atendem plenamente as suas necessidades. Dando continuidade ao esforço que vem sendo desenvolvido, com ênfase nos últimos cinco anos, está sendo diligenciado um conjunto de providências que objetivam dotar a Unidade de Correição de melhores condições de trabalho.

Ademais, e ainda se referindo a estrutura do sistema correcional, atualmente, a CCAC conta com 19 (dezenove) servidores estáveis atuando nos feitos disciplinares, sendo cinco desses como presidentes. Além disso, vale dizer, que todos já participaram de cursos capacitantes em procedimentos disciplinares, inclusive, recentemente, foi ministrado curso de Procedimentos Disciplinares a todos desse quadro.

Por fim, em relação aos resultados desta atividade segue o quadro:

<b>Informação</b>	<b>Quantitativo</b>
Processos administrativos disciplinares – PADs instaurados em 2013	08
Sindicâncias punitivas instauradas em 2013	01
Sindicâncias investigativas instauradas em 2013	06
Processos administrativos disciplinares – PADs julgados em 2013	10
Sindicâncias julgadas em 2013	02
Quantidade de suspensões aplicadas a estatutários em 2013	10
Quantidade de advertências aplicadas a estatutários em 2013	04

\* As quantidades de penas expulsivas aplicadas a estatutários em 2013 (demissões, conversão de exoneração em destituição, cassação de aposentadoria, etc.) não se trata da competência desta Autarquia. No entanto, não há em nosso registros aplicação de penalidade de demissão/destituição.

Ante o exposto, e tendo em vista as dificuldades enfrentadas, tanto no que se refere à insuficiência de seu quadro de pessoal, quanto à limitação de recursos orçamentários, impondo dificuldades à reestruturação física e atendimento às despesas em geral dos processos disciplinares, é válido se destacar que houve uma melhora significativa no que tange ao fluxo de feitos apuratórios que tramitam nesta Autarquia, pois, a partir da criação desta Comissão de Controle e Acompanhamento de Procedimentos Disciplinares, passou-se a centrar todas as informações conexas àqueles procedimentos em uma só Unidade. Há de se falar também quanto ao avanço nos meios de facilitação e de uma melhor precisão ao acesso de informações pelos órgãos de controle da União, já que houve uma especialização desta UJ no assunto..

Além disso, é oportuno se salientar a publicação do DECRETO Nº 8.161, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013, DOU nº 246, de 19/12/2013, que dispõe acerca da Estrutura Regimental e do Quadro Funcional de cargos de confiança e comissionados do Ministério da Integração Nacional. Este, no Capítulo III, DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS, Seção I, Dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Ministro de Estado, Art. 3º, VI, elenca os atos que compete à Corregedoria Geral daquela Pasta, *in verbis*:

*Art. 3º Ao Gabinete do Ministro compete:*

*(...)*

*VI - planejar, coordenar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de correição desenvolvidas no âmbito do Ministério e de suas unidades descentralizadas e vinculadas;*

Destarte, infere-se que, a partir deste normativo executivo, as atividades de correição passam a ser de competência da Corregedoria-Geral do Ministério da Integração Nacional. Ainda nessa esteira, extrai-se do sítio eletrônico do MI, no campo Corregedoria, as competências do sistema correcional, as quais valem ser frisados o seguinte:

À Corregedoria-Geral, unidade seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal:

*I - planejar, coordenar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de correição desenvolvidas, no âmbito do Ministério e de suas unidades descentralizadas e vinculadas;*

*(...)*

*V - instaurar ou determinar a instauração de procedimentos e processos administrativos disciplinares, sem prejuízo de sua iniciativa pela autoridade a que se refere o art. 143 da Lei no 8.112, de 1990;*

### **3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU**

Dispõe a Portaria CGU nº 1.043/2007, de 27 de julho de 2007, sobre a obrigatoriedade de uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD para o gerenciamento das informações sobre processos disciplinares no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

Atualmente, as comissões disciplinares, ao iniciar os trabalhos, têm feito as devidas atualizações no Sistema. Assim, concomitantemente à marcha dos feitos, estão sendo acrescentados as informações pertinentes.

Além disso, esta Unidade tem mantido constante comunicação com as Corregedorias Setoriais e Seccionais da CGU no sentido de tornar essa alimentação mais precisa e eficiente. No caso, mantém-se um dos servidores do quadro com a função de atualizar o Sistema.

Por fim, afora os registros pertinentes ao Sistema CGU-PAD, esta CCAC tem mantido meios próprios de controle e acompanhamento destes feitos, organizando-os em procedimentos que estão pendentes de apuração, sendo estes dispostos seguindo uma ordem de prazo prescricional e relevância; em processos disciplinares que, por Decisão da autoridade competente, devem ser arquivados e naqueles que já foram alcançados pelo fenômeno da prescrição do direito de punir desta Administração.

### **3.6 – Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos**

No exercício de 2013, o DNOCS não instituiu indicadores para monitorar e avaliar o funcionamento do modelo de governança e efetividade dos controles internos (neste caso observar o item 3.2 / quadro A.3.2 – Diretor-geral). Com o intuito de avançar nas ações que objetivam a modernização da instituição foi contratado, ainda em 2013 (contrato nº 10/2013) o Projeto “Gestão de Procedimentos Administrativos” que tem com um dos seus principais objetivos melhorar os processos de negócio de ponta a ponta dentro do DNOCS, trazendo como benefícios a redução dos custos e tempo do ciclo (ao eliminar atividades improdutivas), e a melhoria da qualidade (ao reduzir a fragmentação do trabalho) estabelecendo a todos, clara responsabilidade pelos processos.

Dentre os segmentos previstos, mapear e redesenhar os processos de negócio da Autarquia por meio do serviço de automação de processos de negócio de trabalho utilizando a ferramenta de BPMS é uma etapa já iniciada pela identificação dos processos internos. Como um dos produtos do redesenho de processos internos, indicadores serão identificados, construídos e implementadas objetivando monitorar e medir o desempenho com base em critérios objetivos. Todos os indicadores serão implantados observando os parâmetros de completude, comparabilidade, confiabilidade, acessibilidade e economicidade.

De acordo como o segmento “Serviços Técnicos em Automação de Processos de Negócio” será realizado o mapeamento dos principais Processos de Negócio, realizando o desenho dos fluxos dos processos de negócio e identificação dos recursos informacionais e priorizada a automação de Processos de Negócio, contemplando instalação e customização de solução

modelagem, redesenho, simulação e publicação de processos, com notação BPMN, possibilitando a uniformização dos procedimentos pertinentes a gestão de processos de negócio.

Para tanto será utilizada solução de tecnologia integrada e aderente as melhores práticas da TI, e a adoção de critérios de eco eficiência, através da modernização dos processos e da mobilização dos servidores do DNOCS quanto à otimização dos recursos, para o combate ao desperdício e para a busca de uma melhor qualidade do ambiente de trabalho em atendimento aos padrões de Governança de TI a serem alcançados pelo DNOCS.

Também em 2013, foi contratado o Projeto para implantação da Sala de Situação (contrato nº 12/2013), que tem por objeto a aquisição de solução de análise, organização e integração de dados para geração, apresentação e coleta de informações para tomada de decisões estratégicas, incluindo licenças de uso de software e serviços complementares.

Objetivamente, o que se busca é a implementação de um suporte tecnológico de organização, integração, divulgação e tratamento colaborativo de informações, desenvolvido para aqueles que, no âmbito do DNOCS analisam problemas e oportunidades e, baseado nessa análise, propõem soluções. E desejam, tanto quanto necessitam, utilizar um modelo que proporcione resultados muito mais vantajosos nas políticas a serem implementadas e na administração desse setor.

O projeto se constitui em uma ferramenta cujo objetivo é o de facilitar sua gestão sobre as ações, obras, programas e projetos, com base em pesquisa e suporte tecnológico avançado, viabilizando um mapeamento da estrutura de serviços, acompanhamento do andamento dos programas, ações e metas entre outros indicadores do setor, facilitando as avaliações, análises, o uso inteligente de recursos financeiros e o próprio monitoramento do que é possível garantir à população e que, a partir do preenchimento das informações relativas às áreas selecionadas, além de propiciar um acompanhamento em tempo real que dará velocidade aos processos decisórios a partir das informações gerenciais, possibilitará visibilidade interna e externa à instituição e suas realizações nos Estados do Nordeste.

Essas áreas, consideradas de extrema relevância, incluídas na Sala de Situação, são: planejamento e orçamento, execução orçamentária e financeira, recursos humanos, controle do patrimônio, execução de convênios, acompanhamento de obras, Programa Água para Todos, cisternas, perfuração de poços, sistemas simplificados, monitoramento dos recursos hídricos, implantação e operação de perímetros irrigados, pesca e aquicultura, combate à desertificação, meio ambiente, segurança de barragens.

Esses dois instrumentos de gestão possibilitarão assegurar o cumprimento de prazos e a obtenção dos resultados programados, a identificação dos entraves e a rápida implementação de soluções, por meio o estabelecimento de indicadores que possam efetivamente avaliar o desempenho da instituição. Além de internalizar uma cultura de priorização, responsabilização e transparência, e, dessa forma, implementar o processo de monitoramento e avaliação como prática continuada e efetivamente usados no cotidiano da instituição com vistas a agilizar as tomadas de decisões, entendeu-se ser necessário o desenvolvimento de soluções tecnológicas que comportem a enorme diversidade e complexidade dos diversos segmentos que integram o rol de competências, programas e ações, bancos de dados e sistemas de informações de uma instituição com as missões e abrangência programática e territorial do DNOCS.



#### 4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

##### 4.1. Execução das despesas

##### 4.1.1 Programação

Quadro 5 - A.4.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		614.855.501,00	-	63.130.611,00	
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares	99.222.278,00	-	4.033.836,00	
	Especiais	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	808.770,00	-	-
		Reabertos	808.770,00	-	4.830.000,00
	Créditos Cancelados	(3.249.616,00)	-	(4.673.124,00)	
<b>Outras Operações</b>			-		
Dotação final 2013 (A)		712.445.703,00	-	67.321.323,00	
Dotação final 2012(B)		678.282.692,00		65.477.311,00	
Variação (A/B-1)*100		(4,80)	-	(2,74)	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		424.599.392,00	1.363.742,00		
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares	62.671.380,00	-		
	Especiais	Abertos	-	-	
		Reabertos	-	-	
	Extraordinários	Abertos	-	-	
		Reabertos	170.050.746,00	-	
	Créditos Cancelados	(249.100.374,00)	(226.029,00)		
<b>Outras Operações</b>					
Dotação final 2013 (A)		408.221.144,00	1.137.713,00	-	-
Dotação final 2012(B)		566.165.016,00	799.394,00		
Variação (A/B-1)*100		(27,90)	42,32	-	-

##### 4.1.1.1 Análise Crítica

Comparando-se com o exercício de 2012, houve acréscimo nas despesas com pessoal e encargos, outras despesas correntes e inversões financeiras. No que diz respeito ao decréscimo nas despesas com investimentos (38,69%), pode ser justificado pela inclusão de R\$ 165.656.183,00 como Crédito Extraordinário, através da Medida Provisória N° 598, de 27 de dezembro de 2012, publicada no DOU N° 249 - A, de 27 de dezembro de 2012, com recursos contidos pela Secretaria de Orçamento Federal. Não houve, assim, a execução deste recurso.

## 4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

## Quadro 6 - A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna Por Grupo De Despesa

<b>Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa</b>						
<b>Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas</b>						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	113802	TRIBUNAIS	28.846.0901.0005.0001	18.757.248,00		228.664,00
	113802	Ministério da Integração nacional	04.122.2111.2000.0001			
Recebidos	195006	113802	04.122.2111.2000.0001			29.173,47
	530001	113802	04.122.2111.2000.0001			5.998.418,16
	530023	113802	18.544.2069.12QC.0001			1.085.909,29
	530023	113802	22.691.2029.20N8.0001			170.473.488,53
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	113802	TRIBUNAIS	28.846.0901.0005.0001		1.137.713,00	
Recebidos	195006	113802	04.122.2111.2000.0001	999.823,52		
	530012	113802	06.182.2040.22BO.0105	3.169.815,43		
	530012	113802	06.182.2040.22BO.0650	40.965.616,68		
	530013	113802	18.544.2051.12EP.0020	2.984.959,21		
	530013	113802	18.544.2051.1851.7002	1.216.534,15		
	530013	113802	18.544.2051.1851.0025	983.967,90		
	530013	113802	18.544.2069.12QC.0001	170.473.488,53		
	530013	113802	15.244.2029.7K66.7028	999.988,57		
		113802	18.544.2051.5900.0020	4.477.438,81		
<b>Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão</b>						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

## Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

<b>Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa</b>						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
<b>Concedidos</b>	113802	Tribunais	28.846.0901.00G5.0001 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor– Nacional	2.020.564,00		
		Tribunais	28.846.0901.0005.0001 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) – Nacional	16.736.684,00		228.664,00
		Tribunais	04.122.2111.2000.0001 – Administração da Unidade – Nacional			125.931,26
<b>Recebidos</b>	195006	193009	04.122.2000.0001 - Administração da Unidade			29.173,47
	530001	193002				4.735.398,43
		193001				383.625,00
		193003				277.860,88
		113801				678.793,81
		193009				566.151,00
		193004				475.000,00
		193005				551.882,80
		193007				262.572,19
		193008				124.000,00
		193010				52.000,00
		530023		193002	18.544.2069.12QC.0001 - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água	
	193003					74.200,00
	113801					50.000,00
	193009					69.999,97
	193005					70.000,00
	193010					29.430,33
	193002		22.691.2029.20N8.0001 - Promoção de Iniciativa para o Aprimoramento da Produção e Inserção Mercadológica - Plano Brasil sem Miséria			1.153.149,79
	193001					1.572.106,18
	193003					2.234.948,71
	113801					174.700,00
	193009					244.891,24
	193004				624.675,25	
193005			311.353,07			
193007			244.526,89			

		193008				281.461,03
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
<b>Concedidos</b>	113802	Tribunais	28.846.0901.0005.0001 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) – Nacional		1.137.713,00	
<b>Recebidos</b>	530001	193002	04.122.2000.0001 - Administração da Unidade	999.823,52		
	530012	193003	06.182.2040.22BO.0105 - Ações de Defesa Civil (Créd.Extraordinário)	764.974,40		
		193004		2.576.980,14		
		193001	06.182.2040.22BO.0650 - Ações de Defesa Civil (Créd.Extraordinário)	4.529.642,86		
		193003		5.427.857,14		
		113801		5.332.071,43		
		193009		4.730.219,70		
		193004		9.652.071,43		
		193005		6.741.642,86		
		193007		1.652.930,00		
		193008		1.391.598,96		
		193010		3.069.582,76		
		530013		113801	18.544.2051.12EP.020 - Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste)	3.000.000,00
	193009		18.544.2051.1851.7002 - Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica em Municípios do Estado da Bahia	1.000.000,00		
	193005		18.544.2051.1851.0025 - Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica no Estado da Bahia	1.000.000,00		
	530023	193002	18.544.2069.12QC.0001 - Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água	111.977.272,67		
		193001		3.597.818,80		
		193003		10.621.476,90		
		113801		9.684.353,99		
		193009		6.463.605,50		
		193004		14.357.148,62		

		193005		5.237.630,25		
		193007		2.562.514,09		
		193008		2.543.062,00		
		193010		5.051.401,15		
		193010	15.244.2029.7K66.7028 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado em Municípios do Estado de Minas Gerais	1.000.000,00		
		113801	18.544.2051.5900.0020 - Integração do Rio São francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas e Apodi (Eixo Norte)	4.500.000,00		

### 4.1.3 Realização da Despesa

#### 4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Quadro 7 - A.4.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Valores  
em R\$  
1,00

Unidade Orçamentária: Depart. Nacional de Obras Contra as Secas		Código UO: 53204		UGO: 113802	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>64.690.115,16</b>	<b>56.059.302,83</b>	<b>56.997.381,11</b>	<b>55.796.758,85</b>	
a) Convite	-	71.148,92	-	71.148,92	
b) Tomada de Preços	1.663.899,14	537.055,39	1.663.899,14	537.055,39	
c) Concorrência	38.734.756,38	40.605.453,14	32.258.980,26	40.605.453,14	
d) Pregão	24.291.459,64	14.845.645,38	23.074.501,71	14.583.101,40	
e) Concurso	-	-	-	-	
f) Consulta	-	-	-	-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>21.425.967,99</b>	<b>7.060.109,44</b>	<b>15.119.876,09</b>	<b>5.509.508,17</b>	
h) Dispensa	19.849.290,13	4.702.068,74	13.545.178,23	3.209.102,47	
i) Inexigibilidade	1.576.677,86	2.358.040,70	1.574.697,86	2.300.405,70	
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>361.926,95</b>	<b>270.639,59</b>	<b>361.926,95</b>	<b>270.639,59</b>	
j) Suprimento de Fundos	361.926,95	270.639,59	361.926,95	270.639,59	
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>703.477.145,66</b>	<b>684.098.767,34</b>	<b>702.285.043,74</b>	<b>680.820.725,44</b>	
k) Pagamento em Folha	700.380.008,21	681.417.104,96	699.188.504,76	678.142.676,60	
l) Diárias	3.097.137,45	2.681.662,38	3.096.538,98	2.678.048,84	
<b>5. Outros</b>	<b>25.326.552,15</b>	<b>2.976.558,64</b>	<b>25.324.882,85</b>	<b>2.968.773,54</b>	
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>815.281.707,91</b>	<b>750.465.377,84</b>	<b>800.089.110,74</b>	<b>745.366.405,59</b>	

### 4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

#### Quadro 8 - A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

#### QUADRO A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL

Valores em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas		Código UO: 53204				UGO: 113802			
DESPESAS CORRENTES									
GRUPO DE DESPESA		Empenhada		Liquidada		Valores Pagos		RP não processados	
		2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>									
01	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	255.358.865,17	242.794.529,11	255.358.865,17	242.794.529,11	255.358.865,17	242.794.529,11	-	-
03	PENSOES	215.350.833,65	197.870.113,55	215.350.833,65	197.870.113,55	215.349.968,13	197.056.784,10	-	-
08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	-	928.262,46	-	928.262,46	-	917.867,42	-	-
11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150.225.659,18	138.257.620,84	150.225.659,18	138.257.620,84	149.035.021,25	138.257.620,84	-	-
13	OBRIGACOES PATRONAIS	30.701.843,53	32.334.021,78	30.701.843,53	32.334.021,78	30.701.843,53	29.883.317,92	-	-
16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	238.792,79	259.258,43	238.792,79	259.258,43	238.792,79	259.258,43	-	-
91	SENTENÇAS JUDICIAIS	26.422.000,59	39.633.442,53	26.422.000,59	39.633.442,53	26.422.000,59	39.633.442,53	-	-
92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.053.438,66	13.174.094,83	5.052.420,61	13.174.094,83	5.052.420,61	13.174.094,82	1.018,05	-
96	RESSARC. DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	310.438,57	183.237,45	310.438,57	183.237,45	310.438,57	183.237,45	-	-

3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES									
04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	761.844,97	781.709,94	761.844,97	756.834,94	761.844,97	756.834,94	-	24.875,00
08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.111.508,67	109.392,00	1.102.124,88	109.392,00	1.100.455,58	109.392,00	9.383,79	-
14	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.863.698,78	2.617.182,70	2.863.698,78	2.615.055,13	2.863.100,31	2.611.441,59	-	2.127,57
30	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA	1.766.079,09	2.817.055,26	1.310.498,97	1.550.725,91	1.291.341,14	1.541.305,01	455.580,12	1.266.329,35
33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.210.610,23	1.235.186,80	1.036.323,90	988.893,93	1.036.323,90	988.893,93	174.286,33	246.292,87
35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	616.355,05	18.215,44	616.355,05	18.215,44	616.355,05	18.215,44	-	
36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.304.541,70	1.370.023,09	1.301.901,70	1.370.023,09	1.301.901,70	1.370.023,09	2.640,00	
37	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	10.493.596,17	11.327.483,65	10.080.062,33	10.828.016,50	10.055.679,05	10.779.491,21	413.533,84	499.467,15
39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA	13.951.266,89	15.264.055,38	8.559.836,21	6.783.983,42	8.534.425,88	6.614.077,69	5.391.430,68	8.480.071,96
41	CONTRIBUIÇÕES	4.826.000,00	5.091.837,25	-	-	-	-	4.826.000,00	5.091.837,25
46	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	7.689.003,07	6.483.931,21	7.689.003,07	6.483.931,21	7.689.003,07	6.483.931,21	-	-
47	OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB. OP. INTRA- ORÇAMENTÁRIAS	55.087,22	58.193,16	51.809,61	58.193,16	51.809,61	58.193,16	3.277,61	-
49	AUXÍLIO-TRANSPORTE	802.588,04	762.032,40	802.588,04	762.032,40	802.588,04	762.032,40	-	-
91	SENTENÇAS JUDICIAIS	11.985,60	1.148,40	11.985,60	1.148,40	11.985,60	1.148,40	-	-
92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.163.220,59	493.026,09	1.155.155,75	493.026,09	1.155.155,75	493.026,09	8.064,84	-
93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.771.034,38	6.716.148,31	7.771.034,38	6.710.053,47	7.771.034,38	6.710.053,47	-	6.094,84



DESPESAS DE CAPITAL									
GRUPO DE DESPESA		Empenhada		Liquidada		Valores Pagos		RP não processados	
		2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>4. INVESTIMENTOS</b>									
14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	233.438,67	66.607,25	233.438,67	66.607,25	233.438,67	66.607,25	-	-
30	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	4.338.087,18	609.094,13	3.248.440,79	243.023,93	2.080.752,99	243.023,93	1.089.646,39	366.070,20
33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	-	11.391,02	-	11.391,02	-	11.391,02	-	-
35	SERVICOS DE CONSULTORIA	20.268.390,75	8.426.860,51	6.641.970,77	1.745.941,78	5.906.726,69	1.708.184,05	13.626.419,98	6.680.918,73
36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	-	26.565,60	-	26.565,60	-	26.565,60	-	-
39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	1.591.178,55	332.693,47	174.078,23	17.764,70	173.239,19	17.764,70	1.417.100,32	314.928,77
42	AUXILIOS	73.360.049,60	75.723.080,64	20.600.000,00	-	20.600.000,00	-	52.760.049,60	75.723.080,64
47	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA- ORCAMENTARIAS	-	34.401,13	-	10.128,30	-	2.343,20	-	24.272,83
51	OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORC.	185.539.370,80	181.882.959,65	53.220.042,19	32.213.807,70	41.195.854,60	30.673.364,21	132.319.328,61	149.669.151,95
52	EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	7.493.571,79	14.497.037,03	1.897.813,33	11.149.394,77	1.895.897,33	11.142.302,66	5.595.758,46	3.347.642,26
92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	375.072,52	-	375.072,52	-	375.072,52	-	-	-
93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	13.724.394,00	11.000.000,00	115.774,08	16.646,72	115.774,08	16.646,72	13.608.619,92	10.983.353,28
Fonte:									

#### 4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

**Quadro 9 - A.4.1.3.5 – Despesas Por Modalidade De Contratação– Créditos De Movimentação**

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>7.544.645,01</b>	<b>6.689.203,76</b>	<b>7.503.386,31</b>	<b>6.679.203,76</b>
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de preço	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	7.544.645,01	6.689.203,76	7.503.386,31	6.679.203,76
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>21.716.091,18</b>	<b>214.652,34</b>	<b>16.405.050,41</b>	<b>214.652,34</b>
h) Dispensa	21.650.377,60	196.017,50	16.339.336,83	196.017,50
i) Inexigibilidade	65.713,58	18.634,84	65.713,58	18.634,84
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>44.625,36</b>	<b>42.945,62</b>	<b>44.625,36</b>	<b>42.945,62</b>
j) Suprimento de Fundos	44.625,36	42.945,62	44.625,36	42.945,62
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>784.833,61</b>	<b>43.727,68</b>	<b>762.394,88</b>	<b>43.727,68</b>
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	784.833,61	43.727,68	762.394,88	43.727,68
<b>5. Outros</b>	<b>17.398.345,27</b>	<b>1.129.562,66</b>	<b>769.489,56</b>	<b>1.129.562,66</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>47.488.540,43</b>	<b>8.120.092,06</b>	<b>25.484.946,52</b>	<b>8.110.092,06</b>

#### 4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 10 - A.4.1.3.6 – Despesas Por Grupo E Elemento De Despesa – Créditos De Movimentação

DESPESAS CORRENTES									
GRUPO DE DESPESA		Empenhada		Liquidada		Valores Pagos		RP não processados	
		2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>									
14	DIARIAS - CIVIL	382.082,75	43.727,68	382.082,75	43.727,68	381.371,02	43.727,68	-	-
30	MATERIAL DE CONSUMO	2.076.939,53	653.199,66	777.980,60	536.547,54	777.233,70	536.547,54	1.298.958,93	116.652,12
33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	140.544,70	60.000,00	26.252,79	17.135,46	26.252,79	17.135,46	114.291,91	42.864,54
36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	-	4.850,00	-	4.850,00	-	4.850,00	-	-
37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	5.463.273,52	1.612.908,72	4.805.322,82	1.543.892,49	4.764.064,12	1.543.892,49	657.950,70	69.016,23
39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.862.982,71	226.646,70	2.308.830,12	145.467,24	2.308.830,12	145.467,24	554.152,59	81.179,46
41	CONTRIBUICOES	757.584,46	-	-	-	-	-	757.584,46	-
92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.238.645,86	-	1.217.788,78	-	1.182.724,83	-	20.857,08	-
DESPESAS DE CAPITAL									
GRUPO DE DESPESA		Empenhada		Liquidada		Valores Pagos		RP não processados	
		2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>4. INVESTIMENTOS</b>									
14	DIÁRIAS - CIVIL	402.750,86	-	402.750,86	-	381.023,86	-	-	-
35	SERVICOS DE CONSULTORIA	8.465.693,02	5.188.439,46	-	-	-	-	8.465.693,02	5.188.439,46
39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	200.000,00	-	1.027,00	-	1.027,00	-	198.973,00	-
42	AUXILIOS - FUNDO A FUNDO	27.285.000,00	9.317.204,86	-	957.121,65	-	957.121,65	27.285.000,00	8.360.083,21
51	OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORC.	164.511.903,32	245.811.210,78	37.566.504,71	4.871.350,00	15.662.419,08	4.861.350,00	126.945.398,61	240.939.860,78
52	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	25.406.285,60	-	-	-	-	-	25.406.285,60	-

#### 4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

O quadro demonstra que as principais alterações ocorridas na execução das despesas correntes, por grupo e elemento, ocorreram no grupo de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais, elementos 01, 03 e 11 referem-se ajustes nos valores de GDPGPE em cumprimento às Leis 11.357 que a instituiu e 11.784 que estabeleceu valores. Este fato gerou a variação positiva de cerca de 8% na folha de pagamento.

No grupo 3 – Outras Despesas Correntes, observou-se um incremento no elemento 35 - serviços de consultoria e um aumento significativo da despesa relacionada ao elemento de despesa 91 – sentenças judiciais. Justifica-se o elemento 35 pela contratação e início dos trabalhos relativos à Sala de Situação e de Gestão Eletrônica de Procedimentos e Documentação.

No grupo 4 – Investimentos, observou-se o aumento nas despesas referentes aos elementos 14 (Diárias), 30 (Material de Consumo) e 39 (Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica). Estas despesas estão, por orientação do Ministério do Planejamento, sendo utilizadas em investimento quando fazem parte dos projetos (obras) do Departamento.

Em consonância com o disposto no inciso VI do art. 38 da Lei n.º 8.666/93, todos os procedimentos de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação são submetidos ao crivo da Procuradoria Federal do DNOCS, que emite pareceres jurídicos favoráveis ou não à realização da contratação e aos quais acata-se integralmente antes de dar prosseguimento ao atendimento das demandas. Para fins de comprovação e exposição do conteúdo das contratações realizadas no exercício financeiro de 2013. No anexo há uma [tabela](#) (Anexo I) em que constam o objeto e o valor de todas os procedimentos realizados no referido ano.

### 4.3.Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

**Quadro 11 - A.4.3–Restos a Pagar Inscritos Em Exercícios Anteriores**

<b>Restos a Pagar Não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2013</b>
2012	517.524.610,45	286.985.781,35	92.175.929,15	138.362.899,95
2011	88.155.241,08	16.598.863,36	11.226.604,88	60.329.772,84
2010	66.110.555,23	16.050.155,08	6.367.934,06	43.692.466,09
2009	12.834.965,64	915.739,31	204.500,00	11.714.726,33
2008	7.743.319,35	399.242,58	200.000,00	7.144.076,77
2007	21.718.196,51	-	4.405.628,80	17.312.567,71
2006	2.015.021,84	-	2.015.021,84	-
<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2013</b>
2012	1.834.543,89	393.259,41	13.704,43	1.427.580,05
2011	827,30	200,00	239,15	388,15
2010	3.668.250,00	10.000,00	-	3.658.250,00
2009	1.369,62	-	883,12	486,50
2008	269.148,15	-	9.148,15	260.000,00
2007	-	-	-	-
2006	-	-	-	-
2005	242.500,00	-	42.500,00	200.000,00

### 4.3.1 Análise Crítica

Analisando-se o Quadro A.4.3 – Restos a Pagar Inscritos – percebe-se um grande montante no saldo de Restos a Pagar Não-Processados no início do exercício de referência (R\$ 716.101.910,10), com um expressivo valor de inscritos de 2012 de R\$ 517.524.610,45 (72% do total), mas também um montante razoável de reinscritos, que remontam a 2006 de R\$ 198.577.299,65 (28% do total).

Das análises, percebe-se uma relevante redução no volume dos RP Não-Processados, de R\$ 716.101.910,10 para R\$ 278.556.509,69, o que representa uma diminuição da ordem de 61%. Essa redução deveu-se aos cancelamentos de R\$ 116.595.618,73 (16% do total) e aos pagamentos de R\$ 320.949.781,68 (45% do total). Ressalte-se que da redução de R\$ 437.545.400,41, 26% deveu-se aos cancelamentos.

O impacto da gestão de restos a pagar é particularmente interessante considerando-se que o montante das despesas realizadas do orçamento do exercício de 2013 foi de R\$ 86.116.083,15 (Quadro - A.4.1.3.1), ou seja, um valor bem inferior àquele realizado a título de restos a pagar (R\$ 321.353.241,09), demonstrando a relevância da modalidade no contexto das realizações do órgão

Cabe ainda destacar que do saldo remanecente ao final de 2013, grande parte refere-se a obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, cujos empenhos têm validade por vários exercícios, o que explica, em parte, o saldo alongado. Há também, nessa composição, uma parcela relativa a transferências voluntárias, dependentes de liberação de financeiros, o que impede, até mesmo, o avanço das ações para a fase de execução (liquidação).

As razões para a permanência de restos a pagar, particularmente dos Não-Processados, reside também em problemas decorrentes da sistemática da execução orçamentária e financeira dos órgãos centrais, que nem sempre descentralizam o orçamento de maneira contínua ao longo do exercício, pois escolhem os últimos meses do ano para liberar os saldos orçamentários, inviabilizando assim a operacionalização das ações, restando à autarquia apenas o empenhamento da despesa e a respectiva inscrição em Restos a Pagar Não-Processados, o que compromete significativamente a gestão adequada e a execução tempestiva do que dantes fora planejado.

#### 4.4. Transferências de recursos

##### 4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

###### Quadro 12 - A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência									
Posição em 31.12.2013									
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS									
CNPJ: 00.043.711/0001-43					UG/GESTÃO: 193002/11203				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
		MUNICÍPIO							
1 - Convênio	645500	07.733.793/0001-05	R\$ 100.298,00	5.298,00	-	95.000,00	15/01/2009	14/01/2013	1 – Adimplente
1 - Convênio	645501	07.598.634/0001-37	R\$ 1.140.506,87	190.506,87	-	950.000,00	03/08/2011	24/03/2013	1 – Adimplente
1 - Convênio	657314	08.095.960/0001-94	R\$ 420.000,00	20.000,00	-	400.000,00	19/01/2009	10/04/2013	1 – Adimplente
1 - Convênio	619025	07.954.480/0001-79	R\$ 3.100.000,00	100.000,00	-	1.875.902,16	21/02/2007	25/04/2013	1 – Adimplente
1 - Convênio	657326	08.158.669/0001-18	R\$ 412.372,00	12.372,00	-	270.000,00	16/01/2009	29/04/2013	2 – Inadimplente
1 - Convênio	623726	08.148.421/0001-76	R\$ 1.263.500,00	63.500,00	-	400.000,00	08/01/2008	01/07/2013	1 – Adimplente
1 - Convênio	657313	08.184.111/0001-07	R\$ 630.000,00	30.000,00	-	150.000,00	16/01/2009	14/07/2013	1 – Adimplente
1 - Convênio	657323	08.113.466/0001-05	R\$ 412.400,00	12.400,00	-	300.000,00	16/01/2009	14/07/2013	1 – Adimplente
1 - Convênio	657328	08.096.604/0001-95	R\$ 412.400,00	12.400,00	-	200.000,00	16/01/2009	14/10/2013	1 – Adimplente
1 - Convênio	623026	06.195.691/0001-02	R\$ 1.735.852,19	-	-	1.301.889,14	31/12/2007	31/12/2013	1 – Adimplente
1 - Convênio	653301	08.079.774/0001-61	R\$ 420.000,00	20.000,00	-	337.326,00	15/01/2009	13/02/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	507076	08.866.618/0001-40	R\$ 767.184,21	-	-	667.184,21	14/07/2004	26/02/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	653298	08.078.958/0001-07	R\$ 618.560,00	18.560,00	-	200.000,00	16/01/2009	11/03/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	650431	07.849.532/0001-47	R\$ 274.789,67	45.839,67	114.745,00	228.950,00	02/01/2009	05/04/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	652186	08.122.657/0001-33	R\$ 630.000,00	30.000,00	-	200.000,00	19/01/2009	19/07/2013	1 – Adimplente
1 - Convênio	645502	07.849.532/0001-47	R\$ 542.138,13	67.138,13	237.500,00	475.000,00	06/01/2009	06/04/2014	1 – Adimplente

1 - Convênio	645506	07.655.269/0001-55	R\$ 293.550,00	8.550,00	-	142.500,00	02/01/2009	24/04/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	658477	06.553.481/0001-49	6.600.000,00	600.000,00	-	1.000.000,00	30/12/2008	22/06/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	487368	00.936.770/0001-40	14.621.514,38	-	-	7.289.234,37	19/12/2003	17/07/2014	2 – Inadimplente
1 - Convênio	604334	04.493.975/0001-50	995.872,00	-	-	746.904,00	02/01/2008	21/08/2014	2 – Inadimplente
1 - Convênio	660976	07.954.480/0001-79	15.038.650,00	123.615,00	-	14.815.035,00	31/12/2009	19/01/2015	1 – Adimplente
4 - Termo de Compromisso	674878	08.241.739/0001-05	311.000.000,00	19.000.000,00	20.600.000,00	20.600.000,00	25/06/2013	14/06/2015	1 – Adimplente
4 - Termo de Compromisso	652382	10.571.982/0001-25	23.038.442,94	2.303.844,28	-	20.734.598,66	19/01/2008	07/01/2013	1 – Adimplente
1 - Convênio	648019	07.849.532/0001-47	189.254,48	9.254,48	-	180.000,00	09/01/2009	08/01/2013	4 – Concluído
1 - Convênio	707759	02.917.132/0001-08	200.000,00	4.000,00	-	100.000,00	31/12/2009	14/07/2013	1 – Adimplente
1 - Convênio	717267	12.200.275/0001-58	615.124,85	15.124,85	-	300.000,00	31/12/2009	23/06/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	721512	07.191.406/0001-48	667.000,00	67.000,00	-	559.798,95	31/12/2009	20/04/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	723710	07.191.406/0001-48	506.700,00	50.670,00	208.015,00	456.030,00	31/12/2009	23/11/2013	1 – Adimplente
1 - Convênio	734258	23.489.834/0001-08	591.985,05	11.839,70	-	-	31/12/2010	23/06/2013	5 – Excluído
1 - Convênio	734259	12.464.301/0001-55	1.079.596,89	21.591,94	-	-	30/06/2010	23/06/2013	5 – Excluído
1 - Convênio	737347	08.113.631/0001-29	140.000,00	3.500,00	-	50.000,00	04/10/2010	01/08/2013	2 – Inadimplente
1 - Convênio	737396	08.114.514/0001-80	361.800,00	10.800,00	-	-	01/07/2010	25/06/2013	5 – Excluído
1 - Convênio	737451	08.234.148/0001-00	323.865,52	32.865,52	-	-	30/07/2010	24/06/2013	5 – Excluído
1 - Convênio	737638	07.606.478/0001-09	381.100,00	11.100,00	-	-	31/12/2010	14/05/2013	5 – Excluído
1 - Convênio	738560	08.146.680/0001-68	360.498,90	19.248,90	-	-	28/06/2010	22/06/2013	5 – Excluído
1 - Convênio	738563	08.358.053/0001-90	351.487,50	10.237,50	68.250,00	204.750,00	30/06/2010	24/06/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	740467	07.540.925/0001-74	1.083.355,95	86.355,95	-	736.214,65	02/07/2010	15/06/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	740494	07.587.983/0001-53	252.712,10	12.712,10	-	-	16/08/2010	11/02/2013	5 – Excluído
1 - Convênio	740999	08.357.626/0001-61	398.000,00	8.000,00	200.000,00	300.000,00	16/08/2010	07/05/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	741504	08.096.083/0001-76	315.000,00	22.500,00	195.000,00	292.500,00	30/06/2010	28/08/2013	1 – Adimplente
1 - Convênio	742361	08.095.960/0001-94	423.430,16	33.430,19	260.000,00	260.000,00	27/12/2010	14/06/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	742796	08.449.571/0001-10	200.850,00	5.850,00	97.500,00	195.000,00	30/06/2010	19/11/2013	1 – Adimplente
1 - Convênio	743131	12.258.141/0001-98	2.790.000,00	50.000,00	-	1.999.854,89	30/06/2010	24/06/2014	1 – Adimplente



1 - Convênio	744060	07.568.231/0001-45	3.144.088,64	62.833,00	924.376,24	3.081.255,64	19/09/2010	02/08/2013	1 – Adimplente
1 - Convênio	744915	08.161.614/0001-67	251.062,50	7.312,50	-	-	02/07/2010	25/05/2013	1 – Adimplente
1 - Convênio	745696	07.551.179/0001-14	510.000,00	10.000,00	-	-	02/07/2010	08/01/2013	5 – Excluído
1 - Convênio	745745	07.744.303/0001-68	5.878.221,48	234.162,83	-	5.644.058,65	23/09/2010	08/02/2013	1 – Adimplente
1 - Convênio	746062	07.569.205/0001-31	1.020.410,00	20.410,00	-	-	18/01/2011	15/01/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	746743	08.357.675/0001-02	402.000,00	12.000,00	-	195.000,00	16/08/2010	07/01/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	748912	08.148.488/0001-00	408.200,00	8.200,00	-	130.000,00	15/10/2010	06/02/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	750427	07.810.468/0001-90	2.749.868,08	249.868,08	-	-	12/01/2011	09/07/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	752715	07.733.256/0001-57	7.198.978,53	1.198.978,53	-	1.800.000,00	31/12/2010	24/05/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	755173	07.736.390/0001-01	291.774,72	91.774,72	-	-	31/12/2010	25/11/2013	1 – Adimplente
1 - Convênio	755231	07.438.468/0001-01	3.061.250,00	61.250,00	-	-	31/12/2010	29/05/2013	5 – Excluído
1 - Convênio	755478	08.241.739/0001-05	7.345.118,99	734.511,90	-	-	20/07/2011	18/07/2013	1 – Adimplente
1 - Convênio	757150	11.049.806/0001-90	148.433,28	28.433,28	-	-	20/01/2012	23/06/2013	1 – Adimplente
1 - Convênio	757418	07.533.946/0001-62	200.000,00	8.000,00	-	-	02/01/2012	25/01/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	762703	11.040.888/0001-02	335.000,00	35.000,00	-	-	02/01/2012	25/01/2013	1 – Adimplente
1 - Convênio	764664	23.478.597/0001-80	360.500,00	10.500,00	-	-	30/12/2011	23/06/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	764678	07.598.626/0001-90	309.000,00	9.000,00	-	-	30/12/2011	28/06/2013	5 – Excluído
1 - Convênio	764728	07.993.439/0001-01	4.081.634,00	81.634,00	-	-	30/12/2011	28/06/2013	5 – Excluído
1 - Convênio	764792	23.555.196/0001-86	1.041.667,00	41.667,00	-	-	03/01/2012	25/02/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	767890	07.609.621/0001-16	251.673,60	5.136,20	-	-	30/12/2011	28/06/2013	5 – Excluído
1 - Convênio	767893	07.609.621/0001-16	419.460,95	8.560,43	-	-	30/12/2011	28/06/2013	5 – Excluído
1 - Convênio	767894	07.609.621/0001-16	285.694,90	5.830,51	-	-	30/12/2011	28/06/2013	5 – Excluído
1 - Convênio	768079	07.978.042/0001-40	2.050.000,00	50.000,00	-	-	30/12/2011	28/06/2013	5 – Excluído
1 - Convênio	768125	07.683.188/0001-69	1.077.772,92	77.772,92	-	-	30/12/2011	23/06/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	770891	07.963.515/0001-36	539.154,55	39.154,55	-	-	31/12/2012	31/12/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	771441	07.568.231/0001-45	257.056,05	7.056,05	-	-	28/12/2012	28/12/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	771728	07.539.273/0001-58	255.141,94	5.141,94	-	-	10/06/2012	31/12/2013	5 – Excluído

1 - Convênio	771761	07.673.106/0001-03	1.030.468,50	30.468,50	-	-	21/12/2012	21/12/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	772180	07.615.750/0001-17	2.020.019,78	20.019,78	-	-	25/06/2012	25/06/2013	5 – Excluído
1 - Convênio	772395	07.623.051/0001-19	255.103,00	5.103,00	-	-	28/12/2012	28/12/2013	1 – Adimplente
1 - Convênio	772400	07.982.028/0001-10	257.000,00	7.000,00	-	-	28/12/2012	28/12/2013	5 – Excluído
1 - Convênio	772451	07.540.925/0001-74	515.000,00	15.000,00	-	-	27/12/2012	27/12/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	772587	10.462.364/0001-47	255.500,00	5.500,00	-	-	10/07/2012	10/07/2013	5 – Excluído
1 - Convênio	778786	06.315.194/0001-09	8.800.087,59	440.004,38	-	-	27/12/2012	27/12/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	778796	12.359.535/0001-32	255.103,00	5.103,00	-	-	28/12/2012	28/12/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	778799	09.450.206/0001-98	5.091.837,25	-	-	-	28/12/2012	31/12/2013	5 – Excluído
1 - Convênio	778802	10.462.349/0001-07	255.103,00	5.103,00	-	-	27/12/2012	22/12/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	778815	07.731.102/0001-26	1.020.500,00	20.500,00	-	-	26/12/2012	26/12/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	778904	07.849.532/0001-47	2.547.297,20	147.297,20	-	-	26/12/2012	28/12/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	779016	07.963.515/0001-36	770.000,00	70.000,00	-	-	31/12/2012	31/12/2013	1 – Adimplente
1 - Convênio	779035	07.598.626/0001-90	310.000,00	10.000,00	-	-	29/11/2012	29/11/2013	5 – Excluído
1 - Convênio	773042	07.849.532/0001-47	936.000,00	36.000,00	-	-	28/12/2012	28/12/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	779048	07.658.917/0001-27	2.030.017,69	30.017,69	-	-	21/12/2012	21/12/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	779108	06.738.132/0001-00	347.000,00	7.000,00	-	-	21/12/2012	21/12/2013	1 – Adimplente
1 - Convênio	779115	07.540.925/0001-74	515.000,00	15.000,00	-	-	27/12/2012	27/12/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	779128	23.444.672/0001-91	362.217,57	62.217,57	-	-	28/12/2012	28/12/2013	1 – Adimplente
1 - Convênio	779134	23.444.672/0001-91	1.200.000,00	25.000,00	-	-	24/12/2012	24/12/2013	5 – Excluído
1 - Convênio	779144	07.598.634/0001-37	770.000,00	70.000,00	-	-	28/12/2012	28/12/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	779148	07.598.634/0001-37	1.470.000,00	70.000,00	-	-	28/12/2012	28/12/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	779171	07.683.188/0001-69	306.123,00	6.123,00	-	-	31/12/2012	31/12/2013	5 – Excluído
1 - Convênio	779187	07.683.956/0001-84	307.643,52	6.152,88	-	-	31/12/2012	31/12/2013	5 – Excluído
1 - Convênio	779288	07.731.102/0001-26	877.552,00	17.552,00	-	-	26/12/2012	26/12/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	779304	07.807.191/0001-47	1.020.409,00	20.409,00	-	-	20/12/2012	20/12/2013	5 – Excluído
1 - Convênio	781007	13.221.247/0001-80	708.600,00	108.600,00	-	-	27/12/2012	27/12/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	781009	07.807.191/0001-47	1.632.654,00	32.654,00	-	-	28/12/2012	28/12/2013	1 – Adimplente
1 - Convênio	781012	07.623.051/0001-19	1.020.409,00	20.409,00	-	-	28/12/2012	28/12/2013	1 – Adimplente

1 - Convênio	781026	23.489.834/0001-08	510.205,00	10.205,00	-	-	30/12/2012	24/12/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	781209	12.464.301/0001-55	1.020.500,00	20.500,00	-	-	31/12/2012	31/12/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	781580	07.733.256/0001-57	1.224.000,00	24.000,00	-	-	30/12/2012	30/12/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	782128	07.744.303/0001-68	425.000,00	17.000,00	-	-	31/12/2012	31/12/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	782301	07.658.917/0001-27	1.021.000,00	21.000,00	-	-	31/12/2012	31/12/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	782349	07.954.563/0001-68	26.290.746,17	2.640.000,00	-	-	08/11/2013	08/11/2014	1 – Adimplente
1 - Convênio	782402	08.761.124/0001-00	8.712.000,00	871.200,00	-	-	31/12/2013	31/12/2015	1 – Adimplente
1 - Convênio	782403	08.281.073/0001-00	5.634.000,00	653.000,00	-	-	31/12/2013	31/03/2015	1 – Adimplente
1 - Convênio	783720	08.357.634/0001-08	256.250,00	6.250,00	-	-	02/12/2013	02/12/2015	1 – Adimplente
1 - Convênio	783722	10.462.349/0001-07	309.000,00	9.000,00	-	-	31/12/2013	31/12/2015	1 – Adimplente
1 - Convênio	783724	07.726.540/0001-04	533.044,56	33.044,56	-	-	31/12/2013	31/12/2015	1 – Adimplente
1 - Convênio	783727	23.444.672/0001-91	416.020,07	116.020,07	-	-	30/12/2013	30/12/2015	1 – Adimplente
1 - Convênio	783728	07.891.682/0001-19	663.815,16	13.815,16	-	-	31/12/2013	31/12/2015	1 – Adimplente
1 - Convênio	783730	07.566.516/0001-47	1.099.416,96	99.416,96	-	-	31/12/2013	31/12/2015	1 – Adimplente
1 - Convênio	783731	11.286.341/0001-91	2.040.000,00	40.800,00	-	-	31/12/2013	31/12/2015	1 – Adimplente
1 - Convênio	784839	07.731.102/0001-26	1.020.500,00	20.500,00	-	-	31/12/2013	31/12/2015	1 – Adimplente
1 - Convênio	786908	07.531.295/0001-71	8.705.562,96	870.556,30	-	-	09/09/2013	08/09/2014	5 – Excluído
1 - Convênio	787073	08.281.073/0001-00	5.634.000,00	563.400,00	-	-	09/09/2013	09/09/2014	5 – Excluído
1 - Convênio	788234	07.540.925/0001-74	1.009.950,50	20.611,50	-	-	31/12/2013	31/12/2015	1 – Adimplente
1 - Convênio	788237	01.612.383/0001-11	256.328,02	6.328,02	-	-	04/11/2013	04/11/2015	1 – Adimplente
1 - Convênio	788257	06.741.565/0001-06	508.335,30	10.166,70	-	-	31/12/2013	31/12/2015	1 – Adimplente

1 - Convênio	788260	08.153.819/0001-09	255.000,00	5.000,00	-	-	21/11/2013	31/12/2015	1 – Adimplente
1 - Convênio	788264	07.683.188/0001-69	612.300,00	12.300,00	-	-	01/12/2013	01/12/2015	5 – Excluído
1 - Convênio	788265	07.673.114/0001-41	307.686,13	57.686,13	-	-	31/12/2013	31/12/2015	1 – Adimplente
1 - Convênio	790984	07.982.028/0001-10	918.738,85	418.738,85	-	-	31/12/2013	31/12/2015	1 – Adimplente
1 - Convênio	794340	07.683.188/0001-69	612.300,00	12.300,00	-	-	31/12/2013	31/12/2015	1 – Adimplente
1 - Convênio	795991	14.105.712/0001-80	500.000,00	10.000,00	-	-	31/12/2013	31/12/2015	1 – Adimplente
1 - Convênio	796779	01.612.573/0001-39	306.130,00	6.130,00	-	-	30/12/2013	30/12/2015	1 – Adimplente
1 - Convênio	800145	07.682.651/0001-58	918.368,00	18.368,00	-	-	31/12/2013	31/12/2015	1 – Adimplente

**LEGENDA**

<b>Modalidade:</b>	<b>Situação da Transferência:</b>
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

**Fonte: CRF-CO**

#### 4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro 13 - A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

<b>Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios</b>						
<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>						
<b>Nome:</b>	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS					
<b>CNPJ:</b>	00.043.711/0001-43					
<b>UG/GESTÃO:</b>	193002/11203					
<b>Modalidade</b>	<b>Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício</b>			<b>Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)</b>		
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Convênio</b>	20	27	12	R\$ 2.305.386,24	R\$ 13.315.152,62	R\$ 20.254.622,99
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Termo de Cooperação</b>	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Termo de Compromisso</b>	1	0	0	R\$ 20.600.000,00	R\$ 0,00	R\$ 10.111.206,58
<b>Totais</b>	21	27	12	R\$ 22.905.386,24	R\$ 13.315.152,62	R\$ 30.365.829,57
<b>Fonte: SICONV, SIAFI</b>						

#### 4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro 14 - A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.

<b>Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela</b>					
					Valores em R\$ 1,00
<b>Unidade Concedente</b>					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	22	0	0
		Montante Repassado	21.017.858,46	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	9	0	0
		Montante Repassado	4.568.755,64	-	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	40	0	0
		Montante Repassado	49.199.028,62	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	-	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	18	0	0
		Montante Repassado	24.406.065,05	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	14	0	0
		Montante Repassado	1.483.438,66	-	-

Fonte: SIAFI, SICONV

#### 4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A.4.4.4 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse				Posição 31.12	
				Valores em R\$	
				1,00	
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas			17	0
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	6	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
			Montante Repassado (R\$)	R\$ 2.553.760,58	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	1	0	
		Montante Repassado (R\$)	R\$ 456.030,00	-	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
			Montante Repassado (R\$)	R\$ 0,00	0
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	10	0
Montante Repassado (R\$)			R\$ 15.115.012,81	-	
2012	Quantidade de contas prestadas			40	0
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	17	0	
		Quantidade Reprovada	1		
		Quantidade de TCE	1		
		Montante repassado	R\$ 21.740.488,69	0	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	22		
Montante repassado (R\$)		R\$ 27.458.539,93	-		
2011	Quantidade de Contas Prestadas			18	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	10	0	
		Quantidade Reprovada	1	0	
		Quantidade de TCE	1	0	
		Montante Repassado	R\$ 17.295.296,39	0	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	7	0	
		Montante Repassado	R\$ 7.110.768,66	-	
Exercícios Anteriores a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	49	0	
		Montante Repassado	R\$ 35.148.823,79	-	

Fonte: SIAFI; SICONV

#### 4.4.5 Análise Crítica

Os convênios em situação de inadimplência são decorrentes de não atendimentos às notificações ou ofícios expedidos, que buscam solucionar pendências financeiras ou cumprimento do objeto do convênio, sem que se tenha obtido sucesso, ocasionando possível instauração de tomadas de contas especiais ou cobranças jurídicas pela Procuradoria Federal.

Quanto da omissão ou atraso na entrega da prestação de contas, após o término do prazo previsto, procedemos notificações ao conveniente e em caso de não apresentação procedemos registro de inadimplência efetiva. O registro é efetuado, e inicia-se o procedimento de instauração de Tomada de Contas Especial, verificando-se o possível cumprimento do objeto e alcance social pelas comissões de fiscalização.

Com o advento do SICONV os controles são mais consistentes, vistos que liberação de parcelas são definidas por acompanhamentos dos fiscais, assegurando melhor controle.

No exercício de 2013 foram repassados R\$ 22.905.386,24, superando o valor de 2012 que foi de R\$ 13.315.152,62, com relação as transferências voluntárias, demonstrando a política governamental adotada provocando oscilações significativas.

Ao final de 2013, contabiliza-se 124 processos de prestações de contas apresentadas, sendo que 17 no exercício de 2013, e o restante oriundo de outros exercícios, onde foram aprovadas 06 processos de 17 apresentadas.

Nas análises de prestação de contas, foram identificadas falhas formais que, por si só, não causaram dano ao erário. Assim, nos casos em que se constate que o objeto do convênio foi efetivamente cumprido e na impossibilidade de quantificar o dano ao erário, (como exemplo, ausência de algum documento) tal situação não seria passível de instauração de tomada de contas especial e sim de se “aplicar o disposto na alínea ‘a’ parágrafo 2º, artigo 38 da IN/STN nº 01/1997, informando o fato na prestação de contas anual deste órgão, de modo a propiciar ao Tribunal de Contas da União o julgamento da conduta do agente infrator, quando não observou-se, na aplicação dos recursos conveniados, os dispositivos legais estabelecidos”.

Cita-se abaixo algumas possíveis motivos de não aprovação de prestações de contas que não se identificou propriamente dano ao erário:

- Falta de atesto e número de convênio nas notas fiscais;
- Ausência de documentos relativos ao procedimento licitatório;
- Descrição dos serviços prestados de forma genérica no corpo das notas fiscais;
- Ausência de depósito de contrapartida na conta específica do convênio;
- Cópia de cheques, Ted, ou recibos;
- Entre outros

O DNOCS possui atualmente uma Comissão de Monitoramento de Convênios, ligada diretamente à Direção Geral, que tem em sua organização envolvimento com as demais Diretorias, inclusive conexas com as comissões de fiscalizações que se pronunciam sobre a evolução do cumprimento do objeto, propiciando liberações.

Cabe ressaltar as dificuldades orçamentárias e financeiras que dificultam o planejamento eficiente no tocante aos procedimentos de acompanhamentos da execução dos convênios firmados, inclusive refletindo no cumprimento dos prazos legais que são estabelecidos para análise conclusiva de cada prestação de contas.



#### 4.5. Suprimento de fundos,

##### 4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

Quadro 15 - A.4.5.1 – Despesas Realizadas Por Meio Da Conta Tipo “B” E Por Meio Do Cartão De Crédito Corporativo (Série Histórica)

Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)							Valores em R\$ 1,00
Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$) (a+b+c)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013					440	407.898,35	407.898,35
2012					355	270.753,49	270.753,49
2011					520	228.082,07	228.082,07

### 4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão De Crédito Corporativo Por UG E Por Portador

Portador		CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
				Saque	Fatura	
<b>Código da UG 1</b>	<b>193001 - CEST PE</b>		<b>Limite de Utilização da UG</b>		<b>R\$ 75.000,00</b>	
ALBERTO JORGE BARBOSA TEIXEIRA	160.809.043-49	4.000,00		3.566,45	3.566,45	
AGEMIR SANTOS PINHEIRO	078.165.613-34	4.000,00		2.565,50	2.565,50	
FRANCISCO TADEU SILVA	181.901.703-68	4.000,00		6.663,86	6.663,86	
JOSÉ MEDEIROS DE OLIVEIRA	145.286.903-06	4.000,00		4.540,12	4.540,12	
JOSÉ RIBAMAR FILHO	132.664.033-04	4.000,00		4.039,22	4.039,22	
LUIZ ALVES PEREIRA	067.055.023-04	4.000,00		3.576,19	3.576,19	
LUIZ XAVIER	183.023.433-15	4.000,00		3.951,10	3.951,10	
RAIMUNDO NONATO OLIVEIRA	182.354.173-91	4.000,00		3.891,80	3.891,80	
<b>Total Utilizado pela UG</b>				-	32.794,24	32.794,24
<b>Código da UG 2</b>	<b>193002 - ADM CENTRAL</b>		<b>UG</b>		<b>R\$ 1.600.000,00</b>	
ANTÔNIO CLEOZILDO PIMENTEL	016.114.613-91	8.000,00		10.663,67	10.663,67	
BENÍCIO ELIAS DE FRANÇA	402.055.258-49	8.000,00		8.999,72	8.999,72	
FRANCISCO DE ASSIS FILHO	111.719.603-87	8.000,00		10.330,21	10.330,21	
FRANCISCO JOSÉ DE ARAÚJO	135.911.503-04	8.000,00		9.741,17	9.741,17	
FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES	229.464.113-20	8.000,00		12.312,38	12.312,38	
FRANCISCO REINALDO MACIEL DE LIMA	136.875.904-10	8.000,00		12.398,63	12.398,63	
GILBERTO NASCIMENTO DE SOUSA	204.526.403-34	8.000,00		8.781,48	8.781,48	
JOSÉ MARCOS BARROSO FARIAS	093.517.363-34	8.000,00		11.279,99	11.279,99	
LUIZ ANTÔNIO NORBERTO FILHO	112.482.033-72	8.000,00		39.912,99	39.912,99	
MARIA INÊS SILVA NOBRE	090.873.623-15	8.000,00		19.898,37	19.898,37	
MAURICIO TEIXEIRA DANTAS	211.864.133-87	8.000,00		11.839,08	11.839,08	
MARCOS ANTÔNIO QUIXADÁ COSTA	231.527.703-59	8.000,00		10.125,66	10.125,66	
MARIA DO SOCORRO CHACON DE MESQUITA	051.034.873-49	8.000,00		8.776,68	8.776,68	
VERA LÚCIA BEZERRA DE ABREU	120.087.963-53	8.000,00		11.499,60	11.499,60	
<b>Total Utilizado pela UG</b>				-	186.559,63	186.559,63

Código da UG 3	193003 - CEST CE	UG		R\$ 300.000,00	
ALUISIO ACIOLES DE OLIVEIRA	173.001.693-68	8.000,00		9.730,43	9.730,43
ANTÔNIO ALVES FERREIRA	211.866.003-06	8.000,00		3.665,39	3.665,39
LEONARDO ANTUNES DE LIMA	114.984.713-15	8.000,00		9.705,42	9.705,42
LUCIANO BEZERRA DE CARVALHO	049.929.893-49	8.000,00		9.864,41	9.864,41
MARCELO BANDEIRA	126.662.464-34	8.000,00		3.387,46	3.387,46
MARIA LUCILA DA SILVA	212.692.703-20	8.000,00		27.988,14	27.988,14
FRANCISCO JAIME OLIVEIRA	051.330.413-49	8.000,00		13.371,88	13.371,88
FRANCISCO CARLOS DE LIMA SILVA	211.919.213-87	8.000,00		8.886,83	8.886,83
FRANCISCO GOMES RODRIGUES	511.228.127-87	8.000,00		10.241,50	10.241,50
FRANCISCO DAS CHAGAS V. MELQUÍADES	323.475.534-53	8.000,00		7.787,21	7.787,21
JOSÉ FERREIRA NETO	043.412.013-87	8.000,00		10.821,03	10.821,03
JOSÉ HILTON S. DE MOURA	081.643.203-15	8.000,00		545,00	545,00
JOSÉ MARCELO BARROSO DE FARIAS	140.651.773-91	8.000,00		11.745,01	11.745,01
JOSÉ ROGÉRIO DE VASCONCELOS	296.032423-49	8.000,00		5.293,23	5.293,23
JOSÉ ULISSES DE SOUZA	195.684.103-25	8.000,00		18.439,69	18.439,69
<b>Total Utilizado pela UG</b>				-	151.472,63
<b>Código da UG 4</b>	<b>193004 - CEST RN</b>	<b>UG</b>		<b>R\$ 36.000,00</b>	
CARLOS ANTÔNIO EVANGELISTA	085.736.624-68	3.000,00		3.052,22	3.052,22
JOSÉ FAUSTO MAGALHÃES	091.500.803-34	3.000,00		5.000,00	5.000,00
MARIA EDINAMAR ALVES DA FONSECA	129.900.864-04	3.000,00		5.827,70	5.827,70
<b>Total Utilizado pela UG</b>				-	13.879,92
<b>Código da UG 5</b>	<b>193007 - CEST AL</b>	<b>UG</b>		<b>R\$ 36.000,00</b>	
FERNANDO ALVES DO NASCIMENTO	100.139.385-68	3.000,00		4.176,04	4.176,04
<b>Total Utilizado pela UG</b>				-	4.176,04

<b>Código da UG 6</b>	<b>193008 - CEST SE</b>	<b>Limite de Utilização da UG</b>		<b>R\$ 20.000,00</b>	
ANICÉRIO BISPO DE ALMEIDA	018.381.528-90	3.000,00		3.412,53	3.412,53
LUIZ ANTÔNIO DE OLIVEIRA	201.146.805-15	3.000,00		508,87	508,87
<b>Total Utilizado pela UG</b>			-	3.921,40	3.921,40
<b>Código da UG 7</b>	<b>193009 - CEST BA</b>	<b>Limite de Utilização da UG</b>		<b>R\$ 50.000,00</b>	
DENISE BISPO DA SILVA SOUZA	215.202.755-87	5.000,00		7.684,86	7.684,86
<b>Total Utilizado pela UG</b>			-	7.684,86	7.684,86
<b>Código da UG 8</b>	<b>113801 - CEST PE</b>	<b>Limite de Utilização da UG</b>		<b>R\$ 80.000,00</b>	
ODORICO PORFÍRIO DE LIMA	289.771.304-68	5.000,00		4.383,24	4.383,24
MARCOS JOSÉ PASTICH	018.461.324-87	5.000,00		3.026,39	3.026,39
<b>Total Utilizado pela UG</b>			-	7.409,63	7.409,63
<b>Total Utilizado pela UJ</b>			-	407.898,35	407.898,35

#### 4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro 16 - A.4.5.4 - Prestações De Contas De Suprimento De Fundos (Conta Tipo “B” E CPGF)

Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)												
Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							152	R\$ 407.898,35	178	270.753,49	234	228.082,07

### 4.5.5 Análise Crítica

Foram gastos R\$ 407.898,35 com despesas através de suprimentos de fundos durante o exercício de 2013. O uso dos recursos através do Cartão de Pagamentos do Governo Federal (CPGF) caracteriza-se por atender, em sua grande maioria, despesas relacionadas a compra de materiais e prestações de serviços direcionadas ao abastecimento e manutenção de veículos oficiais, assim como manutenção de bens imóveis (instalações em que se localiza o prédio da sede do Departamento Nacional de Obras contra as Secas-DNOCS, por exemplo) e conservação de máquinas e equipamentos relacionados à operacionalização das atividades do órgão. No anexo deste relatório segue uma [tabela](#) (Anexo III) exemplificativa que descreve os usos do cartão.

A gestão de suprimentos de fundos é realizada com base na legislação vigente, a saber: Lei nº 4.320 de março de 1964, arts. 68 e 69; Decreto-Lei nº 200, de 23 de fevereiro de 1967, arts. 74, 77, 78, 80, 81, 83 e 84; Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, arts. 45 a 47; Decreto nº 5.355, de 25 de janeiro de 2005; Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2007; Portaria nº 95 MF, de 19 de abril de 2002; Portaria nº 41 MP, de 07 de março de 2005, e suas alterações (Portarias nº 01 MP de 04 de janeiro de 2006 e Portaria nº 44 MP de 14 de março de 2006); Manual do SIAFI Transação CONMANMF código 02.11, e pelo manual de normas e orientações da Controladoria Geral da União.

Junta-se a essas normas a legislação interna do órgão, a saber: Portaria nº 056-DG/CRH, de 31/01/2008, Circular nº 16/DA, de 26/07/2006 e o Memorando Circular nº 06/DA, de 11/03/2010, que definem critérios como, valores a serem concedidos por suprimento, período de utilização dos recursos, forma e elementos que devem constar na prestação de contas etc. Atrelado a essas definições, o Serviço de Contabilidade do DNOCS realiza o exame periódico sobre a adequabilidade ou não dos gastos realizados, orientando, por exemplo, quanto a aquisição de materiais de uso permanente, que se aplica apenas a casos excepcionais, necessidade de autorização formal do Ordenador de despesas, dentre outras.

Além disso, o Serviço de Contabilidade utiliza junto ao Banco do Brasil, a funcionalidade virtual de Autoatendimento do Setor Público, que é utilizada para gerenciar a disponibilidade de recursos ao suprimento, bem como a impressão das faturas e demonstrativos dos gastos realizados no respectivo período, confrontados posteriormente na prestação de contas com as respectivas notas/cupons fiscais e recibos das operações.

Após o encerramento do prazo de utilização dos recursos, o suprimento submete a prestação de contas ao Serviço de Contabilidade que executa a análise e o registro dos fatos administrativos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI. Uma vez constatados problemas com a realização dos suprimentos, os supridos são comunicados para que devolvamos valores glosados através de Guias de Recolhimento da União-GRU.

Mensalmente, por ocasião, da Conformidade Contábil, a Seccional Contábil do DNOCS e a Setorial de Contabilidade do Ministério da Integração Nacional fazem a análise das principais contas contábeis relacionadas ao controle de Suprimento de Fundos: 199110600-SUPRIMENTO DE FUNDOS e a 212680200-Fatura CARTÃO DE PAGAMENTOS DO GOVERNO FEDERAL.

A conta 199110600 controla os valores sob a responsabilidade do suprimento. Essa conta tem o seu saldo diminuído no momento do registro da prestação de contas do suprimento. A conta 212680200 tem o seu saldo diminuído por ocasião da devolução do valor não utilizado pelo suprimento, bem como, dos pagamentos das faturas devidas. Dessa maneira, ao final do suprimento, essas contas devem apresentar saldo zero no conta-corrente do CPF do suprimento.

Quanto as razões que levaram ao gestão a optar por esta modalidade, destaca-se também a dificuldade de se formular um contrato para o fornecimento e o abastecimento de veículos com a abrangência que o órgão necessitava, entretanto, essa limitação foi superada em 2014 e no futuro próximo, essa modalidade será utilizada tão somente para gastos de pequeno vulto e pronto pagamento. No cumprimento de seus objetivos institucionais, a Administração teve que utilizar o suprimento de fundo, em caráter excepcional, tendo em vista que a interrupção das atividades de deslocamentos aos setores do DNOCS, comprometeria o andamento da máquina administrativa da instituição, mormente em suas funções fiscalizatória e regulatória.

Cabe esclarecer ainda que após varias tentativas junto a Procuradoria Federal do DNOCS, para a “contratação de serviços de implantação e operação de sistema informatizado e integrado de gestão de frota, contemplando módulo de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis, filtros, aditivos, óleos lubrificantes, lavagem e borracharia e módulo de gerenciamento e controle de aquisição de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, acessórios e pneus/câmaras de ar, serviços especializados em

geral como reboque, retifica de motores, lataria, pintura, estofamento, elétrica, alinhamento e balanceamento de rodas, para a frota de veículos e utilitários automotores do DNOCS, através de estabelecimentos credenciados pela Contratada, para atender as demandas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS”, somente em 13 (treze) de fevereiro de 2014 obtivemos êxito com a celebração do Contrato DNOCS 07/2014, objetivando a contratação supramencionado, sendo assim superada a utilização em caráter excepcional do suprimento de fundo.

**5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013****5.1 Estrutura de pessoal da unidade****5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada****5.1.1.1 Lotação****Quadro 17 - A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ**

<b>Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12</b>				
<b>Tipologias dos Cargos</b>	<b>Lotação</b>		<b>Ingressos no Exercício</b>	<b>Egressos no Exercício</b>
	<b>Autorizada</b>	<b>Efetiva</b>		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	1683	1683	6	7
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1683	1683	6	7
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1650	1650	3	7
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	28	28	1	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1	1	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	4	4	1	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	7	7	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	11	11	0	1
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	1701	1701	6	8

Fonte: SIAPE



### 5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro 18 - A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

<b>Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ</b>	
<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>25</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	3
1.2. Exercício de Função de Confiança	6
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (Lei nº 8.112/90; Decreto nº 4.050/2001; Lei Complementar nº 73/1993; Lei 6.999/82; Resolução TSE nº 23.255/2010)	16
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>1</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>0</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>1</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	1
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>0</b>
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>27</b>
<b>Fonte:</b>	

## 5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

### 5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

Quadro 19 - A.5.1.2.1 – Detalhamento Da Estrutura De Cargos Em Comissão E Funções Gratificadas Da Uj (Situação Em 31 De Dezembro)

<b>Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)</b>				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	93	93	9	9
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	93	93	9	9
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	63	63	4	5
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	13	13	2	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	6	6	2	0
1.2.4. Sem Vínculo	11	11	0	3
1.2.5. Aposentados	0	0	1	1
<b>2. Funções Gratificadas</b>	141	141	5	7
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	140	140	4	7
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	1	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	234	234	14	16

Fonte: SIAPE

### 5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro 20 - A.5.1.2.2 – Quantidade De Servidores Da Uj Por Faixa Etária - Situação Apurada Em 31/12

<b>Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12</b>					
Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	28	19	128	880	385
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	28	18	126	879	382
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	1	2	1	3
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	8	21	26	116	61
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	17	17	28	27
2.3. Funções Gratificadas	6	4	9	88	34
<b>3. Totais (1+2)</b>	36	40	154	996	446

Fonte: SIAPE

**5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade**  
**Quadro 21 - A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade**

<b>Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12</b>									
<b>Tipologias do Cargo</b>	<b>Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade</b>								
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	0	74	191	179	615	413	0	0	1
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	74	191	179	615	406	0	0	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	7	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	0	0	0	5	62	165	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	6	85	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	5	56	80	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>74</b>	<b>191</b>	<b>184</b>	<b>677</b>	<b>578</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>LEGENDA</b>									
<b>Nível de Escolaridade</b>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Do									
<b>Fonte: SIAPE</b>									

### **5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada**

**Quadro A.5.1.3 - Quadro De Custos De Pessoal No Exercício De Referência E Nos Dois Anteriores**

<b>Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores</b>											
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão</b>											
Exercícios	2013	100.173.887,43	102.324,78	8.774.320,01	3.135.621,39	7.478.386,06	8.566.316,92	14.167,83	451.197,60	#####	#####
	2012	96.776.807,74	85.552,89	8.529.277,95	3.002.961,28	6.451.263,63	7.481.327,98	-	9.570.833,28	#####	#####
	2011	78.828.642,80	-	27.981.528,18	6.470.528,18	6.681.438,34	6.698.408,82	231.695,52	-	#####	#####
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	565.080,00	-	47.090,00	12.929,97	31.963,00	-	-	-	-	657.062,97
	2012	676.090,00	-	47.090,00	24.539,94	31.923,63	-	-	-	-	779.643,57
	2011	961.327,63	-	-	-	410.081,47	2.998,00	-	-	-	1.374.407,10
<b>Servidores Cedidos com Onus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	1.959.514,84	-	181.592,06	51.946,94	92.787,62	118.887,86	228,32	8.595,66	132.417,90	2.545.971,20
	2012	2.474.024,21	-	215.259,39	73.098,11	100.644,62	138.616,50	-	289.986,49	110.061,75	3.401.691,07
	2011	1.980.991,71	-	-	827.790,72	98.262,84	201.714,17	14.735,00	-	58.887,08	3.182.381,52
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	6.597.369,22	2.416.433,36	799.314,06	266.810,85	362.102,59	705.100,69	1.801,40	14.276,71	724.843,41	11.888.052,29
	2012	6.169.466,93	2.339.844,90	773.408,71	237.163,00	297.594,08	610.378,70	-	317.553,62	794.624,53	11.540.034,47
	2011	5.154.643,98	-	-	5.712.736,20	299.206,09	81.291,77	-	-	464.237,90	11.712.115,94
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	11.054.900,22	627.296,46	1.079.854,55	397.552,22	720.857,59	1.182.510,07	1.310,43	71.887,89	#####	16.487.603,08
	2012	10.105.933,65	622.384,45	1.018.412,25	335.845,23	589.325,15	995.605,63	-	781.403,04	#####	15.657.980,00
	2011	7.864.640,69	-	4.669.305,56	-	596.605,27	822.095,33	-	-	673.295,62	14.625.942,47

Fonte: SIAPE

### 5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

#### 5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro 22 - A.5.1.4.1 – Composição do Quadro de Serviços Inativos

<b>Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro</b>		
Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	2577	66
1.1 Voluntária	2291	62
1.2 Compulsória	8	0
1.3 Invalidez Permanente	277	4
1.4 Outras	1	0
<b>2. Proporcional</b>	1946	0
2.1 Voluntária	1892	0
2.2 Compulsória	38	0
2.3 Invalidez Permanente	16	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	4523	66

Fonte: SIAPE

#### 5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 23 - A.5.1.4.2 – Instituidores de Pensão

<b>Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12</b>		
Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	5845	229
1.1. Integral	3425	137
1.2. Proporcional	2420	92
<b>2. Em Atividade</b>	1278	13
<b>3. Total (1+2)</b>	7123	242

Fonte: SIAPE

## 5.1.5 Cadastro no Sisac

### 5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro 24 - A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	2	0	2
Concessão de aposentadoria	68	65	56	45
Concessão de pensão civil	259	239	131	71
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	48	81	23	36
<b>Totais</b>	<b>375</b>	<b>387</b>	<b>210</b>	<b>154</b>

### 5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

Quadro 25 - A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	10	9	8	6
Cancelamento de concessão	0	2	0	0
Cancelamento de desligamento	0	1	0	1
<b>Totais</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>8</b>	<b>7</b>

### 5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Quadro 26 - A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro de atos no Sisac

**Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac**

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	29	9	6	11
Concessão de pensão civil	8	20	21	82
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	7	4	3	10
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>33</b>	<b>30</b>	<b>103</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	8	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### 5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Quadro 27 - A.5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

**Quadro A.5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### 5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Os procedimentos de verificação de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos no âmbito do DNOCS são feitos por ocasião da ocupação do cargo efetivo, cargo em comissão ou função de confiança, sendo exigida do seu ocupante a formalização de um documento assinado pelo interessado de que não se enquadra nessa irregularidade. Além disso, faz-se pesquisa no Sistema Siape para identificar possíveis vínculos com outras instituições.

Existem ainda as verificações efetuadas pela Auditoria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através de cruzamento de dados entre as várias instituições que compõe as três esferas de governo, ocasião em que as instituições envolvidas são acionadas para realizarem as verificações necessárias, de modo a identificar se trata de acumulação indevida e adotar os procedimentos de saneamento, se for o caso.



Normalmente, essas verificações são realizadas anualmente.

Dentre os 14 casos ainda pendentes de conclusão sobre suposta acumulação indevida de cargos apontadas em relatórios de Auditorias, apenas em relação ao servidor Jônio Cintra e Oliveira de matrícula 0737895 foi constatada acumulação indevida, o que deu origem ao Processo de nº59400.002034/2010-59, encaminhado à Comissão de Controle e Acompanhamento de

Processos da Área de Correição –CCAC/DNOCS . A notícia colhida junto à referida comissão é de que o processo foi encaminhado à Advocacia Geral da União – AGU, onde se encontra pendente de manifestação desde 21/6/2011.

### **5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos**

a)Foram efetuadas 14(quatorze) notificações aos servidores com indícios de acumulação indevida.

b)Como resultado das notificações efetuadas, 05 (cinco) servidores apresentaram recursos administrativos, com documentação comprobatória da acumulação regular, em relação aos demais, as informações foram colhidas junto às instituições de ensino com o fito de esclarecer se houve ou não acumulação indevida.

c) O único caso já comprovado de acumulação irregular, objeto do processo nº 59400.002034/2010-59, se encontra sob análise da Advocacia Geral da União, ainda pendente de conclusão.

### **5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos**

Absenteísmo, acidente em trabalho, rotatividade, educação continuada, disciplina e aposentadoria/recomposição de pessoal.

O DNOCS não tem indicadores próprios desenvolvidos para acompanhar tais ocorrências e ainda não há previsão quanto a implantação e utilização de ferramentas que permitam o efetivo acompanhamento de ações voltadas para o controle desses tópicos.

### 5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 28 - A.5.2.3 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância sanitária

ADM CENTRAL

Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS													
UG/Gestão: 193002/11203							CNPJ: 00043711/0001-43						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	V	O	DNOCS N°.: 028/2012	09451428/0001-25	05/06/2012	05/06/2014			24	24			P
2012	V	O	DNOCS N°.: 029/2012	04808914/0001-34	18/07/2012	18/07/2014			34	34			P
2008	L	O	DNOCS N°.: 029/2008	07147343/0001-22	01/10/2008	01/10/2013	42	42					E
2013	L	O	DNOCS N°.: 17/2013	05305430/0001-35	01/08/2013	01/08/2014			15	15			A
2010	L	O	DNOCS N°.: 07/2010	07360290/0001-23	01/12/2010	12/10/2013	28	28					E
Observações: Os Contratos DNOCS N°.: 029/2008; não possuem exigência de escolaridade													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte:													

<b>Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva</b>													
Unidade Contratante													
Nome: COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE													
UG/Gestão: 193004/11203							CNPJ: 00.043.711/0009-09						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	06/2011	11937230000106	jun/11				24	28			P
2012	L	O	06/2012	12975719000127	jul/12		11	12					P
2013	L	O	01/2013	3112713000135	mar/13				9	9			A
Observações:													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: CEST -RN

CEST-PB

## Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Coordenadoria Estadual do DNOCS na Paraíba													
UG/Gestão: 193005							CNPJ: 00.043.711/0008-10						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	V	O	Contrato nº 03/2009	COMBATE 02.322.136/0001-43	01/11/2013	31/10/2014	X						P
2013	V	O	Contrato nº 04/2009	Combate 02.322.136/0001-43	01/12/2013	30/11/2014	X						P
2013	V	O	Contrato 13/2010 - A	BRASIFORT 03.263.849/0001-34	15/12/2013	14/12/2014	X						P
2013	V	O	Contrato 09/2010 - A	BRASIFORT 03.263.849/0001-34	01/10/2013	30/09/2014	X						P
2013	V	O	Contrato nº 08/2010	BRASIFORT 03.263.849/0001-34	01/10/2013	30/09/2014	X						P
2013	V	O	Contrato 11/2013	Combate 02.322.136/0001-43	01/11/2013	31/10/2014	X						P
2013	L	O	Contrato 14/2013	FORTUNATO 11.855.183/0001-43	01/12/2013	30/11/2014	X						A
2013	L	O	Contrato nº 05/2013	FORTUNATO 11.855.183/0001-43	01/06/2013	31/05/2014	X						A
2013	L	O	Contrato nº 04/2013	AKILLES 14.601.896/0001-79	01/06/2013	31/05/2014	X						A
Observações: Contrato 11/2013, Empresa COMBATE, Serviços de Vigilância Ostensiva Armada nas Sedes das Unidades de Campo das Bacias do Paraíba em Campina Grande, Piranhas em São Gonçalo-Sousa-PB do DNOCS em Boqueirão-PB													
Observações: Contrato 14/2013, Empresa FORTUNATO, Serviços de Limpeza e Higienização das Instalações da Estação de Piscicultura Joaquim Firmino Filho – São Gonçalo													
Observações: Contrato 05/2013, Empresa FORTUNATO, Serviços de Limpeza e Higienização das Instalações das Sedes das Unidades de Campo das Bacias do Paraíba e Piranhas – Campina Grande													
Observações: Contrato 04/2013, Empresa AKILLES SOUSA, Serviços de Limpeza e Higienização das Instalações das Sedes da CESTT-PB em João Pessoa													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: Serviço Administrativo da CEST-PB													

## QUADRO A.5.2.3 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS / Coordenadoria Estadual de Alagoas – CEST-AL													
UG/Gestão: 193007/11203							CNPJ: 00.043.711/0010-34						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	L	E	Contrato nº 02/2012	15.726.555/0001-91	04/09/2012	04/03/2013		5					E
2012	L	E	Contrato nº 03/2012	15.726.555/0001-91	04/09/2012	04/03/2013		7					E
2013	L	O	Contrato nº 02/2013	15.726.555/0001-91	04/05/2013			5					A
2013	L	O	Contrato nº 03/2013	15.766.556/0001-60	14/05/2013			9					A
2010	V	O	Contrato nº 03/2010	12.498.861/0001-20	05/10/2010	04/10/2013				12			E
2013	V	O	Contrato nº 09/2013	17.428.731/0166-43	01/11/2013					12			A
<b>Observações:</b>													
1 – O Contrato nº 03/2010 foi aditivado pelos Termos Aditivos nº 01/2011 e nº 02/2012.													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: DNOCS/CEST-AL.

CEST-PE

**Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva**

Unidade Contratante													
Nome: DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS – COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS EM PERNAMBUCO													
UG/Gestão: 113801/11203							CNPJ: 00043711/0006-58						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	DNOCS nº 004/2009	0584379/0001-36	18/09/12	17/09/13	16	1	16	15			P
2011	V	O	DNOCS nº 012/2011	03401987/0001-44	02/01/12	02/01/13	12	8	12	4			P
2012	V	O	DNOCS nº 008/2012	09537039/001-17	03/12/12	02/12/13	12	8	12	4			P
<b>Observações:</b> <p style="text-align: center;">Recife, 17 de Janeiro de 2014</p>													
<b>LEGENDA</b>													
<b>Área:</b> (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva													
<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
<b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
<b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte:CESTE PE

## CEST-MG

## Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: COORDENADORIA ESTADUAL DE MINAS GERAIS – DNOCS – CEST/MG													
UG/Gestão: 193010/11203						CNPJ:00.043.711/0015-11							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	V	O	Nº01/2012- UASG-193010	11.499.545/0001-00	06/02/2013	05/02/2014	4	4					P
2010	L	O	Nº01/2010-UASG-193010	04.712.320/0001-25	01/07/2013	30/06/2014	7	7					P
Observações:													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: CEST-MG

CEST-RN

Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva														
Unidade Contratante														
Nome: COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE														
UG/Gestão: 193004/11203							CNPJ: 00.043.711/0009-09							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	V	O	06/2011	11937230000106	jun/11					24	28			P
2012	L	O	06/2012	12975719000127	jul/12			11	12					P
2013	L	O	01/2013	3112713000135	mar/13					9	9			A
Observações:														
<b>LEGENDA</b>														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

Fonte: CEST -RN



### 5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

#### Quadro 29 - A.5.2.4 - Contratos De Prestação De Serviços Com Locação De Mão De Obra ADM. CENTRAL

Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra													
Unidade Contratante													
Nome: DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS													
UG/Gestão: 193002/11203							CNPJ: 00043711/0001-43						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	11	O	DNOCS N°.: 030/2008	07147343/0001-22	01/10/2008	01/10/2013	45	45					E
2013	2	O	DNOCS N°.: 09/2013	09561137/0001-90	01/02/2013	01/02/2014	2	2					A
2010	11	O	DNOCS N°.: 01/2010	05485352/0001-06	01/04/2010	01/04/2014	3	3					P
2010	8	O	DNOCS N°.: 04/2010	03443690/0001-41	25/11/2010	24/11/2014	1	1					p
2008	8	O	DNOCS N°.: 32/2008	86870805/0001-01	20/10/2008	20/10/2013	3	3					E
2012	2	O	DNOCS N°.: 012/2012	07360290/0001-23	12/03/2012	11/03/2014	10	10					P
Observações: Os Contratos DNOCS N°.: 030/2008; 032/2008 não possuem exigência de escolaridade													
<b>LEGENDA</b>					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
<b>Área:</b>					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendiz													
12. Outras													
<b>Fonte:</b>													

CEST-RN

## Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE														
UG/Gestão: 193004/11203							CNPJ: 00.043.711/0009-09							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	Transportes	O	08/2011	12975719000127	jun/11					4	5			P
<b>Observações:</b>														
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Área:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Segurança;</li> <li>2. Transportes;</li> <li>3. Informática;</li> <li>4. Copeiragem;</li> <li>5. Recepção;</li> <li>6. Reprografia;</li> <li>7. Telecomunicações;</li> <li>8. Manutenção de bens móveis</li> <li>9. Manutenção de bens imóveis</li> <li>10. Brigadistas</li> <li>11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes</li> <li>12. Outras</li> </ol> <p><b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p><b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p><b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p><b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>														

Fonte:

## QUADRO A.5.2.4 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante														
Nome: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS / Coordenadoria Estadual de Alagoas – CEST-AL														
UG/Gestão: 193007/11203							CNPJ: 00.043.711/0010-34							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2012	12	E	Contrato nº 02/2012	15.726.555/0001-91	04/09/2012	04/03/2013		1						E
2013	9	O	Contrato nº 02/2013	15.726.555/0001-91	04/05/2013			2						A
2013	12	O	Contrato nº 03/2013	15.766.556/0001-60	14/05/2013			1						A
2013	9	O	Contrato nº 03/2013	15.766.556/0001-60	14/05/2013			2						A
<b>Observações:</b> 1. Área 12 – Outras: Telefonista														
<b>LEGENDA</b> <b>Área:</b> segurança; transportes; informática; operagem; recepção; topografia; telecomunicações; manutenção de bens móveis manutenção de bens imóveis Brigadistas Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes Outras							<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							

Fonte: DNOCS/CEST-AL

CEST-PE

## Quadro A.5.2.4 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS EM PERNAMBUCO													
UG/Gestão: 113801/11203						CNPJ: 00043711/0006-58							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	12	O	Nº 004/2013	08584379/0001-36	01.08.2013	01.08.2014	2	1	5	5	6	6	A
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA</b>													
<b>Área:</b>					<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
1.	Segurança;				Recife, 17 de Janeiro de 2014								
2.	Transportes;												
3.	Informática;												
4.	Copeiragem;												
5.	Recepção;												
6.	Reprografia;												
7.	Telecomunicações;												
8.	Manutenção de bens móveis												
9.	Manutenção de bens imóveis												
10.	Brigadistas												
11.	Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes												
12.	Outras												

Fonte: CEST PE

## CEST-MG

Nome: COORDENADORIA ESTADUAL DE MINAS GERAIS – DNOCS – CEST/MG													
UG/Gestão 193010/11203							CNPJ: 00.043.711/0015-11						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	8	O											
<b>Observações:</b>													
<b><u>LEGENDA</u></b>													
<b>Área:</b>				<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.				<b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.					
1. Conservação e Limpeza;				8. Reprografia;				<b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P)					
2. Segurança;				9. Telecomunicações;				<b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no					
3. Vigilância;				10. Manutenção de bens móveis									
4. Transportes;				11. Manutenção de bens imóveis									
5. Informática;				12. Brigadistas									
6. Copeiragem;				13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes									
7. Recepção;				14. Outras									

Fonte: CEST MG

CEST-CE

**Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra**

Unidade Contratante													
Nome: COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NO ESTADO DO CEARÁ-CEST-CE/DNOCS													
UG/GESTÃO:193003/11203							CNPJ:00043711/0005-77						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	11	O	001/2012	05487219/0001-80	01/03/2013	01/03/2014	0	0	18	18	0	0	A
Observações:													
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p><b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p><b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p><b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p> <p><b>Área:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Segurança;</li> <li>2. Transportes;</li> <li>3. Informática;</li> <li>4. Copeiragem;</li> <li>5. Recepção;</li> <li>6. Reprografia;</li> <li>7. Telecomunicações;</li> <li>8. Manutenção de bens móveis</li> <li>9. Manutenção de bens imóveis</li> <li>10. Brigadistas</li> <li>11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes</li> <li>12. Outras</li> </ol>													

Fonte: CEST CE

### 5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

No caso da CEST-PB, o Quadro 5.2.3, Todos os contratos celebrados entre a CEST-PB e as empresas especializadas em Limpeza e Higienização e Vigilância Ostensiva Armada se encontram em andamento e vem sendo cumpridos normalmente todas as cláusulas contratuais, as dificuldades encontradas são por menores, as quais são resolvidas de forma amigável e verbalmente, o único caso de dificuldade encontrada relativo a pagamento de verbas trabalhistas, foi referente a contrato já encerrado e foi conduzido pelo Setor Administrativo da CEST-PB com o apoio da Procuradoria Federal na Paraíba, onde não existe mais nenhuma pendência.

### 5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 30 - A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	138	137	139	151	802.668,91
1.1 Área Fim	47	46	44	48	251.947,09
1.2 Área Meio	91	91	95	103	550.721,82
<b>2. Nível Médio</b>	138	132	134	139	467.528,84
2.1 Área Fim	27	23	22	22	73.352,28
2.2 Área Meio	111	109	112	117	394.176,56
<b>3. Total (1+2)</b>	276	269	273	290	1.270.197,75

**Fonte: DNOCS/CRH**

**6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º127, DE 15/5/2013****6.1 Gestão de Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros****Quadro 31 - Relação da Frota de Veículos DNOCS**

ADM. CENTRAL

ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013							
6.1- Gestão da Frota de Veículos Próprios e Controlados de Terceiros							
Relação da Frota de Veículos do DNOCS- Administração Central							
DESCRIMINAÇÃO POR GRUPOS							
GRUPO IV. VEÍCULOS DE USO COMUM				GRUPO III. VEÍCULOS DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL			
VEÍCULO	PLACA	ANO	KM.RODA	VEÍCULO	PLACA	ANO	KM.RODADOS
PÁLIO	HYL-0166	2008	9.282	ASTRA	NQQ-8803	2008	13.498
PÁLIO	HYL-0186	2008	5.117	BLAZER	HYK-9326	2008	76
PÁLIO	HYL-0206	2008	2.399				
PÁLIO	HYL-0246	2008	7.827				
PÁLIO	HYL-0306	2008	3.849				
PÁLIO	HYL-0326	2008	6.423				
LOGAN	NUZ-7152	2010	21.569				
LOGAN	NUZ-7392	2010	17.198				
RANGER	NQQ-8743	2008/09	15.791				
RANGER	OCL-2212	2011	44.526				
RANGER	OCL-2252	2011	31.262				
RANGER	OCL-2272	2011	37.050				
RANGER	OCL-2562	2011	38.640				
HILUX	NUR-3821	2010	33.201				
HILUX	NUR-3971	2010	34.797				
HILUX	NUR-4651	2010	29.366				
RANGER	NQQ-9013	2008/09	29.348				
<b>TOTAL KM RODADOS</b>			<b>367.645</b>			<b>TOTAL KM RODADOS</b>	<b>13.574</b>
<b>MEDIA KM.GRUPO IV</b>			<b>21.626,18</b>			<b>MEDIA KM.GRUPO III</b>	<b>13.498</b>



Tabela Anual de Médias de Quilometragens e Gastos de Combustíveis

TABELA ANUAL DE QUILOMETRAGEM DE MÉDIA DA FROTA DNOCS							
GRUPOS				TOTAL	KM RODADOS	MÉDIA KM	IDADE MÉDIA
I. VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO				0	0	0	0
II. VEÍCULOS ESPECIAIS				0	0	0	0
III. VEÍCULOS DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL				1	13.498	13.498	5,0
IV. VEÍCULOS DE USO COMUM				17	367.645	21.626,18	3,5
V. VEÍCULOS DE SERVIÇOS ESPECIAIS				0	0	0	0
MÉDIAS TOTAIS POR GRUPOS				<b>18</b>	<b>381.143</b>	<b>10880,58</b>	<b>4,25</b>
GASTOS COMBUSTÍVEL- CONTRATO DNOCS 01/2013							
NOTA FISCAL				COMBUSTÍVEL(L)			
NOTA FISCAL	DATA	PREÇO DO	VALOR(R\$)	GASOLINA	DIESEL	ETANOL	
---	---	---	0	0	0	0	
---	---	---	0	0	0	0	
678	18/03/2013	2,84	1.578,86	430	90	70	
738	15/04/2013	2,79	1.293,50	357	50	70	
768	21/05/2013	2,72	2.705,38	820,43	107,3	70	
826	18/06/2013	2,85	2.146,04	643,50	126	43	
924	16/07/2013	2,81	1.786,00	515	45	90	
967	22/08/2013	2,77	1.695,57	493,19	130,39	0	
1.050	06/09/2013	2,77	1.544,77	455	50	70	
1.198	09/10/2013	2,75	1.548,49	545	0	30	
1.231	07/11/2013	2,76	2.218,16	605	195	40	
1.301	11/12/2013	2,89	1.773,37	448	16	213	
1.336	27/12/2013	2,89	1.421,25	280	211	40	
<b>TOTAL</b>		<b>2,802</b>	<b>18.290,14</b>	<b>5.312,12</b>	<b>809,69</b>	<b>696</b>	
III- TABELA ANUAL DE MÉDIAS DO TRANSPORTE INSTITUCIONAL							
VEÍCULO	KM	MÉDIAS KM/MÊS	(A) LITROS CONSUMID	(B) PREÇO	(A) X (B) MÉDIA (R\$)	MANUTENÇÕES	
ASTRA-NQQ 8803	13.498	1.125	2.097	2,802	5.875,79	398,00	

## CEST-PE\*

<b>Nº</b>	<b>TIPO</b>	<b>PLACA</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
01	Camioneta Hilux	NUR - 4771	Gabinete
02	Camioneta Ranger	OCL - 2502	Setor de Transporte
03	Camioneta L-200	HXW - 5891	Ibimirim
04	Camioneta L - 200	HXK - 3452	Setor de transporte
05	Celta 4p Life	HYC - 1129	Ibimirim
06	Celpe 4p Life	HYC - 2539	Setor de Transporte
07	Corsa Classic 4p	NQW - 6031	Ibimirim
08	Corsa Classic 4p	NQW - 6111	Gabinete
09	Corsa Classic 4p	NQW - 6001	Setor de Transporte
10	Corsa Classic 4p	NQW - 6151	-
11	Corsa Classic 4p	NQW - 5911	-
12	Celta 4p Life	HXE - 8299	Setor de Transporte
13	Caminhão M. Benz	KKB - 5727	Setor de Transporte
14	Caminhoneta L-200	HXW - 5871	Setor de Transporte
15	Caminhoneta Custom D-20	KFQ - 3828	Ibimirim
16	Celta 4p Life	HXE - 8309	Custódia
17	Celta 4p Life	HYC - 0989	Ibimirim
18	Celta 4p Life	HXE - 8349	Serra Talhada
19	Celta 4p Life	HXE - 8099	Salgueiro
20	Celta 4p Life	HXE - 8179	Jucazinho
21	Caminhão VW 8150	HWF - 5363	Ibimirim
22	Ford Cargo	EAR - 8051	-
23	Amarok 4p	PGL - 2017	Gabinete
24	Amarok 4p	PGL - 1577	Tec

\*Informações adicionais desta coordenadoria e da Coordenadoria do DNOCS na Paraíba estão contidas nos anexos deste relatório. (Anexo II)

## CEST-CE

SEDE												
DADOS									DESPESAS			TOTAL
VEÍCULO	INST.	COMUM	PLACA	ANO	KM. RODADOS ANO	(A) PREÇO MÉDIO ANUAL DO LITRO	(B) COMBUSTIVEL ANUAL (L)	IDADE	(A X B) COMBUSTIVE L (R\$)	BRIFICANTE	MANUTENÇÃO (R\$)	
RANGER		x	OCL-2322	2011	34827	2,33	4008	3	R\$ 9.338,64	R\$ 1368,86	R\$ 1756,75	R\$ 12.464,25
RANGER		x	OCL-2342	2011	25825	2,33	3917	3	R\$ 9.126,61	R\$ 638,00	R\$ 1564,16	R\$ 11.328,77
RANGER		x	OCL-2352	2011	35386	2,33	4303	3	R\$ 10.025,99	R\$ 755,78	R\$ 5013,34	R\$ 15.795,11
RANGER		x	OCL-2362	2011	25896	2,33	3850	3	R\$ 8.970,50	R\$ 1068,86	R\$ 9739,33	R\$ 19.778,69
RANGER		x	HYL-0546	2008	-	2,33		6	R\$ 0,00	R\$ 1569,66	R\$ 31371,84	R\$ 32.941,50
CORSA		x	NQU-4031	08/09	-	2,78		6	R\$ 0,00			R\$ 0,00
CORSA		x	NQU-4231	08/09	19752	2,78	2336	6	R\$ 6.494,08	R\$ 895,00	R\$ 1056,75	R\$ 8.445,83
CORSA		x	NQU-4001	08/09	1493	2,78	701	6	R\$ 1.948,78	R\$ 108,00		R\$ 2.056,78
CORSA		x	NQU-4331	08/09	-	2,78		6	R\$ 0,00			R\$ 0,00
CORSA		x	NQU-4441	08/09	15898	2,78	2083	6	R\$ 5.790,74	R\$ 108,00		R\$ 5.898,74
CELTA		x	HXQ-9949	2005	-	2,78		9	R\$ 0,00			R\$ 0,00
CELTA		x	HXE-8399	2005	6017	2,78	516	9	R\$ 1.434,48		R\$ 1100,92	R\$ 2.535,40
HILUX		x	NUR-4031	09/10	37139	2,33	4298	5	R\$ 10.014,34	R\$ 1505,94	R\$ 921,13	R\$ 12.441,41
HILUX		x	NUR-4291	09/10	31207	2,33	3670	4	R\$ 8.551,10	R\$ 71,00	R\$ 4015,74	R\$ 12.637,84
HILUX		x	OSG-1101	12/13	25521	2,33	2696	2	R\$ 6.281,68	R\$ 733,92		R\$ 7.015,60
HILUX		x	OSG-2131	12/13	21876	2,33	2392	2	R\$ 5.573,36	R\$ 183,60		R\$ 5.756,96
L-200		x	HYA-0915	07/08	-	2,33		7	R\$ 0,00	R\$ 263,01	R\$ 23560,73	R\$ 23.823,74
CAMINHÃO		x	HZE-4908	1984	4990	2,33	1960	30	R\$ 4.566,80	R\$ 1080,00	R\$ 4999,24	R\$ 10.646,04
CAMINHÃO		x	MXO-1248	1984	6980	2,33	2920	30	R\$ 6.803,60	R\$ 1191,84	R\$ 235,20	R\$ 8.230,64
CAMINHÃO		x	JGC-5501	2008	21616	2,33	5700	6	R\$ 13.281,00	R\$ 2546,86	R\$ 11923,97	R\$ 27.751,83
BLAZER		x	HYK-9326	2008	0	2,33		6	R\$ 0,00	R\$ 657,18	R\$ 18390,80	R\$ 19.047,98

POÇOS												
DADOS									DESPESAS			
VEÍCULO	INST.	COMUM	PLACA	ANO	KM. RODADOS ANO	(A) PREÇO MÉDIO ANUAL DO LITRO	(B) COMBUSTIVEL ANUAL (L)	IDADE	(A X B) COMBUSTIVEL (R\$)	BRIFICANTE	MANUTENÇÃO (R\$)	TOTAL
CAMINHÃO		X	HUH-9947	1992	6746	2,33	1800	22	R\$ 4.194,00	R\$ 1620,90	R\$ 20272,95	R\$ 26.087,85
CAMINHÃO		X	HUQ-4088	1984	13470	2,33	3751	30	R\$ 8.739,83		R\$ 146,00	R\$ 8.885,83
CAMINHÃO		X	JGC -5471	2008	4090	2,33	1000	6	R\$ 2.330,00	R\$ 2696,53	R\$ 12351,30	R\$ 17.377,83
F-350		X	HIG-7157	09/10	36223	2,33	9690	5	R\$ 22.577,70			R\$ 22.577,70
CARGO		X	EAR- 8391	2007	19610	2,33	4750	7	R\$ 11.067,50	R\$ 1173,60	R\$ 6803,39	R\$ 19.044,49
CAMINHÃO		X	HUH-9277	1992	12540	2,33	751	22	R\$ 1.749,83			R\$ 1.749,83

UNIDADE DE CAMPO COREAU-ACARAU-FORQUILHA												
DADOS												
VEÍCULO	INST.	COMUM	PLACA	ANO	KM. RODADOS ANO	(A) PREÇO MÉDIO ANUAL DO LITRO	(B) COMBUSTIVEL ANUAL (L)	IDADE	(A X B) COMBUSTIVEL (R\$)	BRIFICANTE	MANUTENÇÃO (R\$)	TOTAL
RANGER		X	NRD-3422	08/09	19563	2,33	1907	6	R\$ 4.443,31	R\$ 1015,20	R\$ 2447,12	R\$ 7.905,63
CELTA		X	HUO-3782	2003	11248	2,78	1312	11	R\$ 3.647,36	R\$ 108,00		R\$ 3.755,36
MOTO 125CC		X	HXF-1724	2005	-	2,78		9	R\$ 0,00		R\$ 150,00	R\$ 150,00
MOTO 150CC		X	OHX-0899	12/13	-	2,78		2	R\$ 0,00			R\$ 0,00
MOTO 125CC		X	HXF-2094	2005	9243	2,78	304	9	R\$ 845,12			R\$ 845,12
MOTO 150CC		X	NQO-4171	08/09	V.Q	2,78	20	6	R\$ 55,60			R\$ 55,60
MOTO TITAN150		X	HVH-4951	2004	-	2,78		10	R\$ 0,00			R\$ 0,00
MOTO 150CC		X	OHX-0879	12/13	200	2,78	13	2	R\$ 36,14			R\$ 36,14
MOTO 150CC		X	OHX-0869	12/13	4473	2,78	140	2	R\$ 389,20			R\$ 389,20
MOTO 125CC		X	HXF-1704	2005	-	2,78		9	R\$ 0,00			R\$ 0,00
MOTO 125CC		X	HXF-1984	2005	V.Q	2,78	114	9	R\$ 316,92			R\$ 316,92
MOTO 125CC		X	NQT-6741	2009	3545	2,78	99	5	R\$ 275,22			R\$ 275,22

UNIDADE DE CAMPO DO MEDIO JAGUARIBE – ICÓ												
DADOS												
VEÍCULO	INST.	COMUM	PLACA	ANO	KM. RODADOS ANO	(A) PREÇO MÉDIO ANUAL DO LITRO	(B) COMBUSTIVEL ANUAL (L)	IDADE	(A X B) COMBUSTIVEL (R\$)	BRIFICANTE	MANUTENÇÃO (R\$)	TOTAL
CELTA		X	HXE-8139	2005	V.Q	2,78		9	R\$ 0,00			R\$ 0,00
MOTO XTZ 125		X	HVH-5291	2004	V.Q	2,78	40	10	R\$ 111,20			R\$ 111,20
CORSA		X	HUB-3213	2008	25743	2,78	3020	8	R\$ 8.395,60	R\$ 123,48	R\$ 8782,83	R\$ 17.301,91
RANGER		X	HYB-7392	2007	55278	2,33	6605	7	R\$ 15.389,65	R\$ 1540,98	R\$ 28790,68	R\$ 45.721,31
CELTA		X	HYC-0789	2005	12018	2,78	1439	9	R\$ 4.000,42			R\$ 4.000,42
MOTO 125CC		X	NQT-6671	2009	1800	2,78	90	5	R\$ 250,20			R\$ 250,20
MOTO 125CC		X	NQT-6661	2009	2340	2,78	78	5	R\$ 216,84			R\$ 216,84
MOTO 125CC		X	NQT-6601	2009	2370	2,78	79	5	R\$ 219,62			R\$ 219,62
MOTO 125CC		X	NQT-6781	2009	2100	2,78	80	5	R\$ 222,40			R\$ 222,40
MOTO 150CC		X	OHX-0919	12/13	2100	2,78	70	2	R\$ 194,60			R\$ 194,60
MOTO 150CC		X	OHX-0929	12/13	1800	2,78	50	2	R\$ 139,00			R\$ 139,00
MOTO TITAN150		X	HVH-4911	2004	7700	2,78	279	10	R\$ 775,62			R\$ 775,62
CELTA		X	HXE-8149	2005	6015	2,78	471	9	R\$ 1.309,38			R\$ 1.309,38
MOTO 125CC		X	HXF-2044	2005	V.Q	2,78		9	R\$ 0,00			R\$ 0,00
MOTO 125CC		X	HXF-1924	2005	9404	2,78	311	9	R\$ 864,58			R\$ 864,58
MOTO 125CC		X	HXF-2024	2005	3949	2,78	225	9	R\$ 625,50			R\$ 625,50
MOTO 150CC		X	NQO-4121	08/09	-	2,78		6	R\$ 0,00			R\$ 0,00

UNIDADE DE CAMPO DO BAIXO JAGUARIBE – MORADA NOVA												
DADOS												
VEÍCULO	INST.	COMUM	PLACA	ANO	KM. RODADOS ANO	(A) PREÇO MÉDIO ANUAL DO LITRO	(B) COMBUSTIVEL ANUAL (L)	IDADE	(A X B) COMBUSTIVE L (R\$)	BRIFICANTE	MANUTENÇÃO (R\$)	TOTAL
MOTO CG125		X	HVR-2479	1997	-	2,78		17	R\$ 0,00	R\$ 17,40		R\$ 17,40
UNO MILLE		X	HXQ-8250	2005	1891	2,78	240	9	R\$ 667,20			R\$ 667,20
CELTA		X	HXQ-9989	2005	-	2,78		9	R\$ 0,00			R\$ 0,00
MOTO CG150		X	HWT-4520	2004	6997	2,78	251	10	R\$ 697,78	R\$ 17,40		R\$ 715,18
MOTO TITAN125		X	HXA-2867	2002	2190	2,78	66	12	R\$ 183,48	R\$ 17,40		R\$ 200,88
MOTO 150CC		X	NQO-4161	08/09	3517	2,78	180	6	R\$ 500,40	R\$ 17,40		R\$ 517,80
MOTO TITAN125		X	HXA-2887	2002	5441	2,78	191	12	R\$ 530,98	R\$ 17,40		R\$ 548,38
MOTO 125CC		X	NQT-6691	2009	1569	2,78	61	5	R\$ 169,58	R\$ 34,80		R\$ 204,38
MOTO 125CC		X	NQT-6701	2009	5161	2,78	180	5	R\$ 500,40	R\$ 34,80		R\$ 535,20
MOTO 125CC		X	NQT-6711	2009	3184	2,78	116	5	R\$ 322,48	R\$ 34,80		R\$ 357,28
MOTO 125CC		X	NQT-6731	2009	4140	2,78	215	5	R\$ 597,70	R\$ 17,40		R\$ 615,10
MOTO 150CC		X	OHX-0939	12/13	2422	2,78	106	2	R\$ 294,68	R\$ 34,80		R\$ 329,48
MOTO 150CC		X	OHX-0949	12/13	1697	2,78	65	2	R\$ 180,70	R\$ 34,80		R\$ 215,50
L-200		X	HYA-1065	07/08	25224	2,33	3423	7	R\$ 7.975,59	R\$ 553,20	R\$ 21890,75	R\$ 30.419,54
L-200		X	HXW-5881	05/06	31982	2,33	3385	9	R\$ 7.887,05	R\$ 510,00	R\$ 20095,08	R\$ 28.492,13
MOTO 125CC		X	HXF-1944	2005	V.Q	2,78	55	9	R\$ 152,90	R\$ 17,40		R\$ 170,30
MOTO 125CC		X	HXF-1964	2005	5887	2,78	160	9	R\$ 444,80	R\$ 17,40		R\$ 462,20
MOTO 150CC		X	HVH-4891	2004	11411	2,78	336	10	R\$ 934,08	R\$ 17,40		R\$ 951,48
MOTO 125CC		X	HXF-2104	2005	3156	2,78	164	9	R\$ 455,92	R\$ 17,40		R\$ 473,32
MOTO TITAN150		X	HVH-4931	2004	1098	2,78	43	10	R\$ 119,54	R\$ 17,40		R\$ 136,94
MOTO CG125		X	HVE-4919	1984	183	2,78	17	30	R\$ 47,26	R\$ 17,40		R\$ 64,66
MOTO 150CC		X	OHX-1039	12/13	4271	2,78	120	2	R\$ 333,60	R\$ 34,80		R\$ 368,40

## UNIDADE DE CAMPO BACIA DO CURU – PARAIPABA

DADOS												
VEÍCULO	INST.	COMUM	PLACA	ANO	KM. RODADOS ANO	(A) PREÇO MÉDIO ANUAL DO LITRO	(B) COMBUSTIVEL ANUAL (L)	IDADE	(A X B) COMBUSTIVEL (R\$)	BRIFICANTE	MANUTENÇÃO (R\$)	TOTAL
UNO MILLE		X	HXQ-9370	2005	9934	2,78	772	9	R\$ 2.146,16			R\$ 2.146,16
RANGER		X	HYL-0526	2008	16672	2,33	2072	6	R\$ 4.827,76	R\$ 666,24	R\$ 431,41	R\$ 5.925,41
MOTO TITAN125		X	HXA-2327	2002	530	2,78	15	12	R\$ 41,70			R\$ 41,70
CORSA		X	HUB-8113	2008	23705	2,78	1913	6	R\$ 5.318,14		R\$ 223,19	R\$ 5.541,33
MOTO 125CC		X	NQT-6681	2009	6218	2,78	190	5	R\$ 528,20			R\$ 528,20
MOTO 125CC		X	NQT-6641	2009	2961	2,78	90	5	R\$ 250,20			R\$ 250,20
MOTO 125CC		X	NQT-6721	2009	4420	2,78	135	5	R\$ 375,30			R\$ 375,30
MOTO TITAN150		X	HVH-4971	2004	4597	2,78	149	10	R\$ 414,22			R\$ 414,22
XLR 125		X	HVE-2086	1988	-	2,78		26	R\$ 0,00			R\$ 0,00
UNO MILLE		X	HXQ-8270	2005	6743	2,78	491	9	R\$ 1.364,98	R\$ 495,20	R\$ 3010,84	R\$ 4.871,02
MOTO 150CC		X	NQO-4131	08/09	1137	2,78	36	6	R\$ 100,08			R\$ 100,08
MOTO 150CC		X	HXF-1684	2005	6683	2,78	211	9	R\$ 586,58			R\$ 586,58
MOTO 125CC		X	NQT-6591	2009	4659	2,78	145	5	R\$ 403,10			R\$ 403,10
MOTO 150CC		X	OHX-0989	12/13	4127	2,78	122	2	R\$ 339,16			R\$ 339,16
MOTO 150CC		X	OHX-0959	12/13	410	2,78	21	2	R\$ 58,38			R\$ 58,38
MOTO 150CC		X	OHX-0979	12/13	2175	2,78	70	2	R\$ 194,60			R\$ 194,60

## UNIDADE DE APOIO DE ARARAS NORTE

DADOS												
VEÍCULO	INST.	COMUM	PLACA	ANO	KM. RODADOS ANO	(A) PREÇO MÉDIO ANUAL DO LITRO	(B) COMBUSTIVEL ANUAL (L)	IDADE	(A X B) COMBUSTIVEL (R\$)	BRIFICANTE	MANUTENÇÃO (R\$)	TOTAL
D-10		X	HUQ-2438	1981	-	2,33		33	R\$ 0,00			R\$ 0,00
CORSA		X	HUB-2643	2008	16652	2,78	365	6	R\$ 1.014,70	R\$ 491,15	R\$ 5232,38	R\$ 6.738,23
MOTO CG125CC		X	HUG-9069	1987	-	2,78		27	R\$ 0,00			R\$ 0,00
MOTO 125CC		X	NQT-6651	2009	4801	2,78	165	5	R\$ 458,70			R\$ 458,70
MOTO 125CC		X	NQT-6751	2009	2721	2,78	112	5	R\$ 311,36			R\$ 311,36

UNIDADE DE CAMPO DO ALTO JAGUARIBE – TAUÁ												
DADOS												
VEÍCULO	INST.	COMUM	PLACA	ANO	KM. RODADOS ANO	(A) PREÇO MÉDIO ANUAL DO LITRO	(B) COMBUSTIVEL ANUAL (L)	IDADE	(A X B) COMBUSTIVEL (R\$)	BRIFICANTE	MANUTENÇÃO (R\$)	TOTAL
MOTO 125CC		X	NQT-6621	2009	3620	2,78	125	5	R\$ 347,50			R\$ 347,50
MOTO 125CC		X	NQT-6571	2009	3550	2,78	179	5	R\$ 497,62			R\$ 497,62
MOTO 125CC		X	NQT-6761	2009	7158	2,78	191	5	R\$ 530,98			R\$ 530,98
CORSA		X	NQU-4181	08/09	12311	2,78	1392	6	R\$ 3.869,76			R\$ 3.869,76
RANGER		X	HYQ-0412	2007	43885	2,33	4643	7	R\$ 10.818,19	R\$ 1285,28	R\$ 2341,92	R\$ 14.445,39
MOTO CG125CC		X	HUG-8869	1984	V.Q	2,78	90	30	R\$ 250,20			R\$ 250,20
MOTO 150CC		X	OHX-1029	12/13	1271	2,78	125	2	R\$ 347,50			R\$ 347,50
MOTO 125CC		X	NQT-6631	2009	1270	2,78	61	5	R\$ 169,58			R\$ 169,58
MOTO 150CC		X	OHX-0849	12/13	2775	2,78	124	2	R\$ 344,72			R\$ 344,72
MOTO 125CC		X	HXF-1694	2005	2581	2,78	87	9	R\$ 241,86			R\$ 241,86
CELTA		X	HXE-8029	2005	8116	2,78	649	9	R\$ 1.804,22		R\$ 2092,72	R\$ 3.896,94
MOTO CG125		X	HWW-7029	1988	V.Q	2,78	31	26	R\$ 86,18			R\$ 86,18
MOTO CG125		X	HUG-9029	1985	V.Q	2,78	32	29	R\$ 88,96			R\$ 88,96
MOTO 125CC		X	HXF-1784	2005	248	2,78	116	9	R\$ 322,48			R\$ 322,48
MOTO 125CC		X	HXF-2064	2005	V.Q	2,78	90	9	R\$ 250,20			R\$ 250,20
MOTO 125CC		X	HXF-2084	2005	V.Q	2,78	90	9	R\$ 250,20			R\$ 250,20
MOTO 150CC		X	OHX-0859	12/13	1398	2,78	95	2	R\$ 264,10			R\$ 264,10
MOTO XL125		X	HUG-8999	1988	V.Q	2,78	42	26	R\$ 116,76			R\$ 116,76
MOTO XL125		X	HWW-7049	1988	V.Q	2,78	140	26	R\$ 389,20			R\$ 389,20
MOTO XLR125		X	HVE-2126	1988	2892	2,78	92	26	R\$ 255,76			R\$ 255,76
MOTO 150CC		X	OHX-1019	12/13	731	2,78	25	2	R\$ 69,50			R\$ 69,50



PISCICULTURA V. C. DE FRANÇA - AMANARI - MARANGUAPE												
DADOS												
VEÍCULO	INST.	COMUM	PLACA	ANO	KM. RODADOS ANO	(A) PREÇO MÉDIO ANUAL DO LITRO	(B) COMBUSTIVEL ANUAL (L)	IDADE	(A X B) COMBUSTIVEL (R\$)	BRIFICANTE	MANUTENÇÃO (R\$)	TOTAL
CAMINHÃO		X	HWF-5403	2004	26032	2,33	5745	8	R\$ 13.385,85			R\$ 13.385,85
SAVEIRO		X	HUQ-1558	1989	9570	2,78	1575	25	R\$ 4.378,50			R\$ 4.378,50
MOTO 150CC		X	NQO-4151	08/09	5660	2,78	362	6	R\$ 1.006,36			R\$ 1.006,36
FRONTIER		X	HXO-6697	2005	12846	2,33	1730	9	R\$ 4.030,90			R\$ 4.030,90
D-20		X	HUQ-2258	1987	19490	2,33	3400	27	R\$ 7.922,00			R\$ 7.922,00
CORSA		X	NQU-4111	08/09	21868	2,78	2342	6	R\$ 6.510,76		R\$ 802,62	R\$ 7.313,38

PISCICULTURA OSMAR FONTENELE - JAIBARAS - SOBRAL												
DADOS												
VEÍCULO	INST.	COMUM	PLACA	ANO	KM. RODADOS ANO	(A) PREÇO MÉDIO ANUAL DO LITRO	(B) COMBUSTIVEL ANUAL (L)	IDADE	(A X B) COMBUSTIVEL (R\$)	BRIFICANTE	MANUTENÇÃO (R\$)	TOTAL
CAMINHÃO		X	HUQ-3098	1995	-	2,33		19	R\$ 0,00			R\$ 0,00
D-20		X	HUQ-3118	1995	V.Q	2,33	1003	19	R\$ 2.336,99			R\$ 2.336,99
RANGER		X	HUD-9651	2007	3238	2,33	354	7	R\$ 824,82	R\$ 1363,68	R\$ 20372,51	R\$ 22.561,01
CAMINHÃO		X	HWF-5423	2004	8559	2,33	1932	8	R\$ 4.501,56			R\$ 4.501,56
BLAZER		X	HWU-4651	2000	5879	2,33	674	14	R\$ 1.570,42			R\$ 1.570,42

PISCICULTURA PEDRO AZEVEDO – ICÓ LIMA CAMPOS												
DADOS												
VEÍCULO	INST.	COMUM	PLACA	ANO	KM. RODADOS ANO	(A) PREÇO MÉDIO ANUAL DO LITRO	(B) COMBUSTIVEL ANUAL (L)	IDADE	(A X B) COMBUSTIVE L (R\$)	BRIFICANTE	MANUTENÇÃO (R\$)	TOTAL
D-20		X	HWI-9963	2001	18576	2,33	1840	13	R\$ 4.287,20		R\$ 9583,83	R\$ 13.871,03
CAMINHÃO		X	HXJ-2644	2002	6077	2,33	1580	12	R\$ 3.681,40		R\$ 1801,58	R\$ 5.482,98
CAMINHÃO		X	HUQ-2428	1988	2990	2,33	720	26	R\$ 1.677,60			R\$ 1.677,60
CAMINHÃO		X	HWF-5313	2004	23879	2,33	3795	10	R\$ 8.842,35			R\$ 8.842,35
MOTO 150CC		X	NQO-4181	08/09	-	2,78		6	R\$ 0,00			R\$ 0,00

PISCICULTURA RUI SIMÕES DE MENEZES – CASTANHÃO												
DADOS												
VEÍCULO	INST.	COMUM	PLACA	ANO	KM. RODADOS ANO	(A) PREÇO MÉDIO ANUAL DO LITRO	(B) COMBUSTIVEL ANUAL (L)	IDADE	(A X B) COMBUSTIVE L (R\$)	BRIFICANTE	MANUTENÇÃO (R\$)	TOTAL
CAMINHÃO		X	HWM-0507	2004	10920	2,33	2730	10	R\$ 6.360,90			R\$ 6.360,90
CAMINHÃO		X	HYH-6474	04/05	18600	2,33	3720	10	R\$ 8.667,60			R\$ 8.667,60
D-20		X	HUQ-3418	1995	10160	2,33	1270	19	R\$ 2.959,10			R\$ 2.959,10
S-10		X	HYT-3220	03/04	28688	2,33	3375	11	R\$ 7.863,75			R\$ 7.863,75
CELTA		X	HXE-8169	05/06	17235	2,78	1915	9	R\$ 5.323,70			R\$ 5.323,70
MOTO		X	HYW-4810	03/04	5400	2,78	360	11	R\$ 1.000,80			R\$ 1.000,80

## COMPLEXO CASTANHÃO

COMPLEXO CASTANHÃO												
DADOS												
VEÍCULO	INST.	COMUM	PLACA	ANO	KM. RODADOS ANO	(A) PREÇO MÉDIO ANUAL DO LITRO	(B) COMBUSTIVEL ANUAL (L)	IDADE	(A X B) COMBUSTIVE L (R\$)	LUBRIFICANTE	MANUTENÇÃO (R\$)	TOTAL
MOTO TITAN125		X	HXA-2347	2002	7519	2,78	214	12	R\$ 594,92			R\$ 594,92
CELTA		X	HXE-8059	2005	8166	2,78	638	9	R\$ 1.773,64			R\$ 1.773,64
MOTO 125CC		X	NQT-6771	2009	4203	2,78	155	5	R\$ 430,90			R\$ 430,90
RANGER		X	HYL-0386	2008	-	2,33		6	R\$ 0,00	R\$ 939,24	R\$ 11537,67	R\$ 12.476,91

## MÉDIAS GERAIS

MÉDIA ANUAL GERAL DE KM. RODADOS DA FROTA	8080
IDADE MÉDIA DA FROTA	10 ANOS
MÉDIA DE COMBUSTIVEL ANUAL DA FROTA EM LITROS	1028
DIA TOTAL DE DESPESAS ( COMBÚSTIVEL + LUBRIFICANTE + MANUTENÇÃO )	R\$ 4.719,98
PREÇO MÉDIO ANUAL DA GASOLINA	2,78
PREÇO MÉDIO ANUAL DO ÓLEO DIESEL	2,33

## PREÇO POR LITRO MÊS A MÊS

Fonte ANP

COMBÚSTIVEL	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Gasolina	2,654	2,854	2,846	2,774	2,682	2,848	2,797	2,772	2,756	2,766	2,788	2,893
Óleo Diesel	2,175	2,275	2,333	2,341	2,330	2,337	2,338	2,335	2,345	2,349	2,340	2,471

**QUADRO 6.1 FROTA DE VEÍCULOS DA COORDENADORIA ESTADUAL DE ALAGOAS – CEST/AL**

<b>VEÍCULO</b>	<b>MARCA</b>	<b>ANO/MOD.</b>	<b>PLACA</b>	<b>BM</b>
PICK-UP	CHEVROLET	1983	MUV-8144	065871
CAMINHÃO	MERCEDES BENZ	1983	MUV-7380	066701
CAMINHÃO	MERCEDES BENZ – 1113	1984	MUN-8134	065877
CAMINHÃO	FORD F-4000	1979	MUV- 7370	065176
CAMINHONETE	MITSUBISHI	2004	MVD-9537	122988
CAMINHONETE	MITSUBISHI	2004	MVD-9547	122989
AUTOMÓVEL	VW/PARATI	2004	MUN-2137	122138
MOTOCICLETA	HONDA DCJ 150 JOB	2002	MVA-7406	126188
CAMINHONETE	FORD-RANGER	2007	HYB-7412	132683
CAMINHONETE	FORD-RANGER	2007	HYQ-0432	132889
CAMINHONETE	MITSUBISHI	2007	HYA-0895	133406
CAMINHONETE	FORD-RANGER	2011	OCL-2532	140508
TRATOR P/OBRA	KOMATSU-MOD.D65A6A S/B1215 C/ESCARIFICADOR		-	094535
PÁ CARREGADEIRA	MICHIGAN-MOD. 55 SERIE 4220#205BRC		-	094146
CAMINHONETE	CHEVROLET S10 LS	2013	OHF-0167	141821

## **6.1 Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada**

- a) **Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;**  
- Decreto nº - 6.403, de 17/03/2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais, as Instruções Normativas/MARE/nº. 09/1994 e as Instruções Normativas SLTI/MPOG nº. e 03/2008 .
- b) **Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;**  
- O Serviço de Transporte da CEST-CE tem como objetivo atender as necessidades operacionais das suas unidades de campo, centros de piscicultura, açudes bem como deslocamentos do seu quadro técnico da sede para as cidades do interior do Ceará.
- c) **Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;**  
- Apresentada na planilha anexa. – Relação de Veículos da CEST-CE .
- d) **Total anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na planilha anexa;**  
- Apresentada na planilha anexa. – Gastos de Combustíveis.
- e) **Idade média da frota, por grupo de veículos;**  
- Apresentada na planilha anexa.
- f) **Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);**  
- Apresentada na planilha anexa – Controle de Gastos com Manutenção de Veículos.
- g) **Plano de substituição da frota;**  
- Será realizado após estudo sobre aquisição de veículos em detrimento da locação.
- h) **Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;**  
- A escolha da aquisição foi determinada em função da contingência do orçamento, que flexibilizavam a favor das aquisições, em detrimento da locação de veículos.
- i) **Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.**  
- No tocante à execução contratual, o DNOCS dispõe de servidores designados para acompanhar, fiscalizar e exercer a gestão dos ajustes firmados pela Autarquia, realizando apuração do custo operacional dos veículos, visando identificar os que necessitem de reparos (recuperáveis) ou os passíveis de alienação que, comprovadamente, sejam classificados como antieconômicos ou irrecuperáveis.

## 6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

### 6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 32 - A.6.2.1 – Distribuição Espacial Dos Bens Imóveis De Uso Especial De Propriedade Da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	<b>27</b>	<b>28</b>
	ACARI	1	1
	ASSÚ	4	4
	CAICÓ	3	3
	CRUZETA	2	2
	CURRAIS NOVOS	1	1
	IPANGUAÇÚ	1	1
	JARDIM DO SERIDO	1	1
	JUCURUTU	1	1
	NATAL	1	2
	PAU DOS FERROS	3	3
	RIACHO DA CRUZ	2	2
	SANTA CRUZ	2	2
	SÃO JOÃO DO SABUGI	1	1
	SÃO JOSE DO CAMPESTRE	1	1
	SÃO RAFAEL	1	1
	TANGARA	1	1
	UMARIZAL	1	1
	<b>ALAGOAS</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
	JARAMATAIA	1	1
	PALMEIRA DOS INDIOS	1	1
	SANTANA DO IPANEMA	1	1
	<b>MINAS GERAIS</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
	CORAÇÃO DE JESUS	1	1
	MONTES CLAROS	1	1
	SALINAS	1	1
	<b>PIAUI</b>	<b>25</b>	<b>29</b>
	AMARANTE	1	1
	BENEDITINOS	1	1
	COCAL	2	2
	CRISTINO CASTRO	1	1
	FLORIANO	1	1
	FRONTEIRAS	2	2
	JOAQUIM PIRES	1	1
LUZILÂNDIA	1	1	
OEIRAS	2	2	

	PAULISTANA	1	1
	PEDRO II	1	1
	PIO IX	1	1
	PIRIPIRI	3	3
	SÃO RAIMUNDO NONATO	1	1
	SIMPLICIO MENDES	4	8
	TERESINA	2	2
	<b>MARANHÃO</b>	<b>1</b>	<b>-</b>
	JOSELANDIA	1	-
	<b>PERNAMBUCO</b>	<b>103</b>	<b>103</b>
	ARCOVERDE	1	1
	BELO JARDIM	1	1
	CUSTODIA	37	37
	FLORESTA	1	1
	IBIMIRIM	38	38
	IGUARACI	1	1
	OURICURI	1	1
	PARMANIRIM	1	1
	PEDRA	1	1
	PETROLANDIA	1	1
	RECIFE	2	2
	SALGUEIRO	7	7
	SANTA MARIA	1	1
	SERRA TALHADA	7	7
	SURUBIM	1	1
<b>BRASIL</b>	VERDEJANTE	2	2
	<b>SERGIPE</b>	<b>19</b>	<b>19</b>
	ARACAJU	1	1
	GRACCHO CARDOSO	2	2
	ITABAIANA	6	6
	NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	9	9
	TOBINS BARRETO	1	1
	<b>CEARÁ</b>	<b>77</b>	<b>77</b>
	ACOPIARA	1	1
	ALTO SANTO	1	1
	BANABUIÚ	1	1
	BARRO	1	1
	BREJO SANTO	1	1
	CAMPOS SALES	1	1
	CANINDÉ	2	2
	CARIRIAÇU	1	1
	CARIÚS	1	1
	CHORÓ	1	1
	CRATEÚS	1	1

	CRATO	1	1
	FORQUILHA	1	1
	FORTALEZA	9	9
	G. SAMPAIO	1	1
	GRANJA	1	1
	GUAIÚBA	1	1
	ICO	3	3
	IGUATU	1	1
	IPU	1	1
	IRACEMA	1	1
	IRAUÇUBA	1	1
	JAGUARIBARA	1	1
	JAGUARIBE	2	2
	JAGUARUANA	1	1
	MARANGUAPE	1	1
	MASSAPE	1	1
	MAURITI	1	1
	MIRAÍMA	1	1
	MOMBAÇA	1	1
	MORADA NOVA	2	2
	MORAÚJO	1	1
	NOVA RUSSAS	1	1
	OROS	1	1
	PARAIPABA	1	1
	PENTECOSTE	5	5
	QUIXADA	2	2
	QUIXERAMOBIM	1	1
	RUSSAS	1	1
	S. DO ACARAÚ	1	1
	SANTA QUITÉRIA	1	1
	SENADOR POMPEU	1	1
	SENADOR SÁ	1	1
	SOBRAL	6	6
	TAMBORIL	1	1
	TAUÁ	3	3
	TEJUSSUOCA	1	1
	UMIRIM	1	1
	URUBURETAMA	1	1
	URUOCA	1	1
	VARJOTA	2	2
<b>BRASIL</b>	<b>DISTRITO FEDERAL</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
	BRASÍLIA	2	2
	<b>BAHIA</b>	<b>28</b>	<b>28</b>
	ADUSTINA	1	1



ANAGÉ	2	2
ANDORINHA	1	1
ARACI	2	2
CACULE	1	1
CANUDOS	1	1
CURAÇA	2	2
ITIUBA	2	2
JEREMOABO	1	1
LIVRAMENTO DE N. SENHORA	2	2
RIO DAS CONTAS	1	1
SALVADOR	5	5
SENHOR DO BONFIM	1	1
SERROLANDIA	1	1
TREMEDAL	1	1
TUCANO	3	3
UAUA	1	1
<b>PARAIBA</b>	<b>24</b>	<b>26</b>
BARRA DE SANTA ROSA	1	1
BELEM DO BREJO	1	1
BOQUEIRÃO-PB	1	3
CAJAZEIRAS-PB	2	2
CAMPINA GRANDE-PB	3	3
CONDADO-PB	1	1
COREMAS-PB	2	2
JOÃO PESSOA	1	1
NATUBA	1	1
PIANCO	1	1
POCINHOS-PB	1	1
SANTA LUZIA-PB	1	1
SANTA TEREZINHA	1	1
SAO JOAO DO CAR.	1	1
SÃO MAMEDE-PB	1	1
SOLANEA	1	1
SOLEDADE	1	1
SOUSA	2	2
SUMÉ	1	1
<b>SUBTOTAL BRASIL</b>	<b>312</b>	<b>318</b>
<b>SUBTOTAL EXTERIOR</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL (BRASIL + EXTERIOR)</b>	<b>312</b>	<b>318</b>

## 6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Quadro 33 - A.6.2.2 – Discriminação Dos Bens Imóveis De Propriedade Da União Sob Responsabilidade Da Uj, Exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data de Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
<b>193004</b>	<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>							
	1601.00113.500-9	21	4	6.412.842,23	03/12/12	6.942.761,67	-	-
	1603.00053.500-0	21	4	1.231.085,86	19/02/13	1.573.890,30	-	-
	1603.00054.500-5	8	4	2.451.600,00	19/02/13	1.524.895,20	-	-
	1603.00055.500-0	8	4	17.822,34	31/10/00	-	-	-
	1603.00056.500-6	21	4	374.168,98	25/10/00	-	-	-
	1639.00245.500-4	21	4	2.472,00	03/12/12	13.154.008,74	-	-
	1661.00035.500-9	21	4	20.851,28	02/12/12	1.356.413,47	-	-
	1691.00012.500-5	21	4	175.216,17	19/02/13	202.907,21	-	-
	1711.00003.500-4	21	4	55.097,94	26/12/00	-	-	-
	1719.00012.500-9	21	4	6.911.460,75	19/02/13	686.827,03	-	-
	1761.00379.500-6	21	4	393.458,00	22/05/00	-	-	-
	1787.00140.500-0	21	4	537.758,40	29/01/13	2.110.385,10	-	-
	1787.00141.500-5	21	4	269.245,40	29/01/13	6.519.896,21	-	-
	1811.00004.500-6	21	4	45.522,00	26/12/00	-	-	-
	1811.00005.500-1	21	4	91.045,04	26/12/00	-	-	-
	1823.00031.500-7	21	4	192.035,99	03/12/12	379.626,30	-	-
	1823.00032.500-2	21	4	6.119.146,66	03/12/12	891.332,07	-	-
	1843.00021.500-7	21	4	12.090.000,00	03/12/12	2.254.572,18	-	-
	1853.00003.500-6	21	4	4.000,00	26/12/00	-	-	-
	1877.00018.500-5	21	4	1.193.798,08	03/12/12	672.737,56	-	-
	1887.00008.500-8	21	4	104.765,40	26/12/00	-	-	-
	1639.00234.500-4	21	4	70.395,00	26/12/00	-	-	-
	1639.00235.500-0	21	4	301.146,00	26/12/00	-	-	-
	1659.00139.500-2	21	4	128.682,00	26/12/00	-	-	-
	1659.00140.500-8	21	4	400.000,00	26/12/00	-	-	-
	1787.00139.500-4	21	4	343.286,00	26/12/00	-	-	-
	1839.00009.500-3	21	4	417.616,00	26/12/00	-	-	-
<b>SUBTOTAL</b>				40.354.517,52			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>193007</b>	<b>ALAGOAS</b>							
	2825.00017.500-2	21	2	1.200.000,00	20/07/12	2.811.115,93	-	-
	2859.00015.500-6	5	3	541.000,00	20/07/12	1.691.068,25	-	-
	2773.00003.500-0	1	1	1.186.123,02	20/07/12	1.238.895,52	-	-
<b>SUBTOTAL</b>						5.741.079,70	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>193010</b>	<b>MINAS GERAIS</b>							
	4865.00030.500-3	21	4	496.950,51	08/02/12	5.075.700,51	-	-
	4375.00005.500-2	5	4	87.469,88	8/2/12	202.835,32	-	-
	5139.00004.500-3	5	4	207.366,92	8/2/12	1.000.977,92	-	-
<b>SUBTOTAL</b>						6.279.513,75	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>193001</b>	<b>PIAUI</b>							
	1009.00007.500-0	14	6	48.596,53	07/12/04	-	-	-
	1031.00004.500-0	21	6	12.298,82	07/12/04	-	-	-
	1053.00004.500-0	21	6	2.955,00	07/12/04	-	-	-
	1053.00005.500-6	21	6	23.560,80	07/12/04	-	-	-
	1061.00320.500-0	21	6	3.960.148,00	07/12/04	-	-	-
	1077.00043.500-0	14	6	22.456,36	07/12/04	-	-	-
	1085.00027.500-4	21	6	172.060,77	07/12/04	-	-	-
	1085.00028.500-0	21	6	5.300,00	07/12/04	-	-	-
	1107.00009.500-0	21	6	18.495,00	07/12/04	-	-	-
	1115.00258.500-6	21	6	1.880.547,64	07/12/04	-	-	-
	1139.00016.500-7	21	6	10.743,12	07/12/04	-	-	-
	1139.00017.500-2	21	6	22.818,18	07/12/04	-	-	-
	1155.00015.500-3	21	6	192.293,21	07/12/04	-	-	-
	1157.00009.500-7	21	6	29.074,00	07/12/04	-	-	-
	1163.00008.500-6	21	6	125.124,50	07/12/04	-	-	-
	1167.00215.500-4	21	6	921.697,82	07/12/04	-	-	-
	1167.00216.500-0	21	6	88.143,00	07/12/04	-	-	-
	1167.00217.500-5	21	6	102.422,45	07/12/04	-	-	-
	1211.00010.500-0	21	6	33.311,84	07/12/04	-	-	-
	1215.00174.500-6	8	6	7.100,00	07/12/04	-	-	-
	1215.00175.500-1	21	6	3.048,00	07/12/04	-	-	-
	1215.00177.500-2	8	6	17.000,00	07/12/04	-	-	-
	1215.00181.500-4	21	6	1.226.206,05	07/12/04	-	-	-
	1219.00148.500-7	21	6	30.600,00	07/12/04	-	-	-
	1219.00149.500-2	21	6	821.520,00	07/12/04	-	-	-
	0811.00001.500-4	21	3	4.661.800,00	08/10/13	-	-	-
<b>SUBTOTAL</b>				12.374.595,04			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

113801	PERNAMBUCO							
	2323.00020.500-0	21	5	174.498,10	17/11/03	-	-	-
	2333.00138.500-0	21	5	19.572,93	01/07/03	-	-	-
	2401.00259.500-6	21	5	58.679,45	25/07/03	-	-	-
	2401.00260.500-1	21	5	115.886,58	25/07/03	-	-	-
	2401.00261.500-7	21	5	992,05	25/07/03	-	-	-
	2401.00262.500-2	21	5	9.343,75	25/07/03	-	-	-
	2401.00263.500-8	21	5	18.565,00	25/07/03	-	-	-
	2401.00264.500-3	21	5	69.215,95	25/07/03	-	-	-
	2401.00265.500-9	21	5	108.975,00	25/07/03	-	-	-
	2401.00266.500-4	21	5	47.093,75	25/07/03	-	-	-
	2401.00267.500-0	21	5	107.914,04	25/07/03	-	-	-
	2401.00268.500-5	21	5	64.070,61	25/07/03	-	-	-
	2401.00269.500-0	21	5	96.408,49	25/07/03	-	-	-
	2401.00270.500-6	21	5	61.685,81	25/07/03	-	-	-
	2401.00271.500-1	21	5	44.368,00	25/07/03	-	-	-
	2401.00272.500-7	21	5	18.456,40	25/07/03	-	-	-
	2401.00273.500-2	21	5	66.525,23	25/07/03	-	-	-
	2401.00274.500-8	21	5	14.936,04	25/07/03	-	-	-
	2401.00275.500-3	21	5	77.708,38	25/07/03	-	-	-
	2401.00276.500-9	21	5	44.352,10	25/07/03	-	-	-
	2401.00277.500-4	21	5	209.140,00	25/07/03	-	-	-
	2401.00278.500-0	21	5	34.116,25	25/07/03	-	-	-
	2401.00279.500-5	21	5	39.459,13	25/07/03	-	-	-
	2401.00280.500-0	21	5	19.909,44	25/07/03	-	-	-
	2401.00281.500-6	21	5	13.760,68	25/07/03	-	-	-
	2401.00282.500-1	21	5	2.919,00	25/07/03	-	-	-
	2401.00283.500-7	21	5	2.639,45	25/07/03	-	-	-
	2401.00284.500-2	21	5	2.252,91	25/07/03	-	-	-
	2401.00285.500-8	21	5	18.381,36	25/07/03	-	-	-
	2401.00286.500-3	21	5	112.391,33	25/07/03	-	-	-
	2401.00287.500-9	21	5	36.460,43	25/07/03	-	-	-
	2401.00288.500-4	21	5	67.168,75	25/07/03	-	-	-
	2401.00289.500-0	21	5	129.434,69	25/07/03	-	-	-
	2401.00291.500-0	21	5	26.414,91	25/07/03	-	-	-
	2401.00293.500-1	21	5	28.435,00	25/07/03	-	-	-
	2401.00294.500-7	21	5	63.093,40	25/07/03	-	-	-
	2401.00299.500-4	21	5	51.988,00	25/07/03	-	-	-
	2401.00304.500-0	21	5	7.973,11	25/07/03	-	-	-
	2401.00334.500-3	21	5	37.574,94	25/07/03	-	-	-
	2413.00040.500-9	21	5	1.792,44	25/07/03	-	-	-
	2413.00643.500-5	21	5	95.994,35	25/07/03	-	-	-
	2431.00644.500-0	21	5	16.427,59	25/07/03	-	-	-
	2431.00645.500-6	21	5	15.351,01	25/07/03	-	-	-
	2431.00646.500-1	21	5	92.154,57	25/07/03	-	-	-
	2431.00647.500-7	21	5	92.154,57	25/07/03	-	-	-

	2431.00648.500-2	21	5	159.942,99	25/07/03	-	-	-
	2431.00649.500-8	21	5	70.428,84	25/07/03	-	-	-
	2431.00651.500-9	21	5	66.634,79	25/07/03	-	-	-
	2431.00652.500-4	21	5	92.154,57	25/07/03	-	-	-
	2431.00654.500-5	21	5	51.286,88	25/07/03	-	-	-
	2431.00657.500-1	21	5	156.134,82	25/07/03	-	-	-
	2431.00658.500-7	21	5	52.956,06	25/07/03	-	-	-
	2431.00659.500-2	21	5	77.380,77	25/07/03	-	-	-
	2431.00660.500-8	21	5	24.742,08	25/07/03	-	-	-
	2431.00662.500-9	21	5	93.600,90	25/07/03	-	-	-
	2431.00663.500-4	21	5	101.538,21	25/07/03	-	-	-
	2431.00664.500-0	21	5	57.945,43	25/07/03	-	-	-
	2431.00665.500-5	21	5	88.314,80	25/07/03	-	-	-
	2431.00666.500-0	21	5	64.256,37	25/07/03	-	-	-
	2431.00667.500-6	21	5	53.104,44	25/07/03	-	-	-
	2431.00670.500-2	21	5	21.868,16	25/07/03	-	-	-
	2431.00671.500-8	21	5	80.635,25	25/07/03	-	-	-
	2431.00672.500-3	21	5	1.101,51	25/07/03	-	-	-
	2431.00673.500-9	21	5	27.237,17	25/07/03	-	-	-
	2431.00674.500-4	21	5	24.495,34	25/07/03	-	-	-
	2431.00675.500-0	21	5	7.649,68	25/07/03	-	-	-
	2431.00677.500-0	21	5	745.250,50	25/07/03	-	-	-
	2431.00683.500-3	21	5	336.777,89	25/07/03	-	-	-
	2431.00685.500-4	21	5	8.834,07	25/07/03	-	-	-
	2431.00688.500-0	21	5	48.822,85	25/07/03	-	-	-
	2431.00690.500-1	21	5	13.785,29	25/07/03	-	-	-
	2431.00692.500-2	21	5	19.219,97	25/07/03	-	-	-
	2431.00694.500-3	21	5	20.174,27	25/07/03	-	-	-
	2431.00696.500-4	21	5	53.002,49	25/07/03	-	-	-
	2431.00698.500-5	21	5	66.236,38	25/07/03	-	-	-
	2431.00700.500-4	21	5	66.236,38	25/07/03	-	-	-
	2431.00703.500-0	21	5	43.820,44	25/07/03	-	-	-
	2431.00705.500-1	21	5	56.535,56	25/07/03	-	-	-
	2437.00001.500-3	21	5	18.495,47	25/07/03	-	-	-
	2497.00019.500-5	21	5	2.597,43	25/07/03	-	-	-
	2507.00022.500-2	21	5	42.726,23	25/07/03	-	-	-
	2515.00008.500-7	21	5	5.660,36	25/07/03	-	-	-
	2519.00034.500-1	21	5	190.484,84	25/07/03	-	-	-
	2531.00602.500-8	21	5	869.879,85	25/07/03	-	-	-
	2531.00784.500-9	21	5	94.590,00	25/07/03	-	-	-
	2543.00027.500-6	21	5	19.286,80	25/07/03	-	-	-
	2543.00028.500-1	21	5	5.726,67	25/07/03	-	-	-
	2543.00029.500-7	21	5	44.894,80	25/07/03	-	-	-
	2543.00030.500-2	21	5	37.679,22	25/07/03	-	-	-
	2543.00036.500-5	21	5	45.762,75	25/07/03	-	-	-

	2543.00038.500-6	21	5	72.384,46	25/07/03	-	-	-
	2543.00040.500-7	21	5	15.295,18	25/07/03	-	-	-
	2551.00046.500-0	21	5	38.986,23	25/07/03	-	-	-
	2577.00224.500-1	21	5	148.695,00	25/07/03	-	-	-
	2577.00226.500-2	21	5	119.715,00	25/07/03	-	-	-
	2577.00228.500-3	21	5	508.823,36	25/07/03	-	-	-
	2577.00229.500-9	21	5	79.618,75	25/07/03	-	-	-
	2577.00231.500-0	21	5	70.969,16	25/07/03	-	-	-
	2577.00239.500-3	21	5	37.287,49	25/07/03	-	-	-
	2577.00241.500-4	21	5	19.207,19	25/07/03	-	-	-
	2589.00006.500-0	21	5	37.388,22	25/07/03	-	-	-
	2621.00038.500-1	21	5	2.689,48	25/07/03	-	-	-
	2621.00039.500-7	21	5	39.081,76	25/07/03	-	-	-
<b>SUBTOTAL</b>				7.856.665,82			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>193008</b>	<b>SERGIPE</b>							
	3105.00144.500-0	15	4	328,927,86	26/09/00	-	-	-
	3157.00020.500-8	15	6	25.387,84	28/09/00	-	-	-
	3157.00021.500-3	15	6	25.387,84	20/09/00	-	-	-
	3157.00022.500-9	15	6	11.988,75	20/09/00	-	-	-
	3157.00023.500-4	15	6	6.361,91	28/09/00	-	-	-
	3157.00024.500-0	15	6	14.632,40	28/09/00	-	-	-
	3157.00025.500-5	15	6	20.517,17	28/09/00	-	-	-
	3247.00006.500-0	20	4	9.225,95	28/09/00	-	-	-
	3151.00005.500-7	15	4	10.683,10	28/09/00	-	-	-
	3151.00006.500-2	15	4	7.165,91	28/09/00	-	-	-
	3189.00048.500-9	5	4	204.640,27	28/09/00	-	-	-
	3189.00042.500-6	15	4	89.799,60	28/09/00	-	-	-
	3189.00040.500-5	14	4	63.450,63	28/09/00	-	-	-
	3189.00041.500-0	14	7	40.246,93	28/09/00	-	-	-
	3189.00043.500-1	14	7	40.246,93	28/09/00	-	-	-
	3189.00044.500-7	14	7	40.246,93	28/09/00	-	-	-
	3189.00045.500-2	14	7	40.246,93	28/09/00	-	-	-
	3189.00046.500-8	14	7	40.246,93	28/09/00	-	-	-
	3189.00047.500-3	14	7	40.246,93	28/09/00	-	-	-
<b>SUBTOTAL</b>				730.722,95			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

193003	CEARÁ							
	0993.00015.500-1	21	4	8.737.750,00	03/09/01	-	-	-
	1233.00043.500-1	21	4	7.868.021,79	03/09/01	-	-	-
	1251.00004.500-7	21	4	10.201,92	03/09/01	-	-	-
	1263.00003.500-5	21	4	1.360.626,59	03/09/01	-	-	-
	1277.00002.500-0	21	4	1.212.714,50	03/09/01	-	-	-
	1305.00002.500-9	21	4	236.728,00	03/09/01	-	-	-
	1339.00004.500-4	21	4	351.289,45	03/09/01	-	-	-
	1349.00005.500-7	21	4	2.284.618,77	03/09/01	-	-	-
	1353.00007.500-6	21	4	16.138.126,26	03/09/01	-	-	-
	1355.00025.500-0	21	4	624,00	03/09/01	-	-	-
	1355.00026.500-6	21	4	59.586,81	03/09/01	-	-	-
	1363.00005.500-2	21	4	867.667,18	03/09/01	-	-	-
	1365.00063.500-5	21	4	298.433,97	03/09/01	-	-	-
	1383.00015.500-1	21	4	1.276.333,68	03/09/01	-	-	-
	1385.00031.500-5	21	4	1.809.307,18	03/09/01	-	-	-
	1389.00385.500-3	21	4	1.616.022,42	03/09/01	-	-	-
	1389.00528.500-0	21	4	2.516.415,49	21/01/13	13.396.780,18	-	-
	1389.00531.500-6	21	4	44.875,15	03/09/01	-	-	-
	1389.00456.500-9	8	4	355.612,95	30/07/12	963.861,20	-	-
	1393.00024.500-8	21	4	4.673.875,15	03/09/01	-	-	-
	1395.00010.500-8	21	4	3.500,00	03/09/01	-	-	-
	1409.01274.500-0	21	4	1.966.497,10	03/09/01	-	-	-
	1409.01275.500-6	21	4	76.223,26	03/09/01	-	-	-
	1409.01276.500-1	21	4	7.144.493,39	03/09/01	-	-	-
	1411.00020.500-8	21	4	3.305.143,48	03/09/01	-	-	-
	1417.00015.500-0	21	4	689.520,00	03/09/01	-	-	-
	1421.00020.500-5	21	4	708.767,14	03/09/01	-	-	-
	1423.00009.500-1	21	4	306.680,63	03/09/01	-	-	-
	1437.00003.500-9	12	8	145,00	03/09/01	-	-	-
	1439.00033.500-9	21	4	93.612,29	03/09/01	-	-	-
	1439.00034.500-4	21	4	14.188,81	03/09/01	-	-	-
	1441.00128.500-7	21	4	691.160,84	03/09/01	-	-	-
	1455.00051.500-9	21	4	171.930,60	03/09/01	-	-	-
	1461.00005.500-2	21	4	15.895,33	03/09/01	-	-	-
	1463.00109.500-4	21	4	465.350,74	03/09/01	-	-	-
	1471.00005.500-0	21	4	1.503.478,26	03/09/01	-	-	-
	1475.02092.500-2	21	4	11.303.259,43	03/09/01	-	-	-
	1475.02093.500-8	21	4	42.309,81	03/09/01	-	-	-
	1477.00003.500-8	21	4	4.385,41	03/09/01	-	-	-
	1487.00007.500-7	21	4	574.474,96	03/09/01	-	-	-
	1491.00156.500-6	21	4	1.513.240,68	03/09/01	-	-	-
	1515.00569.500-2	21	4	6.274.857,76	03/09/01	-	-	-
	1515.00570.500-8	21	4	1.046.543,33	03/09/01	-	-	-
	1515.00571.500-3	21	4	50.424,51	03/09/01	-	-	-

	1515.00572.500-9	21	4	1.383.115,82	03/09/01	-	-	-
	1527.00087.500-6	21	4	750.072,30	03/09/01	-	-	-
	1527.00088.500-1	21	4	218.422,81	03/09/01	-	-	-
	1529.00043.500-2	21	4	1.356.226,37	03/09/01	-	-	-
	1537.00043.500-3	21	4	861.633,33	03/09/01	-	-	-
	1541.00006.500-0	21	4	6.620,95	03/09/01	-	-	-
	1545.00005.500-7	21	4	4.106.260,47	03/09/01	-	-	-
	1555.00017.500-0	21	4	924.400,22	03/09/01	-	-	-
	1557.00004.500-5	21	4	8.020,87	03/09/01	-	-	-
	1559.00375.500-0	21	4	212.325,54	03/09/01	-	-	-
	1559.00376.500-5	21	4	6.371.389,54	03/09/01	-	-	-
	1559.00377.500-0	21	4	15.372,32	03/09/01	-	-	-
	1559.00378.500-6	21	4	25.926,33	03/09/01	-	-	-
	1559.00379.500-1	21	4	1.795,46	03/09/01	-	-	-
	1559.00380.500-7	21	4	34.407,44	03/09/01	-	-	-
	1565.00005.500-1	21	4	658.868,82	03/09/01	-	-	-
	1567.00488.500-5	21	4	10.251.001,25	03/09/01	-	-	-
	1567.00489.500-0	21	4	711.609,06	03/09/01	-	-	-
	1567.00490.500-6	21	4	841.242,23	03/09/01	-	-	-
	1577.00004.500-0	21	4	177.098,71	03/09/01	-	-	-
	1579.00004.500-6	21	4	325.847,90	03/09/01	-	-	-
	1591.00325.500-0	21	4	4.010.823,32	03/09/01	-	-	-
	1599.01491.500-2	21	4	15.011.007,16	03/09/01	-	-	-
	9855.00004.500-1	21	4	1.123.896,27	03/09/01	-	-	-
	9857.00099.500-6	21	4	1.644.389,00	03/09/01	-	-	-
	9857.00100.500-0	21	4	6.933.890,85	03/09/01	-	-	-
<b>SUBTOTAL</b>				144.345.434,88			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>193002</b>	<b>ADM.CENTRAL (LOCALIZADOS NO CEARÁ E DISTRITO FEDERAL)</b>							
<b>CEARÁ</b>	1313.00005.500-6	21	3	1.639.117,15	16/10/12	2.155.813,96	-	-
	1389.00453.500-2	8	4	864.164,19	31/07/12	864.994,05	-	-
	1389.00455.500-3	21	3	593.253,76	06/08/12	2.583.874,29	-	-
	1389.00457.500-4	8	3	114.904,04	31/07/12	516.700,78	-	-
	1389.00458.500-0	21	2	6.713.922,50	10/08/12	14.480.267,81	-	-
	1389.00459.500-5	21	3	284.395,95	06/08/12	860.138,93	-	-
	1515.00573.500-4	4	21	31.512.366,92	06/09/12	42.747.813,43	-	-
<b>DISTRITO FEDERAL</b>	9701.22445.500-3	9	3	394.308,00	14/05/12	646.745,04	-	-
	9701.22447.500-4	3	3	704.229,60	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL</b>						64.856.348,29	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>193009</b>	<b>BAHIA</b>							
	3085.00251.500-3	21	5	1.300.540,40	26/12/00	-	-	-
	3255.00003.500-5	14	5	1.609.144,11	26/12/00	-	-	-
	3253.00006.500-5	14	5	192.663,71	26/12/00	-	-	-
	3223.00005.500-4	14	5	47.782,08	26/12/00	-	-	-
	3323.00006.500-0	14	5	48.723.357,03	26/12/00	-	-	-
	3341.00027.500-2	14	5	546.477,08	26/12/00	-	-	-
	3341.00028.500-8	14	5	7.165,36	26/12/00	-	-	-
	3399.00003.500-3	14	5	587.297,24	26/12/00	-	-	-



	3497.00018.500-5	21	5	74.659,96	26/12/00	-	-	-
	3497.00019.500-0	21	5	4.327.837,76	26/12/00	-	-	-
	3641.00127.500-5	21	5	881.737,13	26/12/00	-	-	-
	3641.00128.500-0	21	5	119.909,77	26/12/00	-	-	-
	3663.00087.500-0	8	4	57.325,00	26/12/00	-	-	-
	3691.00010.500-5	8	4	450.000,00	03/05/12	-	-	-
	3691.00012.500-6	21	5	11.085.830,53	26/12/00	-	-	-
	3835.00032.500-7	21	5	1.102.404,63	26/12/00	-	-	-
	3849.00545.500-6	4	4	47.116,36	26/12/00	-	-	-
	3849.00546.500-1	14	5	156.162,19	26/12/00	-	-	-
	3849.00547.500-7	8	5	938.090,27	26/12/00	-	-	-
	3849.00549.500-8	21	3	3.070.293,99	26/12/00	-	-	-
	3849.00597.500-0	8	6	66.464,00	26/12/00	-	-	-
	3901.00018.500-2	14	5	8.385.807,91	26/12/00	-	-	-
	3911.00007.500-7	14	5	123.033,39	26/12/00	-	-	-
	3935.00005.500-6	14	5	195.013,52	26/12/00	-	-	-
	3937.00004.500-7	23	3	3.284,35	26/12/00	-	-	-
	3937.00004.500-2	23	3	75.393,16	26/12/00	-	-	-
	3937.00005.500-8	23	3	3.264,35	26/12/00	-	-	-
	3939.00008.500-5	8	4	2.582.741,56	26/12/00	-	-	-
<b>SUBTOTAL</b>				86.760.796,84			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>193005</b>	<b>PARAIBA</b>							
	2051.00110.500-6	21	2	4.053.314,78	04/06/79	-	-	-
	1975.00278.500-0	21	5	1.049.247,38	02/01/01	-	-	-
	1933.00006.500-4	23	7	34.474,39	12/07/01	-	-	-
	1941.00005.500-0	23	8	115.777,08	02/01/01	-	-	-
	1951.00315.500-2	21	3	72.543,14	02/01/01	-	-	-
	2127.00005.500-9	16	4	182.526,28	12/07/01	-	-	-
	2169.00005.500-4	21	2	77.494,26	12/07/01	-	-	-
	2221.00006.500-1	21	4	131.004,37	12/07/01	-	-	-
	2223.00004.500-7	21	4	4.053.314,78	02/01/01	-	-	-
	2225.00737.500-9	21	3	1.619.489,54	21/10/78	-	-	-
	1975.00279.500-5	21	4	7.051.130,30	02/01/01	-	-	-
	1981.00037.500-3	21	2	53.269,84	02/01/01	-	-	-
	1981.00038.500-9	21	2	558.867,02	02/01/01	-	-	-
	2099.00002.500-3	21	2	681.090,88	02/01/01	-	-	-
	2227.00119.500-5	21	2	7.504.878,05	04/07/13	-	-	-
	1991.00136.500-9	21	2	4.741.325,06	02/01/01	-	-	-
	1997.00324.500-0	21	2	10.151.486,65	02/01/01	-	-	-
	1997.00325.500-5	21	2	3.445.109,70	02/01/01	-	-	-
	2177.00003.500-4	21	2	16.367,42	02/01/01	-	-	-
	2181.00005.500-3	21	2	46.860,78	02/01/01	-	-	-
	2199.00003.500-5	21	2	13.140,89	02/01/01	-	-	-
	2141.00005.500-4	21	2	149.004,45	02/01/01	-	-	-
	2225.00736.500-3	21	2	29.207.871,87	02/01/01	-	-	-
	1981.00039.500-4	21	2	1.049.247,38	02/01/01	-	-	-
<b>SUBTOTAL</b>				76.058.836,29			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>							<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## **Análise Crítica**

Ao longo de 2013, o setor de Patrimônio da Administração Central do DNOCS realizou viagens as Coordenadorias Estaduais para identificar falhas na gestão de imóvel, bem como regularizar a situação do SPIUnet.

Na ocasião foram identificados imóveis com registros duplicados e outros registrados incorretamente, especialmente nos estados de Sergipe, Paraíba e Piauí. Com a resolução do problema citado ocorreu a redução do número de RIPS em 2013, conforme pode ser observado no Quadro 6.2.1.

Porém, ainda restam retirar do sistema os RIPS: 1389.00385.500-3, 1389.00531.500-6, 3189.00040.500-5, 3189.00041.500-0, 3189.00043.500-1, 3189.00044.500-7, 3189.00045.500-2, 3189.00046.500-8 e 3189.00047.500-3. Os dois primeiros representam a estrutura que hoje abriga o Aquário do Ceará, os demais apresentam-se como imóveis em Nossa Senhora da Glória/SE que foram registrados indevidamente. Ambos tem processos para apurar e regularizar a sua situação: o processo nº 59400.007058/2010-02, para os dois primeiros e 59414.000127/2013-32 para os demais o processo:

Nas visitas, também foram identificados que alguns imóveis não encontram-se cadastrados no sistema SPIUnet. Para sanar a situação, em 2013, foi cadastrado o imóvel em Joselandia/MA e ao longo de 2014 será reunido documentação para o cadastro dos imóveis restantes.

### **6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ**

#### **Análise Crítica**

Em relação aos imóveis funcionais, foram realizadas consultas a Ouvidoria do TCU sob o número 182647 e 182607, bem como a Secretaria do Patrimônio da União no dia 20 de janeiro de 2013, buscando identificar quais imóveis podem ser classificados como funcionais.

As duas instituições informaram que o Decreto nº 980 de 11 de novembro de 1993, regula tal tipo de imóvel. Ao analisar a referida legislação, entende-se que o DNOCS não possui imóveis funcionais, tendo em vista que a autarquia não possui imóveis residenciais dedicados a ocupação de servidores nos cargos DAS 4, 5, 6, Natureza Especial, Ministro, ou cargos equivalentes para fins de exercício de atividade.

Ressalto que o DNOCS não possui regulamento interno que trate de imóveis funcionais, existindo apenas a resolução DC/DNOCS nº 02 de 27 de janeiro de 2010 que trata de imóveis operacionais e não operacionais.

### 6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 34 - A.6.3– Distribuição Espacial Dos Bens Imóveis De Uso Especial Locados De Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros desta	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	SERGIPE	1	0
	Aracaju	1	0
Subtotal Brasil		1	0
EXTERIOR		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	0

#### Análise Crítica

Consta em 2013 no Quadro A.6.3 um imóvel em Aracaju/SE locado de terceiro. De acordo com a chefe do setor administrativo da CEST, a Coordenadoria ocupava as instalações do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) até o ano de 2012.

Em 2013, esse ministério retomou o imóvel, através de decisão da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal em Brasília/DF. O processo nº 00450.000298/2009-04 retrata o caso.

Assim, devido a urgência em desocupar o imóvel e carência de recursos para adquirir sede própria, a Coordenadoria iniciou o processo nº 59414. 000027/2012-25, que culminou no aluguel do imóvel da sede da CEST.

## 7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013

### 7.1 Gestão da tecnologia da informação (TI).

<b>Quadro 35 - A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Quesitos a serem avaliados</b>	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). <span style="float: right;">Qual(is)?</span>
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:</b>	

	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
	( 4 ) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	( 4 ) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	( 4 ) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	( 4 ) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	( 4 ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	( 4 ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
X	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	

Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.

### **7.1.1 Análise Crítica**

O DNOCS tem considerando a TI como estratégica para o alcance dos objetivos. Para tanto tem buscado se apoiar nas boas práticas de gestão e modernização do parque tecnológico, disponibilizando informações e conhecimento que viabilizem a geração de cenários decisórios.

O ano de 2013 representou a manutenção em relação às condições expostas em 2012 no que diz respeito à falta de carreira própria estruturada para a área de TI, ausência de concurso público e orçamento compatível com o porte da Autarquia e às demandas dos cidadãos, além do setor estar estruturado num nível organizacional mais baixo (Serviço de Informática).

Ressalta-se, no entanto, o comprometimento com a melhoria dos mecanismos de governança corporativa e de TI, com o início dos trabalhos relativos à: formalização da equipe de tratamento e respostas à incidentes, gestão de riscos de segurança da informação, processo de inventário de ativos da informação, manutenção dos comitês de TI e segurança da informação, bem como elaboração do novo Plano Estratégico de TI – Plano Diretor de TI (2013-2015).

Vale destacar também a execução de alguns projetos que visam ampliar e fortalecer os mecanismos de controle e gestão: sala de situação (ferramenta gerencial de apoio à tomada de decisão em nível estratégico) e o projeto de gestão eletrônica documental (digitalização do passivo documental e automação de processos de negócio).

## 8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013

### 8.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis					
Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				X	
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	Equipamentos com eficiência energética, exigência de cadastro junto a órgãos ambientais (quando aplicável), uso de materiais reciclados para as embalagens (quando aplicável), exigência de gerenciamento dos resíduos do processo produtivo, respeito aos limi				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e s				X	
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	Dependendo do caso, certificação INMETRO, conforme NBR 15448-1 E 15448-2 e Selo Procel.				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				X	
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	Estão sendo adquiridas lâmpadas econômicas com objetivos de enonomizarmos energia. Ressaltamos que obtivemos uma redução de 16,27% no consumo em 2013 comparando com 2012.				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				X	

· Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	<b>Foi empenhado em 2013 conforme Proc. 59400.002885/2013-44 a quantidade de 4.971 resmas de papel A4 reciclado para serem utilizados em 2014.</b>				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	<input checked="" type="checkbox"/>				
· Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	<b>Sim ( )</b>			<b>Não ( )</b>	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).			<input checked="" type="checkbox"/>		
· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	<b>Nos Termos de Referência constam campos específicos para detalhamento deste critério de sustentabilidade.</b>				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.			<input checked="" type="checkbox"/>		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materi			<input checked="" type="checkbox"/>		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			<input checked="" type="checkbox"/>		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.			<input checked="" type="checkbox"/>		
· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	<b>Ocorreram palestras realizadas pela Cagece (Educação Ambiental no dia 11/07/2013) e pela ONG Engenheiro Sem Fronteiras (Sustentabilidade Ambiental no dia 03/10/2013). Foram distribuídos folders educativos nestas palestras referentes aos temas das mesmas.</b>				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.			<input checked="" type="checkbox"/>		
· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	<b>Foram realizadas campanhas: Redução do Consumo de Água (folders); Adote seu Copo (folders); Desligue o Computador e Monitor ao Sair (foram colocados adesivo informativo nos computadores).</b>				



Considerações Gerais: as questões, à exceção do item número 10, foram respondidas pela Coordenação de Recursos Logísticos - Material e Patrimônio, da Administração Central. A chefia deste setor também faz parte da comissão interna para coleta seletiva so

#### **LEGENDA**

##### **Níveis de Avaliação:**

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

## 8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

<b>Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água</b>						
<b>Adesão a Programas de Sustentabilidade</b>						
<b>Nome do Programa</b>	<b>Adesão</b>			<b>Resultados</b>		
PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE NO DNOCS	2013			Com a implantação deste programa conseguimos reduzir o consumo de papel A4 em 11,17%, tendo uma economia de 345 resmas. Em relação a Energia Elétrica obtivemos uma redução de 16,27% em		
				Foram realizadas em 2013 campanhas educativas e de conscientização. Foram realizadas palestras sobre redução e economia de água e palestra sobre sustentabilidade ambiental.		
				Foram confeccionados folderes e cartazes para divulgar e conscientizar as melhores práticas de sustentabilidade.		
				Foi criado um link na internet na página do Dnocs divulgando conceitos e conhecimentos referentes a sustentabilidade.		
<b>Recurso Consumido</b>	<b>Quantidade</b>			<b>Valor</b>		
	<b>Exercícios</b>					
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Papel</b>	2.744,00	3.089,00	3.087,00	27.440,00	31.301,42	26.280,40
<b>Água</b>	7.383,00	11.375,00	9.869,00	115.845,48	101.399,04	81.815,12
<b>Energia Elétrica</b>	2.700.337,00	2.247.702,00	2.173.036,00	885.698,16	1.057.763,88	1.035.768,48
			<b>Total</b>	1.028.983,64	1.190.464,34	1.143.864,00

**9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013****9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU****9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício****Quadro 36 - A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício****Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	59400.005166/2013-85	6473/2013	1.7.1.1.	DE	Of. N° 486/TCU/SECEX-CE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
Descrição da Deliberação					
1.7.1.1. no prazo de 15 (quinze) dias, adote as medidas necessárias para regularizar o pagamento da rubrica "82838 - VPNI - ART. 14 LEI 12716/12 AP" nos proventos dos interessados, promovendo a sua absorção na mesma proporção da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza até a sua extinção, nos termos do parágrafo único do artigo 14 da Lei nº 12.716/2012;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Recursos Humanos					74126
Síntese da Providência Adotada					
Foram procedidas as alterações determinadas pelo TCU, conforme Despacho nº 503/CRH/PP, de 12/11/2013.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Regularização das falhas identificadas, conforme determinação do acórdão nº 6473/2013/TCU.					

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

A identificação das falhas gerou a adoção de procedimentos para evitar novas falhas. O resultado das providências foi endereçado ao Tribunal através do Ofício nº 735/DG/AUDI, de 19/11/2013.

**Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	59400.005165/2013-31	6459/2013	1.7.1.1.	DE	Of. Nº 14980/TCU/SECEX-CE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
Descrição da Deliberação					
1.7.1.1. no prazo de 15 (quinze) dias, adote as medidas necessárias para regularizar o pagamento da rubrica "82838 - VPNI - ART. 14 LEI 12716/12 AP" nos proventos dos interessados, promovendo a sua absorção na mesma proporção da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza até a sua extinção, nos termos do parágrafo único do artigo 14 da Lei nº 12.716/2012;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Recursos Humanos					74126
Síntese da Providência Adotada					
Foram procedidas as alterações determinadas pelo TCU, conforme Despacho nº 501/CRH/PP, de 11/11/2013.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Regularização das falhas identificadas, conforme determinação do acórdão nº 6459/2013/TCU.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A identificação das falhas gerou a adoção de procedimentos para evitar novas falhas. O resultado das providências foi endereçado ao Tribunal através do Ofício nº 735/DG/AUDI, de 19/11/2013.					

**Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
3	59400.003311/2013-93	3761/2013	1.7.1.	DE	Of. Nº 1151/2013-TCU/SECEX-CE
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
<b>Descrição da Deliberação</b>					
1.7.1. ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs que conclua no prazo de 60 (sessenta) dias, se ainda não o fez, a instauração da tomada de contas especial do Convênio PGE nº 115/2001 (Siafi nº 450190), celebrado com o município de Paracuru/CE, em obediência ao caput do art.8º, da Lei nº 8.443/1992 (LOTUCU), encaminhando-a para o TCU, por intermédio do Controle Interno, ao final do prazo ora concedido;					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Recursos Financeiros					74129
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
O processo de prestação de contas teve como resultado impugnação completa dos recursos, conforme Memº 132/2013/TCE/DNOCS, as fls 22 do Processo nº 59400.003311/2013-93. O interessado foi informado por meio da Notificação nº 35/2013/TCE/DNOCS, às fls. 26 do processo retro mencionado.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Instauração e conclusão de Tomada de Contas Especial.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
O acompanhamento relativo ao uso dos recursos apresentou lapso temporal com reflexos sobre as condições de tomada de decisão com excelência por parte da administração.					

### Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	59400.005366/2013-38	2138/2013	9.4.	DE	Of. Nº 143/AECI/GM
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
Descrição da Deliberação					
<p>9.3. determinar ao Ministério da Integração Nacional que apure a responsabilidade pelas irregularidades descritas nos itens 3.1; 3.2; 3.3.1; 3.3.2; 3.3.3; 3.3.4; 3.3.5; 3.3.6 do Relatório de Auditoria nº 00190.024902/2011-11, elaborado pela Controladoria-Geral da União, instaurando as tomadas de contas especiais, quando couberem, nos moldes do artigo 8º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, encaminhando a este Tribunal de Contas o resultado da apuração, no prazo de 90 (noventa) dias;</p> <p>9.4 determinar ao Departamento Nacional de Obras contra as Secas que preste ao Ministério da Integração Nacional a colaboração necessária para cumprimento da determinação acima;</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Gabinete da Diretoria-Geral					370
Síntese da Providência Adotada					
A comissão de Controle e Acompanhamento de Processos na Área de Correição apresentou providências apresentadas no plano de providências permanente, conforme Processo nº 59400.005366/2013-38, para dar suporte às ações do Ministério da Integração Nacional.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Os procedimentos adotados pelo Ministério da Integração Nacional estão em fase de exame.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Foram envidados esforços no sentido de atender à determinação do TCU.					

**Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	59400.005366/2013-38	2138/2013	9.5.	RE	Of. Nº 143/AECI/GM
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
Descrição da Deliberação					
<p>9.5 recomendar ao Ministério da Integração Nacional, como órgão supervisor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), com a colaboração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Casa Civil da Presidência da República e do próprio Dnocs, que adote medidas efetivas e estruturais para solucionar as falhas, irregularidades e disfunções retratadas no Relatório de Auditoria nº 00190.024902/2011-11, da CGU, no que tange à melhoria dos controles internos; ao estabelecimento de procedimentos para o atendimento das recomendações e determinações dos órgãos de controle; à capacitação e à recomposição do quadro de servidores; ao aprimoramento da rotina de gestão de licitações, convênios e contratos; à adaptação da quantidade de celebração de convênios à capacidade operacional da Entidade, considerando o seu quadro de pessoal; à reestruturação da auditoria interna e a implantação de unidade correcional; à definição de critérios objetivos para distribuição de recursos financeiros; à integração entre as Diretorias e destas com as unidades nos estados, bem como pelo aperfeiçoamento da gestão da Autarquia, principalmente de sua área finalística;</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria Colegiada					369
Síntese da Providência Adotada					

A Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção apresentou a Portaria nº 65/DG/CRH, que disciplina acompanhamento da gestão dos perímetros irrigados, as ferramentas de controle adotadas para fiscalização e acompanhamentos de contratos, incluindo modelos de relatórios mensais de acompanhamento físico-financeiro e acordos de níveis de serviços, conforme processo nº 59400.004781/2013-74. A Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica apresentou ponderações que apontam para problemas estruturais que fogem à governança deste Departamento, tais como reestruturação e recomposição do quadro de servidores, conforme processo nº 59400.004782/2013-19.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

Os resultados das ações necessárias à melhoria de gestão são observados em médio ou longo prazo, pois implicam na necessidade de assimilação da visão (modelo de pensamento e alcance) da direção, ajustes de novas estruturas e (re)aculturação institucional.

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Alterações estruturais demandam exame profundo, de maneira que as providências necessárias devem ser minuciosamente avaliadas em decorrência do grande impacto das ações do DNOCS sobre a população da região semi-areada do país. Dentre os fatores que dificultam o aprimoramento da gestão organizacional, pode-se citar: pouca qualificação acerca das teorias organizacionais e morosidade nas decisões da alta cúpula governamental para adotar medidas de transformação da realidade do DNOCS.

### Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	54900.001582/2013-12	491/2013 - Plenário	9.2.1.	DE	Of. Nº 486/2013-TCU/SECEX-CE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
Descrição da Deliberação					



9.2. determinar ao Dnocs que, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste acórdão, encaminhe a este Tribunal plano de ação atualizado que contemple:					
9.2.1. o pleno atendimento aos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.4, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9 do Acórdão 592/2011-Plenário, informando, para cada medida a ser adotada, o prazo e o responsável pelo respectivo cumprimento;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica - CGPE					74903
Síntese da Providência Adotada					
A Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção apresentou a Portaria nº 65/DG/CRH, que disciplina acompanhamento da gestão dos perímetros irrigados, as ferramentas de controle adotadas para fiscalização e acompanhamentos de contratos, incluindo modelos de relatórios mensais de acompanhamento físico-financeiro e acordos de níveis de serviços, conforme processo nº 59400.004781/2013-74. A Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica apresentou ponderações que apontam para problemas estruturais que fogem à governança deste Departamento, tais como reestruturação e recomposição do quadro de servidores, conforme processo nº 59400.004782/2013-19.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Os resultados das ações necessárias à melhoria de gestão são observados em médio ou longo prazo, pois implicam na necessidade de assimilação da visão (modelo de pensamento e alcance) da direção, ajustes de novas estruturas e (re)aculturamento institucional.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Alterações estruturais demandam exame profundo, de maneira que as providências necessárias devem ser minuciosamente avaliadas em decorrência do grande impacto das ações do DNOCS sobre a população da região semi-areada do país. Dentre os fatores que dificultam o aprimoramento da gestão organizacional, pode-se citar: pouca qualificação acerca das teorias organizacionais e morosidade nas decisões da alta cúpula governamental para adotar medidas de transformação da realidade do DNOCS.					

#### Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	54900.001582/2013-12	491/2013 - Plenário	9.2.2.	DE	Of. Nº 486/2013-TCU/SECEX-CE

<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	367
<b>Descrição da Deliberação</b>	
9.2. determinar ao Dnocs que, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste acórdão, encaminhe a este Tribunal plano de ação atualizado que contemple:	
9.2.2. justificativas para cada recomendação, especialmente em relação àquelas consideradas inconvenientes ou inoportunas, informando os prazos e responsáveis pelas recomendações que serão implementadas;	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica - CGPE	74903
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
A Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção apresentou a Portaria nº 65/DG/CRH, que disciplina acompanhamento da gestão dos perímetros irrigados, as ferramentas de controle adotadas para fiscalização e acompanhamentos de contratos, incluído modelos de relatórios mensais de acompanhamento físico-financeiro e acordos de níveis de serviços, conforme processo nº 59400.004781/2013-74. A Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica apresentou ponderações que apontam para problemas estruturais que fogem à governança deste Departamento, tais como reestruturação e recomposição do quadro de servidores, conforme processo nº 59400.004782/2013-19.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Os resultados das ações necessárias à melhoria de gestão são observados em médio ou longo prazo, pois implicam na necessidade de assimilação da visão (modelo de pensamento e alcance) da direção, ajustes de novas estruturas e (re)aculturamento institucional.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
Alterações estruturais demandam exame profundo, de maneira que as providências necessárias devem ser minuciosamente avaliadas em decorrência do grande impacto das ações do DNOCS sobre a população da região semi-areada do país. Dentre os fatores que dificultam o aprimoramento da gestão organizacional, pode-se citar: pouca qualificação acerca das teorias organizacionais e morosidade nas decisões da alta cúpula governamental para adotar medidas de transformação da realidade do DNOCS.	

#### Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	367

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	59400.002058/2013-51	1691/2013-TCU-2ª Câmara	9.4.1	DE	Of. Nº 5121/2013- TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
Descrição da Deliberação					
<p>9.4. determinar ao Dnocs que:</p> <p>9.4.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato impugnado no subitem 9.2 retro, contados a partir da ciência deste Acórdão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Recursos Humanos					74126
Síntese da Providência Adotada					
A Coordenação de Recursos Humanos adotou providência visando o cumprimento da determinação conforme documentação endereçada ao TCU através do Ofício nº 254/DG/AUDI, de 22/05/2013.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A melhoria da gestão quanto ao cumprimento da legislação pertinente.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A disponibilidade do DNOCS em atender as determinações do TCU, objetivando a correção de falhas no cumprimento da legislação federal.					

#### Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	59400.002058/2013-51	1691/2013-TCU-2ª Câmara	9.4.2	DE	Of. Nº 5121/2013- TCU/SEFIP
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
<b>Descrição da Deliberação</b>					
9.4. determinar ao Dnocs que:  9.4.2. comunique aos interessados acerca do inteiro teor desta deliberação, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso perante o Tribunal não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, em caso de não provimento;					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Recursos Humanos					74126
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
A Coordenação de Recursos Humanos adotou providência visando o cumprimento da determinação conforme documentação endereçada ao TCU através do Ofício nº 254/DG/AUDI, de 22/05/2013.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
A melhoria da gestão quanto ao cumprimento da legislação pertinente.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
A disponibilidade do DNOCS em atender as determinações do TCU, objetivando a correção de falhas no cumprimento da legislação federal.					

#### Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	367
<b>Deliberações do TCU</b>	

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	59400.002058/2013-51	1691/2013-TCU-2ª Câmara	9.4.3	DE	Of. Nº 5121/2013- TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
Descrição da Deliberação					
9.4. determinar ao Dnocs que:  9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópia dos documentos que comprovem a data em que os interessados tiveram ciência desta deliberação;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Recursos Humanos					74126
Síntese da Providência Adotada					
A Coordenação de Recursos Humanos adotou providência visando o cumprimento da determinação conforme documentação endereçada ao TCU através do Ofício nº 254/DG/AUDI, de 22/05/2013.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A melhoria da gestão quanto ao cumprimento da legislação pertinente.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A disponibilidade do DNOCS em atender as determinações do TCU, objetivando a correção de falhas no cumprimento da legislação federal e a clareza da exposição da falha registrada no Acórdão.					

#### Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

11	59400.002058/2013-51	1691/2013-TCU-2ª Câmara	9.4.4	DE	Of. Nº 5121/2013- TCU/SEFIP
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
<b>Descrição da Deliberação</b>					
9.4. determinar ao Dnocs que:  9.4.4. nos termos do art. 9º da Lei 11.314/2006, aplique o percentual de 70% sobre o vencimento básico de julho/2006, transforme-o em VPNI e aplique somente os eventuais reajustes gerais do funcionalismo público no cálculo da complementação salarial de que trata o Decreto-lei 2.438/1988, como já determinado pelo subitem 9.2 do Acórdão TCU nº 423/2007 - 1ª Câmara;					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Recursos Humanos					74126
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
A Coordenação de Recursos Humanos adotou providência visando o cumprimento da determinação conforme documentação endereçada ao TCU através do Ofício nº 254/DG/AUDI, de 22/05/2013.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
A melhoria da gestão quanto ao cumprimento da legislação pertinente.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
A disponibilidade do DNOCS em atender as determinações do TCU, objetivando a correção de falhas no cumprimento da legislação federal e a clareza da exposição da falha registrada no Acórdão.					

#### Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
12	59400.002058/2013-51	1691/2013-TCU-2ª Câmara	9.4.4	DE	Of. Nº 5121/2013- TCU/SEFIP

<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	367
<b>Descrição da Deliberação</b>	
<p>9.4. determinar ao Dnocs que:</p> <p>9.4.5. encaminhe, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, novo ato de alteração de aposentadoria do servidor José Jardelino Maciel a esse Tribunal, via sistema Sisac, corrigindo o valor da complementação do DL 2.438/1988, em substituição ao ato considerado ilegal;</p>	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Recursos Humanos	74126
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
A Coordenação de Recursos Humanos adotou providência, através do sistema SISAC novo ato de alteração de aposentadoria, excluindo a vantagem em comento, conforme documentação endereçada ao TCU através do Ofício nº 254/DG/AUDI, de 22/05/2013.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
A melhoria da gestão quanto ao cumprimento da legislação pertinente.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
A disponibilidade do DNOCS em atender as determinações do TCU, objetivando a correção de falhas no cumprimento da legislação federal e a clareza da exposição da falha registrada no Acórdão.	

#### Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
13	59400.003072/2013-71	3517/2013-TCU-Plenário	9.2	DE	Of. Nº 9299/2013-TCU/SEFIP
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	367
<b>Descrição da Deliberação</b>	
9.2. determinar ao Dnocs, nos termos do art. 6º, §2º, da Resolução-TCU 206/2007, com a redação dada pela Resolução-TCU 237/2010, que no prazo de 15 (quinze) dias regularize os pagamentos ao Sr. Antônio Ferreira Mesquita, de forma que haja a absorção da VPNI, ante o aumento da GDPGPE ocorrido após a edição da Lei 12.716/2012, conforme determina o parágrafo único do art. 14 dessa lei;	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Recursos Humanos	74126
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
A Coordenação de Recursos Humanos adotou providências no sentido de atender a determinação em comento, conforme documentação endereçada ao TCU através dos Ofícios nºs 420/DG/AUDI, de 17/07/2013, e 566/DG/AUDI, 23/09/2013.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
A melhoria da gestão quanto ao cumprimento da legislação pertinente.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
A disponibilidade do DNOCS em atender as determinações do TCU, objetivando a correção de falhas no cumprimento da legislação federal e a clareza da exposição da falha registrada no Acórdão.	

#### Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	59400.003209/2013-98	3517/2013-TCU-Plenário	9.3	DE	Of. Nº 9299/2013-TCU/SEFIP
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367



<b>Descrição da Deliberação</b>	
9.3. determinar ao Dnocs que acompanhe o deslinde do MS 0001711-91.2012.4.05.8100 (Justiça Federal do Ceará) e, caso ocorra desconstituição da sentença, promova a regularização nos moldes do item acima e a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente ao Sr. José Antônio da Rocha, a partir da data deste acórdão até a data da reforma da sentença, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990;	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Procuradoria Jurídica	167
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
A Procuradoria Jurídica interpôs recurso de apelação perante o eg TRF da 5ª Região, o qual se encontra em tramitação naquela Corte Regional, ainda pendente de julgamento final. A documentação comprobatória foi encaminhada ao TCU, através dos Ofícios nºs 420/DG/AUDI, de 17/07/2013, e 566/DG/AUDI, 23/09/2013.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
A melhoria da gestão quanto ao cumprimento da legislação pertinente.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
A disponibilidade do DNOCS em atender as determinações do TCU, objetivando a correção de falhas no cumprimento da legislação federal e a clareza da exposição da falha registrada no Acórdão.	

#### Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processos</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
15	59400.003518/2013-68 59400.003522/2013-26	1851/2013-TCU-Plenário	9.1.1.	RE	Aviso Nº 849/2013- Seses-TCU-Plenário e Ofício 506/2013- TCU/SecobHidroferrovia
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas		367
<b>Descrição da Deliberação</b>		
<p>9.1. recomendar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas que, no próximo instrumento convocatório a ser lançado para a seleção de empresas para a execução das obras de construção da barragem Fronteiras sobre o rio Poty, no município de Crateús/CE, atente para as irregularidades que constaram do Edital nº 4/2012-DA/L, em afronta ao art. 37, inciso XXI, da Constituição de 1988 e aos arts. 3º, caput e § 1º, 30, § 1º e inciso I, e 40, inciso XI, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme apontado pela SecobHidro na instrução à Peça nº 11, abstendo-se de incorrer nas seguintes falhas:</p> <p>9.1.1. restrição à competitividade na licitação decorrente de critérios inadequados de habilitação e julgamento;</p>		
<b>Providências Adotadas</b>		
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>		<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Infraestrutura Hídrica		11506
<b>Síntese da Providência Adotada</b>		
A Diretoria de Infraestrutura Hídrica encaminhou documento às Coordenações de Estudos e Projetos e de Obras para que observassem as recomendações do TCU, expressas no Acórdão de que se trata, não na elaboração do edital relativo à obra de Fronteiras, mas em todos os editais a cargo dos setores. Cópia do Acórdão foi tirada para arquivo nos setores envolvidos.		
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>		
A melhoria da gestão quanto ao cumprimento da legislação pertinente.		
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>		
A disponibilidade do DNOCS em atender as determinações do TCU, objetivando a correção de falhas no cumprimento da legislação federal e a clareza da exposição da falha registrada no Acórdão.		

#### Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processos</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>

16	59400.003518/2013-68 59400.003522/2013-26	1851/2013-TCU-Plenário	9.1.2.	RE	Aviso N° 849/2013- Seses-TCU-Plenário e Ofício 506/2013- TCU/SecobHidroferrovia
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
<b>Descrição da Deliberação</b>					
<p>9.1. recomendar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas que, no próximo instrumento convocatório a ser lançado para a seleção de empresas para a execução das obras de construção da barragem Fronteiras sobre o rio Poty, no município de Crateús/CE, atente para as irregularidades que constaram do Edital n° 4/2012-DA/L, em afronta ao art. 37, inciso XXI, da Constituição de 1988 e aos arts. 3º, caput e § 1º, 30, § 1º e inciso I, e 40, inciso XI, da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme apontado pela SecobHidro na instrução à Peça n° 11, abstendo-se de incorrer nas seguintes falhas:</p> <p>9.1.2. adoção de exigências para comprovação de serviços material e/ou tecnicamente irrelevantes;</p>					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Infraestrutura Hídrica					11506
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
A Diretoria de Infraestrutura Hídrica encaminhou documento às Coordenações de Estudos e Projetos e de Obras para que observassem as recomendações do TCU, expressas no Acórdão de que se trata, não na elaboração do edital relativo à obra de Fronteiras, mas em todos os editais a cargo dos setores. Cópia do Acórdão foi tirada para arquivo nos setores envolvidos.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
A melhoria da gestão quanto ao cumprimento da legislação pertinente.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
A disponibilidade do DNOCS em atender as determinações do TCU, objetivando a correção de falhas no cumprimento da legislação federal e a clareza da exposição da falha registrada no Acórdão.					

### Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada

<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processos</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
17	59400.003518/2013-68 59400.003522/2013-26 59400.003495/2013-91	1851/2013-TCU-Plenário	9.1.3.	RE	Aviso N° 849/2013- Seses-TCU-Plenário e Ofício 506/2013- TCU/SecobHidroferrovia
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
<b>Descrição da Deliberação</b>					
<p>9.1. recomendar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas que, no próximo instrumento convocatório a ser lançado para a seleção de empresas para a execução das obras de construção da barragem Fronteiras sobre o rio Poty, no município de Crateús/CE, atente para as irregularidades que constaram do Edital n° 4/2012-DA/L, em afronta ao art. 37, inciso XXI, da Constituição de 1988 e aos arts. 3º, caput e § 1º, 30, § 1º e inciso I, e 40, inciso XI, da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme apontado pela SecobHidro na instrução à Peça n° 11, abstendo-se de incorrer nas seguintes falhas:</p> <p>9.1.3. exigência de atestado para serviços irrelevantes tecnicamente e/ou não enquadrados no núcleo central do objeto;</p>					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Infraestrutura Hídrica					11506
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
A Diretoria de Infraestrutura Hídrica encaminhou documento às Coordenações de Estudos e Projetos e de Obras para que observassem as recomendações do TCU, expressas no Acórdão de que se trata, não na elaboração do edital relativo à obra de Fronteiras, mas em todos os editais a cargo dos setores. Cópia do Acórdão foi tirada para arquivo nos setores envolvidos.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
A melhoria da gestão quanto ao cumprimento da legislação pertinente.					

<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
A disponibilidade do DNOCS em atender as recomendações do TCU, objetivando a correção de falhas no cumprimento da legislação federal e a clareza da exposição da falha registrada no Acórdão.					
<b>Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício</b>					
<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processos</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
18	59400.003518/2013-68 59400.003522/2013-26	1851/2013-TCU-Plenário	9.1.4.	RE	Aviso Nº 849/2013- Seses-TCU-Plenário e Ofício 506/2013- TCU/SecobHidroferrovia
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
<b>Descrição da Deliberação</b>					
<p>9.1. recomendar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas que, no próximo instrumento convocatório a ser lançado para a seleção de empresas para a execução das obras de construção da barragem Fronteiras sobre o rio Poty, no município de Crateús/CE, atente para as irregularidades que constaram do Edital nº 4/2012-DA/L, em afronta ao art. 37, inciso XXI, da Constituição de 1988 e aos arts. 3º, caput e § 1º, 30, § 1º e inciso I, e 40, inciso XI, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme apontado pela SecobHidro na instrução à Peça nº 11, abstendo-se de incorrer nas seguintes falhas:</p> <p>9.1.4. utilização de diferentes índices de reajustamento sem especificar a forma de aplicação; e</p>					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Infraestrutura Hídrica					11506
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					

A Diretoria de Infraestrutura Hídrica encaminhou documento às Coordenações de Estudos e Projetos e de Obras para que observassem as recomendações do TCU, expressas no Acórdão de que se trata, não na elaboração do edital relativo à obra de Fronteiras, mas em todos os editais a cargo dos setores. Cópia do Acórdão foi tirada para arquivo nos setores envolvidos.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
A melhoria da gestão quanto ao cumprimento da legislação pertinente.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
A disponibilidade do DNOCS em atender as determinações do TCU, objetivando a correção de falhas no cumprimento da legislação federal e a clareza da exposição da falha registrada no Acórdão.					
<b>Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício</b>					
<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processos</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
19	59400.003518/2013-68 59400.003522/2013-26	1851/2013-TCU-Plenário	9.1.5.	RE	Aviso Nº 849/2013- Seses-TCU-Plenário e Ofício 506/2013- TCU/SecobHidroferrovia
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
<b>Descrição da Deliberação</b>					

9.1. recomendar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas que, no próximo instrumento convocatório a ser lançado para a seleção de empresas para a execução das obras de construção da barragem Fronteiras sobre o rio Poty, no município de Crateús/CE, atente para as irregularidades que constaram do Edital nº 4/2012-DA/L, em afronta ao art. 37, inciso XXI, da Constituição de 1988 e aos arts. 3º, caput e § 1º, 30, § 1º e inciso I, e 40, inciso XI, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme apontado pela SecobHidro na instrução à Peça nº 11, abstendo-se de incorrer nas seguintes falhas:

9.1.5. contradição quanto à comprovação de vínculo profissional.

#### Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria de Infraestrutura Hídrica	11506

#### Síntese da Providência Adotada

A Diretoria de Infraestrutura Hídrica encaminhou documento às Coordenações de Estudos e Projetos e de Obras para que observassem as recomendações do TCU, expressas no Acórdão de que se trata, não na elaboração do edital relativo à obra de Fronteiras, mas em todos os editais a cargo dos setores. Cópia do Acórdão foi tirada para arquivo nos setores envolvidos.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

A melhoria da gestão quanto ao cumprimento da legislação pertinente.

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A disponibilidade do DNOCS em atender as determinações do TCU, objetivando a correção de falhas no cumprimento da legislação federal e a clareza da exposição da falha registrada no Acórdão.

### 9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

#### Quadro 37 - A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

#### Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	59400.002646/2013-94	2770	1.7.1	DE	Of. N° 7173/TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					
Descrição da Deliberação					
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que providencie as devidas correções de fundamento legal no sistema Sisac tendo por base as informações constantes do sistema Siape, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenadoria Estadual do Dnocs na Bahia					74177
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Até a data de 31/12/2013 a unidade não havia manifestado as providências adotadas para o atendimento do item em comento.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					



**Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	59400.002707/2013-13	3289	1.7.1	DE	Of.Nº 7688/TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
Descrição da Deliberação					
1.7.1. Determinar à Sefip que providencie a correção dos fundamentos legais do ato no sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape, conforme estabelecido no art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com a redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Recursos Humanos					74126
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Até a data de 31/12/2013 a unidade não havia manifestado as providências adotadas para o atendimento do item em comento.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

**Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	367

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	59400.002931/2013-13	3477	1.7.1	DE	Of.Nº 8513/TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
Descrição da Deliberação					
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que corrija, no ato de pensão instituída por Luiz Vicente Martílio, a data de sua vigência ou, caso esta retroaja à data do óbito, de forma a retificar o ato inicialmente expedido (10316205-05-2011-006050-7), o ato em exame deverá ser classificado como "inicial" e não "alteração".					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Recursos Humanos					74126
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Até a data de 31/12/2013 a unidade não havia manifestado as providências adotadas para o atendimento do item em comento.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

**Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	59400.002707/2013-13	3289	1.7.1	DE	Of.Nº 7688/TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	367
<b>Descrição da Deliberação</b>	
1.7.1. Determinar à Sefip que providencie a correção dos fundamentos legais do ato no sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape, conforme estabelecido no art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com a redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010.	
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Recursos Humanos	74126
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>	
Até a data de 31/12/2013 a unidade não havia manifestado as providências adotadas para o atendimento do item em comento.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
-	

**Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
5	59400.004102/2013-67 59400.005366/2013-38 59400.006435/2013-21	2138	9.4		Of.Nº 1465/TCU/SEFIP
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
<b>Descrição da Deliberação</b>					

<p>9.3. determinar ao Ministério da Integração Nacional que apure a responsabilidade pelas irregularidades descritas nos itens 3.1; 3.2; 3.3.1; 3.3.2; 3.3.3; 3.3.4; 3.3.5; 3.3.6 do Relatório de Auditoria nº 00190.024902/2011-11, elaborado pela Controladoria-Geral da União, instaurando as tomadas de contas especiais, quando couberem, nos moldes do artigo 8º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, encaminhando a este Tribunal de Contas o resultado da apuração, no prazo de 90 (noventa) dias;</p> <p>9.4 determinar ao Departamento Nacional de Obras contra as Secas que preste ao Ministério da Integração Nacional a colaboração necessária para cumprimento da determinação acima;</p>	
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Gabinete - GAB	<b>370</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>	
Até a data de 31/12/2013 a unidade não havia manifestado as providências adotadas para o atendimento do item em comento.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
-	

**Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
6	59400.005163/2013-41	5702	9.6	DE	Of.Nº 1728/TCU/SECEX-CE
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					<b>367</b>
<b>Descrição da Deliberação</b>					

9.6. determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) que, tanto nos convênios em vigor quanto em futuras avenças, acompanhe, de forma tempestiva, o desenvolvimento das obras pactuadas, de modo a dar cumprimento ao que estabelece a alínea "a" do inciso I do art. 5º da Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011;	
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Gabinete - GAB	<b>370</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>	
Até a data de 31/12/2013 a unidade não havia manifestado as providências adotadas para o atendimento do item em comento.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
-	

**Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
7	59400.007185/2013-46	7419	9.7.1	DE	Of.Nº 2011/TCU/SECEX
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					<b>367</b>
<b>Descrição da Deliberação</b>					
9.7. com espeque no art. 18 da Lei 8.443/1992, determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas que, no prazo 90 (noventa) dias: 9.7.1. informe ao TCU as providências adotadas objetivando o ressarcimento das despesas efetuadas a título de multa pecuniária por atraso na implantação das sentenças judiciais relacionadas aos processos AO 95.7755-8 e AO 95.7753-1;					
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>					

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Recursos Humanos	74127
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>	
Até a data de 31/12/2013 a unidade não havia manifestado as providências adotadas para o atendimento do item em comento.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
-	

**Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	59400.007185/2013-46	7419	9.7.2	DE	Of.Nº 2011/TCU/SECEX
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
Descrição da Deliberação					
9.7. com espeque no art. 18 da Lei 8.443/1992, determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas que, no prazo 90 (noventa) dias: 9.7.2. informe ao TCU as providências adotadas com vistas ao ressarcimento dos valores pagos em desacordo com as sentenças determinadas nos processos AO 95.7755-8 e RT 004.912361-01;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Recursos Humanos					74127
Justificativa para o seu não Cumprimento:					

Até a data de 31/12/2013 a unidade não havia manifestado as providências adotadas para o atendimento do item em comento.
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
-

**Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	59400.007185/2013-46	7419	9.7.3	DE	Of.Nº 2011/TCU/SECEX
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
Descrição da Deliberação					
<p>9.7. com espeque no art. 18 da Lei 8.443/1992, determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas que, no prazo 90 (noventa) dias:</p> <p>9.7.3. apure, em relação aos beneficiários da AO 95.21071-1, as divergências existentes entre os valores a serem ressarcidos apurados em Relatório de Auditoria pela então Gerência Regional de Controle Interno (GRCI) e aqueles constantes do SIAPE, procedendo, se for o caso, às devidas correções (subitem 8.6, "h", peça 5, p. 30);</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Recursos Humanos					74127
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Até a data de 31/12/2013 a unidade não havia manifestado as providências adotadas para o atendimento do item em comento.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

-

**Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	59400.007185/2013-46	7419	9.7.4	DE	Of.Nº 2011/TCU/SECEX
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
Descrição da Deliberação					
9.7. com espeque no art. 18 da Lei 8.443/1992, determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas que, no prazo 90 (noventa) dias: 9.7.4. encaminhe ao TCU o resultado da apuração determinada no subitem 9.7.3 deste Acórdão					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Recursos Humanos					74127
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Até a data de 31/12/2013 a unidade não havia manifestado as providências adotadas para o atendimento do item em comento.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

**Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG



Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11		869	9.3.1	DE	Of.Nº 2699/TCU/SEFIP
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					<b>367</b>
<b>Descrição da Deliberação</b>					
<p>9.3. determinar ao Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, que:</p> <p>9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato impugnado, contados da ciência desta deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;</p>					
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Diretoria Administrativa					1468
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>					
Até a data de 31/12/2013 a unidade não havia manifestado as providências adotadas para o atendimento do item em comento.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
-					

**Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					367
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação

					<b>Expedida</b>
12	S/N	869	9.3.2	DE	Of.Nº 2699/TCU/SEFIP
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas					<b>367</b>
<b>Descrição da Deliberação</b>					
<p>9.3. determinar ao Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, que:</p> <p>9.3.2. dê ciência à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de desprovimento;</p>					
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Diretoria Administrativa					1468
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>					
Até a data de 31/12/2013 a unidade não havia manifestado as providências adotadas para o atendimento do item em comento.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
-					

## 9.2 Tratamento de recomendações do OCI

### 9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

#### Quadro 38 - A.9.2.1 - Relatório De Cumprimento Das Recomendações Do Oci

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201305966	1.2.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Aprimorar os sistemas corporativos, permitindo a extração de informações gerenciais, notadamente às relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica – CGPE			74903
Síntese da Providência Adotada			
Por meio do contrato 12/2013, o DNOCS adquiriu ferramenta de análise, organização e integração de dados para geração, apresentação e coleta de informações que permitem suporte às decisões de cunho estratégico pela Alta Administração nas diversas áreas da autarquia (Segurança de Barragens, Piscicultura, Agricultura Irrigada, Recursos Hídricos, Orçamento, Convênios, dentre outros).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Cumpre salientar que a referida ferramenta viabiliza a transparência das ações do departamento junto ao cidadão, ao público interno e aos órgãos de controle.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201305966	1.2.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Ampliar a quantidade de servidores nas áreas finalística da Entidade de modo a possibilitar a execução planejada de seu orçamento.			

<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica – CGPE	74903
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
A CRH/DNOCS tem, em seus registros, diversos pedidos de autorização de concurso público ao MPOG desde 2004. Apesar dos seguidos apelos da Administração Superior da Autarquia, esta não obteve êxito na obtenção da autorização.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
O DNOCS continua aguardando autorização para realização de concurso público.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

#### **Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
3	201305966	1.2.1.1	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Desenvolver sistemas de informação integrados que possibilitem o acompanhamento das ações desde sua concepção até sua efetiva realização.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica – CGPE			74903
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Ressaltamos que encontramos em fase preliminar de mapeamento e redesenho de processos de negócio que viabilizará o levantamento de requisitos de sistemas e a sua posterior contagem de pontos de função. Objetivamos alavancar um sistema informatizado e integrado que contemple todas as áreas (meio e fim) da Autarquia.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

#### **Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
4	201305966	1.2.1.1	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			

Promover capacitação do corpo técnico para a elaboração de projetos básicos e termos de referência consistentes e aderentes aos normativos técnicos.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica – CGPE	74903
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
De acordo com Deliberação da Diretoria Colegiada em 01/08/2013, as diversas dotações orçamentárias relativas às ações de capacitação passarão a ser controladas pela CRH o que permitirá a elaboração de um planejamento adequado e consistente com as necessidades da Autarquia dentre as quais reside a questão levantada por esta Recomendação.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
5	201305966	1.2.1.1	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Desenvolver sistema referencial de custos das obras hídricas;			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica – CGPE			74903
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
De acordo com Deliberação da Diretoria Colegiada em 01/08/2013, o objetivo é alavancar um sistema informatizado e integrado que contemple todas as áreas (meio e fim) da Autarquia.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
6	201305966	1.2.1.1	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367

Descrição da Recomendação	
Criar mecanismos de responsabilização baseados em resultados Alcançados.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica – CGPE	74903
Síntese da Providência Adotada	
Após definidos os papéis e ser estabelecido e implementado o planejamento estratégico da instituição, haverá um período de transição em que deverá ser realizado um redesenho do fluxo de valor, de rotinas e de procedimentos, capacitação de servidores, etc. Só então (após sejam definidos os objetivos estratégicos e o seu alinhamento com os indicadores de avaliação de desempenho), será possível estabelecer mecanismos mais claros de responsabilização institucional e individual.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201305966	1.2.2.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Criação de indicadores de gestão estratégicos pela diretoria do DNOCS por meio de reuniões colegiadas, até que o Plano Estratégico Institucional-PEI seja elaborado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica – CGPE			74903
Síntese da Providência Adotada			
A atual gestão está empenhada no atendimento de importantes recomendações como a neste item expressa, entretanto esta situação deverá ser modificada após o advento da nova estrutura do DNOCS atualmente em fase final de análise pelo MI e posterior encaminhamento ao MPOG, o que nos indicará as bases para elaboração do nosso Planejamento Estratégico.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

8	201305966	1.2.2.1	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Definição dos indicadores de desempenho para fins de pagamento de gratificações alinhados ao alcance das metas de desempenho institucional, tendo como referência os indicadores de gestão estratégicos.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica – CGPE			74903
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
No que toca aos indicadores de desempenho elaborados para fins de pagamento de gratificações, alinhados ao alcance de metas de desempenho institucional, admite-se que guardam baixa complexidade. No entanto, estão sendo envidados todos os esforços necessários a fim de que seja garantido o aprimoramento na qualidade dos indicadores pactuados, diante de uma construção conjunta mais teórica, a partir do alinhamento conceitual com o corpo gestor da autarquia.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
9	201305966	1.2.3.1	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Elaborar o Planejamento Estratégico Institucional do DNOCS.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica – CGPE			74903
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
O processo de reestruturação do DNOCS, um conjunto de esforços estruturados que objetiva levar a redefinir, substancialmente, os rumos da organização, pressupõe nova visão, missão, dentre outros aspectos de fundamental importância para a elaboração e implementação de um planejamento estratégico consciente e coerente. Neste processo, qual seja, de gerenciar os recursos da organização, sejam eles administrativos, humanos, orçamentários, etc., envolve planejamento, execução e controle alinhados ao planejamento estratégico da instituição. Considerando-se que o DNOCS está, atualmente, em processo de mudanças estruturais, torna-se prematuro e, de certa forma, inviável diante deste um cenário complexo e indefinido, repensar práticas e processos a serem implementados, inclusive o seu planejamento estratégico, conforme exaustivamente explicado por nós, tanto presentemente como nos esclarecimentos prestados anteriormente.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			

<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
--

### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201305966	1.2.3.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Promover adequações ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação, objetivando evitar que seja apenas um instrumento formal e passe a se constituir em instrumento efetivo de planejamento, composto de plano de ações exequíveis segundo as possibilidades da unidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica – CGPE			74903
Síntese da Providência Adotada			
As adequações levantadas por esse órgão de controle, mais especificamente no que diz respeito à abordagem do plano em relação aos projetos, quais sejam: a ausência do cronograma de execução por projeto, principais resultados/benefícios esperados (por projeto), fatores críticos de sucesso (também por projeto), priorização dos projetos frente aos objetivos da unidade e diagnóstico do ambiente atual de Tecnologia da Informação serão implementadas de acordo com o processo de revisão atual, ou seja, no final do ano corrente (2013). Vale ressaltar que o atual PETI-PDTI 2013-2015 obedece a um mecanismo de controle de acompanhamento de sua execução (relatórios semestrais de acompanhamento).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201305966	1.2.3.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Em seguimento à recomendação anterior, tomar providências capazes de dotar a área de TI dos recursos necessários à execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação.			
Providências Adotadas			



<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica – CGPE	74903
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
A execução das ações/projetos da área de TI estão limitadas à disponibilidade de recursos orçamentários-financeiros, na maioria das vezes, insuficientes, registrando-se que a competência da Autarquia restringe-se aos limites orçamentários estabelecidos pela Administração superior.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
12	201305966	1.2.3.2	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Evoluir o processo de planejamento de TI, aprimorando o PDTI existente, de maneira a suprir as falhas apontadas e contemplar os elementos detectados como ausentes.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica – CGPE			74903
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
A mesma situação se aplica à captação de recursos humanos dependentes de autorização de concurso público pelo MPOG.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
13	201305966	1.2.3.3	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Rever o processo da MDS com a homologação e publicação da revisão, prévia e independentemente a qualquer contratação de software.			

<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica – CGPE	74903
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Como já foi explanado em respostas anteriores, a MDS será efetivamente revisada de modo a atender todos os requisitos que garantam rotinas de criação, manutenção e alteração de novos sistemas, compreendendo teste, homologação, autorização e registro, independente de contratação futura de desenvolvimento de sistemas.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
14	201305966	1.2.3.3	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Estabelecer rotina para alterações nos sistemas de TI, definida e documentada de forma que elas sejam testadas, homologadas, autorizadas e registradas.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica – CGPE			74903
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Como já foi explanado em respostas anteriores, a MDS será efetivamente revisada de modo a atender todos os requisitos que garantam rotinas de criação, manutenção e alteração de novos sistemas, compreendendo teste, homologação, autorização e registro, independente de contratação futura de desenvolvimento de sistemas.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
15	201305966	1.2.3.3	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			

Contemplar na revisão da MDS a previsão do monitoramento do projeto de desenvolvimento de software por meio de métricas bem definidas; a garantia de que a demanda inicial forneça detalhes suficientes para estimar o tamanho do software; a utilização das métricas definidas no planejamento para medir o progresso do software; e a previsão de que as entregas sejam feitas preferencialmente por módulos de software prontos para utilização.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica – CGPE	74903
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
<p>Como já foi explanado em respostas anteriores, a MDS será efetivamente revisada de modo a atender todos os requisitos que garantam rotinas de criação, manutenção e alteração de novos sistemas, compreendendo teste, homologação, autorização e registro, independente de contratação futura de desenvolvimento de sistemas.</p> <p>Ressaltamos que nos encontramos em fase preliminar de mapeamento e redesenho de processos de negócio, que viabilizaria o levantamento de requisitos de sistemas e a sua posterior contagem de pontos de função.</p> <p>Objetivamos alavancar um sistema informatizado e integrado que contemple todas as áreas (meio e fim) da Autarquia.</p>	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
16	201305966	1.2.3.4	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			<b>367</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Realizar de maneira efetiva o planejamento prévio às contratações de TI, elaborado em harmonia com o PDTI e alinhado ao PEI da unidade.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica – CGPE			74903
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<p>Ressaltamos que todas as ações de TI que envolvem contratações de bens e serviços não se atém apenas aos aspectos formais do arcabouço legal vigente, mas sim à sua aplicação de maneira efetiva. Desta forma, todas as contratações estão alinhadas em harmonia ao item inventário de necessidades elencado no PDTI 2011-2012. Este último foi elaborado de acordo com os programas constantes no PPA 2008-2011 e PPA 2012-2015.</p> <p>Em relação às questões levantadas, no nosso entendimento, as mesmas foram consideradas com o devido critério quando da realização das contratações, entretanto, tendo em vista os questionamentos postos, nas futuras aquisições procuraremos ampliar o nível do rigor de modo a atender a referida recomendação.</p>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

**Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	201305966	1.2.3.4	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Elaborar corretamente a análise de viabilidade das contratações de TI, passando a identificar diferentes soluções que atendam aos requisitos da contratação e justificando a escolha da solução adotada.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica – CGPE			74903
Síntese da Providência Adotada			
<p>Ressaltamos que todas as ações de TI que envolvem contratações de bens e serviços não se atém apenas aos aspectos formais do arcabouço legal vigente, mas sim à sua aplicação de maneira efetiva. Desta forma, todas as contratações estão alinhadas em harmonia ao item inventário de necessidades elencado no PDTI 2011-2012. Este último foi elaborado de acordo com os programas constantes no PPA 2008-2011 e PPA 2012-2015.</p> <p>Em relação às questões levantadas, no nosso entendimento, as mesmas foram consideradas com o devido critério quando da realização das contratações, entretanto, tendo em vista os questionamentos postos, nas futuras aquisições procuraremos ampliar o nível do rigor de modo a atender a referida recomendação.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	201305966	1.2.3.4	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Proceder, nas contratações de TI, à pesquisa de preços, com detalhamento dos valores unitários dos itens componentes do objeto da contratação para elaboração do orçamento detalhado da contratação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica – CGPE			74903
Síntese da Providência Adotada			

Ressaltamos que todas as ações de TI que envolvem contratações de bens e serviços não se atém apenas aos aspectos formais do arcabouço legal vigente, mas sim à sua aplicação de maneira efetiva. Desta forma, todas as contratações estão alinhadas em harmonia ao item inventário de necessidades elencado no PDTI 2011-2012. Este último foi elaborado de acordo com os programas constantes no PPA 2008-2011 e PPA 2012-2015.

Em relação às questões levantadas, no nosso entendimento, as mesmas foram consideradas com o devido critério quando da realização das contratações, entretanto, tendo em vista os questionamentos postos, nas futuras aquisições procuraremos ampliar o nível do rigor de modo a atender a referida recomendação.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	201305966	2.2.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Comprovar o registro dos processos disciplinares no sistema CGUPAD, regularizando as inconsistências acima apontadas, observando as normas da Portaria CGU nº 1.043, de 24/7/2007.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete – GAB			370
Síntese da Providência Adotada			
Conforme Memº nº 138/2013/GAB/CCAC, de 29/8/2013, esta CCAC está demandando esforços no sentido de atualizar os processos em referência, junto aos respectivos presidentes e membros das comissões objetivando a regularização no sistema CGU/PAD.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	201305966	3.1.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367

<b>Descrição da Recomendação</b>	
Apresentar cronograma de atualização dos bens imóveis, indicando os servidores envolvidos e a quantidade de imóveis a serem avaliados num determinado período (em um mês por exemplo).	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria Estadual em Pernambuco – CEST-PE	7834
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
<p>Quanto aos procedimentos adotados considerados não suficientes para atender a equivalência da reavaliação dos bens imóveis da responsabilidade desta Coordenadoria Estadual, constata-se realmente a falta de avaliações permitidas e devidas no Sistema SPIUnet.</p> <p>Como foi ressaltado a divergência de valores apresentados, avaliações vencidas e quantitativo de imóveis, sobre a matéria gostaríamos de acrescentar que durante todo o período de paralisação dos serviços, ficamos sem nenhuma informação e/ou recomendação para atualização dos imóveis no SPIUnet. Quando do documento enviado em 31/07/2012, pela Administração Central do DNOCS, apenas conseguimos reavaliar os bens imóveis encravados no Setor da Unidade de Campo da Bacia do Pajeú, localizada em Serra Talhada/PE, entre edificações e terrenos, com plantas e já devidamente registrados em cartório, apenas ainda, não passados para o Sistema SPIUnet. Gostaríamos de ressaltar que devido a falta de recursos no decorrer do 2º semestre do ano de 2012, não foi possível a continuidade dos serviços em outros Setores desta CEST-PE.</p> <p>Quanto aos quantitativos de imóveis constados como divergentes, esclarecemos que, à época da implantação dos mesmos no Sistema SPIUnet, os setores localizados nos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, eram subordinados a esta Coordenadoria Estadual.</p>	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

#### **Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
21	201305966	3.1.1.1	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Capacitar os recursos humanos envolvidos no processo de acompanhamento do patrimônio imobiliário da Entidade a fim de melhorar sua eficácia.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria Estadual em Pernambuco – CEST-PE			7834
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			

Quanto aos procedimentos adotados considerados não suficientes para atender a equivalência da reavaliação dos bens imóveis da responsabilidade desta Coordenadoria Estadual, constata-se realmente a falta de avaliações permitidas e devidas no Sistema SPIUnet.

Como foi ressaltado a divergência de valores apresentados, avaliações vencidas e quantitativo de imóveis, sobre a matéria gostaríamos de acrescentar que durante todo o período de paralisação dos serviços, ficamos sem nenhuma informação e/ou recomendação para atualização dos imóveis no SPIUnet. Quando do documento enviado em 31/07/2012, pela Administração Central do DNOCS, apenas conseguimos reavaliar os bens imóveis encravados no Setor da Unidade de Campo da Bacia do Pajeú, localizada em Serra Talhada/PE, entre edificações e terrenos, com plantas e já devidamente registrados em cartório, apenas ainda, não passados para o Sistema SPIUnet. Gostaríamos de ressaltar que devido a falta de recursos no decorrer do 2º semestre do ano de 2012, não foi possível a continuidade dos serviços em outros Setores desta CEST-PE.

Quanto aos quantitativos de imóveis constados como divergentes, esclarecemos que, à época da implantação dos mesmos no Sistema SPIUnet, os setores localizados nos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, eram subordinados a esta Coordenadoria Estadual.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	201305966	3.1.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Avaliar a viabilidade e economicidade em firmar parceria com a Caixa Econômica Federal a fim de elaborar os laudos de avaliação dos imóveis da Entidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenadoria Estadual em Pernambuco – CEST-PE			7834
Síntese da Providência Adotada			

Quanto aos procedimentos adotados considerados não suficientes para atender a equivalência da reavaliação dos bens imóveis da responsabilidade desta Coordenadoria Estadual, constata-se realmente a falta de avaliações permitidas e devidas no Sistema SPIUnet.

Como foi ressaltado a divergência de valores apresentados, avaliações vencidas e quantitativo de imóveis, sobre a matéria gostaríamos de acrescentar que durante todo o período de paralisação dos serviços, ficamos sem nenhuma informação e/ou recomendação para atualização dos imóveis no SPIUnet. Quando do documento enviado em 31/07/2012, pela Administração Central do DNOCS, apenas conseguimos reavaliar os bens imóveis encravados no Setor da Unidade de Campo da Bacia do Pajeú, localizada em Serra Talhada/PE, entre edificações e terrenos, com plantas e já devidamente registrados em cartório, apenas ainda, não passados para o Sistema SPIUnet. Gostaríamos de ressaltar que devido a falta de recursos no decorrer do 2º semestre do ano de 2012, não foi possível a continuidade dos serviços em outros Setores desta CEST-PE.

Quanto aos quantitativos de imóveis constados como divergentes, esclarecemos que, à época da implantação dos mesmos no Sistema SPIUnet, os setores localizados nos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, eram subordinados a esta Coordenadoria Estadual.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	201305966	3.1.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Elaborar normativo interno que estabeleça rotinas de trabalho claras e objetivos, bem como as responsabilidades dos agentes envolvidos no processo de acompanhamento do patrimônio imobiliário da Entidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria Administrativa – DA			1498
Síntese da Providência Adotada			
<p>A partir do ano de 2012, foi iniciada pela Administração Central a atualização dos imóveis no SPIUnet. Para que as Coordenadorias Estaduais realizassem tal procedimento, foi enviado o Memorando Circular nº18/DA de 31 de julho de 2012, em anexo, fixando a meta de reavaliar 30%(trinta por cento) dos RIP's da CEST-CE e CEST-PE e para as demais Coordenadorias Estaduais reavaliar 50%(cinquenta por cento) dos imóveis até no máximo dia 15 de fevereiro de 2013. A meta não pode ser cumprida, principalmente por falta de recursos para o deslocamento até os imóveis. Porém, a Administração Central continuou acompanhando o processo e cobrando o cumprimento da meta, seja por meio telefônico ou por Memorandos Circulares.</p> <p>Após reunião com a Controladoria Geral da União – CGU, ficou acertado que o DNOCS entraria em contato com a Caixa Econômica Federal para realizar convênio que permita a reavaliação dos imóveis da autarquia.</p> <p>Para concretizar o que foi acordado, o Setor de Patrimônio do DNOCS levantou o quantitativo total de imóveis da autarquia. Além disso, será realizada reunião no mês de julho/2013 com a Caixa afim que esta elabore orçamento informando os custos das reavaliações.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			



<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
24	201305966	3.1.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Apresentar cronograma de atualização dos bens imóveis, indicando os servidores envolvidos e a quantidade de imóveis a serem avaliados num determinado período (em um mês por exemplo).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenadoria Estadual no Ceará – CEST-CE			7833
Síntese da Providência Adotada			
A CEST-CE informou, aos 14/8/2013, que no Processo nº 59400.003566/2013-56, consta designação, por meio de Portaria, de uma Comissão para reavaliar todos os imóveis sob sua responsabilidade junto ao SPIUNET; solicitou recursos de diárias e passagens a fim de cumprir a recomendação e aguarda liberação de recursos por parte da Diretoria Administrativa.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
25	201305966	3.1.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Capacitar os recursos humanos envolvidos no processo de acompanhamento do patrimônio imobiliário da Entidade a fim de melhorar sua eficácia.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenadoria Estadual no Ceará – CEST-CE			7833
Síntese da Providência Adotada			

Por meio do Memº Circular nº 48/2013/DA, de 6/8/2013, a Diretoria Administrativa solicita que seja informado caso não houvesse nas unidades de campo servidores capacitados para executar o acompanhamento imobiliário, a fim de que se pudesse providenciar servidores habilitados.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

**Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada																									
Denominação Completa			Código SIORG																						
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367																						
Recomendações do OCI																									
Recomendações Expedidas pelo OCI																									
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida																						
26	201305966	3.1.1.2																							
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG																						
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367																						
Descrição da Recomendação																									
<p>Proceder ao acompanhamento mensal da situação dos bens imóveis, para que no final do exercício as informações possam ser consolidadas e sirvam de base para a realização do inventário anual, com prazo limite e indicação dos responsáveis Envolvidos.</p>																									
Providências Adotadas																									
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG																						
Diretoria Administrativa – DA			1468																						
Síntese da Providência Adotada																									
<p>Apesar de haver entendimento na autarquia que o inventário 2012 deva ser realizado somente após o término do ano a que faz referência e não ter sido encontrado legislação que regule o tema, foi realizada a cobrança dos documentos citados. Como resultado da ação, segue a tabela abaixo com a situação do inventário de 2012.</p> <table> <tr> <td>UG</td> <td>Situação do Inventário 2012</td> </tr> <tr> <td>Adm. Central</td> <td>Arquivo</td> </tr> <tr> <td>PI</td> <td>Pendente de Entrega</td> </tr> <tr> <td>CE</td> <td>Arquivo</td> </tr> <tr> <td>PE</td> <td>Pendente de Entrega</td> </tr> <tr> <td>BA</td> <td>Pendente de Entrega</td> </tr> <tr> <td>RN</td> <td>Arquivo</td> </tr> <tr> <td>PB</td> <td>Pendente de Entrega</td> </tr> <tr> <td>AL</td> <td>Arquivo</td> </tr> <tr> <td>SE</td> <td>Arquivo</td> </tr> <tr> <td>MG</td> <td>Arquivo</td> </tr> </table> <p>Com relação às CEST's que se encontram com inventário pendente de entrega, estão sendo realizado cobranças para que as mesmas enviem o documento. Os demais inventários estão arquivados na Administração Central, caso julgue necessário, envie-nos solicitação requerendo os mesmos.</p> <p>Para o ano de 2014, será alterado o Calendário de Atividades para que as Coordenadorias e a Administração Central iniciem no presente ano o inventário de 2013.</p>				UG	Situação do Inventário 2012	Adm. Central	Arquivo	PI	Pendente de Entrega	CE	Arquivo	PE	Pendente de Entrega	BA	Pendente de Entrega	RN	Arquivo	PB	Pendente de Entrega	AL	Arquivo	SE	Arquivo	MG	Arquivo
UG	Situação do Inventário 2012																								
Adm. Central	Arquivo																								
PI	Pendente de Entrega																								
CE	Arquivo																								
PE	Pendente de Entrega																								
BA	Pendente de Entrega																								
RN	Arquivo																								
PB	Pendente de Entrega																								
AL	Arquivo																								
SE	Arquivo																								
MG	Arquivo																								
Síntese dos Resultados Obtidos																									
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor																									

**Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
27	201305966	4.1.1.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Comprovar a fidedignidade dos registros do sistema SIAPE relativos ao quantitativo de pessoal na situação de Contrato Temporário vinculados ao DNOCS (transação GERENCIAL/GRCADAS/GRCOSITAR).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria Administrativa – DA			1468
Síntese da Providência Adotada			
As informações sobre o quantitativo de servidores na situação Contrato Temporário já estão devidamente atualizadas no Sistema SIAPE (GRCOSITCAR). Não foi possível encaminhar o extrato do SIAPE comprovando essas afirmações, tendo em vista o fechamento da folha de pagamento no momento da apresentação dessas informações.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
28	201305966	4.1.2.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Comprovar o cadastramento dos atos de concessão de aposentadoria/pensão relativos ao exercício de 2012, ainda pendentes.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria Administrativa – DA			1468
Síntese da Providência Adotada			
Foram encaminhados os registros dos atos de concessão dos servidores de matrículas 0728210 e 0730177.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
29	201305966	4.2.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
<p>Comprovar, por meio de parecer atualizado da Procuradoria Federal junto ao DNOCS, a força executória de decisões judiciais que determinaram a interrupção/alteração da reposição ao erário das fichas financeiras dos 21 servidores relacionados a seguir por matrícula SIAPE e, se os mesmos são beneficiários dessas decisões: SIAPE: 0737383/CRH; 739213/CEST/CE; 0738577/CEST/CE; 0737585/CEST/CE; 0737954/CRH; 0727702/CRH; 0727755/CRH; 0727764/CRH; 0727841/CRH; 0728012/CRH; 0728044/CRH; 0728099/CRH; 0728104/CRH; 0728113/CRH; 0728327/CRH; 0728334/CRH; 0731755/CRH; 731936/CEST/CE; 732255/CEST/CE; 0731987/CRH; 0732033/CRH; 0738869/CEST/CE; 0738945/CEST/CE; 0738968/CEST/CE; 0739285/CEST/CE; 0732202/CEST/CE; 0732222/CEST/CE; 0739222/CEST/CE e 0739345/CEST/CE.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria Administrativa – DA			1468
Síntese da Providência Adotada			
<p>O Memorando nº 375/DA/CRH/PP, de 23/8/2013, reitera consulta à PGF/DNOCS sobre a manutenção da força executória das Decisões Judiciais que ampararam a abstenção da reposição ao Erário dos servidores de matrículas: 0738869, 0738945, 0738968, 0739285, 0732202, 0732222, 0739222 e 0739345. Em relação aos servidores de matrículas 0737383, 0728113, 0739213, 0731987, 0738577, 0737585, 0731936, 0732033, 0727841, 0727764, 0728044, 0728099, 0728104, 0737954, 0727702, 0727755, 0731755, 0728012, 0728327, 0728334 e 0732255, foram encaminhados os Pareceres de Força Executória atualizados e os estratos identificando os servidores das respectivas ações.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
30	201305966	4.2.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			

Com base no parecer da Procuradoria Federal junto ao DNOCS, comprovar os procedimentos efetivamente adotados no sentido de reaver a dívida dos 03 servidores cadastrados no SIAPE sob as matrículas 1368595/CRH; 1373378/CRH e 0118104/CRH, que tiveram a reposição ao erário suspensa/interrompida em razão de exoneração ou afastamento do DNOCS.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Diretoria Administrativa – DA	1468
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Foram encaminhadas as cópias das Notificações visando a reposição ao Erário, com as respectivas planilhas de cálculos.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
31	201305966	4.2.1.1	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Comprovar as providências adotadas para reaver os créditos em favor da União, devidos pelos 02 ex-servidores do DNOCS, já falecidos, cadastrados no SIAPE sob as matrículas 0727443/CRH e 0727849/CRH. Em, não sendo possível, comprovar, por meio da Procuradoria Federal junto ao DNOCS que se esgotaram todos os recursos legais disponíveis para cobrança.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria Administrativa – DA			1468
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Foi encaminhada cópia do Memorando nº 32/CRH/PP, de 11/6/2013, contendo as providências em curso visando a reposição ao Erário.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
32	201305966	4.2.1.1	

<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	367
<b>Descrição da Recomendação</b>	
Concluído o devido processo legal em face dos pensionistas, comprovar a implantação da reposição ao erário dos débitos de 02 ex-servidores, instituidores de pensão, cadastrados no SIAPE sob as matrículas 0729696/CEST/CE e 0738636/CRH.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Diretoria Administrativa – DA	1468
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Foi encaminhada cópia do Memorando nº 32/CRH/PP, de 11/6/2013, contendo as providências em curso visando a reposição ao Erário.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
33	201305966	4.2.1.1	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Concluído o devido processo legal em face dos pensionistas, comprovar a implantação da reposição ao erário dos débitos de 02 ex-servidores, instituidores de pensão, cadastrados no SIAPE sob as matrículas 0729696/CEST/CE e 0738636/CRH.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria Administrativa – DA			1468
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Em relação ao servidor de matrícula 0729696 segue anexo o Memorando nº 200/CEST/CE/ADM/RH, de 10/6/2013, com as providências de reposição em curso, inclusive planilhas de cálculo. Quanto ao servidor de matrícula 0738636, segue em anexo o Memorando 13/DA/CRH/PP, de 25/4/2013 com providências em curso sobre a reposição deste caso. Como o Processo nº 59400,007464/2010-67, relacionado à concessão de pensão encontra-se na CGU/CE, foi solicitado nesta data, através do Ofício nº 262/DA/CRH-AP/L, de cópia anexa, o retorno do mesmo para as providencias subsequentes.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	367

<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
34	201305966	4.2.1.1	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			<b>367</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Apresentar a documentação que respalda o procedimento de interrupção da reposição ao erário implantada na ficha financeira dos 11 servidores, elencados a seguir por matrícula SIAPE: 0727705/CRH; 0727785/CRH; 0727874/CRH; 0728328/CRH; 0727792/CRH; 0731172/CEST/CE; 0730172/CEST/CE; 0731422/CEST/CE; 0731802/CEST/CE; 0732235/CEST/CE e 0729666/CEST/CE.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria Estadual no Ceará – CEST-CE			7833
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<p>Em relação aos servidores de matrículas 0727705 e 0727874 segue em anexo o Memorando nº 31/DA/CRH/PP, de 11/6/2013, contendo informações sobre as ações que impedem a consignação de reposição ao Erário. De se ressaltar que através do Memorando nº 375/DA/CRH/PP, de 23/8/2013 (Recomendação 1), foi reiterada consulta à PGF/DNOCS sobre a manutenção da força executória das Decisões que amparam a abstenção da reposição dos referidos servidores. Quanto ao servidor de matrícula 0727785 também em anexo segue o Memorando nº 34/CRH/PP, de 12/6/2013, com as informações sobre a Ação Judicial que impede a consignação da reposição ao Erário. Sobre o servidor de matrícula 0728328 o Memorando nº 36/CRH/PP, de 13/6/2013, de cópia anexa, contem as informações sobre este caso. Em relação ao servidor de matrícula 0727792, por não ter deixado beneficiários habilitados à pensão, a consulta já formalizada à PGF/DNOCS através do Memorando nº 375/DA/CRH/PP, de 23/8/2013 (Recomendação 1) orientará à CRH/DNOCS sobre como proceder em relação ao assunto. Quanto ao servidor de matrícula 0731172 e 0731802 segue anexo o Memorando nº 174/2013/CEST/CE/ADM/RH, de 06/6/2013, contendo informações sobre as Ações Judiciais que impedem a consignação de reposição ao Erário. Sobre o servidor de matrícula 0730172 segue também anexo o Memorando nº 163/CEST/CE/ADM/RH, de 04/6/2013 contendo as justificativas e a comprovação da reposição ao Erário de que se trata. Sobre o servidor de matrícula 0731422 o Memorando nº 167/CEST/CE/ADM/RH, de 04/6/2013, com os procedimentos de reposição ao Erário adotados neste caso. Quanto ao servidor de matrícula 0729666, o Memorando nº 336/CEST/CE/ADM/RH, de cópia anexa, contem as informações sobre a Ação Judicial que ampara a abstenção da reposição desse servidor. Em relação ao servidor de matrícula 0732235, a CRH/DNOCS está diligenciando no sentido de identificar o Processo que gerou a interrupção da reposição.</p>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
35	201305966	4.2.1.1	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			<b>367</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			

Com base no parecer da Procuradoria Federal junto ao DNOCS, comprovar os procedimentos efetivamente adotados no sentido de reaver a dívida dos 03 servidores cadastrados no SIAPE sob as matrículas 1368595/CRH; 1373378/CRH e 0118104/CRH, que tiveram a reposição ao erário suspensa/interrompida em razão de exoneração ou afastamento do DNOCS.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria Estadual no Ceará – CEST-CE	7833
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
A DA/CRH elaborou cálculo e, com as respectivas planilhas de cálculos foram feitas Notificações visando a reposição ao Erário referentes ao item em debate.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
36	201305966	4.2.1.1	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Comprovar as providências adotadas para reaver os créditos em favor da União, devidos pelos 02 ex-servidores do DNOCS, já falecidos, cadastrados no SIAPE sob as matrículas 0727443/CRH e 0727849/CRH. Em, não sendo possível, comprovar, por meio da Procuradoria Federal junto ao DNOCS que se esgotaram todos os recursos legais disponíveis para cobrança.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria Estadual no Ceará – CEST-CE			7833
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Por meio do Memorando nº 32/CRH/PP, de 11/6/2013, a DA/CRH manifestou as providências em curso, que abrangem o item em debate, visando a reposição ao Erário.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação</b>



			<b>Expedida</b>
37	201305966	4.2.1.1	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			<b>367</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Concluído o devido processo legal em face dos pensionistas, comprovar a implantação da reposição ao erário dos débitos de 02 ex-servidores, instituidores de pensão, cadastrados no SIAPE sob as matrículas 0729696/CEST/CE e 0738636/CRH.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria Estadual no Ceará – CEST-CE			7833
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Em relação ao servidor de matrícula 0729696 segue anexo o Memorando nº 200/CEST/CE/ADM/RH, de 10/6/2013, com as providências de reposição em curso, inclusive planilhas de cálculo. Quanto ao servidor de matrícula 0738636, o Memorando 13/DA/CRH/PP, de 25/4/2013 com providências em curso sobre a reposição deste caso. Como o Processo nº 59400,007464/2010-67, relacionado à concessão de pensão encontra-se na CGU/CE, foi solicitado nesta data, através do Ofício nº 262/DA/CRH-AP/L o retorno do mesmo para as providências subsequentes.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
38	201305966	4.2.1.1	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			<b>367</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Apresentar a documentação que respalda o procedimento de interrupção da reposição ao erário implantada na ficha financeira dos 11 servidores, elencados a seguir por matrícula SIAPE: 0727705/CRH; 0727785/CRH; 0727874/CRH; 0728328/CRH; 0727792/CRH; 0731172/CEST/CE; 0730172/CEST/CE; 0731422/CEST/CE; 0731802/CEST/CE; 0732235/CEST/CE e 0729666/CEST/CE.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria Estadual no Ceará – CEST-CE			7833
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			

A DA/CRH Em relação aos servidores de matrículas 0727705 e 0727874 segue em anexo o Memorando nº 31/DA/CRH/PP, de 11/6/2013, contendo informações sobre as ações que impedem a consignação de reposição ao Erário. De se ressaltar que através do Memorando nº 375/DA/CRH/PP, de 23/8/2013 (Recomendação 1), foi reiterada consulta à PGF/DNOCS sobre a manutenção da força executória das Decisões que amparam a abstenção da reposição dos referidos servidores. Quanto ao servidor de matrícula 0727785 também em anexo segue o Memorando nº 34/CRH/PP, de 12/6/2013, com as informações sobre a Ação Judicial que impede a consignação da reposição ao Erário. Sobre o servidor de matrícula 0728328 o Memorando nº 36/CRH/PP, de 13/6/2013, de cópia anexa, contem as informações sobre este caso. Em relação ao servidor de matrícula 0727792, por não ter deixado beneficiários habilitados à pensão, a consulta já formalizada à PGF/DNOCS através do Memorando nº 375/DA/CRH/PP, de 23/8/2013 (Recomendação 1) orientará à CRH/DNOCS sobre como proceder em relação ao assunto. Quanto ao servidor de matrícula 0731172 e 0731802 segue anexo o Memorando nº 174/2013/CEST/CE/ADM/RH, de 06/6/2013, contendo informações sobre as Ações Judiciais que impedem a consignação de reposição ao Erário. Sobre o servidor de matrícula 0730172 segue também anexo o Memorando nº 163/CEST/CE/ADM/RH, de 04/6/2013 contendo as justificativas e a comprovação da reposição ao Erário de que se trata. Sobre o servidor de matrícula 0731422 o Memorando nº 167/CEST/CE/ADM/RH, de 04/6/2013, com os procedimentos de reposição ao Erário adotados neste caso. Quanto ao servidor de matrícula 0729666, o Memorando nº 336/CEST/CE/ADM/RH, de cópia anexa, contem as informações sobre a Ação Judicial que ampara a abstenção da reposição desse servidor. Em relação ao servidor de matrícula 0732235, a CRH/DNOCS está diligenciando no sentido de identificar o Processo que gerou a interrupção da reposição.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
39	201305966	4.2.1.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Refazer os cálculos da reposição ao erário concernente à pensionista de matrícula SIAPE nº 03901947/CRH e comprovar a devolução do restante a ser Devolvido.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenadoria Estadual no Ceará – CEST-CE			7833
Síntese da Providência Adotada			
As providências adotadas pela DA/CRH, que abrangem as providências a serem adotadas pela CEST-CE, direcionam-se para que ainda que a recomendação aponte como pendente de reposição o débito em relação a pensionista de matrícula 03901947, já falecida, a consignação foi repassada para a pensionista remanescente de matrícula 03901891, conforme comprovação contida na documentação que acompanha o Memorando nº 30/CRH/PP, de 11/6/2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
40	201305966	4.2.1.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Comprovar, por meio de parecer atualizado da Procuradoria Federal junto ao DNOCS, a força executória da decisão judicial relativa ao Processo nº 0520193-64.2011.4.05.8100, e seus beneficiários, manifestando-se quanto à interrupção da reposição ao erário da ficha financeira da pensionista de matrícula SIAPE nº 05508207/CRH.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenadoria Estadual no Ceará – CEST-CE			7833
Síntese da Providência Adotada			
A DA/CRH manifestou-se afirmando que ainda que a CRH/DNOCS esteja envidando esforços no sentido de solicitar à PGF/DNOCS o envio de Parecer atual sobre a força executória das diversas ações judiciais, essas demandas teriam melhor andamento se direcionadas diretamente àquela unidade Jurídica, uma vez que a CRH/DNOCS fica impedida de agir na continuidade das reposições enquanto não for informada da perda da força executória dessas ações.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
41	201305966	4.2.1.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Apresentar a documentação que respalda o procedimento de interrupção da reposição ao erário implantada na ficha financeira dos pensionistas de matrículas SIAPE nºs 3711404/CEST/CE e 3711544/CEST/CE.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenadoria Estadual no Ceará – CEST-CE			7833
Síntese da Providência Adotada			

A CRH/DA afirmou que ainda que a CRH/DNOCS esteja envidando esforços no sentido de solicitar à PGF/DNOCS o envio de Parecer atual sobre a força executória das diversas ações judiciais, essas demandas teriam melhor andamento se direcionadas diretamente àquela unidade Jurídica, uma vez que a CRH/DNOCS fica impedida de agir na continuidade das reposições enquanto não for informada da perda da força executória dessas ações.
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
42	201305966	4.2.1.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Refazer os cálculos da reposição ao erário concernente à pensionista de matrícula SIAPE nº 03901947/CRH e comprovar a devolução do restante a ser Devolvido.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria Administrativa – DA			1468
Síntese da Providência Adotada			
Ainda que a recomendação aponte como pendente de reposição o débito em relação a pensionista de matrícula 03901947, já falecida, a consignação foi repassada para a pensionista remanescente de matrícula 03901891, conforme comprovação contida na documentação que acompanha o Memorando nº 30/CRH/PP, de 11/6/2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
43	201305966	4.2.1.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Comprovar, por meio de parecer atualizado da Procuradoria Federal junto ao DNOCS, a força executória da decisão judicial relativa ao Processo nº 0520193-64.2011.4.05.8100, e seus beneficiários, manifestando-se quanto à interrupção da reposição ao erário da ficha financeira da pensionista de matrícula SIAPE nº 05508207/CRH.			

Providências Adotadas	
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Diretoria Administrativa – DA	1468
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
<p>Ainda que a CRH/DNOCS esteja envidando esforços no sentido de solicitar à PGF/DNOCS o envio de Parecer atual sobre a força executória das diversas ações judiciais, essas demandas teriam melhor andamento se direcionadas diretamente àquela unidade Jurídica, uma vez que a CRH/DNOCS fica impedida de agir na continuidade das reposições enquanto não for informada da perda da força executória dessas ações.</p>	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
44	201305966	4.2.1.2	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<p>Apresentar a documentação que respalda o procedimento de interrupção da reposição ao erário implantada na ficha financeira dos pensionistas de matrículas SIAPE nºs 3711404/CEST/CE e 3711544/CEST/CE.</p>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria Administrativa – DA			1468
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<p>As providências foram demonstradas por meio do Memorando nº 208/CEST/CE/ADM/RH, de 12/6/2013, contendo as justificativas para a interrupção da reposição ao Erário em relação a estes casos.</p>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
45	201305966	4.2.1.3	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	<b>367</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>	
Apresentar a documentação comprobatória do atual estado civil da beneficiária de pensão registrada no SIAPE sob a matrícula 02596032, na condição de FILHA MAIOR SOLTEIRA, a fim de comprovar a fidedignidade dos dados cadastrais.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Diretoria Administrativa – DA	1468
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Foi encaminhada documentação comprobatória relativa a este item.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
46	201305966	4.2.1.3	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			<b>367</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Apresentar a documentação comprobatória do atual estado civil da beneficiária de pensão registrada no SIAPE sob a matrícula 02596032, na condição de FILHA MAIOR SOLTEIRA, a fim de comprovar a fidedignidade dos dados cadastrais.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria Estadual no Ceará – CEST-CE			7833
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Por meio de manifestação da DA/CRH a recomendação foi atendida, conforme consta em Despacho nº 1023/DA/CRH, de 26/8/2013.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>

47	201305966	4.2.1.4	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Não obstante os valores já apurados, refazer os cálculos e implantar a reposição dos valores pagos em duplicidade (quintos/décimos administrativos e judicial) com relação à pensionista cadastrada sob a matrícula 05266548, beneficiária do instituidor com SIAPE 0731835/CRH, observando a forma de cálculo da pensão prevista na Lei nº 10.887/2004, excluindo-se o valor indevido desde a sua base de Cálculo.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria Administrativa – DA			1468
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Por meio do Memorando nº 29/CRH/PP, de 11/6/2013, são apresentadas as justificativas e providências já adotadas em relação ao saneamento deste item.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
48	201305966	4.2.1.5	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Justificar a suspensão da reposição ao erário, implantada na ficha financeira do servidor cadastrado no sistema SIAPE sob a matrícula 1091221, procedendo, conforme o caso, a reposição ao erário dos valores pagos a maior, com valor informado a título de vencimento.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria Administrativa – DA			1468
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Por meio do Memo nº 112/2013/CEST-CE/ADM/RH, de 26/4/2013 e cópia do Processo 59400.001288/2013-01, contendo as principais peças da Ação Judicial nº 800002.70.2012.4.05.8105-23ª V/CE, que impede a consignação da reposição ao Erário de que se trata.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>
-------------------------------

Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
49	201305966	4.2.1.5	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Justificar a suspensão da reposição ao erário, implantada na ficha financeira do servidor cadastrado no sistema SIAPE sob a matrícula 1091221, procedendo, conforme o caso, a reposição ao erário dos valores pagos a maior, com valor informado a título de vencimento.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenadoria Estadual no Ceará – CEST-CE			7833
Síntese da Providência Adotada			
Por meio do Memo nº 112/2013/CEST-CE/ADM/RH, de 26/4/2013 e cópia do Processo 59400.001288/2013-01, contendo as principais peças da Ação Judicial nº 800002.70.2012.4.05.8105-23ª V/CE, que impede a consignação da reposição ao Erário de que se trata.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
50	201305966	4.2.1.6	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
No tocante ao servidor cadastrado no sistema SIAPE sob a matrícula nº 0730494, por se tratar de instituidor de pensão falecido na vigência da EC nº 41/2003, efetuar o cálculo da pensão na forma do art. 2º da Lei nº 10.887/2004 e comprovar a reposição ao erário dos valores, por ventura, pagos a maior.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenadoria Estadual no Ceará – CEST-CE			7833
Síntese da Providência Adotada			
MEMO Nº 169/CEST/CE/ADM/RH, de 04/6/2013, acompanhado da Notificação nº 011/CEST/CE/ADM/RH/2013 e da Planilha de Cálculo dos valores a serem consignados como reposição ao Erário. Em anexo, segue a cópia do memorando nº 382/CRH/DNOCS, de 26/8/2013, sobre as providências em curso visando o saneamento deste caso.			
Síntese dos Resultados Obtidos			



<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
--

### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
51	201305966	4.2.1.6	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
No tocante ao instituidor cadastrado no SIAPE sob a matrícula 0727490, após a conclusão do devido processo legal, comprovar a implantação da reposição ao erário na ficha financeira da respectiva pensionista.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenadoria Estadual no Ceará – CEST-CE			7833
Síntese da Providência Adotada			
Ainda que a Procuradoria Regional Federal – 5ª Região tenha se manifestado sobre o assunto de modo a auxiliar a CRH/DNOCS no saneamento das inconsistências apontadas neste item, restou ainda a dúvida em relação ao período a ser considerado para o levantamento dos valores da reposição ao erário. Por essa razão, o Processo nº 59400.005989/2012-20 retornou à PGF/DNOCS, conforme Despacho nº 316/CRH/PP, de 05/7/2013, de cópia anexa, que o encaminhou à PRF – 5ª Região, onde se encontra atualmente.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
52	201305966	4.2.1.6	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
No tocante ao servidor cadastrado no sistema SIAPE sob a matrícula nº 0730494, por se tratar de instituidor de pensão falecido na vigência da EC nº 41/2003, efetuar o cálculo da pensão na forma do art. 2º da Lei nº 10.887/2004 e comprovar a reposição ao erário dos valores, por ventura, pagos a maior.			
Providências Adotadas			

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Diretoria Administrativa – DA	1468
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Por meio do Memo nº 169/CEST/CE/ADM/RH, de 04/6/2013, acompanhado da Notificação nº 011/CEST/CE/ADM/RH/2013 e da Planilha de Cálculo dos valores a serem consignados como reposição ao Erário. Foi encaminhada também cópia do memorando nº 382/CRH/DNOCS, de 26/8/2013, sobre as providências em curso visando o saneamento deste caso.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
53	201305966	4.2.1.6	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
No tocante ao instituidor cadastrado no SIAPE sob a matrícula 0727490, após a conclusão do devido processo legal, comprovar a implantação da reposição ao erário na ficha financeira da respectiva pensionista.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria Administrativa – DA			1468
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Ainda que a Procuradoria Regional Federal – 5ª Região tenha se manifestado sobre o assunto de modo a auxiliar a CRH/DNOCS no saneamento das inconsistências apontadas neste item, restou ainda a dúvida em relação ao período a ser considerado para o levantamento dos valores da reposição ao erário. Por essa razão, o Processo nº 59400.005989/2012-20 retornou à PGF/DNOCS, conforme Despacho nº 316/CRH/PP, de 05/7/2013, de cópia anexa, que o encaminhou à PRF – 5ª Região, onde se encontra atualmente.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
54	201305966	4.2.1.7	

<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>		<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas		367
<b>Descrição da Recomendação</b>		
Regularizar o pagamento da vantagem do artigo 184, I, da Lei nº 1.711/52, concernente aos servidores cadastrados no SIAPE sob as matrículas nºs 0738414, 0738610, 0738444 e 0738432, de acordo com as orientações contidas na ON/MP nº 11/2010, efetuando a reposição ao erário dos valores pagos a maior.		
<b>Providências Adotadas</b>		
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>		<b>Código SIORG</b>
Diretoria Administrativa – DA		1468
<b>Síntese da Providência Adotada</b>		
Foi encaminhado o Memorando nº 243/2013/CEST/CE/ADM/RH/DNOCS, de 02/7/2013, contendo as providências até agora adotadas para o saneamento da situação apontada nesta constatação. Assim como a cópia do memorando nº 383/CRH/DNOCS, de 26/8/2013, sobre as providências em curso visando o saneamento deste caso.		
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>		
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>		

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
55	201305966	4.2.1.7	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Regularizar o pagamento da vantagem do artigo 184, I, da Lei nº 1.711/52, concernente aos servidores cadastrados no SIAPE sob as matrículas nºs 0738414, 0738610, 0738444 e 0738432, de acordo com as orientações contidas na ON/MP nº 11/2010, efetuando a reposição ao erário dos valores pagos a maior.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria Estadual no Ceará – CEST-CE			7833
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Por meio do Memorando nº 243/2013/CEST/CE/ADM/RH/DNOCS, de 02/7/2013, contendo as providências até agora adotadas para o saneamento da situação apontada nesta constatação. O memorando nº 383/CRH/DNOCS, de 26/8/2013, sobre as providências em curso visando o saneamento deste caso.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	367

<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
56	201305966	4.2.1.8	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			<b>367</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Apresentar a planilha de cálculo dos proventos do ex-servidor cadastrado no SIAPE sob a matrícula 0732007 (Ocorrência EC nº 41 40 II, base de cálculo para a pensão Tipo 54 EC 41/2003 Lei 10.887/2004), bem como dos valores efetivamente pagos, para fins de comprovação do montante devido para reposição ao Erário.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria Estadual no Ceará – CEST-CE			7833
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Por meio do o MEMO Nº 171/CEST/CE/ADM/RH, de 04/6/2013, acompanhado da planilha de cálculo dos proventos do ex-servidor de matrícula 0732007 e fichas financeiras da beneficiária de pensão de matrícula 5462070, comprovando a consignação de reposição ao Erário.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

#### **Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
57	201305966	4.2.1.8	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			<b>367</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Apresentar a planilha de cálculo dos proventos do ex-servidor cadastrado no SIAPE sob a matrícula 0732007 (Ocorrência EC nº 41 40 II, base de cálculo para a pensão Tipo 54 EC 41/2003 Lei 10.887/2004), bem como dos valores efetivamente pagos, para fins de comprovação do montante devido para reposição ao Erário.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria Administrativa – DA			1468
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Foi encaminhado o Memo nº 171/CEST/CE/ADM/RH, de 04/6/2013, acompanhado da planilha de cálculo dos proventos do ex-servidor de matrícula 0732007 e fichas financeiras da beneficiária de pensão de matrícula 5462070, comprovando a consignação de reposição ao Erário.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

**Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
58	201305966	4.2.1.9	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Apresentar a documentação comprobatória dos acertos praticados nas pensões, para consolidação dos resultados, quais sejam: cadastro (retificação Tipo de Pensão, Base Bruta e Base Reajustada) e reposição ao erário (planilha de cálculo dos valores devidos e dos valores pagos a maior). SIAPE: 04587120, 05019036, 05019001, 05019168, 05422973, 05423015, 05029368, 04567358, 04686772, 04686195, 04715071, 04700481, 04712587, 04674880, 04648561, 04699319, 04688589, 04648412, 04634161, 04649761, 04650999, 05422540.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria Administrativa – DA			1468
Síntese da Providência Adotada			
Em relação aos beneficiários de que trata a presente recomendação, segue em anexo o MEMO N° 206/CEST/CE/ADM/RH de 12/6/2013, contendo manifestação sobre providências parciais adotadas para o saneamento dessas pendências. Também em anexo, segue a cópia do Memorando n° 372/CRH/DNOCS/2013, sobre as providências ainda pendentes para o saneamento completo do assunto.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
59	201305966	4.2.1.9	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Apresentar a documentação comprobatória dos acertos praticados nas pensões, para consolidação dos resultados, quais sejam: cadastro (retificação Tipo de Pensão, Base Bruta e Base Reajustada) e reposição ao erário (planilha de cálculo dos valores devidos e dos valores pagos a maior). SIAPE: 04587120, 05019036, 05019001, 05019168, 05422973, 05423015, 05029368, 04567358, 04686772, 04686195, 04715071, 04700481, 04712587, 04674880, 04648561, 04699319, 04688589, 04648412, 04634161, 04649761, 04650999, 05422540.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

Coordenadoria Estadual no Ceará – CEST-CE	7833
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Em relação aos beneficiários de que trata a presente recomendação, segue em anexo o MEMO N° 206/CEST/CE/ADM/RH de 12/6/2013, contendo manifestação sobre providências parciais adotadas para o saneamento dessas pendências. Também em anexo, segue a cópia do Memorando n° 372/CRH/DNOCS/2013, sobre as providências ainda pendentes para o saneamento completo do assunto.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
60	201305966	4.2.1.9	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Com relação aos seguintes pensionistas, além da revisão da pensão na forma da recomendação anterior, comprovar a reposição ao erário conforme devida: 04712587, 04674880 e 04650999.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenadoria Estadual no Ceará – CEST-CE			7833
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Em relação às pensionistas de matrículas 4650999 e 4674880, seguem em anexo os MEMO N°s 177 e 178/CEST/CE/ADM/RH, de 06/6/2013, respectivamente, contendo as manifestações e providências parciais adotadas pela CEST/CE em relação a esta Recomendação. Também em anexo, segue a cópia do Memorando n° 369/CRH/DNOCS/2013, como reforço de recomendação para o saneamento completo do assunto. Em relação a pensionista de matrícula 4712587, segue em anexo o MEMO N° 175/CEST/CE/ADM/RH, de 06/6/2013, contendo as manifestações quanto a impossibilidade, por decisão judicial, da correção da fundamentação legal de sua concessão e da consignação de reposição ao Erário.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

61	201305966	4.2.1.9	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Com relação aos seguintes pensionistas, além da revisão da pensão na forma da recomendação anterior, comprovar a reposição ao erário conforme devida: 04712587, 04674880 e 04650999.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria Administrativa – DA			1468
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Em relação às pensionistas de matrículas 4650999 e 4674880, seguem em anexo os MEMO N°s 177 e 178/CEST/CE/ADM/RH, de 06/6/2013, respectivamente, contendo as manifestações e providências parciais adotadas pela CEST/CE em relação a esta Recomendação. Também em anexo, segue a cópia do Memorando n° 369/CRH/DNOCS/2013, como reforço de recomendação para o saneamento completo do assunto. Em relação a pensionista de matrícula 4712587, segue em anexo o MEMO N° 175/CEST/CE/ADM/RH, de 06/6/2013, contendo as manifestações quanto a impossibilidade, por decisão judicial, da correção da fundamentação legal de sua concessão e da consignação de reposição ao Erário.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
62	201305966	5.1.1.1	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Exigir, se ainda não o fez, que a empresa CTA Empreendimentos Ltda. apresente o detalhamento do BDI e encargos sociais cobrados para execução dos serviços de recuperação e adequação da Barragem Eng.º Francisco Saboya (Poço da Cruz) no Município de Ibimirim/PE.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria Estadual em Pernambuco – CEST-PE			7834
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Foram tomadas as devidas providências através do encaminhamento do Ofício n° 125/CEST-PE à empresa CTA- Empreendimentos Ltda, detentora do Contrato DNOCS CEST-PE n° 011/2012, decorrente da Concorrência Pública N° 01/CEST-PE/CPL/2012, que tem por objeto a execução dos serviços de recuperação e adequação da Barragem Engº Francisco Saboya (Poço da Cruz), Ibimirim-PE, solicitando que essa empresa apresente o detalhamento do BDI e Encargos Sociais que integram as planilhas orçamentárias do referido contrato.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

**Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
63	201305966	5.1.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Avaliar a exequibilidade dos encargos sociais e BDI cobrados, sobretudo, no que concerne ao BDI, sua aderência aos parâmetros definidos no Acórdão n.º 2.369/2011 / TCU / Plenário, e na Súmula TCU n.º 254/2010.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenadoria Estadual em Pernambuco – CEST-PE			7834
Síntese da Providência Adotada			
Conforme o Memº nº 09/CEST-PE/CPL/2013, de 19/8/2013, os valores do BDI utilizado nas composições dos preços unitários, da empresa CTA- Empreendimentos Ltda, foram de: 24,06% para serviços e 15,51% para fornecimento de materiais, encontrando-se dentro dos parâmetros orçadas pelo DNOCS e aprovados através do Parecer Técnico COP nº 036/2012 da Secretaria de Infraestrutura Hídrica do MI, que foram de 24,06% para serviços e de 15,54% para fornecimento de materiais.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
64	201305966	5.1.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Considerar, doravante, como exigência obrigatória o cumprimento de cláusula que fixe a apresentação da composição do BDI, bem como dos percentuais de encargos sociais, para fins de julgamento das propostas de preços.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenadoria Estadual em Pernambuco – CEST-PE			7834
Síntese da Providência Adotada			



Esta Comissão de Licitação se compromete a cumprir integralmente, nas próximas licitações, a cláusula que fixa o detalhamento do BDI, bem como dos percentuais de encargos sociais, para fins de julgamento das propostas de preços.
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
65	201305966	5.1.2.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Capacitar as equipes técnicas responsáveis pela elaboração de projetos básicos e termos de referência, no sentido de que os novos editais de licitação incluam, quando couber, os critérios de sustentabilidade ambiental exigidos pela IN SLTI/MPOG nº 01/2010.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenadoria Estadual em Pernambuco – CEST-PE			7834
Síntese da Providência Adotada			
Os novos editais de licitação no âmbito desta Coordenadoria Estadual do DNOCS em Pernambuco, já incluem a adoção dos critérios de sustentabilidade ambiental conforme exigidos pela IN SLTI/MPOG nº 01/2010.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
66	201305966	5.2.1.6	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Encaminhar, se já não o fez, os convênios retromencionados à Procuradoria da Autarquia para análise da possibilidade de convalidação dos atos praticados, haja vista os vícios detectados nos processos.			

<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Gabinete - GAB	370
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Por meio do Memo nº 44/CMC/GAB/DG/2013, de 22/8/2013, a Comissão de Monitoramento de Convênios sugere cancelar o convênio SICONV nº 779108, face a impossibilidade de sanar os vícios apontados.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
67	201305966	5.2.1.6	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Evitar a celebração de convênios sem a observância da Lei de Responsabilidade Fiscal, das condicionalidades dispostas no art. 38 da Portaria Interministerial CGU/MF/MPOG nº 507/2011 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente no exercício de sua assinatura, implementando mecanismos de controles internos, de forma a não contrariar as normas retrocitadas.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Gabinete - GAB			370
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Por meio do Memo nº 44/CMC/GAB/DG/2013, de 22/8/2013, a Comissão de Monitoramento de Convênios sugere cancelar o convênio SICONV nº 779108, face a impossibilidade de sanar os vícios apontados.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
68	201305966	5.2.1.6	

<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>		<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas		367
<b>Descrição da Recomendação</b>		
<p>Proceder ao cancelamento do Convênio nº 22/2012 (Siconv nº 779108), tendo em vista a insuficiência de dotação orçamentária por parte do concedente para execução do objeto nele proposto.</p>		
<b>Providências Adotadas</b>		
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>		<b>Código SIORG</b>
Gabinete - GAB		370
<b>Síntese da Providência Adotada</b>		
<p>Por meio do Memorando nº 51/CMC/GAB/DG/2013, de 26/8/2013, constante do Processo nº 59400.003569/2013-90, a Presidente da Comissão de Monitoramento de Convênios manifestou resposta ao item em debate.</p>		
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>		
<p><b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b></p>		

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
69	201305966	5.2.1.7	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<p>Implementar mecanismos de controles internos de forma a evitar a celebração de convênios sem a manifestação prévia e conclusiva do setor técnico.</p>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Infraestrutura Hídrica – DI			11506
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<p>A leitura das “Análises do Controle Interno”, relativas aos itens 1.6.72 e 1.6.75, deixa entrever que as razões de justificativa da Comissão de Fiscalização do Contrato PGE-007/2006, apresentadas à Auditoria Interna em julho de 2013, não chegaram ao conhecimento da CGU/CE, por causa, talvez, do desencontro de informações sobre o prazo final de entrega das manifestações do DNOCS.</p> <p>Por isso, são reapresentadas as explicações da Fiscalização do Contrato PGE-007/2006, acompanhadas de cópias de documentos, sobre o teor dos itens 1.6.72, 1.6.75 do A-córdão nº 2.978/2012-TCU-1ª Câmara, retificado pelo de nº 3.555/2012-TCU-1ª Câmara.</p>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<p><b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b></p>			

**Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
70	201305966	5.2.1.7	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
<p>Proceder à análise criteriosa dos projetos apresentados pelos convenientes, de forma a respaldar a celebração do convênio, abstendo-se de realizar uma análise superficial dos mesmos, com o intuito tão somente de atender a legislação.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Infraestrutura Hídrica – DI			11506
Síntese da Providência Adotada			
<p>Sobre a Constatação 5.2.1.7 - “Celebração de convênios com fundamento em manifestação técnica precária” – tenho a informar que o Serviço de Projetos da Coordenação de Estudos e Projetos da Diretoria de Infraestrutura Hídrica se pronunciou sobre a questão na res-posta ao Memorando nº 22/CMC/GAB/DNOCS/2013, endereçada à Comissão de Monitoramento de Convênio – CMC. Por meio do Memorando nº 51/CMC/GAB/DG/2013, de 26/8/2013, constante do Processo nº 59400.003569/2013-90, a Presidente da Comissão de Monitoramento de Convênios manifestou resposta ao item em debate.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
71	201305966	5.2.1.8	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
<p>Implementar mecanismos de controles internos, de forma a evitar a celebração de convênios sem a manifestação prévia e conclusiva da Procuradoria Federal junto a essa Autarquia.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete - GAB			370

<b>Síntese da Providência Adotada</b>
Por meio do Memorando nº 51/CMC/GAB/DG/2013, de 26/8/2013, constante do Processo nº 59400.003569/2013-90, a Presidente da Comissão de Monitoramento de Convênios manifestou resposta ao item em debate.
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
72	201305966	5.2.1.8	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Encaminhar, se já não o fez, os convênios retromencionados à Procuradoria Federal junto a essa Autarquia para análise da possibilidade de convalidação dos atos praticados, haja vista os vícios detectados no processo.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Gabinete - GAB			370
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Por meio do Memorando nº 51/CMC/GAB/DG/2013, de 26/8/2013, constante do Processo nº 59400.003569/2013-90, a Presidente da Comissão de Monitoramento de Convênios manifestou resposta ao item em debate.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
73	201305966	5.2.1.8	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			

Apurar a responsabilidade daqueles que, por ação ou omissão, concorreram para a celebração de convênios sem a manifestação prévia e conclusiva da Procuradoria Federal junto ao DNOCS.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Gabinete - GAB	370
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Por meio do Memorando nº 51/CMC/GAB/DG/2013, de 26/8/2013, constante do Processo nº 59400.003569/2013-90, a Presidente da Comissão de Monitoramento de Convênios manifestou resposta ao item em debate.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
74	201305966	5.2.1.9	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			<b>367</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Observar o disposto no art. 38 da Portaria Interministerial CGU/MF/MPOG nº 507/2011 e dispositivos da Lei Diretrizes Orçamentárias, vigente no exercício da celebração, quando da celebração de convênios.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Gabinete - GAB			370
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Por meio do Memorando nº 51/CMC/GAB/DG/2013, de 26/8/2013, constante do Processo nº 59400.003569/2013-90, a Presidente da Comissão de Monitoramento de Convênios manifestou resposta ao item em debate.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>

75	201305966	5.2.1.10	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Proceder à imediata anulação do termo celebrado, em vista das irregularidades ínsitas ao ato de sua formalização.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Gabinete - GAB			370
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Por meio do Memorando nº 51/CMC/GAB/DG/2013, de 26/8/2013, constante do Processo nº 59400.003569/2013-90, a Presidente da Comissão de Monitoramento de Convênios manifestou resposta ao item em debate.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
76	201305966	5.2.1.10	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Abster-se de celebrar transferências (voluntárias ou obrigatórias) com órgão ou entidade de direito público ou privado, cujas atividades não se coadunam com o objeto do ato firmado.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Gabinete - GAB			370
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Por meio do Memorando nº 51/CMC/GAB/DG/2013, de 26/8/2013, constante do Processo nº 59400.003569/2013-90, a Presidente da Comissão de Monitoramento de Convênios manifestou resposta ao item em debate.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
77	201305966	5.2.1.10	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Abster-se de incluir serviços e obras que possuem natureza contratual, e, portanto, podem ser licitadas pelo próprio DNOCS.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Gabinete - GAB			370
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Por meio do Memorando nº 51/CMC/GAB/DG/2013, de 26/8/2013, constante do Processo nº 59400.003569/2013-90, a Presidente da Comissão de Monitoramento de Convênios manifestou resposta ao item em debate.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
78	201305966	5.2.1.10	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Proceder à imediata anulação do termo celebrado, em vista das irregularidades ínsitas ao ato de sua formalização.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria Estadual no Ceará – CEST-CE			7833
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Por meio do Mem ° 21/CMC/GAB/DG/DNOCS/2013, de 25/6/2013, a Comissão de Monitoramento de Convênios adotou providências a fim de que a recomendação fosse cumprida.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			



<b>Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI</b>			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
79	201305966	5.2.1.10	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Abster-se de celebrar transferências (voluntárias ou obrigatórias) com órgão ou entidade de direito público ou privado, cujas atividades não se coadunam com o objeto do ato firmado.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria Estadual no Ceará – CEST-CE			7833
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Por meio do Mem ° 21/CMC/GAB/DG/DNOCS/2013, de 25/6/2013, a Comissão de Monitoramento de Convênios adotou providências a fim de que a recomendação fosse cumprida.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI</b>			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
80	201305966	5.2.1.10	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Abster-se de incluir serviços e obras que possuem natureza contratual, e, portanto, podem ser licitadas pelo próprio DNOCS.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria Estadual no Ceará – CEST-CE			7833
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			

Por meio do Mem ° 21/CMC/GAB/DG/DNOCS/2013, de 25/6/2013, a Comissão de Monitoramento de Convênios adotou providências a fim de que a recomendação fosse cumprida.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

**Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
81	201305966	5.2.1.11	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Proceder à imediata anulação do termo celebrado, em vista das irregularidades ínsitas ao ato de sua formalização.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção – DP			1470
Síntese da Providência Adotada			
Por meio do Mem.º n° 23 CMC/GAB/DG/DNOCS/2013, de 25/6/2013, a Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção solicitou cancelamento do convênio em epígrafe, em decorrência da constatação 5.2.1.11, conforme fls. 110-118 do Processo n° 59400.006813/2012-95. Por meio do Memorando n° 51/CMC/GAB/DG/2013, de 26/8/2013, constante do Processo n° 59400.003569/2013-90, a Presidente da Comissão de Monitoramento de Convênios manifestou resposta ao item em debate.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
82	201305966	5.2.1.11	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367

<b>Descrição da Recomendação</b>	
Abster-se de incluir serviços e obras que possuem natureza contratual, e, portanto, podem ser licitadas pelo próprio DNOCS.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção – DP	1470
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
<p>Por meio do Mem. Circular nº 163-DP, de 27/8/2013, a Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção informou que recebeu o Memorando nº 23/CMC/GAB/DG/DNOCS/2013 para manifestar-se sobre a Constatação descrita no documento. A manifestação proferida foi favorável ao cancelamento do Convênio nº 14/2012, sendo posteriormente autorizado pela Direção-Geral da Autarquia o ato de cancelamento.</p> <p>Dessa forma, o Convênio nº 14/2012, objeto dessa Constatação foi anulado, conforme verifica-se no DOU de 29/07/2013, Seção 3, pág. 115 (anexo), tendo sido comunicada a anulação à CGU, conforme informado pela Auditoria Interna no Despacho nº 234/2013 acostado aos autos do processo nº 59400.006813/2012-95, estando atendida a Recomendação 1. Quanto à Recomendação 2, sugerimos a essa Diretoria observar em ocasiões futuras.</p>	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
83	201305966	5.2.1.12	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Submeter, se ainda não o fez, os seis termos de transferências, anteriormente identificados, à Diretoria Colegiada do DNOCS, para apreciação e aprovação; e caso não sejam aprovados, providenciar o cancelamento dos mesmos.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Gabinete – GAB			370
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Por meio do Memorando nº 51/CMC/GAB/DG/2013, de 26/8/2013, constante do Processo nº 59400.003569/2013-90, a Presidente da Comissão de Monitoramento de Convênios manifestou resposta ao item em debate.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>
-------------------------------

<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
84	201305966	5.2.1.13	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Proceder à divulgação, no Siconv, da relação dos programas, projetos e atividades que envolveram transferências de recursos financeiros, conforme previsto no art. 4º da Portaria Interministerial nº 507/2011.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Gabinete – GAB			370
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Por meio do Memorando nº 51/CMC/GAB/DG/2013, de 26/8/2013, constante do Processo nº 59400.003569/2013-90, a Presidente da Comissão de Monitoramento de Convênios manifestou resposta ao item em debate.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
85	201305966	5.2.1.15	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Proceder ao cancelamento dos convênios registrados no Siconv que se encontram com a vigência expirada e que não tiveram liberação de recursos.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Gabinete – GAB			370
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Por meio do Memorando nº 51/CMC/GAB/DG/2013, de 26/8/2013, constante do Processo nº 59400.003569/2013-90, a Presidente da Comissão de Monitoramento de Convênios manifestou resposta ao item em debate.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			

<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
86	201305966	5.2.1.15	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Verificar a viabilidade de execução dos convênios que se encontram registrados no Siconv há mais de um exercício e que não tiveram liberação de recursos; e caso contrário, proceder ao cancelamento dos mesmos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete – GAB			370
Síntese da Providência Adotada			
Por meio do Memorando nº 51/CMC/GAB/DG/2013, de 26/8/2013, constante do Processo nº 59400.003569/2013-90, a Presidente da Comissão de Monitoramento de Convênios manifestou resposta ao item em debate.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
87	201305966	5.2.1.15	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Proceder à correção da situação dos convênios registrados no Siconv de forma a refletir a real situação em que se encontram.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete – GAB			370
Síntese da Providência Adotada			

Por meio do Memorando nº 51/CMC/GAB/DG/2013, de 26/8/2013, constante do Processo nº 59400.003569/2013-90, a Presidente da Comissão de Monitoramento de Convênios manifestou resposta ao item em debate.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

### 9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 39 - A.9.2.2-Situação Das Recomendações Do OCI Que Permanecem Pendentes De Atendimento No Exercício

#### Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201305966	1.2.3.4	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Realizar de maneira efetiva o planejamento prévio às contratações de TI, elaborado em harmonia com o PDTI e alinhado ao PEI da unidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria Administrativa			1468
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Aguardando manifestação do setor responsável pela implementação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

#### Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201305966	1.2.3.4	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Elaborar corretamente a análise de viabilidade das contratações de TI, passando a identificar diferentes soluções que atendam aos requisitos da contratação e justificando a escolha da solução adotada.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria Administrativa – DA			1468
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Aguardando manifestação do setor responsável pela implementação.			

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

**Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201305966	1.2.3.4	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Proceder, nas contratações de TI, à pesquisa de preços, com detalhamento dos valores unitários dos itens componentes do objeto da contratação para elaboração do orçamento detalhado da contratação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria Administrativa – DA			1468
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Aguardando manifestação do setor responsável pela implementação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201305966	5.2.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Estabelecer cronograma para as análises das prestações de contas em estoque, indicando a quantidade a ser analisada mensalmente, de forma a reduzir/zerar o estoque existente na Autarquia, levando em consideração a atual estrutura disponível para execução dessa atividade e o atendimento aos prazos previstos nos normativos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria Administrativa - DA			1468
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Aguardando manifestação do setor responsável pela implementação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			



<b>Gestor</b>
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

**Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
5	201305966	5.2.1.2	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Estabelecer prazos para as áreas responsáveis emitirem os respectivos pareceres técnicos, compatíveis com o cronograma estabelecido para reduzir o quantitativo de prestações de contas em estoque, de forma que o setor de contabilidade possa concluir as análises dentro do período previsto nos normativos.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria Administrativa - DA			1468
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Aguardando manifestação do setor responsável pela implementação.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

**Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
6	201305966	5.2.1.2	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Inserir dispositivo, no normativo interno a ser editado, que trata das transferências voluntárias, estabelecendo prazo para que os setores técnicos e contábil dessa Autarquia possam realizar suas análises, possibilitando, assim, o atendimento aos prazos previstos na legislação.			
<b>Providências Adotadas</b>			

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Diretoria Administrativa - DA	1468
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>	
Aguardando manifestação do setor responsável pela implementação.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
7	201305966	5.2.1.3	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Apresentar documentação que comprove a instauração da devida tomada de contas especial, com imediata inscrição do potencial responsável, em conta de ativo "Diversos Responsáveis", no caso dos convênios que tiveram sua inadimplência suspensa, baseado no § 2º, art. 5º da IN/STN nº 01/97. Caso contrário, retornar à situação de inadimplência dos convenientes e proceder à apuração de responsabilidade pela permanência da suspensão da inadimplência.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria Administrativa – DA			1468
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Aguardando manifestação do setor responsável pela implementação.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
8	201305966	5.2.1.3	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367

<b>Descrição da Recomendação</b>	
Apresentar a documentação encaminhada pelos gestores não faltosos, comprovando, semestralmente, o prosseguimento das ações adotadas, com vistas ao ressarcimento ao Erário, conforme previsto no § 3º, art. 5º da IN/STN nº 01/97. Caso contrário, retornar à situação de inadimplência dos convenientes e proceder à apuração de responsabilidade pela permanência da suspensão da inadimplência.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Diretoria Administrativa – DA	1468
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>	
Aguardando manifestação do setor responsável pela implementação.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

#### **Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
9	201305966	5.2.1.3	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Apresentar a documentação probatória da ação judicial impetrada pelo gestor não faltoso, que respalde a alteração da inadimplência efetiva para suspensa, relativamente aos Convênios nº 314696, 400871, 443283, 463990, 486452, 554005, 569823, 572839, 574408 e 603119. Caso contrário, retornar à situação de inadimplência dos convenientes e proceder à apuração de responsabilidade pela permanência da suspensão da inadimplência.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria Administrativa – DA			1468
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Aguardando manifestação do setor responsável pela implementação.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

#### **Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	367

<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
10	201305966	5.2.1.4	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Apresentar documentação probatória de encaminhamento das tomadas de contas especiais instauradas para a Controladoria-Geral da União.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria Administrativa – DA			1468
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Aguardando manifestação do setor responsável pela implementação.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
11	201305966	5.2.1.4	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Proceder à imediata instauração de tomada de contas especiais, com a respectiva inscrição do potencial responsável em conta de ativo "Diversos Responsáveis", caso ainda não tenha sido realizada.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria Administrativa – DA			1468
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Aguardando manifestação do setor responsável pela implementação.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201305966	5.2.1.4	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Apurar a responsabilidade da suspensão da inadimplência dos 25 convênios identificados no fato, sem que tivessem sido instauradas as tomadas de contas especiais e respectivas inscrições na conta "Diversos Responsáveis", bem como o ressarcimento ao erário pelos prejuízos causados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria Administrativa – DA			1468
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Aguardando manifestação do setor responsável pela implementação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

#### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201305966	5.1.1.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Substituir, se ainda não o fez, os 2 servidores mencionados das comissões de fiscalização de contratos oriundos de licitações conduzidas por comissões de licitações compostas pelos mesmos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenadoria Estadual no Rio Grande do Norte – CEST-RN			7838
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Aguardando manifestação do setor responsável pela implementação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201305966	5.1.1.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Designar, doravante, servidores distintos para compor comissão de licitação e para efetuar a fiscalização de contratos, em respeito ao princípio da segregação de funções, nos termos da Decisão n.º 767/1998 - TCU / Plenário.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenadoria Estadual no Rio Grande do Norte – CEST-RN			7838
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Aguardando manifestação do setor responsável pela implementação.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	201305966	5.1.2.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Capacitar as equipes técnicas responsáveis pela elaboração de projetos básicos e termos de referência, no sentido de que os novos editais de licitação incluam, quando couber, os critérios de sustentabilidade ambiental exigidos pela IN SLTI/MPOG n.º 01/2010.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenadoria Estadual no Rio Grande do Norte – CEST-RN			7838
Justificativa para o seu não Cumprimento			

Aguardando manifestação do setor responsável pela implementação.
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201305966	5.2.1.6	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Descrição da Recomendação			
Apurar a responsabilidade daqueles que, por ação ou omissão, concorreram para a celebração de convênios sem a observância da Lei de Responsabilidade Fiscal, das condicionalidades dispostas no art. 38 da Portaria Interministerial CGU/MF/MPOG nº 507/2011 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente no exercício de sua assinatura.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete - GAB			370
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Aguardando manifestação do setor responsável pela implementação.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	201305966	5.1.2.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367

<b>Descrição da Recomendação</b>	
Capacitar as equipes técnicas responsáveis pela elaboração de projetos básicos e termos de referência, no sentido de que os novos editais de licitação incluam, quando couber, os critérios de sustentabilidade ambiental exigidos pela IN SLTI/MPOG n° 01/2010.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria Estadual na Paraíba – CEST-PB	7842
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>	
Aguardando manifestação do setor responsável pela implementação.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

#### **Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
18	201305966	5.1.2.1	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Capacitar as equipes técnicas responsáveis pela elaboração de projetos básicos e termos de referência, no sentido de que os novos editais de licitação incluam, quando couber, os critérios de sustentabilidade ambiental exigidos pela IN SLTI/MPOG n° 01/2010.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria Estadual em Minas Gerais - CEST-MG			7851
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Aguardando manifestação do setor responsável pela implementação.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			



### 9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria

A Unidade de Auditoria Interna do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, de acordo com a atribuição estabelecida na N.E. nº 05/CGU, de 28/12/2007, em função do disposto no Parágrafo 5º, artigo 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, com as alterações introduzidas pelos Decretos nº 4.304 e 4.440, de 16/07 e 25/10/2002, respectivamente, em cumprimento ao item 9.3, do anexo único da Portaria-TCU nº 175, de 9 de julho de 2013, apresenta sua estrutura e como é feito o acompanhamento dos resultados do seu trabalho, demonstrando os seguintes aspectos:

- I. Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ;
- II. Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações;
- III. Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência;
- IV. Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;
- V. Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;
- VI. Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;
- VII. Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

#### • **ESTRUTURA E POSICIONAMENTO DA UNIDADE DE AUDITORIA NO ORGANOGRAMA DA UJ**

Conforme o explanado na prestação de contas do ano de 2012, a Auditoria Interna vem enfrentando problemas estruturais, já há alguns anos, relacionados à sua capacidade operacional, o cenário continuou em 2013. O fato vem prejudicando o desenvolvimento das atribuições necessárias ao cumprimento da missão institucional e o exercício de suas competências regimentais.

Fundamentalmente, o problema decorre da deficiência de pessoal e ausência de programa de capacitação ou treinamento dirigido aos servidores para realização de atividades de auditoria. Entretanto, a carência de pessoal se constitui no grande empecilho para o cumprimento da missão institucional da Auditoria Interna.

Importante reforçar que o atual quadro é absolutamente insuficiente para acompanhar os atos de gestão praticados no contexto da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional do DNOCS, órgão com unidades administrativas em todo Nordeste e responsável por executar ações de programas governamentais com dotação orçamentária superior a R\$ 1 bilhão.

*Quadro 1: Atribuições dos Servidores Lotados na Auditoria Interna*

<b>QUADRO TÉCNICO PARA AÇÕES FINALÍSTICAS</b>			
<b>Cargo/Função</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Nível do Cargo/Função</b>	<b>Formação Acadêmica</b>
Auditor-Chefe	1	Superior	Superior em Contabilidade
Assistente Técnico	1	Superior	Superior em Contabilidade
Chefe de Serviço	1	Superior	Superior em Contabilidade
Chefe de Serviço	1	Superior	Superior em Administração
<b>Subtotal</b>	<b>4</b>		

<b>QUADRO DE APOIO ADMINISTRATIVO ÀS ATIVIDADES FINALÍSTICAS</b>			
Agente de Vigilância	1	Médio	Superior em Administração
<b>Subtotal</b>	<b>1</b>		

<b>QUADRO DE APOIO ADMINISTRATIVO ÀS ATIVIDADES MEIO</b>			
Técnico em Colonização	1	Médio	Nível Médio
Datilógrafo	1	Médio	Nível Médio
<b>Subtotal</b>	<b>2</b>		
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>		

Fonte: elaborado pela Auditoria Interna.

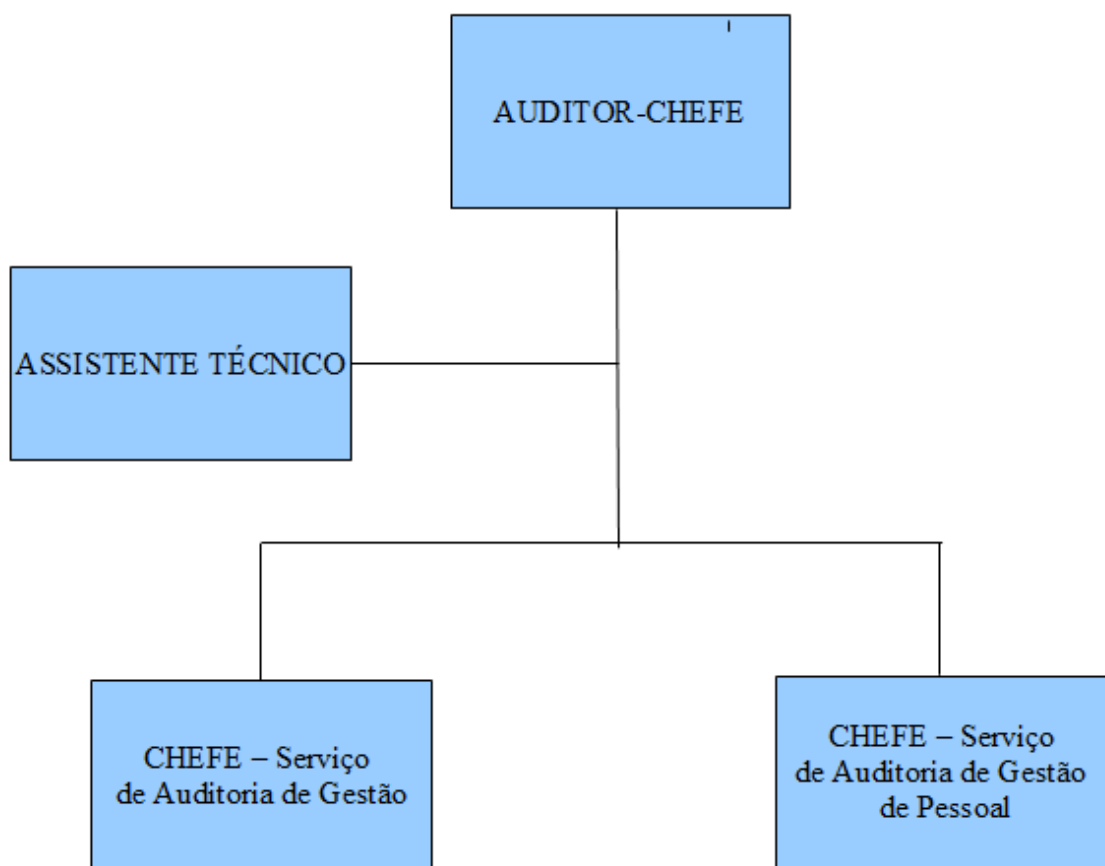
Aos servidores atualmente lotados não foram oferecidos treinamentos de forma a manter atualizados os conhecimentos sobre a legislação que regula os atos de gestão dos recursos públicos, envolvendo processos de despesa, de contabilização, de licitação, dispensas e inexigibilidade, convênios e, sobretudo, de técnicas de auditoria governamental.

De se ressaltar que no contexto da atual estrutura operacional, a contribuição da Auditoria Interna para uma boa e regular gestão dos recursos públicos, bem como para que as tomadas de decisões por parte dos gestores ocorram num ambiente de maior segurança jurídica e técnica, em especial, quando se pretende valorizar os princípios de eficiência, eficácia e efetividade da ação governamental, fica sensivelmente comprometida.

A Auditoria Interna do DNOCS é intermediária no fluxo de expedientes e diligências dirigidos ao DNOCS, pelos diversos órgãos federais inseridos em atividades de controle interno e externo e de combate a crimes contra a administração pública, a exemplo da Controladoria-Geral da União, por meio da Secretaria Federal de Controle Interno e da Corregedoria-Geral da União, Tribunal de Contas da União, Polícia Federal, Ministério Público, dentre outros, questionando atos de gestão envolvendo diversas unidades administrativas do DNOCS. A título de exemplo, em 2011 o número de demandas externas atingiu a quantidade de 1.441, e em 2012 o nº chegou a 1.914, e em 2013 foram registrados 1.830, sem entrar no mérito da complexidade de cada processo.

Destaque-se que a CGU, por meio do seu Relatório de Auditoria Especial de nº 190.024902/2011-11, de 22/12/2011, emitiu a recomendação ao DNOCS para promover a reestruturação da auditoria interna do Órgão, considerando o quantitativo de pessoal e a capacitação técnica adequada ao desenvolvimento dos trabalhos afetos à área. Recentemente, por meio do Relatório Preliminar de Avaliação do PAINT 2014 de nº 201315306, de 22/11/2013, emitiu a seguinte recomendação: “reiterar a recomendação de promover a reestruturação da Auditoria Interna do Órgão, considerando o quantitativo de pessoal e a capacidade técnica”.

A estrutura atual do corpo técnico da Auditoria Interna é composta por 4 servidores, a saber: Auditor-Chefe; Assistente Técnico; e dois chefes de serviços.

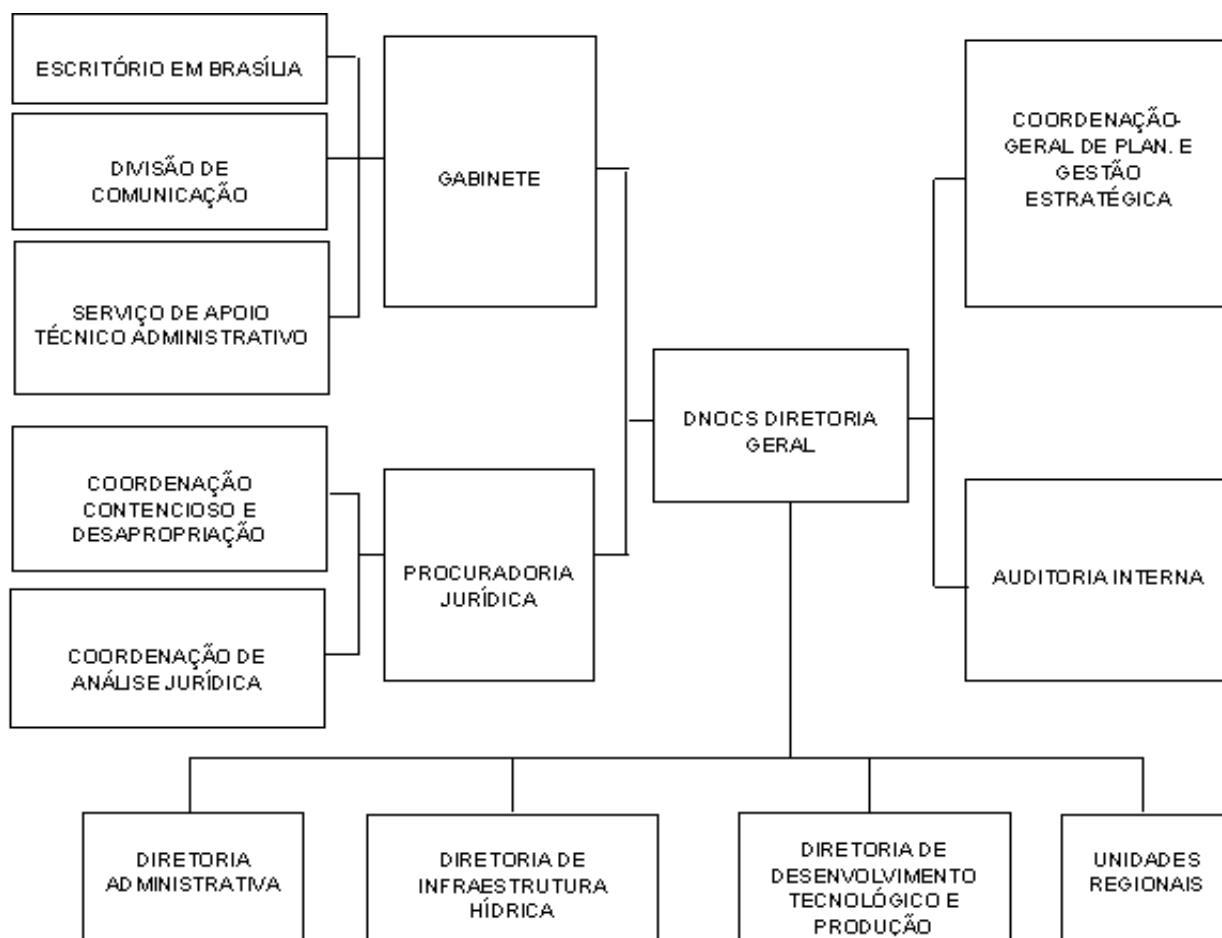


### I.1) Posicionamento da Auditoria Interna na estrutura da UJ

Conforme inciso IV, do Art. 2º, do Regimento Interno do DNOCS, a Auditoria Interna funciona como órgão seccional.

Nos termos do Art. 5º, do Regimento Interno do DNOCS, o Auditor-Chefe é escolhido, preferencialmente, dentre servidores ocupantes de cargo efetivo do Quadro de Pessoal da Autarquia que tenham qualificação e formação profissional compatível com a função ou cargo a ser exercido. Excepcionalmente, o cargo de que se trata poderá ser provido por qualquer outro servidor ou, ainda, por pessoa sem vínculo com a Administração Pública, de ilibada reputação e comprovada experiência técnica e administrativa.

### ORGANOGRAMA DO DNOCS



Fonte: <http://www.dnocs.gov.br>

### • TRABALHOS MAIS RELEVANTES REALIZADOS NO EXERCÍCIO E PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

As ações de auditoria interna desempenhadas envolvem várias atividades, destacando-se a realização das auditorias regulares previstas no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT, incluindo análise de medidas corretivas subsequentes, a coordenação do atendimento às demandas de informações, bem como às determinações oriundas dos órgãos de controle interno e externo e a emissão de orientações aos dirigentes do DNOCS, por meio de despachos e memorandos internos em processos administrativos específicos.

De acordo com a atual sistemática de controle das atividades no âmbito da auditoria interna, baseada em planilhas e arquivos eletrônicos, as atividades podem ser quantificadas sinteticamente conforme quadro a seguir:

Atividades	Unidade	Quantidade		Percentual
		Previsto	Realizado	
1 Elaboração de Relatório de Atividades em 2012 – RAINT	Relatório	1	1	100%
2 Elaboração de Parecer sobre a gestão de 2012	Parecer	1	1	100%
3 Realização de Auditorias	Relatórios e Pareceres	7	8	114%
4 Acompanhamento das recomendações da Auditoria Interna	Notas Técnicas	-	2	...
5 Controle e acompanhamento de diligências dos órgãos de controle interno e externo e outros	Despachos	-	1.830	...
6 Acompanhamento do Plano de Providências	Plano	1	1	100%

Ainda em relação às ações que resultam na elaboração de relatórios de auditoria e emissão de pareceres, previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, o quadro a seguir indica a correlação entre as auditorias realizadas e as programadas.

Nº do Relatório	Área	Unidade	Setor Auditado	Cronograma de Execução	Escopo Examinado	Recursos Humanos e Materiais	Código PAINT	Observações
01/2013	Gestão de Capacitação	Diretoria Administrativa	Núcleo de Capacitação	30/11 a 31/12/2012 e 01/04 a 16/5/2013	Gestão da Capacitação, com o objetivo de promover avaliação sobre as despesas relativas à capacitação de servidores do ponto de vista de sua aderência com as finalidades da entidade, perfil do servidor e resultados obtidos em relação a 2012.	1 supervisor e 2 técnicos	AUDI11	Ação prevista no PAINT de 2012 e finalizada em 2013
02/2013	Contratos Administrativos	Diretoria Administrativa	Coordenação de Recursos Logísticos	03/06 a 28/06 e 16/07 a 24/07/2013	Contrato DNOCS nº 01/2013, cujo objeto trata de fornecimento de combustíveis para o abastecimento de veículos oficiais do DNOCS – Administração Central, em Fortaleza/CE.	1 supervisor e 1 técnico	AUDI5	-
03/2013	Contratos Administrativos	Diretoria Administrativa	Coordenação de Recursos Logísticos	25/05 a 31/07 e 23 a 26/09/2013	Acompanhamento de trabalhos anteriores, realizada em atos de gestão praticados no período de 1/1/2013 a 30/6/2013, relacionados ao Contrato nº PGE-30/2008	1 supervisor e 1 técnico	AUDI5	-
04/2013	Contrato de Obra	Coordenação Estadual de Pernambuco	-	1º/08 a 25/09/2013	Verificação da regularidade na execução dos contratos celebrados em 1997 e 1998 entre o DNOCS e as empresas Plínio Cavalcanti & Cia. Ltda. e Construtora Audi Ltda. destinados à recuperação do Perímetro de Irrigação Cachoeira II, em Serra Talhada/PE, notadamente no que se refere às irregularidades apontadas na Informação Técnica nº 008/2007 emitida pelo Ministério Público.	1 supervisor 1 coordenador e 1 técnico.	AUDI2	Demanda oriunda do Ministério Público para apuração de denúncia no Perímetro Irrigado Cachoeira II. Substituiu a ação AUDI2
05/2013	Contrato de Concessão	Diretoria Administrativa	Coordenação de Recursos Logísticos	09/09 a 08/10/2013	Contrato de Cessão de Uso para exploração dos serviços de restaurante e lanchonete.	1 supervisor 1 coordenador e 1 técnico.	AUDI5	-

06/2013	Execução Orçamentária e Financeira	DNOCS	Todas as Diretorias	23/10 a 27/11/2013	Execução Orçamentária de 1º de Janeiro a 30 de setembro, relativa ao Orçamento 2013; e Execução financeira dos Restos a Pagar de exercícios anteriores, referente ao período de 1º de Janeiro a 28 de outubro.	1 supervisor e 1 técnico	AUDI7	-
07/2013	Contrato de Concessão	Diretoria Administrativa	Coordenação de Recursos Logísticos	11/11 a 09/12/2013	Contrato nº 04/2010 para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças originais, nos 04 (quatro) elevadores instalados no Edifício sede do DNOCS.	1 supervisor 1 coordenador e 1 técnico.	AUDI5	-
08/2013	Licitações	Diretoria Administrativa e Diretoria de Infraestrutura Hídrica	-	29/10 a 18/12/2013	Exame da legalidade e da conformidade dos atos praticados pelo DNOCS para a realização do Pregão Eletrônico nº 06/2013.	1 supervisor e 1 técnico	AUDI4	Por falta de recursos para diárias e viagens a CEST/PB conjugada com a diminuta força de trabalho nesta Auditoria Interna, foi substituída pela auditoria em licitações no âmbito da Administração Central do DNOCS.

Observe-se que ocorreram substituições de ações programadas, as quais se originaram por demanda externa originada do Ministério Público Federal e por restrição orçamentária e força de trabalho reduzida ante o volume de demandas.

As ações AUDI1 - Análises sobre convênios e AUDI3 - Transferência de Gestão de Perímetros não foram realizadas em decorrência do volume de trabalho conjugado com a diminuição de pessoal desta Auditoria Interna.

A ação AUDI6 - Auditoria em Recursos Humanos foi iniciada em 03 de dezembro de 2013 e em razão de férias dos servidores designados e recesso de final de ano, a ação será concluída em 2014.

Por fim, de se registrar que, conforme vem sendo comunicado em diversos documentos, inclusive no Parecer de Auditoria constante da Prestação de Contas referente ao exercício de 2012, a estrutura instalada na Auditoria Interna se mostra extremamente precária, havendo carência não apenas de corpo técnico, mas também de sistemas e métodos adequados para a realização de auditoria. O quantitativo imprevisível de demandas relacionadas ao acompanhamento de diligências dos órgãos de controle interno e externo, bem como as demandas por orientação provenientes das unidades administrativas internas terminam por consumir grande parte da escassa força de trabalho, comprometendo a realização sequer das ações inicialmente programadas.

Indiscutivelmente, todas as ações merecem ser consideradas essenciais na contribuição de uma regular gestão dos recursos públicos, cada qual em sua área de exame, no entanto, considerando o potencial de alcance para aperfeiçoar a administração no âmbito do Departamento, impende informar que as ações as quais, no ano de 2013, tiveram maior relevância e contribuição com a gestão do DNOCS foram:



Nº do Relatório	Área	Unidade	Setor Auditado	Cronograma de Execução	Escopo Examinado	Recursos Humanos e Materiais	Código PAINT	Observações
04/2013	Contrato de Obra	Coordenadoria Estadual de Pernambuco	-	1º/08 a 25/09/2013	Verificação da regularidade na execução dos contratos celebrados em 1997 e 1998 entre o DNOCS e as empresas Plínio Cavalcanti & Cia. Ltda. e Construtora Audi Ltda. destinados à recuperação do Perímetro de Irrigação Cachoeira II, em Serra Talhada/PE, notadamente no que se refere às irregularidades apontadas na Informação Técnica nº 008/2007 emitida pelo Ministério Público.	1 supervisor 1 coordenador e 1 técnico.	AUDI2	Demanda oriunda do Ministério Público para apuração de denúncia no Perímetro Irrigado Cachoeira II. Substituiu a ação AUDI2
06/2013	Execução Orçamentária e Financeira	DNOCS	Todas as Diretorias	23/10 a 27/11/2013	Execução Orçamentária de 1º de Janeiro a 30 de setembro, relativa ao Orçamento 2013; e Execução financeira dos Restos a Pagar de exercícios anteriores, referente ao período de 1º de Janeiro a 28 de outubro.	1 supervisor e 1 técnico	AUDI7	-
08/2013	Licitações	Diretoria Administrativa e Diretoria de Infraestrutura Hídrica	-	29/10 a 18/12/2013	Exame da legalidade e da conformidade dos atos praticados pelo DNOCS para a realização do Pregão Eletrônico nº 06/2013.	1 supervisor e 1 técnico	AUDI4	Por falta de recursos para diárias e viagens à CEST/PB conjugada com a diminuta força de trabalho nesta Auditoria Interna, foi substituída pela auditoria em licitações no âmbito da Administração Central do DNOCS.

## **Relatório de Auditoria Especial nº 04/2013**

O Relatório de Auditoria Especial nº 04/2013, de 08 de outubro de 2013, visou atender à demanda oriunda do Ministério Público Federal – MPF, formulada por meio do Ofício nº 497/2013-PR STA/PE, para cumprimento da Recomendação nº 11/2012-2º OF – PMR-STA/PE, relacionada ao ICP nº 1.26.000.001090/2007-79, para apurar as denúncias consignadas na Informação Técnica nº 008/2007, cujos objetos foram os Contratos celebrados em 1997 e 1998 entre o DNOCS e as empresas Construtora Audi Ltda. e Plínio Cavalcanti & Cia. Ltda. destinados à recuperação do Perímetro de Irrigação Cachoeira II, em Serra Talhada/PE.

Em síntese, as irregularidades apontadas na Informação Técnica nº 008/2007, emitida pela Assessoria Técnica do Ministério Público Federal em Pernambuco, quais sejam:

1. Descumprimento de contrato pela empresa Audi Ltda.;
2. Execução de contrato efetuada pela empresa Plínio Cavalcanti e Cia. Ltda., com proposta no valor de R\$ 251.397,73, para execução, dentre outros, supostamente dos mesmos serviços contratados à empresa Audi Ltda.; e
3. Suspensão do serviço de água, por parte do DNOCS, para o Perímetro Irrigado Cachoeira II.

Como resultado dos exames procedeu-se com as seguintes constatações:

**Constatação 01:** Pagamento de serviços e bens não fornecidos pela contratada.

### **Recomendação:**

1 – Instaurar a imediata Tomada de Contas Especial;

2 – Adotar providências com vistas a apuração de responsabilidade pelo desaparecimento do processo de licitação da Carta Convite nº 08/96-3DR/GL.

**Constatação 02:** Execução de contratos distintos, realizada nos mesmos trechos dos lotes 06-p, 07p e 10-p.

**Recomendação:** Levantar os valores do que foram executados pela empresa Plínio nos trechos dos lotes 06-p, 07p e 10-p e acrescentar ao montante do prejuízo causado pela empresa Audi por sua inexecução, por ocasião da Tomada de Contas Especial.

**Constatação 03:** Indícios de superfaturamento na execução do Convite nº 08/96-3DR/GL.

**Recomendação:** Confirmando-se o superfaturamento, acrescentar à conta do prejuízo provocado pelo pagamento indevido de serviços não executados pela empresa Audi, por ocasião da Tomada de Contas Especial.

**Constatação 04:** Perímetro Irrigado Cachoeira II deteriorado e sem condições de funcionamento.

Em razão da exiguidade de tempo e da delimitação do escopo do trabalho esta constatação se constituirá em trabalho específico a ser realizado em 2014.

## **Relatório de Monitoramento da execução do Orçamento de 2013 de nº 06/2013**

A finalidade do Relatório de Monitoramento da execução do Orçamento de 2013 de nº 06/2013, de 29 de novembro de 2013, foi identificar o nível de execução orçamentária e financeira de todos os programas executados por este Departamento, assim como a execução extra-orçamentária relativa a Restos a Pagar de exercícios anteriores.

Foi realizado acompanhamento na execução orçamentária e financeira, de forma a subsidiar tomada de decisões no sentido da melhoria do desempenho com vistas ao cumprimento das metas institucionais. Tomando como base o período de 1º de janeiro a 30 de setembro do exercício, demonstrou-se, na época, situação preocupante sinalizando um fraco desempenho da execução, apurado em 58,19% da dotação orçamentária disponível, que poderia comprometer as metas para o exercício.

O baixo desempenho da execução orçamentária se mostra mais grave quando se analisam as ações, distinguindo aquelas de natureza finalística, relacionadas às obras e serviços que geram impacto direto à população beneficiada. Observou-se que as ações relativas às atividades-meio evidenciaram, no conjunto, nível de execução orçamentária de 71,60%, podendo ser considerado dentro dos padrões de normalidade, uma vez que se tratam, quase que na totalidade, de despesas decorrentes do pagamento da folha de pessoal ativo, aposentados e pensionistas, bem como manutenção da estrutura física e operacional. Entretanto, o grupo de ações relativo à atividade finalística, apresentou nível de execução situado em apenas 16,27%, concentrado, ainda, em ações que integram 4 dos 7 programas de governo, não tendo havido execução orçamentária para três dos programas sob responsabilidade do DNOCS.

Em relação à execução de dotações inscritas na rubrica “Restos a Pagar”, observou-se que o nível de execução extra-orçamentária atingiu o percentual de, apenas, 6,61% para Processados e 46,35% para Não Processados até o dia 28 de outubro de 2013.

## **Relatório de Auditoria nº 08/2013**

O objeto do Relatório de Auditoria nº 08/2013, de 19 de dezembro de 2013, foi o Pregão Eletrônico nº 06/2013 - aquisição de “Tubos em PVC rígido DEFOFO para as obras de implantação da 2ª Etapa do Projeto de Irrigação Araras Norte”, localizado nos municípios de Varjota e Reriutaba no Estado do Ceará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. A finalidade da ação foi examinar a legalidade e a conformidade dos atos praticados pelo DNOCS para a realização de Pregão Eletrônico.

As constatações consignadas no referido relatório foram:

**Constatação 01:** Pesquisa de preço com 3 cotações, sendo uma incompleta.

### **Recomendação:**

1 – No caso de impossibilidade de obtenção de preços referenciais, via sistemas oficiais, realizar prévia e ampla pesquisa de preços no mercado por ocasião de novas aquisições, com no mínimo três cotações válidas suficientes e completas, elaborando justificativa circunstanciada nos autos do processo licitatório quando houver impossibilidade;

2 – Somente definir e aprovar o orçamento, na fase interna do certame, quando atendidos os requisitos de validade divulgados pelo TCU.

**Constatação 02:** Cotações com larga diferença de preço.

**Recomendação:**

1 – Seja aprimorada a sistemática de cotações para a formação do valor no orçamento detalhado do custo total da aquisição com a finalidade de alinhar-se com o entendimento jurisprudencial do TCU, para buscar aplicar pesquisa de preço com base em “cesta de preços aceitáveis”;

**Constatação 03:** Ausência de descontos de ganho de escala em razão da quantidade demandada na composição da planilha orçamentária.

**Recomendação:**

1 – Seja realizada pesquisa de preços para a formação do custo de aquisição no orçamento e evidenciado no processo licitatório a economia de escala, quando a aquisição for de quantidades de itens que a possibilitem;

2 – A definição e a aprovação do orçamento para licitações, ocorram com a evidenciação da economia de escala nas cotações, quando for o caso, ou com justificativa circunstanciada nos autos do processo licitatório quando houver impossibilidade.

**Constatação 04:** Quantidades utilizadas para a pesquisa de preços diferente da quantidade registrada na planilha de orçamento.

**Recomendação:**

1 – Nas pesquisas de preços junto a fornecedores, para a formação do custo de aquisição nos orçamentos para licitações, consignar todas as quantidades para que se possibilitem cotações que evidenciem economia de escala.

**Constatação 05:** Valor de item no Termo de Referência diferente do valor obtido na média de cotação na pesquisa de preços.

**Recomendação:**

1 – Apresentar justificativa circunstanciada nos casos em que o DNOCS adote valores inferiores aos valores obtidos nos preços referenciais, via sistemas oficiais, ou nas pesquisas de preços com a finalidade de assegurar o caráter competitivo do certame e a exequibilidade do valor.

**• RELAÇÃO ENTRE A QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES FEITAS E A QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES IMPLEMENTADAS PELA ALTA GERÊNCIA**

Como resultado dos trabalhos desenvolvidos ao longo do exercício de 2013, foram produzidos 8 relatórios de auditoria, nos quais foram consignadas 57 recomendações.

Das referidas recomendações, até o final de 2013, 29, as quais representaram 51% do total, foram atendidas, e 28, as quais representaram 49% do total, ficaram pendentes.

- **DESCRIÇÃO DAS ROTINAS DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES GERENCIAIS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELA AUDITORIA INTERNA**

A sistemática de acompanhamento e de implementação, pela UJ, das recomendações da Auditoria Interna baseia-se em acompanhamento de prazos estabelecidos nos Relatórios e Memorandos que as encaminham às unidades administrativas.

Em que pese não haver ainda sistema informatizado para o referido acompanhamento, são desenvolvidas planilhas eletrônicas que o auxiliam.

Havendo descumprimento de prazo, a Auditoria Interna emite Memorando por meio do qual cobra as providências adotadas.

- **INFORMAÇÃO DA EXISTÊNCIA OU NÃO DE SISTEMÁTICA E DE SISTEMA PARA MONITORAMENTO DOS RESULTADOS DECORRENTES DOS TRABALHOS DA AUDITORIA INTERNA**

Em que pese o esforço para que a recomendação seja acompanhada e implementada, conforme já informado anteriormente, a Auditoria Interna não dispõe de sistemas informatizados para efetivação de melhor acompanhamento das providências adotadas pelas unidades.

De se ressaltar que, não há condições de a equipe de auditoria se aprofundar no exame da propriedade de todas as respostas que são preparadas pelas áreas técnicas responsáveis do DNOCS, nem valer-se das informações que por ela transitam, para identificar os maiores riscos na gestão dos recursos públicos e, com isso, prestar orientações aos gestores internos e, ao mesmo tempo, subsidiar a elaboração de um plano de ações da Auditoria Interna visando uma atuação mais preventiva.

Impende destacar as ações promovidas pela Assessora de Controle Interno do Ministério da Integração Nacional – AECI/MI, a Senhora Sandra Maria de Oliveira Alves, a qual tem se empenhado no projeto Sistema Integrado de Gestão de Auditoria – SIGA, que compreende o desenvolvimento de um sistema informatizado específico para as Auditorias Internas vinculadas ao MI. A AECI/MI, no referido projeto, tem dado oportunidade a todas as vinculadas em propor customizações por meio de reuniões, treinamentos e visitas às unidades. O projeto está na fase de testes e esta Auditoria Interna do DNOCS deveria estar realizando lançamentos no sistema para contribuir com a finalização dos testes. Entretanto, por falta de pessoal nesta Unidade, não tem sido possível realizar trabalhos no SIGA.

A falta de servidores na Auditoria Interna do DNOCS tem sido um entrave aos trabalhos de auditoria e está em estado crítico, necessitando urgentemente de uma recomposição de pessoal e de reestruturação da Unidade.

O SIGA permitirá que todas as rotinas da Auditoria Interna, referentes às ações de auditoria, desde o planejamento (PAINT), a Ordem de Serviços, Solicitações de Auditoria, Constatações, Relatórios e finalmente o RAINTE sejam registrados e armazenados.

- **COMO SE DÁ A CERTIFICAÇÃO DE QUE A ALTA GERÊNCIA TOMOU CONHECIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES FEITAS PELA AUDITORIA INTERNA E A ACEITAÇÃO DOS RISCOS PELA NÃO IMPLEMENTAÇÃO DE TAIS RECOMENDAÇÕES**

A alta gerência, composta pelo Diretor-Geral do DNOCS e os Diretores Administrativo – DA/DNOCS, de Desenvolvimento Tecnológico e Produção – DP/DNOCS e de Infraestrutura Hídrica – DI/DNOCS, bem como os Coordenadores das Unidades Regionais são cientificados dos Relatórios de Auditoria por meio de memorandos encaminhados em processos. Para o Diretor-Geral sempre é expedido o Relatório para sua ciência e, no que couber, a adoção de providências, porém para os demais somente quando o assunto é de sua alçada.

- **DESCRIÇÃO DA SISTEMÁTICA DE COMUNICAÇÃO À ALTA GERÊNCIA, AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AO COMITÊ DE AUDITORIA SOBRE RISCOS CONSIDERADOS ELEVADOS, MAS ASSUMIDOS PELA ALTA GERÊNCIA AO DECIDIR NÃO IMPLEMENTAR AS RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA**

Quando não há adoção de providências, ou quando as providências adotadas não são suficientes para a solução necessária ao atendimento das recomendações da Auditoria Interna, esta produz Nota Técnica indicando a manifestação da unidade e o não acolhimento fundamentado, a qual segue a rotina de comunicação descrita no item anterior.

Havendo riscos considerados elevados, são eles destacados já no Relatório e reiterados na Nota Técnica, os quais passam a tramitar em caráter de urgência.

## 9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº8730/93

### 9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 40 - A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	22	28	234
	Entregaram a DBR	22	28	234
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: SIAPE/INTRENET

### 9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Em relação ao cumprimento da obrigação fixada na Lei nº 8.730/93 foi criado na Intranet do DNOCS (APOENA), um programa específico para o controle e acompanhamento dessas informações, tanto para os servidores ativos quanto para os ocupantes de cargos em comissão. Sejam, optantes pela autorização de acesso on-line ou pela entrega em papel das declarações anuais de Imposto de Renda, cuja as documentações de forma física encontram-se arquivadas em envelopes lacrados na Coordenação de Recursos Humanos, sob a guarda do Serviço de Administração de Pessoal.

### 9.5 Medidas Adotadas em caso de Dano ao Erário

Quadro A.9.5 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013										
Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais									
	Não instauradas				Instauradas					
	Dispensadas				Não remetidas ao TCU				Remetidas ao TCU	
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Recebimento Débito	Arquivamento	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000	Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*		
	4			0	1	0		05		



## 9.6 Alimentação SIASG E SINCOV



### MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

#### DECLARAÇÃO

Eu, Emerson Fernandes Daniel Júnior, CPF nº 074.212.814-87, Diretor Geral no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e que os convênios e instrumentos congêneres firmados estão disponíveis e atualizados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Fortaleza, 28 de março de 2014.

**EMERSON FERNANDES DANIEL JUNIOR**  
**CPF 074.212.814-87**  
**DIRETOR GERAL DO DNOCS**

## 10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013

### DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

#### I – INTRODUÇÃO

#### I - CONTROLE: VERIFICAÇÃO DE ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS RELATIVOS AO ANO DE 2013

A Ouvidoria-Geral almeja ser um órgão de excelência, reconhecida na articulação entre a sociedade civil e o DNOCS, formatando a visão da instituição em sinônimo de prestação célere de serviços públicos com qualidade. Dessa forma, envidaram-se esforços no sentido de se atingir com eficácia, eficiência e efetividade os objetivos estratégicos fixados para o ano de 2013 no Relatório Anual de Atividades de 2012. Prestam-se contas, portanto, acerca do atingimento dos alvos fixados.

#### ***CANAIS ACESSOS DO CIDADÃO***

- *Garantir plena e eficazmente o acesso do cidadão às informações públicas produzidas e/ou disponibilizadas pelo DNOCS;*
- Disponibilização pelo Ministério da Integração Nacional do telefone **0800 61 0021** (opção nº 5), o qual proporciona ao cidadão de forma gratuita a obtenção de informações pertinentes ao DNOCS;
- **Site:** [www.dnocs.gov.br](http://www.dnocs.gov.br) (Virtual)
- **Site:** [ouvidoria@dnocs.gov.br](mailto:ouvidoria@dnocs.gov.br)
- **Telefone:** (085) 3223.39.93 (Ouvidoria)
- **Telefone:** (085) 3253-3810 (E-SIC )
- **Fax:** (085) 3391.52.74
- **Presencial:** Av. Duque de Caxias, 1700 – Centro – Cep: 60.035.111 - 1º. Andar.
- Instalamos nas entradas de acesso ao edifício da Administração Central **2 banners** informativos sobre: localização e horário de funcionamento do **Serviço de**
- **Item 2 .1 - CRITÉRIOS DE TRIAGEM**
- **Enviamos para o setor específico conforme a natureza das demandas**
- **Item 2.2- DISTRIBUIÇÃO DEMANDAS**
- **Assunto correlato a cada Coordenadorias Estaduais**
- **Item 2.3 - MONITORAMENTOS PRAZOS**
- **O setor ao receber a demanda tem no máximo 20 dias ou menos para responder, caso não aconteça terá dez dias para responder com justificativa.**

- **2.4 - RETORNO AOS DEMANDANTES**
- **As manifestações respondidas enviamos para a Ouvidoria Geral do Ministério da Integração Nacional, por sua vez encaminhada ao CIDADÃO.**

**Item 2.5 – PROVIDENCIAS QUANTO AO PRAZO**

**Até 15 dias não respondidos enviamos e-mail e cobramos tempestivamente.**

- **Melhoria das Informação ao Cidadão – SIC;**  
Modernização dos equipamentos computadores da ouvidoria a fim de melhor servir ao cidadão;
- Iniciação, em agosto de 2013, pelo Serviço de Modernização e Documentação, do Projeto de Gestão Eletrônica de Documentos (GED), que tem por meta a organização e digitalização dos documentos da instituição com o fito de resguardar o direito assegurado pela Lei de Acesso à Informação de transparência na gestão pública.

***Qualificar e melhor elaborar as respostas da entidade às demandas do cidadão;***

A necessidade de aprimorar as atividades da ouvidoria do DNOCS torna fundamental o desenvolvimento de competências dos atores que atuam no processo de interlocução entre o cidadão e a autarquia, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania possam motivar a melhoria dos serviços públicos prestados. Nesse condão, divulgamos as ações realizadas pela entidade para otimizar a prestação dos serviços de informação.

Promoção pela Ouvidoria-Geral de palestras informativas nos estados abrangidos pela competência institucional do órgão, ocasião em que se ministrou orientação pertinente à qualificação das respostas das unidades técnicas demandadas. Repisando, por oportuno, que este quesito somente se perfaz por completo no decorrer no tempo, tendo em vista que a uma determinada cultura de sigilo demanda considerável lapso temporal para ceder espaço a uma cultura de acesso. Todavia, esta Ouvidoria tem direcionado esforços com vistas a disseminar pelas unidades internas a importância de se enviar ao cidadão-usuário uma resposta melhor elaborada.

Disseminação pelas unidades internas do currículo de cursos, em plataforma EAD (Ensino à Distância) e presencial, denominado PROFOCO (Política de Formação Continuada em Ouvidorias), organizado pela Ouvidoria-Geral da União (OGU) e disponível para capacitação dos servidores do Poder Executivo. Destina-se ao desenvolvimento de atividades de capacitação e formação em ouvidoria, fundamentada em um processo de qualificação contínua. Obtenção de maiores informações acessar o link: <http://www.cgu.gov.br/Ouvidoria/Profoco/index.asp>.

- ***Manter contato perene com a Ouvidoria-Geral da União – OGU e com a Ouvidoria-Geral do Ministério da Integração Nacional;***
- Representação do DNOCS em 2 (dois) eventos ministrados pela Ouvidoria-Geral da União, quais sejam: 3ª Reunião Geral de Ouvidorias Públicas (21 – 22/03/13) e Projeto Caravanas das Ouvidorias do Nordeste (26 – 27/09/13).
- ***Visitar todas as Coordenadorias Estaduais (CEST's), divulgando a importância dos serviços da ouvidoria e capacitando os servidores na operacionalização do sistema informatizado;***
- Com o advento do Sistema Sisouvidor3, gerenciador de manifestações protocoladas na Ouvidoria, considerando as dificuldades de operacionalização trazidas pela inovadora ferramenta, vislumbrou-se a necessidade de se ministrar capacitação presencial nas Coordenadorias Estaduais, o que foi realizado nas seguintes datas:
  - 21 – 22/02/2013: Coordenadoria Estadual da Bahia (CEST-BA);
  - 09 – 10/04/2013: Coordenadoria Estadual do Piauí (CEST-PI);
  - 25 – 26/06/2013: Coordenadoria Estadual do Rio Grande do Norte (CEST-RN);
  - 27 – 28/08/2013: Coordenadoria Estadual da Paraíba (CEST-PB).
- ***Incrementar a transparência ativa por meio da ampliação do conteúdo disponível no site do órgão;***

Expedição, em 30 de setembro de 2013, do Memorando nº 81 OUV/DG/DNOCS/2013 tecendo recomendações ao senhor Diretor-Geral com o fito de incrementar (reformular) a transparência ativa do sítio eletrônico do DNOCS. Destaca-se que ainda não recebemos resposta acerca do referido documento.

- ***Promover eventos e seminários para divulgar a Lei de Acesso à Informação no âmbito da instituição;***

Promoção no auditório da Administração Central da palestra “A importância da Lei de Acesso à Informação no contexto do DNOCS” no dia 11 de outubro de 2013, com a participação do senhor Leonino Gomes Rocha, chefe substituto da Controladoria Regional da União no Estado do Ceará (CGU). Lamentavelmente, registrou-se a presença de pequena quantidade de servidores, o que demonstra ainda a imaturidade das relações dos servidores da entidade com as demandas relacionadas à Ouvidoria do DNOCS e ao SIC. Ponto a ser trabalhado e melhor lapidado, principalmente com o apoio e conscientização da direção superior da autarquia.

***Disponer de ferramentas tecnológicas e recursos logísticos para incrementar a função propositiva do ouvidor;***

Expedição, em 10 de julho de 2013, do Memorando nº 60 OUV/DG/DNOCS/2013 informando ao senhor Diretor-Geral sobre inconveniências causadas pela ausência de um sistema específico para gerenciar as demandas do SIC, solicitando providências cabíveis e sugerindo a viabilização do sistema “Controle de Demandas”, adotado pela Ouvidoria-Geral do Ministério da Integração Nacional. Destaca-se que ainda não recebemos resposta acerca do referido documento. Repisando que a ferramenta, pelo fato de proporcionar dados seguros e sistematizados, demonstra-se de fundamental importância para o desenvolvimento da função propositiva do ouvidor, funcionando como espécie de “termômetro” dos anseios da coletividade a fim de direcionar o gestor no planejamento efetivo de políticas públicas.

- ***Elaborar o regimento interno da Ouvidoria bem como envidar esforços para incluí-la definitivamente no organograma do DNOCS.***

- A Ouvidoria, em consonância com todo o corpo de servidores e gestores da autarquia, aguarda decisão final sobre o Projeto de Reestruturação do DNOCS. Ressaltando, na oportunidade, que a ouvidoria resta contemplada no organograma da proposta inicial formulada em conjunto pelo Ministério da Integração Nacional, pelos servidores e pelo grupo de trabalho da Câmara dos Deputados.

- No que diz respeito os mecanismo para medir as satisfação do cidadão pesquisas de opinião se encontra no próprio Sisouvidor e E-sic, no momento do recebimento da manifestação.

**Item 1) Quantidade de demandas recebidas Exercício 2013**

**GRÁFICOS E TABELAS**

**(\*) Sistema SISOUVIDOR 3 (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MIN)**

**Exercício 2013**

**Quantidade TOTAL de manifestações por TIPO**

<b>1. <u>Pedido de Informação</u></b>	<b>-</b>	<b><u>248 MANIFESTAÇÕES</u></b>
<b>2. <u>Denúncia</u></b>	<b>-</b>	<b><u>14 MANIFESTAÇÕES</u></b>
<b>3. <u>Reclamação</u></b>	<b>-</b>	<b><u>49 MANIFESTAÇÕES</u></b>
<b>4. <u>Sugestão</u></b>	<b>-</b>	<b><u>01 MANIFESTAÇÃO</u></b>
<b>5. <u>Solicitações</u></b>	<b>-</b>	<b><u>06 MANIFESTAÇÕES</u></b>
<b>6. <u>Elogio</u></b>	<b>-</b>	<b><u>01 MANIFESTAÇÃO</u></b>

- 7. Total de 2013 (SISouvidor) 319 MANIFESTAÇÕES**
- a. Total do e-sic (CGU)..... 86 MANIFESTAÇÕES
  - b. Total Presencial.....06 MANIFESTAÇÕES
  - c. Total Outros..... 522 MANIFESTAÇÕES (VIA 0800.61 0021)
  - i. \_\_\_\_\_
  - d. TOTAL GERAL..... 933 MANIFESTAÇÕES
- 8. Sistema SISOUVIDOR 3 (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MIN)**
- 9. PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS NAS MANIFESTAÇÕES**
- 10. PRINCIPAIS ASSUNTOS**

- 11. [414.03] Denúncia ao DNOCS (11)
- 12. [507.09] Solicitação de colocação profissional/envio de curriculum (5)
- 13. [523.03] Pedido de informação ref. a andamento de processo no DNOCS (4)
- 14. [507.03] Pedido de informação ref. a Quadro de Funcionários DNOCS (11)
- 15. [523.04] Outros pedidos de informação ref. ao DNOCS (201)
- 16. [114.03] Reclamação ref. ao DNOCS (45)
- 17. [107.03] Reclamação ref. ao quadro de funcionários DNOCS (3)
- 18. [203.03] Sugestão ao DNOCS (1)
- 19. [507.08] Pedido de Informação referente a Concurso – Órgãos Vinculados (5)
- 20. [401.03] Denúncia referente ao Quadro de Funcionários DNOCS (3)
- 21. [522.02] Pedido de Informação referente a Proj./Programa de Irrigação DNOCS (22)
- 22. [523.02] Pedido de Informação ref. a abrangência e jurisdição do DNOCS (3)
- 23. [119.02] Reclamação ref. a Proj./Programa de Irrigação do DNOCS (1)
- 24. [305.03] Elogio a funcionários do DNOCS (1)
- 25. [610.02] Solicitação de audiência/reunião a Órgão vinculado ao MI (1)
- 26. [523.01] Pedido de Informação ref. a competências e missão do DNOCS (2)

**27. Total de 2013 319 MANIFESTAÇÕES**

28. (\*) Todos os dados estatísticos do presente relatório anual 2013 foram extraídos do SISTEMA SISOUVIDOR 3, através da Ouvidoria / Ministério da Integração.

*RELATÓRIO ANUAL OUVIDORIA GERAL DNOCS – ANO 2013*

*(\*) Sistema E (sic) CGU – Pedidos de Informação*

*(\*\*) QUANTITATIVO GERAL*

*PEDIDOS DE INFORMAÇÃO RESPONDIDOS (ATÉ A DATA )*

*- 76 respostas enviadas ao cidadão referente aos Pedidos de Informação. (ATÉ A DATA /12/2013)*

*PEDIDOS DE INFORMAÇÃO PENDENTES DE RESPOSTA*

*- 04 PEDIDOS DE INFORMAÇÃO PENDENTES DE RESPOSTA AO CIDADÃO. (ATÉ A DATA /12/2013)*

*(\*) O SISTEMA E (sic) CGU SOMENTE TRAMITA MANIFESTAÇÃO DO CIDADÃO REFERENTE EXCLUSIVAMENTE A PEDIDO DE INFORMAÇÃO.*

*(\*\*) Todos os dados estatísticos acima expostos no presente Relatório 2013 foram extraídos do próprio Sistema E (sic) CGU.*

## 11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013

### 11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

As NBC T 16.9 são as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público que tratam de depreciação, amortização e exaustão e as NBC T 16.10 são as que tratam da avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público.

O DNOCS está cumprindo em parte as diretrizes preconizadas nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10. Há procedimentos relativos à depreciação dos bens móveis adquiridos a partir de 2010 e também há os relativos à reavaliação dos bens imóveis registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET, conforme demonstrado no Item 6.2 – Gestão do Patrimônio Imobiliário deste relatório.

A inobservância de parte das citadas normas decorre principalmente da inexistência de servidores em número suficiente para a realização do trabalho e os que remanescem não possuem a devida capacidade técnica para fazê-lo, pois como já foi abordado anteriormente, a maioria é lotada em cargos já considerados em extinção. A solução definitiva para este problemas seria a realização de um concurso público com um número de vagas condizente com as atribuições e necessidades da autarquia.

Quanto aos registros das informações, a União utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI para todos os órgãos que participam do Orçamento Fiscal, estando o DNOCS nesse grupo. Sendo assim, todos os registros contábeis são realizados dentro do SIAFI, inclusive os tratados por essas normas de contabilidade.

Os procedimentos de depreciação, amortização e exaustão são disciplinados pela própria Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que como órgão central do Macroprocesso de Contabilidade da União o faz através de uma macrofunção específica, a 02.03.30, disponível via Internet através do endereço eletrônico <http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/020000/020300/020330/>.

Essa macrofunção disciplina todos os procedimentos a serem realizados, inclusive já estima a vida útil dos bens móveis de acordo com a classificação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP. Os bens são classificados por natureza e têm suas vidas estimadas conforme tabela anexa. Há um sistema sendo desenvolvido pelo setor de informática mas enquanto não está pronto os valores são sendo obtidos através de planilhas eletrônica.

A metodologia do cálculo da depreciação é a Linear e as taxas utilizadas são aquelas decorrentes dessa metodologia, conforme fórmula abaixo.

$$\text{Valor de Depreciação Anual} = \frac{(\text{valor do bem} - \text{valor residual})}{\text{vida útil}}$$

Após o cálculo, o valor da depreciação é contabilizado evidenciando a posição atualizada dos ativos do imobilizado.

Em relação aos imóveis, é aplicada a depreciação no momento da reavaliação dos bens para atualização de valores no SPIUNET. A metodologia adotada é descrita na ON-GEADE-004 de 25/02/2003 da SPU, bem como na NBR 14653-2/2004 da ABNT.

Para a depreciação é utilizada a tabela Ross Heideck, que aponta os percentuais de depreciação de um bem, em relação direta ao estado em que se encontra.

Na primeira parte da tabela, encontram-se os vários estados de conservação, como: **Novo, Entre novo e regular, Regular, Entre regular e reparos simples, Reparos simples, Entre reparos simples e importantes, Reparos importantes e Entre reparos importantes e sem valor**, classificados pelos códigos: **A, B, C, D, E, F, G e H**. Na segunda parte da tabela, na sua primeira coluna, tem-se a **IDADE EM % DE VIDA**, onde encontram-se o percentual de vida útil de um bem avaliando, numa escala de **2% a 100%**, seguida pelos códigos dos diversos estados de

conservação. Desta forma, através da combinação das duas partes da tabela, é possível calcular o valor residual.

Quanto aos impactos advindos da utilização dos critérios contidos nas NBC Ts, considerando-se exclusivamente as depreciações realizadas, foram bastante reduzidos, uma vez que o total de bens móveis registrado em 31/dez/2013 é de R\$ 71.555.703,31 e o valor do saldo da conta de Depreciações Acumuladas é de R\$ 1.510.644,42, há uma relação de apenas 2,11%. Como não foram realizadas amortização e exaustão, este é o valor do impacto da aplicação das referidas normas sobre o valor total de bens móveis da organização. Comparando-se esse valor com o total de ativos da instituição, o impacto é desprezível, como também o impacto do saldo da conta de Depreciações Acumuladas sobre o total do resultado do exercício apresentado no Balanço Patrimonial (anexo), de R\$ 793.495.149,05.

Já o impacto das reavaliações dos bens imóveis sobre o resultado do exercício foi expressivo, pois se considerando o valor das reavaliações no SPIUNET de R\$ 454.966.379,13 sobre o valor do resultado do exercício, encontra-se uma relação em torno de 57%, sendo, portanto, responsável por mais de 50% do resultado final do órgão.

A metodologia adotada para realizar mensuração e a avaliação das disponibilidades é o valor original e as atualizações são contabilizadas em contas de resultado. Os créditos e dívidas são mensurados pelo valor original e ajustados a valor presente. As provisões são constituídas com base em estimativas e as atualizações são contabilizadas em contas de resultado. Os estoques são mensurados e avaliados com base no valor de aquisição ou no valor de produção ou de construção. Caso valor de aquisição, de produção ou de construção for superior ao valor de mercado, adota-se o valor de mercado.

O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. Quando ocorre de um o elemento do ativo imobilizado ter vida útil econômica limitada, o bem fica sujeito à depreciação.

O ativo diferido é mensurado ou avaliado pelo custo incorrido.



## 11.2 Declaração de Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

### 11.2.2 Declaração com Ressalva



#### MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

#### Declaração do Contador

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

- a) aos aspectos patrimoniais, do controle dos bens móveis e imóveis;
- b) do sistema de controle e acompanhamento econômico-financeiro dos contratos administrativos

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Fortaleza, 28 de março de 2014.

**Vicente de Paulo Cavalcante Sabóia**  
**Contador do DNOCS**  
**CRC-CE 009823/O-4**

**11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008**


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO		MÊS	
SUBTÍTULO	22204 - DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS - AUTARQUIAS		2013		DEZEMBRO	
ÓRGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL		EMISSÃO		PÁGINA	
			17/03/2014		1	
INGRESSOS			DISPÊNDIOS			
TÍTULOS	2013	2012	TÍTULOS	2013	2012	
RECEITAS CORRENTES	4.202.851,34	14.805.944,65	DESPESAS CORRENTES	752.982.346,12	723.182.534,82	
RECEITA PATRIMONIAL	1.602.456,98	1.445.633,38	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	652.956.424,50	633.100.559,20	
RECEITA AGROPECUÁRIA	143.251,92	145.928,44	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	67.964.001,93	56.372.906,41	
RECEITA INDUSTRIAL	470,06	1.572,75	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	5.583.584,46	5.091.837,25	
RECEITA DE SERVIÇOS	312.064,18	234.408,52	OUTRAS DESPESAS	62.380.417,47	51.281.069,16	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.144.608,20	12.978.401,56	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	32.061.919,69	33.709.069,21	
RECEITAS DE CAPITAL	3.159.824,38	1.421.013,34	DESPESAS DE CAPITAL	533.195.186,66	552.927.545,53	
ALIENAÇÃO DE BENS	3.159.824,38	1.421.013,34	INVESTIMENTOS	533.195.186,66	552.893.144,40	
RECEITA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO			DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	0,00	34.401,13	
DEDUÇÕES DA RECEITA	-57.173,57	-809,86	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	840.066.535,45	755.713.129,01	
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.642.447.399,21	1.477.837.144,23	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTARIAS CONCEDIDAS	831.375.822,14	726.811.987,65	
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTARIAS RECEBIDAS	1.634.634.892,57	1.461.394.090,73	REPASSE CONCEDIDO	119.582,83	112.798,42	
REPASSE RECEBIDO	818.538.124,07	734.793.327,02	SUB-REPASSE CONCEDIDO	814.835.578,61	726.499.538,88	
SUB-REPASSE RECEBIDO	814.835.578,61	726.499.538,88	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	814.835.578,61	726.499.538,88	
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	814.835.578,61	726.499.538,88	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	391.837,78	0,00	
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	783.675,56	0,00	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	16.028.822,92	199.650,35	
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	477.514,33	101.224,83	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	8.690.713,31	28.901.141,36	
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	7.812.506,64	16.443.053,50	ORDEM DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	7.816.609,34	16.443.051,16	
ORDEM DE TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	7.802.659,94	16.443.053,50	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	6.746.472,40	445.032,69	
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	6.732.523,00	445.032,69	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.070.136,94	15.998.018,47	
RECEBIMENTO DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.070.136,94	15.998.020,81	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	874.103,97	12.458.090,20	
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	9.846,70	0,00	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	4.479.227.181,76	3.340.358.367,91	
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	4.955.718.348,63	3.876.068.284,91	VALORES EM CIRCULAÇÃO	1.440.780.176,32	1.435.153.315,20	
VALORES EM CIRCULAÇÃO	1.435.153.315,20	708.848.881,76	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	1.440.775.693,53	1.435.148.832,41	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	1.435.148.832,41	708.844.398,97	RECURSOS VINCULADOS	4.482,79	4.482,79	
RECURSOS VINCULADOS	4.482,79	4.482,79	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	677.164,68	253.663,91	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	16.130.047,75	233.100,99	VALORES DIFERIDOS	677.164,68	253.663,91	
VALORES DIFERIDOS	16.130.047,75	233.100,99	DEPÓSITOS	2.802.604,31	1.948.794,04	
DEPÓSITOS	5.044.047,36	2.802.604,31	CONSIGNAÇÕES	10.947,31	183.084,88	
CONSIGNAÇÕES	4.680.216,66	10.947,31	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	340.944,55	344.384,17	
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	363.830,70	340.944,55	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	2.450.712,45	1.421.324,99	
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	2.450.712,45	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.416.760.711,11	689.595.815,30	
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.539.512.566,01	1.447.483.073,47	FORNECEDORES	6.002.069,52	851.883,98	
FORNECEDORES	55.573.000,07	6.002.069,52	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.933.819,52	283.633,98	
DO EXERCÍCIO	33.814.058,25	1.819.974,45	CONVÊNIOS A PAGAR	400.000,00	400.000,00	
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.190.691,82	113.845,07	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS A PAGAR	3.668.250,00	168.250,00	
CONVÊNIOS A PAGAR	400.000,00	400.000,00	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	823.724,50	0,00	
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS A PAGAR	7.168.250,00	3.668.250,00	RPS NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	716.101.910,10	352.677.163,31	
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	1.669,30	823.724,50	VALORES EM TRÂNSITO	43.810,41	4.832,12	
RESTOS A PAGAR	801.023.229,86	737.439.072,46	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	693.785.583,04	326.676.309,95	
NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	684.412.701,72	716.074.030,99	OUTROS DÉBITOS	3.613,54	425,94	
NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	14.909,41	27.879,11	AJUSTES DO PATRIMÔNIO/CAPITAL	0,00	9.385.200,00	



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO	22204 - DEPARTAMENTO NAC. DE OBRAS CONTRA AS SECAS - AUTARQUIAS		2013		DEZEMBRO	
ÓRGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL		EMISSÃO		PÁGINA	
			17/03/2014		1	
ATIVO			PASSIVO			
TÍTULOS	2013	2012	TÍTULOS	2013	2012	
ATIVO FINANCEIRO	1.441.253.207,86	1.435.250.057,24	PASSIVO FINANCEIRO	1.444.278.020,36	1.419.767.448,56	
CREDITOS EM CIRCULACAO	1.440.775.693,53	1.435.148.832,41	DEPOSITOS	5.044.047,36	2.802.604,31	
CREDITOS A RECEBER	343.242.608,67	45.915.924,06	CONSIGNACOES	4.680.216,66	10.947,31	
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	24.285.346,13	23.914.795,64	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	2.450.712,45	
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	1.054.333.795,18	1.365.318.112,71	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	363.830,70	340.944,55	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	18.913.943,55	0,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.423.200.667,29	1.416.760.711,11	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	477.514,33	101.224,83	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	55.597.706,57	6.829.407,56	
VALORES DIFERIDOS	477.514,33	101.224,83	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	33.814.058,25	1.819.974,45	
ATIVO NAO FINANCEIRO	2.544.242.641,52	1.695.582.102,04	FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES	14.190.691,82	113.845,07	
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-984.718.102,51	-1.280.686.249,32	CONVENIOS A PAGAR	400.000,00	400.000,00	
CREDITOS EM CIRCULACAO	-985.335.912,58	-1.281.138.388,54	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	1.669,30	823.724,50	
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-1.054.333.795,18	-1.365.318.112,71	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD	-18.913.943,55	0,00	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	23.037,20	3.613,54	
DIVERSOS RESPONSAVEIS	56.635.108,09	54.417.608,44	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	7.168.250,00	3.668.250,00	
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	31.221.412,68	29.720.168,63	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	684.427.611,13	716.101.910,10	
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	55.305,38	41.947,10	A LIQUIDAR	684.412.701,72	716.074.030,99	
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	617.810,07	426.194,16	EM LIQUIDACAO	14.909,41	27.879,11	
ESTOQUES	617.810,07	426.194,16	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	5.693,25	43.810,41	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	25.945,06	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	683.169.656,34	693.785.583,04	
DESPESAS ANTECIPADAS	0,00	25.945,06	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	16.028.822,92	199.650,35	
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	5.851.154,95	5.850.821,60	VALORES DIFERIDOS	16.028.822,92	199.650,35	
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	5.632,21	5.298,86	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	4.482,79	4.482,79	
DEPOSITOS COMPULSORIOS	5.632,21	5.298,86	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	4.482,79	4.482,79	
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	5.845.522,74	5.845.522,74	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-1.366.882.358,06	-1.409.159.614,03	
DIVIDA ATIVA (LP)	5.845.522,74	5.845.522,74	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-1.366.882.358,06	-1.409.159.614,03	
PERMANENTE	3.523.109.589,08	2.970.417.529,76	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00	
INVESTIMENTOS	1.147.968,39	1.147.968,39	PROVISIOS	700.000,00	700.000,00	
PARTICIPACAO SOCIETARIA	1.147.968,39	1.147.968,39	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-683.169.656,34	-693.785.583,04	
IMOBILIZADO	3.520.023.097,05	2.968.160.085,12	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-683.169.656,34	-693.785.583,04	
BENS MOVEIS E IMOVEIS	3.521.533.741,47	2.969.005.294,27	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-684.412.701,72	-716.074.030,99	
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-1.510.644,42	-845.209,15	PASSIVO REAL	77.395.662,30	10.607.834,53	
INTANGIVEL	1.938.523,64	1.109.476,25	PATRIMONIO LIQUIDO	3.908.100.187,08	3.120.224.324,75	
ATIVO REAL	3.985.495.849,38	3.130.832.159,28	PATRIMONIO/CAPITAL	3.120.224.324,75	0,00	
			PATRIMONIO	3.120.224.324,75	0,00	
			AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	-5.619.286,72	-122.387,67	
			RESULTADOS ACUMULADOS	0,00	2.928.426.142,55	
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	2.928.426.142,55	
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	20.407.807,09	
			RESULTADO DO PERIODO	793.495.149,05	171.512.762,78	
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	3.985.495.849,38	3.130.832.159,28	
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-3.192.000.700,33	-2.959.319.396,50	
ATIVO COMPENSADO	1.583.493.802,33	1.188.900.822,02	PASSIVO COMPENSADO	1.583.493.802,33	1.188.900.822,02	


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TITULO			EXERCÍCIO			MES		
DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS			2013			DEZEMBRO		
SUBTITULO			EMISSAO			PAGINA		
22204 - DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS - AUTARQUIAS			17/03/2014			1		
ORGAO SUPERIOR			53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL					
VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS					
TITULOS	2013	2012	TITULOS	2013	2012	TITULOS	2013	2012
ORCAMENTARIAS	2.191.242.021,76	2.055.529.165,21	ORCAMENTARIAS	2.117.952.018,03	2.003.179.594,02	RECEITAS CORRENTES	752.982.346,12	723.182.534,82
RECEITAS CORRENTES	4.202.851,34	14.805.944,65	DESPESAS CORRENTES	652.956.424,50	633.100.559,20	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	67.964.001,93	56.372.906,41
RECEITA PATRIMONIAL	1.602.456,98	1.445.633,38	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	32.061.919,69	33.709.069,21	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	533.195.186,66	552.927.545,53
RECEITA AGROPECUARIA	143.251,92	145.928,44	DESPESAS DE CAPITAL	533.195.186,66	552.893.144,40	INVESTIMENTOS	0,00	34.401,13
RECEITA INDUSTRIAL	470,06	1.572,75	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	0,00	34.401,13	INTERFERENCIAS PASSIVAS	831.375.822,14	726.811.987,65
RECEITA DE SERVICOS	312.064,18	234.408,52	DESPESAS DE CAPITAL	533.195.186,66	552.893.144,40	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	831.375.822,14	726.811.987,65
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.144.608,20	12.978.401,56	INVESTIMENTOS	533.195.186,66	552.893.144,40	REPASSE CONCEDIDO	119.582,83	112.798,42
RECEITAS DE CAPITAL	3.159.824,38	1.421.013,34	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	0,00	34.401,13	SUB-REPASSE CONCEDIDO	814.835.578,61	726.499.538,88
ALIENACAO DE BENS	3.159.824,38	1.421.013,34	INTERFERENCIAS PASSIVAS	831.375.822,14	726.811.987,65	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	391.837,78	0,00
DEDUCOES DA RECEITA	-57.173,57	-809,86	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	831.375.822,14	726.811.987,65	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	16.028.822,92	199.650,35
INTERFERENCIAS ATIVAS	1.634.634.892,57	1.461.394.090,73	REPASSE CONCEDIDO	119.582,83	112.798,42	MUTACOES PASSIVAS	398.663,11	257.526,02
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.634.634.892,57	1.461.394.090,73	SUB-REPASSE CONCEDIDO	814.835.578,61	726.499.538,88	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	398.663,11	257.526,02
REPASSE RECEBIDO	818.538.124,07	734.793.327,02	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	391.837,78	0,00	LIQUIDACAO DE CREDITOS	398.663,11	257.526,02
SUB-REPASSE RECEBIDO	814.835.578,61	726.499.538,88	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	16.028.822,92	199.650,35	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	3.320.403.811,55	2.918.565.070,38
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	783.675,56	0,00	MUTACOES PASSIVAS	398.663,11	257.526,02	INTERFERENCIAS PASSIVAS	10.224.856,17	81.447.291,03
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	477.514,33	101.224,83	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	398.663,11	257.526,02	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	1.534.142,86	2.345.335,49
MUTACOES ATIVAS	549.301.627,04	577.908.926,35	LIQUIDACAO DE CREDITOS	398.663,11	257.526,02	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	7.821.714,93	16.443.051,16
INCORPORACOES DE ATIVOS	125.894.342,60	60.412.195,01	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	3.320.403.811,55	2.918.565.070,38	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	868.998,38	62.658.904,38
AQUISICOES DE BENS	105.444.902,37	52.509.212,12	INTERFERENCIAS PASSIVAS	10.224.856,17	81.447.291,03	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	3.310.178.955,38	2.837.117.779,35
INCORPORACAO DE CREDITOS	20.440.762,81	7.825.076,57	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	1.534.142,86	2.345.335,49	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	2.099.175.292,99	1.752.130.990,48
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	8.677,42	77.906,32	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	7.821.714,93	16.443.051,16	BAIXA DE BENS IMOVEIS	76.483.852,49	5.388.599,64
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	423.407.284,44	517.496.731,34	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	868.998,38	62.658.904,38	BAIXA DE BENS MOVEIS	6.400.023,95	22.880.003,67
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	4.040.608.956,87	3.037.728.261,97	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	3.310.178.955,38	2.837.117.779,35	BAIXA DE DIREITOS	2.016.291.416,55	1.723.862.386,97
INTERFERENCIAS ATIVAS	9.346.649,50	68.989.203,17	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	2.099.175.292,99	1.752.130.990,48	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	11.092.328,71	426.901,55
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	1.534.142,86	2.345.335,49	BAIXA DE BENS IMOVEIS	76.483.852,49	5.388.599,64	DESVALORIZACAO DE BENS	10.426.893,44	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	7.802.659,94	16.443.053,50	BAIXA DE BENS MOVEIS	6.400.023,95	22.880.003,67	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	665.435,27	426.901,55
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	9.846,70	50.200.814,18	BAIXA DE DIREITOS	2.016.291.416,55	1.723.862.386,97	INCORPORACAO DE PASSIVOS	1.199.911.333,68	1.074.869.713,31
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	4.031.262.307,37	2.968.739.058,80	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	11.092.328,71	426.901,55	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	9.690.174,01
INCORPORACOES DE ATIVOS	2.745.905.851,22	1.878.296.284,63	DESVALORIZACAO DE BENS	10.426.893,44	0,00	AJUSTES FINANCEIROS	0,00	7.740.329,37
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	455.004.422,74	125.858.702,78	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	665.435,27	426.901,55	AJUSTES NAO FINANCEIROS	0,00	1.949.844,64
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	9.634.108,63	13.157.493,78	INCORPORACAO DE PASSIVOS	1.199.911.333,68	1.074.869.713,31	RESULTADO PATRIMONIAL	793.495.149,05	171.512.762,78
INCORPORACAO DE DIREITOS	2.281.267.319,85	1.739.280.088,07	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	9.690.174,01	SUPERAVIT	793.495.149,05	171.512.762,78
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	82.112.346,70	27.596.888,93	AJUSTES FINANCEIROS	0,00	7.740.329,37			
REAVALIACOES DE BENS	82.112.013,35	26.992.287,46	AJUSTES NAO FINANCEIROS	0,00	1.949.844,64			
AJUSTES DE CREDITOS	333,35	604.601,47	RESULTADO PATRIMONIAL	793.495.149,05	171.512.762,78			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.203.244.109,45	1.062.747.459,72	SUPERAVIT	793.495.149,05	171.512.762,78			
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	98.425,52						
AJUSTES FINANCEIROS	0,00	98.425,52						
DEFICIT								
VARIACOES ATIVAS	6.231.850.978,63	5.093.257.427,18	VARIACOES PASSIVAS	6.231.850.978,63	5.093.257.427,18			


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL**

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2013	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	22204 - DEPARTAMENTO NAC. DE OBRAS CONTRA AS SECAS - AUTARQUIAS	EMISSÃO	17/03/2014	PÁGINA	1
ÓRGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL				

RECEITA					DESPESA				
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADACÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	2.309.543,00	2.309.543,00	4.145.677,77	-1.836.134,77	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	1.103.949.246,00	1.336.254.408,68	1.205.568.300,67	130.686.108,01
RECEITAS PATRIMONIAIS	1.208.405,00	1.208.405,00	1.555.313,34	-346.908,34	DESPESAS CORRENTES	677.986.112,00	771.916.792,01	748.156.346,12	23.760.445,89
RECEITAS AGROPECUARIAS	248.473,00	248.473,00	143.221,92	105.251,08	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	614.855.501,00	693.688.455,00	683.661.872,14	10.026.582,86
RECEITAS INDUSTRIAIS	0,00	0,00	470,06	-470,06	OUTRAS DESPESAS CORREN	63.130.611,00	78.228.337,01	64.494.473,98	13.733.863,03
RECEITAS DE SERVIÇOS	300.524,00	300.524,00	312.064,18	-11.540,18	DESPESAS DE CAPITAL	425.963.134,00	564.337.616,67	457.411.954,55	106.925.662,12
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	552.141,00	552.141,00	2.134.608,27	-1.582.467,27	INVESTIMENTOS	424.599.392,00	564.337.616,67	457.411.954,55	106.925.662,12
RECEITAS DE CAPITAL	4.199.125,00	4.199.125,00	3.159.824,38	1.039.300,62	INVERSOES FINANCEIRAS	1.363.742,00	0,00	0,00	0,00
ALIENACAO DE BENS	4.199.125,00	4.199.125,00	3.159.824,38	1.039.300,62	CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	84.703.891,57	80.609.232,11	4.094.659,46
					DESPESAS CORRENTES	0,00	4.826.000,00	4.826.000,00	0,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	4.826.000,00	4.826.000,00	0,00
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	79.877.891,57	75.783.232,11	4.094.659,46
					INVESTIMENTOS	0,00	79.877.891,57	75.783.232,11	4.094.659,46
SUBTOTAL I	6.508.668,00	6.508.668,00	7.305.502,15	-796.834,15	SUBTOTAL I	1.103.949.246,00	1.420.958.300,25	1.286.177.532,78	134.780.767,47
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	1.403.174,00	0,00	1.403.174,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	19.001.000,00	0,00	19.001.000,00					
TOTAL	6.508.668,00	26.912.842,00	7.305.502,15	19.607.339,85	TOTAL	1.103.949.246,00	1.420.958.300,25	1.286.177.532,78	134.780.767,47
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	1.278.872.030,63	-1.278.872.030,63	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	6.508.668,00	26.912.842,00	1.286.177.532,78	-1.259.264.690,78	TOTAL GERAL	1.103.949.246,00	1.420.958.300,25	1.286.177.532,78	134.780.767,47



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS						EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		22204 - DEPARTAMENTO NAC. DE OBRAS CONTRA AS SECAS - AUTARQUIAS						2013	DEZEMBRO
ORGAO SUPERIOR		53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL						EMISSAO	PAGINA
								17/03/2014	1
ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL		
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-122.387,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-122.387,67		
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RESULTADO DO EXERCICIO	171.512.762,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171.512.762,78		
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	2.948.833.949,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.948.833.949,64		
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2012	3.120.224.324,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.120.224.324,75		
ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL		
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-5.619.286,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.619.286,72		
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RESULTADO DO EXERCICIO	793.495.149,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	793.495.149,05		
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	3.120.224.324,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.120.224.324,75		
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2013	3.908.100.187,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.908.100.187,08		

**ANEXOS**



**Anexo I - Informações adicionais sobre Dispensa de Licitação e Inexigibilidade**

Tabela de Dispensa Licitação 2013/DA/L							
Nº	OBJETO	Nº DO PROCESSO	VALOR DE REFERÊNCIA	<u>VALOR CONTRATADO</u>	RAZÃO SOCIAL DO CONTRATADO	CNPJ DO CONTRATADO	Contrato nº
1	AQUISIÇÃO DE 51(CINQUENTA E UM) LIVROS DIVERSOS, PARA COMPOR O ACERVO BIBLIOGRÁFICO DA PROCURADORIA FEDERAL DO DNOCS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES A SEGUIR: O MATERIAL DEVERA SER ENTREGUE NO ALMOXARIFADO DO DNOCS, NA AV DUQUE DE CAXIA, 1.700, FORTALEZA-CE. (Cotação eletrônica)	59400.000510/2013-40	R\$ 5.427,00	R\$ 4.560,67	1º - Bortolai Livros Ltda. - ME 2º - Livraria do Advogado Editora Ltda.	09.096.717/0001-15 87.167.458/0001-18	

2	SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS NA INSTALAÇÃO DE CORRIMÃO EM TUBO(2) DE AÇO INOX ESCOVA DO (7,20M) , E FIXAÇÃO DE FITA ADESIVA ANTIDERRAPANTE FOSFORESCENTE (01 ROLO LARG. 0,05M E COMP. 5,0M) , NA PASSARELA DE ACESSO PRINCIPAL DO DNOCS.	59400.004592/2010-37	R\$ 1.427,35	R\$ 1.427,35	GAID CONSTRUÇÕES LTDA	06.352.754/0001-97	
3	SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS NA REVISÃO GERAL, LIMPEZA DO SISTEMA ÓPTICO, LUBRIFICAÇÃO E AJUSTE ELETROME CÂNICOS NOS EQUIPAMENTOS MICROGRÁFICOS E PERTENCENTES À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO DNOCS.	59400.005625/2012-40	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	SYSTECH TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA -ME	35.063.437/0001-51	

4	AQUISIÇÃO DE REFRIGERADOR DUPLEX, BEBEDOUROS DE ÁGUA E FRIGOBARES (Cotação eletrônica)	59400.001014/2013-11/ COTAÇÃO ELETRÔNICA	R\$ 6.546,05	R\$ 5.889,90	1º ATACADOS DOS ELETRODOMÉSTICO DO NORDESTE LTDA 2º PARADA OBRIGATORIA COMERCIAL E IMPORTAÇÃO	70.120.662/0001-80 13.446.995/0001-60	025/2013 vigência 09/08/2013 09/08/2014	a
5	Contratação da empresa classificada em segundo lugar na concorrência nº 023/2002-da/1, para a execução do remanescente das obras civis, fornecimento e montagem de equipamentos do projeto tabuleiro litorâneos de Parnaíba, localizado no estado do Piauí.	59400.006510/2002-09	R\$ 58.884.061,28	R\$ 58.884.061,28	Mendes Junior Trading e engenharia A	19394808/0001-29	025/2013 Vigência 09/08/13 09/08/13	a

6	Serviços a serem executados no reparo mecânico no veículo do escritório de representação do DNOCS e Brasília-DF.	59421.000023/2012-58	R\$ 825,50	R\$ 825,50	Tecar reguladora de Motores Ltda-ME(Serviços) Tecar reguladora de motores LTDa-ME (Peças)	00.454.199/0001-28	
7	Contratação da empresa para execução dos serviços emergenciais de consultoria para supervisão e controle tecnológico das obras, de aquisição e montagem de equipamentos da 2ª etapa do perímetro de irrigação Baixo Acaraú, no estado do Ceará.	59400.002029/2013-99	R\$ 1.116.687,83	R\$ 1.116.687,83	Consórcio VBA/Engeprol	10.665.882/0001-68	
8	Aquisição de câmara digital e projetor multimídia, destinados ao setor do Núcleo de Capacitação da Administração Central do DNOCS. <b>(Cotação eletrônica)</b>	59400.003760/2013-31	R\$ 2.518,07	R\$ 1.534,00	Aline Ribeiro da Silva - ME	15.688.331/0001-33	

9	Aquisição de disjuntor tripolar termomagnético e disparador sobrecorrente.	59400.003728/2013-56		<b>Revogado</b>			
10	Serviços a serem executados na reimpressão de 500(quinhetas) unidades do livro intitulado: A Universidade das caatingas, de autoria do Prof. Melquíades Pinto Paiva, de interesse da Biblioteca do DNOCS.	59400.002776/2013-27	R\$ 2.550,00	R\$ 2.550,00	IMAGEM GRAFICA EDITORA SERVIÇOS E COMERCIO LTDA-ME	07.355.678/0001-36	
11	Aquisição de conjunto de chamadas eletrônicas através de senha, constando de 01 (um)painel e 05(cinco) acionadores Tec e 01(uma) máquina impressora de senha indicar marca, garantia e anexar catalogo. <b>(Cotação eletrônica)</b>	59400.004847/2013-26	R\$ 4.571,07	R\$ 2.000,00	Display PaineisEletronicosEireli – EPP	02.648.737/0001-40	

12	Aquisição de cartuchos originais, teclado para microcomputador, mouse e pen drive a serem utilizados pelo DNOCS. <b>(Cotação eletrônica)</b>	59400.003911/2013-51	R\$ 7.820,27	R\$ 4.374,79	Walmir de Almeida Barcelos – ME	12.470.603/0001-36	
14	Participação do DNOCS na 9ª conferência geral mundial da rede internacional de organismos de bacias hidrográficas, com a instalação de um stand de 09m², a ser realizar no período de 12 a 16 de agosto de 2013, em Fortaleza-CE.	59400.002659/2013-63	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	Pratica eventos LTDA – EPP	01.693.006/0001-54	
19	AQUISIÇÃO DE CAIXAS ARQUIVO MATERIAL PLASTICO, DIMENÇÕES 135 x 240 x 360mm, COR AZUL. <b>(Cotação eletrônica)</b>	59400.07132/2012-44	R\$ 4.425,00	R\$ 3.395,00	Unimax de Caieiras Ltd.a -ME	12.273.527/0001-79	

INEXIGIBILIDADE 2013/DA/L						
Nº	OBJETO	Nº DO PROCESSO	VALOR CONTRATADO	RAZÃO SOCIAL DO CONTRATO	CNPJ DO CONTRATADO	Contrato nº
1	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES JONATAS FERREIRA ARAUJO E KARLA DANIELY BASTOS DOS SANTOS MAIA, NO XXVIII CURSO SOBRE RETENÇÃO NA FONTE DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS NA CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS (IRRF/PIS/CONFINS/CSLL/INSS/ISS), NO PERÍODO DE 04 A 08/03/2013, EM BRASÍLIA-DF, MINISTRADO PELA ABOP, CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA AO PROCESSO.	59.400.000.4 59.211.300	R\$ 2.800,00	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORÇAMENTO PÚBLICO.	00398099/0001-21	
2	CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR MILTON ALVES DE SOUSA NO CURSO GESTÃO DE OUVIDORIA NO SETOR PÚBLICO DE ÊNFASE NA COMUNICAÇÃO, A SER REALIZADO EM BRASÍLIA-DF, NO PERÍODO DE 21 E 22/03/2013, MINISTRADO PELA INC- INSTITUTO NACIONAL DE CAPACITAÇÃO, CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA AO PROCESSO.	59400.00765 2/2013-11	R\$ 1.940,00	INSTITUTO NACIONAL DE CAPACITAÇÃO-INC	05486290/0001-49	



3	<p>AQUISIÇÃO DE ASSINATURA ANUAL DA REVISTA INFORMATIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA EDITORA ZENITE, COMPRIENDENDO 12(DOZE) EXEMPLARES E CONTRATAÇÃO ANUAL DE SERVIÇOS WEB LICITAÇÕES E CONTRATOS DA EDITORA ZENIT, CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA AO PROCESSO.</p>	59400.00654 8/2011-64	R\$ 2.334,00	ZENIT INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A	86781069/0001-15	015/2013 vigência 15/04/13 a 15/04/14
4	<p>CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR ELENO JOSE DA SILVA, NO 8º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS, A SER REALIZADO EM FOZ DE IGUAÇU-PR, NO PERIODO DE 18 A 21/03/2013, MINISTRADO PELA INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA-INP LTDA, CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA AO PROCESSO.</p>	59400.00081 3/2013-62	R\$ 3.290,00	INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA	10498974/0001-09	

5	CAPACITAÇÃO DAS SERVIDORAS ANA TERESA MATTOS MARQUES DE SOUSA PONTES E SANDRA KEILA DE OLIVEIRA BEIMA, NO XXIX SEMINARIO NACIONAL DE GRANDES BARRAGENS, A SER REALIZADO EM PORTO DE GALINHAS, ESTADO DE PERNAMBUCO. NO PERIODO DE 08 A 11/04/2013, MINISTRADO PELO COMITÊ BRASILEIRO DE BARRAGENS-CBDB, CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA AO PROCESSO.	59400.00068 6/2013-00	R\$ 2.160,00	COMITER BRASILEIRO DE BARRAGENS	42334193/0001-67	
6	CAPACITAÇÃO DAS SERVIDORAS PATRICIA MOREIRA BESSA E TACIA FREIRE LINARD BARBOSA, NO CURSO ELABORAÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO ORGANIZACIONAL, MINISTRADO PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORÇAMENTOS PUBLICOS ABOP, A SER REALIZADO EM BRASILIA-DF, NO PERIODO DE 01 A 04 DE ABRIL DE 2013, CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA AO PROCESSO.	59400.00078 9/2013-61	R\$ 3.200,00	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORÇAMENTO PUBLICO	00398099/0001-21	

7	CAPACITAÇÃO DE 25 (VINTE E CINCO) SERVIDORES NO CURSO “REDAÇÃO OFICIAL E ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,” A SER MINISTRADO PELA EMPRESA FTX, NO NÚCLEO DE CAPACITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO DNOCS, CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA.	59400.00065 14/2012-51	R\$ 23.492,74	FERNANDO TEIXEIRA EDUCAÇÃO LTDA-EPP	13.06.978-0001-74	
8	CAPACITAÇÃO DA SERVIDORA HIARA MENDES ALENCAR, NA X SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA, A SER REALIZADA EM SALVADOR-BA, NO PERÍODO DE 08 A 12/07/2013, MINISTRADO PELA ASAF, CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA.	59400.00016 17/2013-13	R\$ 300,00	ESAF	02.317.176/0001-05	

9	CAPACITAÇÃO DE ATÉ 15 (QUINZE) SERVIDORES DO CURSO FECHADO INCOMPANY SOBRE REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (RDC), A SER MINISTRADO PELA AOF CURSOS E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL LTDA, NA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO DNOCS, EM FORTALEZA-CE, NOS DIAS 24 E 25 DE JUNHO DE 2013, CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA AO PROCESS.	59400.00141/3/2013-39	R\$ 14.500,00	AOF CURSOS E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL EIRELI	05.412.947/0001-23	
10	CAPACITAÇÃO DA SERVIDORA MARIA ILMACIR SIQUEIRA MACHADO, NO CURSO 'MBA COACHING E GESTÃO POR COMPETÊNCIAS ,A SER MINISTRADO PELA UNIFOR-UNIVERSIDADE DE FORTALEZA, NO PERÍODO DE JUNHO DE 2013 A DEZEMBRO DE 2014, EM FORTALEZA-CE, CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA AO PROCESSO.	59400.00203/2013-13	R\$ 8.154,80	FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ	07.373.434/0001-86	

11	CONTRATAÇÃO DA IMPRESSA NACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES NO DIARIO OFICIAL DA UNIÃO, DE ATOS OFICIAIS E DEMAIS MATÉRIAS DE INTERESE DO DNOCS, CONFEORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA PROCESSO.	59400.00093 9/2013-37	R\$ 190.000,00	IMPrensa NACIONAL	04.196.645/0001-00	
12	Contratação de renovação da assinatura bienal (dois anos) do periódico intitulado: tabela de custo analítica, imprensa, destinada a biblioteca da Administração central do DNOCS, conforme documentação anexa ao processo.	59400.00408 7/2012-76	R\$ 4.864,00	PSE LTDA.	43816990/0001-43	24/2013 vigência 06/08/1 3 a 06/08/1 5
13	participação do DNOCS na 9ª conferência mundial da rede internacional de organismos de bacias hidrográficas, com a instalação de 01(um) stand de 09m2, a ser realizar no período de 12 a 16 de agosto de 2013, em fortaleza-se, conforme documentação anexa ao processo.	59400.00265 9/2013-63	R\$ 10.000,00	CANCELADO	01693006/0001-54	
14	participação do docs. na 9ª conferência mundial da rede internacional de organismos de bacias hidrográficas, com a instalação de 01(um) stand de 09m2, a ser realizar no período de 12 a 16 de agosto de 2013, em fortaleza-se, conforme documentação anexa ao processo.	59400.00265 9/2013-63	R\$ 10.000,00	pratica eventos LTDA – EPP	01693006/0001-54	

15	Capacitação de 30(trinta) servidores no curso completo SICONV, promovido pela ORZIL consultoria LTDA, a realizar-se in company, nas dependências do núcleo de capacitação do DNOCS, no período de 08, 09, 10 e 11 de outubro de 2013, em Fortaleza-CE.	59400.00391 5/2013-30	R\$ 37.600,00	Orzil consultoria LTDA -EPP	08.942.423/0001-32	
16	Participação da servidora Najla Rebouças Gomes, na semana orçamentaria de Brasília, a ser realizada no período de 25 a 29 de Novembro de 2013, ministrado pela ESAF.	59400.00391 5/2013-30	R\$ 300,00	Escola de administração fazendária	02.317.176/0001-05	
17	Contratação de prestação de serviços de fornecimento de água tratada, canalizada e coleta de esgoto nos imóveis do docs..	59400.00351 7/2013-13	R\$ 121.306,92	Companhia de água e esgoto do cearágece	07.040.108/0001-57	
18	Participação de 02(dois) servidores, xx simpósio brasileiro de recursos hídricos, a ser realizado em Bento Gonçalves-RS, no período de 17 a 22 de Novembro de 2013.	59400.00683 8/2013-70	R\$ 1.980,00	Associação brasileira de recursos hídricos.	29.969.193/0001-75	
19	Renovação de 02(duas) assinaturas anuais do jornal O Estado, destinados a divisão de comunicação social e gabinete do diretor geral do DNOCS.	59400.00289 6/2013-24	R\$ 760,00	Gráfica e editora WP LTDA – ME	04.131.028/0001-19	
20	Participação de 20(vinte) servidores no curso conversas crucias, promovidos pela Vital Smarts Brasil, a realizar-se in Company, nas dependências do núcleo de capacitação de DNOCS.	59400.00701 6/2013-14	R\$ 39.000,00	Vital Smarts Brasil comercio de livros e consulta LTDA	14.634.646/001-79	

21	Contratação de serviços de manutenção e atualização do sistema multi Acervo, por 02(dois) anos, da nova versão do software para biblioteca do DNOCS.	59400.00274 7/2013-65	R\$ 7.978,00	Horizonte tecnologia informática LTDA - ME de	73.343.220/0001-91	Contrato Nº 004/201 4. Vigênci a: 24/01/2 014 à 24/01/2 016
----	--	--------------------------	--------------	---	--------------------	--

**Anexo II - Informações Adicionais sobre a Gestão de Veículos na CEST - PE**





MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DMOCS  
 COORDENADORIA ESTADUAL DO DMOCS EM PERNAMBUCO - CEST-PE

Nº	TIPO	PLACA	SITUAÇÃO LICENCIAMENTO/PPVA	SITUAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	DATA DA ÚLTIMA MANUTENÇÃO
01	Caminoneta Hilux	NUR - 4771	Regularizado	Rodando, necessita trocar parafusos	Gabinele	05/02/2014
02	Caminoneta Ranger	OCL - 2602	Regularizado	Provisão criticada e suspensão	Sector de Transporte	12/2013
03	Caminoneta L-200	HXW - 6681	Regularizado	Rodando	blimitim	07/2013
04	Caminoneta L-200	HXK - 3452	Regularizado	Revisão Geral	Sector de Transporte	06/2012
05	Celta 4p Life	FYC - 1729	Regularizado		blimitim	
06	Celta 4p Life	HYC - 2598	Regularizado	Provisão de Revisão	Sector de Transporte	
07	Carsa Classic 4p	NCW - 6031	Regularizado		blimitim	
08	Carsa Classic 4p	NCW - 6711	Regularizado	Rodando	Gabinele	11/2013
09	Carsa Classic 4p	NCW - 8001	Regularizado	Provisão de Revisão	Sector de Transporte	11/2013
10	Carsa Classic 4p	NCW - 6151	Regularizado		???	07/2013
11	Carsa Classic 4p	NCW - 6911	Regularizado	Rodando	???	01/2013
12	Celta 4p Life	HXE - 8298	Regularizado	Revisão	Sector de Transporte	05/2013
13	Caminhão M. Benz	KKB - 5727		Está no reparo	Sector de Transporte	
14	Caminhoneta L-200	HXW - 6871	Regularizado	Rodando	Sector de Transporte	07/2012
15	Caminhoneta Custom D-20	KFQ - 3828		Transferido para po a venda	blimitim	
16	Celta 4p Life	HXE - 8309	Regularizado	Rodando	Quetxlla	02/2012
17	Celta 4p Life	HYC - 0989	Regularizado	Rodando	blimitim	01/2012
18	Celta 4p Life	HXE - 8349	Regularizado	Rodando	Sarré Talhada	03/2013



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL,  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS  
COORDENADORIA ESIMODIAL DO DNOCS EM PERNAMBUCO - CEST-PE

19	Celta 4p Life	IXE - 8099	Regularizado	Rodante	Salgueiro	
20	Celta 4p Life	HXE - 8173	Regularizado	Rodante	Jucaszinho	07/2013
21	Cambrião VW 8140	HMF - 5363	Regularizado	Rodante	Ibimim	
22	Ford Canyo	EAR - 8051				

Obs: Todos os Veículos encontram-se com documentação pagas do exercício 2014.

\* Deixar Informar que o veículo não pertence à PE e está sem débitos.

\*\* Veículo transferido para a Paralisa para ser leiloado.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS  
 Coordenadoria Estadual em Pernambuco



### MANUTENÇÃO DE VEÍCULO

VEÍCULO	PLACA	DATA	VALOR R\$
CAMIONETE L200	HXW 5001	JUL-10/2013	3.047,30
CORSA BRANCO	NCW 8111	NOVEMBRO/2012	3.810,06
DELTA BRANCO	1XE 3179	JUNHO/2013	1.722,65
CORSA BRANCO	NCW 9151	JUN-10/2013	2.628,26
DELTA BRANCO	HXE 8349	MARÇO/2013	2.277,56
CORSA BRANCO	NCW 5971	JANEIRO/2013	383,38
RANGER BRANCO	OCJ 2902	DEZEMBRO/2013	1.394,00
CORSA BRANCO	NCW 6001	NOVEMB-10/2012	3.080,79
CAMIONE T-1200	HXW 5877	JULHO/2012	3.130,37
DELTA BRANCO	1XE 8298	MARÇO/2012	3.455,04
CAMIONETE L200	HXK 3452	JUN-10/2012	4.076,22
FOHO CARGO	EAR 8051	MARÇO/12	1.772,25
DELTA BRANCO	HXE 8309	FEVEREIRO/2012	3.893,30
DELTA BRANCO	HYC 0988	JANEIRO/2012	293,25

  
 Manoel José Pacifico Santos  
 Coordenador de OBRAS CONTRA AS SECAS

### **Informações Adicionais sobre Gestão de Veículos na CEST PB**

## ITEM 7. DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, 18/01/12

## Gestão de Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

## Quadro 38 – Relação da Frota de Veículos do DNOCS – CEST-PB

VEICULO	GRUPO IV VEICULOS DE USO COMUM				GRUPO III VEICULOS DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL			
	PLACA	ANO	KM RODADOS	VEICULOS NÃO SE APLICA	PLACA	ANO	KM RODADOS	
HILUX	NUR-4431	2009	50.928					
RANGER	HV1-0406	2008	47.854					
BLAZER	HYK-1830	2002	30.082					
PALIO	HV1-0288	2008	35.163					
PALIO	HV1-0226	2008	36.384					
CAMIONETA	HQH 1772	1989	22.032					
SANTANA	HVW 3072	2002	10.662					
DELTA	HXQ 9879	2005	25.926					
CAMIONETA RANGER	HXU 4583	2007	28.544					
CAMIONETA RANGER	HVQ 0372	2007	24.846					
DELTA	HXE 8279	2005	6.081					
MOTOCICLETA	HYR 3689	2006	7.110					
FIAT UNO	MNN 4807	2006	13.248					
GOL	MANX 4U38	2001	11.907					
GOL	HUQ 0678	1994	3.344					
FIAT UNO	MOL 6189	2004	17.249					
FIAT UNO	MOL 5198	2004	12.307					
FIAT UNO	MOL 5209	2004	24.211					
FIAT UNO	MNA 1072	2005	8.047					
FIAT PALIO	MOV 7359	2005	4.821					
-CAMIONETA D 20	MNU 4251	1987	1.481					
CAMINHÃO	MNE 3114	1983	1.780					

9.

QUADRO 40 - RELAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA CEST-PB: SEDE, UNIDADES DE CAMPO E ESCRITÓRIOS EXERCÍCIO DE 2013:  
**RELAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO DNOCS - CEST-PB**

VEÍCULO	INT. COMUM	PLACA	ANO	KM RODADOS	(A) PREÇO MÉDIO ANUAL DO LITRO	(B) COMBUSTÍVEL ANUAL (L)	IDADE ANOS	(AXB) COMBUST. VEL(R\$)	DESPESAS			TOTAL (R\$)
									LUBRIFI. CANTE (FILTR\$)	MANUTEN. CÃO (R\$)		
HILUX - DIESEL	X	NUR-4431	2009	50.928	2,23	5.664,35	4	12.649,27	799,85	3.315,00		16.724,12
RANGER - DIESEL	X	HYL-0406	2008	47.854	2,09	5.211,06	5	10.949,88	1.195,16	8.947,89		20.863,93
BLAZER - DIESEL	X	HYK-1630	2002	30.082	2,26	2.448,39	11	5.610,17	494,30	6.673,98		14.978,45
PALIO - GASOLINA	X	HYL-0266	2009	36.163	2,75	3.184,86	5	8.707,09	610,16	3.250,00		12.567,25
PALIO - GASOLINA	X	HYL-0228	2008	35.384	2,79	3.190,92	5	9.834,24	321,53	3.300,00		12.455,77
CAMIONETA DIESEL	X	HQH 1772	1989	22.032	2,29	2.754,05	24	8.310,02	0,00	2.838,04		9.149,66
SANTANA ETANOL	X	HVL 3072	2002	10.662	2,36	1.436,24	11	3.382,18	0,00	2.184,52		5.566,70
CELTA - GASOLINA	X	HXQ 9979	2005	25926	2,33	2.213,28	8	6.265,92	0,00	7.798,56		14.065,48
CAMIONETA RANGER DIESEL	X	HXU 4563	2007	28.544	2,38	2.914,67	6	6.826,38	224,90	7.517,00		14.768,26
CAMIONETA RANGER DIESEL	X	HYQ 0372	2007	24.846	2,34	2.443,13	6	6.729,67	375,00	8.843,00		14.947,67
CELTA - GASOLINA	X	HXE 8279	2005	6.001	2,90	539,57	8	1.565,58	87,50	1.715,63		3.349,02
MOTOCICLETA GASOLINA	X	HYR 3688	2005	7.110	2,89	288,29	8	777,55	0,00	0,00		777,55
FIAT UNO GASOLINA	X	MVN 4907	2006	13.248	2,76	975,33	7	2.690,50	0,00	1.730,00		4.420,50
GOL - GASOLINA	X	MNX 4036	2001	11.907	2,89	955,28	12	2.874,53	70,50	952,00		3.897,03
GOL - GASOLINA	X	HUC 0678	1994	3.344	2,89	292,91	19	842,95	0,00	2.372,50		3.215,16
FIAT UNO GASOLINA	X	MOL 5185	2004	17.249	2,85	1.427,77	9	4.064,84	188,00	801,82		5.054,66
FIAT UNO GASOLINA	X	MOL 5199	2004	12.307	2,80	993,85	9	2.782,99	175,50	2.388,00		5.346,49
FIAT UNO GASOLINA	X	MOL 5209	2004	24.211	2,83	1.596,07	9	4.426,92	152,50	4.169,74		8.749,16
FIAT UNO GASOLINA	X	MNA 1072	2005	8.047	2,90	775,47	8	2.252,50	0,00	1.511,00		3.763,50
FIAT PALIO-GASOLI	X	MOV 7399	2005	4.821	2,82	461,33	8	1.303,34	0,00	942,00		2.245,34
CAMIONETA D-20	X	MMU 4251	1987	1.481	2,24	797,78	26	1.793,04	0,00	7.273,40		9.067,04
CAMINHÃO - DIESEL	X	MNE 3114	1983	1.780	2,32	167,00	30	387,45	0,00	1.247,15		1.694,60



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**  
**DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS**  
**COORDENADORIA ESTADUAL NA PARAÍBA**



MÉDIA GERAL	
MÉDIA ANUAL GERAL DE KM RODADOS DA FROTA	13,72ANOS
IDADE MÉDIA DA FROTA	
MÉDIA DE COMBUSTÍVEL ANUAL DA FROTA EM LITROS	
MÉDIA TOTAL DE DESPESAS (COMBUSTÍVEL + LUBRIFICANTE + MANUTENÇÃO)	2,79
PREÇO MÉDIO ANUAL DA GASOLINA	2,25
PREÇO MÉDIO DO ÓLEO DIESEL	
PREÇO MÉDIO DO ALCOOL	2,26

COMBUSTÍVEL	PREÇO POR LITRO MÊS A MÊS												FONTE ANP			
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ				
GASOLINA	2,66	2,77	2,74	2,79	2,81	2,79	2,79	2,78	2,78	2,78	2,78	2,28	2,28	2,28	2,28	2,38
ÓLEO DIESEL	2,08	2,18	2,21	2,26	2,28	2,26	2,28	2,28	2,28	2,28	2,28	2,28	2,28	2,28	2,28	2,38
ETANOL	2,18	2,2	2,21	2,24	2,27	2,29	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,27

Observações: Os dados faltosos na tabela acima, foram devido a falta de conhecimento desse Chefe Administrativo.

  
 Avaniir Ponce Braga  
 Chefe do Serviço Administrativo da CEST-PB

**Anexo III - Informações Adicionais de Suprimento de Fundos**



**DEMONSTRATIVO DE GASTOS RELACIONADOS A SUPRIMENTO DE FUNDOS**  
**EXERCÍCIO 2013**  
**COORDENAÇÃO DE PESCA E AQUICULTURA/ADM CENTRAL**

<b>SUPRIDO</b>		MARIA INÊS SILVA NOBRE	
EMPENHO: 2013NE800050-MATERIAL DE CONSUMO			
PERÍODO DE UTILIZAÇÃO: 28/02/2013 A 27/05/2013.			
SUBITEM	DESCRIÇÃO	VALOR(R\$)	
22	MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE	56,55	
21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	29,23	
39	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	326	
24	MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.749,00	
26	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	325,26	
28	MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	111,00	
7	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	49,45	
25	MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	550	
		<b>TOTAL</b>	3.196,49

<b>SUPRIDO</b>		MARIA INÊS SILVA NOBRE	
EMPENHO: 2013NE800051-SERVIÇOS DE TERCEIROS-PES. JURÍDICA			
PERÍODO DE UTILIZAÇÃO: 28/02/2013 A 27/05/2013.			
SUBITEM	DESCRIÇÃO	VALOR(R\$)	
19	MANUT. E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	800,00	
		<b>TOTAL</b>	800,00

<b>SUPRIDO</b>		MARIA INÊS SILVA NOBRE	
EMPENHO: 2013NE800391-MATERIAL DE CONSUMO			
PERÍODO DE UTILIZAÇÃO: 13/06/2013 A 12/09/2013.			
SUBITEM	DESCRIÇÃO	VALOR(R\$)	
26	MATERIAL ELÉTRICO E ELTRÔNICO	467,50	
4	GÁS ENGARRAFADO	252,00	
42	FERRAMENTAS	26,50	
24	MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.974,20	
1	COMBUSTÍVEL/LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO	635	
22	MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE	200,00	
28	MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	104	
39	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1.170	
25	MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	165	
		<b>TOTAL</b>	4.994,20

<b>SUPRIDO</b>		MARIA INÊS SILVA NOBRE	
EMPENHO: 2013NE800392-SERVIÇOS DE TERCEIROS-PES. JURÍDICA			

PERÍODO DE UTILIZAÇÃO: 13/06/2013 A 12/09/2013.			
SUBITEM	DESCRIÇÃO		VALOR(R\$)
19	MANUT. E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS		1.360,00
17	MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E QUIPAMENTOS		1.591
		<b>TOTAL</b>	2.951,00

SUPRIDO			
MARIA INÊS SILVA NOBRE			
EMPENHO: 2013NE800682-MATERIAL DE CONSUMO			
PERÍODO DE UTILIZAÇÃO: 27/09/2013 A 15/12/2013.			
SUBITEM	DESCRIÇÃO		VALOR(R\$)
24	MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		2.004,83
19	MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM		160,00
22	MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE		90,00
39	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS		678,00
29	MATERIAL DE AUDIO E VÍDEO		210,00
26	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO		921,95
4	GÁS ENGARRAFADO		263,90
25	MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS		350,00
1	COMBUSTIVEL/LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO		320,00
		<b>TOTAL</b>	4.998,68

SUPRIDO			
MARIA INÊS SILVA NOBRE			
EMPENHO: 2013NE800683-SERVIÇOS DE TERCEIROS-PES. JURÍDICA			
PERÍODO DE UTILIZAÇÃO:			
SUBITEM	DESCRIÇÃO		VALOR(R\$)
20	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS		400,00
95	MANUT. DE EQUIPAMENTOS DE PROC. DE DADOS		588,00
17	MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E QUIPAMENTOS		1.250,00
19	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS		720
		<b>TOTAL</b>	2.958,00

<b>DEMONSTRATIVO DE GASTOS RELACIONADOS A SUPRIMENTO DE FUNDOS</b>			
<b>EXERCÍCIO 2013</b>			
<i>COORDENAÇÃO DE PESCA E AQUICULTURA/ADM CENTRAL</i>			
<b>SUPRIDO</b>	VERA LÚCIA BEZERRA DE ABREU		
EMPENHO: 2013NE800578-MATERIAL DE CONSUMO			
PERÍODO DE UTILIZAÇÃO: 20/03/2013 A 19/06/2013.			
SUBITEM	DESCRIÇÃO		VALOR(R\$)
11	MATERIAL QUIMICO		270,00
28	MATERIAL DE PROT. E SEGURANÇA		22,4
24	MATERIAL PARA MANUT. DE BENS MÓVEIS		1.911,10
17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS		45
12	MATERIAL DE USO ZOOTÉCNICO		751,5
		<b>TOTAL</b>	3.000,00
<b>SUPRIDO</b>	VERA LÚCIA BEZERRA DE ABREU		
EMPENHO: 2013NE800579-SERVIÇOS DE TERCEIROS-PES. JURÍDICA			
PERÍODO DE UTILIZAÇÃO: 20/03/2013 A 19/06/2013.			
SUBITEM	DESCRIÇÃO		VALOR(R\$)
19	MANUT. E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS		1.000,00
		<b>TOTAL</b>	1.000,00
<b>SUPRIDO</b>	VERA LÚCIA BEZERRA DE ABREU		
EMPENHO: 2013NE800066-MATERIAL DE CONSUMO			
PERÍODO DE UTILIZAÇÃO: 27/08/2013 A 26/11/2013.			
SUBITEM	DESCRIÇÃO		VALOR(R\$)
26	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO		218,01
11	MATERIAL QUÍMICO		752,87
24	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS		1.254,95
12	MATERIAL DE USO ZOOTÉCNICO		154,63
17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS		108
42	FERRAMENTAS		35,46
22	MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE		376,08
39	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS		100
		<b>TOTAL</b>	3.000,00
<b>SUPRIDO</b>	VERA LÚCIA BEZERRA DE ABREU		
EMPENHO: 2013NE800067-SERVIÇOS DE TERCEIROS-PES. JURÍDICA			
PERÍODO DE UTILIZAÇÃO: 27/08/2013 A 26/11/2013.			
SUBITEM	DESCRIÇÃO		VALOR(R\$)
19	MANUT. E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS		500,00

			<b>TOTAL</b>	500,00
<b>SUPRIDO</b> VERA LÚCIA BEZERRA DE ABREU				
EMPENHO: 2013NE800779-MATERIAL DE CONSUMO				
PERÍODO DE UTILIZAÇÃO: 25/10/2013 A 15/12/2013.				
<b>SUBITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>			<b>VALOR(R\$)</b>
16	MATERIAL DE EXPEDIENTE			69,60
12	MATERIAL DE USO ZOOTÉCNICO			1.159,50
26	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO			433,40
17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS			1.337,10
			<b>TOTAL</b>	2.999,60
<b>SUPRIDO</b> VERA LÚCIA BEZERRA DE ABREU				
EMPENHO: 2013NE800780-SERVIÇOS DE TERCEIROS-PES. JURÍDICA				
PERÍODO DE UTILIZAÇÃO: 25/10/2013 A 15/12/2013.				
<b>SUBITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>			<b>VALOR(R\$)</b>
19	MANUT. E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS			800,00
99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS			200
			<b>TOTAL</b>	1.000,00